

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIAL/PPGDS**

SHEYLA BORGES MARTINS

**SOCIEDADE EM CONFLITO COM A JUVENTUDE,
JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI:
trajetórias juvenis entre restrições materiais, pressões
culturais e aprendizagem social**

**Montes Claros/MG
2023**

Sheyla Borges Martins

**SOCIEDADE EM CONFLITO COM A JUVENTUDE, JUVENTUDE EM
CONFLITO COM A LEI:**

**trajetórias juvenis entre restrições materiais, pressões culturais e
aprendizagem social**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES como requisito para a obtenção do título de doutoramento em Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos

Coorientador: Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado

Montes Claros/MG
2023

Martins, Sheyla Borges.

M386s Sociedade em conflito com a juventude, juventude em conflito com a lei [manuscrito]: trajetórias juvenis entre restrições materiais, pressões culturais e aprendizagem social / Sheyla Borges Martins – Montes Claros (MG), 2023.

228 f. : il.

Bibliografia: f. 217-223.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos.

Coorientador: Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado.

1. Delinquência juvenil - Aspectos sociais. 2. Delinquentes juvenis - Comportamento. 3. Jovens - Aspectos socioeconômicos. 4. Juventude - Cultura do consumo. I. Santos, Gilmar Ribeiro dos. II. Machado, Giancarlo Marques Carraro. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: trajetórias juvenis entre restrições materiais, pressões culturais e aprendizagem social.

Sheyla Borges Martins

**SOCIEDADE EM CONFLITO COM A JUVENTUDE, JUVENTUDE EM
CONFLITO COM A LEI:**

**trajetórias juvenis entre restrições materiais, pressões culturais e
aprendizagem social**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos / Orientador - UNIMONTES

Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado / Coorientador - UNIMONTES

Prof. Dr. Clóvis Roberto Zimmermann - UFBA

Prof. Dr. Herbert Toledo Martins - UFRB

Prof.^a. Dr.^a. Maria da Luz Alves Ferreira - UNIMONTES

Prof. Dr. Elton Dias Xavier - UNIMONTES

Montes Claros/MG
2023

Para Nikim, Pato e Maik
e todos os meninos pobres que sonham com a “vida desejada”.

AGRADECIMENTOS

O caminho da pós-graduação depende, exclusivamente, de uma formação sólida obtida na graduação. É uma bobagem imaginar que a pós é apenas uma promoção automática ao nível seguinte. Não o é. Quem não tem formação não saberá formular temas cientificamente apropriados à investigação e à explanação.

José de Souza Martins, A Sociologia como aventura.

Sou fruto total da Universidade Estadual de Montes Claros e sou grata pela trajetória acadêmica que nela construí. Minha gratidão à UNIMONTES.

Ao PPGDS e aos profissionais que desbravaram e inauguraram a pós-graduação *stricto sensu* na UNIMONTES, meu reconhecimento e respeito.

À turma de doutorado 2018 agradeço pela jornada partilhada. Nossos momentos foram construídos com muito respeito e admiração mútua.

Ao meu orientador, professor Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos, presença forte em minha trajetória desde os primeiros passos, muito obrigada! Ao meu Coorientador, Professor Dr. Giancarlo Marques Carraro, minha admiração e meu carinho.

Ao Departamento de Política e Ciências Sociais toda a minha gratidão. Na pessoa da professora Idalécia, minha primeira orientadora, agradeço a todos e todas que por minha formação passaram: professoras, professores, colegas, servidores e servidoras, amigos e amigas. Hoje, professora do DPCS, posso afirmar que tenho as melhores referências para seguir meu caminho na pesquisa, na docência e na vida!

Nas pessoas de Isabela Versiani e Welberth Ferreira agradeço a todos os colegas com os quais compartilhei minha formação, desde a graduação. Através de Luiz, meu querido amigo, agradeço o carinho de todos os meus alunos.

Ao Grupo de Pesquisa em Violência e Criminalidade, por meio das acadêmicas e acadêmicos de iniciação científica e das diversas pesquisas realizadas; e à professora Maria Ângela, querida amiga irmã, agradeço pelas experiências compartilhadas.

À banca examinadora: professora Dra. Maria da Luz, grande referência da minha formação; professor Dr. Clovis Zimmermann, figura doce que carrego no coração; professor Dr. Herbert Toledo, que por aqui passou e deixou a sua marca;

professor Dr. Elton Dias Xavier, presença marcante na formação em Desenvolvimento Social, meus sinceros agradecimentos. A vocês sou grata pela generosidade, olhares atentos e contribuições tão relevantes para este e outros trabalhos.

À minha família: meus pais, meus filhos e meus irmãos, o meu amor! Tudo o que sou vem de vocês.

Neste momento, tudo o que sinto é gratidão.

S.B.M.

*[...] assistir à propaganda e ver
Não dá pra ter aquilo pra você
Playboy folgado de brinco: ..., trouxe
Roubando dentro do carro na Avenida Rebouças
Correntinha das moça
As madames de bolsa
Dinheiro, não tive pai não sou herdeiro
Se eu fosse aquele cara que se humilha no sinal
Por menos de um real
Minha chance era pouca
Mas se eu fosse aquele moleque de touca
Que engatilha e enfia o cano dentro da sua boca
De quebrada sem roupa, você e sua mina
Um, dois, nem me viu, já sumi na neblina.*

*MC's Racionais
Capítulo 4, Versículo 3*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento do comportamento delincente entre jovens de baixo status socioeconômico, a partir da relação entre restrições materiais, pressões culturais e aprendizagem social da delinquência. Mais especificamente, busca compreender como a escassez de recursos financeiros e os valores delinquentes dos grupos de referência com os quais esses jovens convivem influenciam a sua conduta, diante das pressões exercidas pela estrutura social sobre eles. A investigação empírica dessas relações se deu através do método biográfico, com relatos autobiográficos resultantes de entrevistas em profundidade com três jovens em conflito com a lei, em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto, por cometimento de atos infracionais análogos aos crimes de furto e roubo. As teorias da Anomia de Robert Merton e da Associação Diferencial de Edwin Sutherland compõem o escopo teórico que sustenta a discussão da tese. De forma transversal, a discussão também apresenta os elementos teóricos da Cultura de Consumo para operacionalização empírica do elemento conceitual “metas de sucesso financeiro” desenvolvido por Merton. As análises resultam em um quadro interpretativo que demonstra as variações encontradas nas interações entre os fatores relacionados ao comportamento dos jovens, convergindo para a compreensão da influência mútua que exercem, primeiramente entre si, e depois no desenvolvimento da delinquência, contribuindo com o debate acerca da sua associação com os aspectos econômicos. A partir desse quadro, é possível considerar que a delinquência juvenil, no contexto específico de baixo status socioeconômico, seja uma resposta às imposições da cultura de consumo, frente às limitações no acesso aos meios legais para atendê-las, que se efetiva por meio da aprendizagem social do desvio.

Palavras-chave: comportamento delincente, juventude, consumo e referências delinquentes.

ABSTRACT

This study aims to analyze the development of delinquent behavior among young people of low socioeconomic status based on the relationship between material constraints, cultural pressures, and social learning. More specifically, it seeks to understand how the shortages of financial resources and the delinquent values of the reference groups with which these young people live influence their behavior, in the face of pressures performed on them by the social structure. The empirical investigation of these relations was carried out through the biographical method, with autobiographical reports resulting from in-depth interviews with three young people in conflict with the law, in compliance with an open social-educational measure, for having committed infractions analogous to the crimes of theft and robbery. The theories of Robert Merton's Anomie and Edwin Sutherland's Differential Association compose the theoretical scope that supports the discussion of the thesis. In a transversal manner, the discussion also presents the theoretical elements of Consumer Culture for empirical operationalization of the conceptual element "financial success goals" developed by Merton. The analyses result in an interpretative framework that demonstrates the variations found in the interactions between the factors related to the behavior of young people, converging to the understanding of the mutual influence they exert, first among themselves, and then in the development of delinquency, contributing to the debate about its association with economic aspects. From this framework, it is possible to consider that juvenile delinquency, in the specific context of low socioeconomic status, is a response to the impositions of the consumer culture in face of limitations in access to legal means to meet them, which is effective through the social learning of deviance.

Keywords: delinquent behavior, young people, consumption and delinquent references.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura integrada para causalidade da violência.....	23
Figura 2 - Modelo Integrado para compreensão da delinquência.....	31
Figura 3 - Modelos de interpretação da teoria da Associação Diferencial...	126
Figura 4 - Genograma e dinâmica familiar de Nikim.....	165
Figura 5 - Genograma e dinâmica familiar de Pato.....	170
Figura 6 - Genograma e dinâmica familiar de Maik	173
Figura 7 - Modelos de referências delinquentes.....	204

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de jovens em cumprimento de MSE em meio fechado entre 1996 a 2021.....	54
Gráfico 2 - Distribuição por idade no ato da infração.....	76
Gráfico 3 - Distribuição por atos infracionais cometidos.....	77
Gráfico 4 - Distribuição por responsável pela criação.....	79
Gráfico 5 - Distribuição por série escolar.....	80
Gráfico 6 - Distribuição por frequência diária à escola.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cenários de interpretação da dinâmica familiar	198
Quadro 2 – Cenários de interpretação da percepção da privação e sua relação com o consumo.....	202

LISTA DE SIGLAS

- CNACL - Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- FEBEM – Fundação de Bem-estar dos Menores
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- MSE – Medidas Socioeducativas
- LA – Liberdade Assistida
- CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
- IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
------------------------	-----------

PARTE 1

O FENÔMENO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL	33
---	-----------

Delinquência juvenil: do problema social à construção de uma categoria de análise.....	35
--	----

CAPÍTULO 1 A DELINQUÊNCIA JUVENIL COMO PROBLEMA SOCIAL.....	38
--	-----------

1.1. Aspectos históricos da delinquência juvenil.....	40
---	----

1.2. Delinquência juvenil e classes sociais.....	44
--	----

1.3. Delinquência juvenil e as relações de mercado.....	47
---	----

1.4. A Juventude enquanto categoria de análise.....	52
---	----

1.4.1. Juventude e diferenciação social.....	61
--	----

1.5. O panorama da delinquência juvenil no Brasil.....	64
--	----

1.5.1. Aspectos históricos da delinquência juvenil no Brasil.....	67
---	----

1.5.2. As dimensões da delinquência juvenil no Brasil.....	70
--	----

CAPÍTULO 2 A DELINQUÊNCIA JUVENIL COMO PROBLEMA SOCIOLÓGICO.....	81
---	-----------

2.1. Cultura do consumo e comportamento delinquente.....	83
--	----

2.1.1. Consumo e identidade - o “eu” jovem e o consumismo.....	87
--	----

2.1.2. Risco, perigo e sentimento de continuidade biográfica.....	96
---	----

2.1.3. Identidades delinquentes e consumo.....	98
--	----

2.2. Estrutura, anomia e delinquência juvenil.....	103
--	-----

2.2.1. Teoria da Anomia e cultura do consumo.....	110
2.2.2. Formas de adaptação frente à tensão.....	113
2.3. A delinquência como aprendizado social.....	117
2.4. Confluência entre fatores socioeconômicos e aprendizagem Social.....	125
PARTE 2	
O DESENVOLVIMENTO DO COMPORTAMENTO DELINQUENTE	133
Os caminhos da investigação.....	135
CAPÍTULO 3 PROPOSTA METODOLOGICA PARA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DELINQUENTE.....	137
3.1. A contribuição da Escola de Chicago para o campo das análises da delinquência juvenil.....	138
3.1.2. “The Jack Roller”: uma inspiração para a análise da delinquência através da história de vida.....	140
3.3. Abordagem biográfica: A história de vida na prática.....	143
3.4. Relatos autobiográficos – Entrevistas em profundidade.....	148
3.5. O desenho da pesquisa.....	151
CAPÍTULO 4 BIOGRAFIAS EM CONFLITO COM A LEI.....	155
4.1. Jovens em conflito com a lei.....	57
4.2. Nikim e a necessidade de adequação diante da insegurança de uma estrutura familiar rígida.....	160
4.3. Pato: uma estrutura familiar frágil e a busca por respeito.....	174
4.4. Maik e a naturalização do desvio em uma estrutura familiar caótica..	186
4.5. As histórias de vida e os cenários interpretativos.....	196

4.6. Sentimentos de privação econômica e modelo de aspirações.....	199
4.7. Modelos de Influências de pares delinquentes.....	201
4.8. Uma questão que extrapola os propósitos da pesquisa.....	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS.....	217
APÊNDICES.....	224

INTRODUÇÃO

Esta tese analisa o desenvolvimento do comportamento delinquente em meio a uma situação específica: entre jovens de baixo status socioeconômico. Trata-se de uma discussão que busca apontar possibilidades para a abordagem da relação entre delinquência juvenil e pobreza - um dos temas mais controversos da Criminologia. A análise é fundamentada na associação entre condições de vida, imposição de valores consumistas e aprendizagem de padrões delinquentes, fatores relevantes para as imagens que são formadas a partir da ideia de juventude.

Tais imagens refletem as diversas questões - sociais, culturais, econômicas, políticas, etc. - que permeiam a “condição jovem”. As preocupações relacionadas à violência e criminalidade não são as únicas, ainda que a “cultura jovem” – uma noção acadêmica – tenha sido primeiramente utilizada pelos estudos criminológicos (MINAYO, 2011), relacionada à ideia de conturbação, específica dessa fase da vida, e acompanhada por elementos que remetem, quase que invariavelmente, à transgressão.

Isso porque os relatos de eventos criminais que envolvem os jovens são cada vez mais frequentes. Se antigamente eles estavam localizados na ação de gangues nos grandes centros urbanos, hoje as histórias são delineadas em torno do uso e do tráfico de drogas ilícitas, participação em roubos, furtos e homicídios, quando se considera as instâncias mais graves do ato infracional. Por isso, a delinquência juvenil é uma questão que ocupa lugar de destaque nas discussões e tomada de decisões sobre a violência e controle do crime na atualidade.

Esse é um segmento populacional que protagoniza considerável parcela das estatísticas criminais no Brasil e, apesar da relevância atual da temática, não se trata de um fenômeno novo. A visibilidade que alcançou a partir do século XX se deve ao agravamento de sua manifestação, impulsionado pelas mudanças na estrutura social, crises econômicas e debilitação dos mecanismos tradicionais de integração social, quando adquirem centralidade os questionamentos a respeito do destino social de jovens, sobretudo aqueles expostos à situação de privação e vulnerabilidade social¹.

¹ Vulnerabilidade social, nesse sentido, é entendida como uma situação determinada por fatores e processos de natureza física, social, econômica e ambiental. De acordo com o PNUD, é uma condição que determina a probabilidade de danos diante da exposição de algum perigo. Nesse sentido, pode ser considerada uma característica de grupos e indivíduos em um determinado contexto social e econômico, que se define a partir de sua posição social. Enquanto conceito, não apresenta

Nessas circunstâncias, como o comportamento delinquente se desenvolve? Como conjecturar a sua associação com os fatores socioeconômicos? Esse é o ponto inicial deste trabalho, que tem como objetivo analisar o desenvolvimento da delinquência entre jovens de baixo status socioeconômico², a partir da sua relação com as restrições materiais, pressões culturais e interações sociais. Mais especificamente, compreender como a estrutura familiar, marcada pela escassez de recursos financeiros e os valores delinquentes dos grupos de referência influenciam sua conduta, diante das pressões exercidas pela estrutura social sobre eles.

Essa não é uma questão inédita na Criminologia. Ela já foi tratada a partir de diferentes pontos de vista, sobretudo através de estudos quantitativos, o que pode fazer parecer que se trata de um tema esgotado. Porém, a manifestação desse fenômeno em praticamente todas as sociedades, com tendências de aumento em termos de quantidade e gravidade, demonstra que, embora os fatores que estão relacionados a ele de forma preditiva sejam em boa medida conhecidos e por mais objetivas que sejam essas evidências, uma imagem mais clara sobre o que de fato acontece na vida desses jovens continua sendo uma busca necessária, haja vista que as nuances que permeiam esse processo não são estáticas, nem no tempo e nem no espaço, e contêm alguns elementos que não são aclarados pelas análises agregadas de dados e indicadores.

unanimidade em torno de seu delineamento, mas apresenta a ideia de incapacidade de lidar com risco e de se adaptar ativamente na sociedade. Essa incapacidade pode se acentuar em função de padrões culturais, discriminatórios e normativos e ausência de provimento de bens e serviços por parte do Estado, ou quando esse provimento não é suficiente. Isso leva a crer que grande parte das situações de vulnerabilidade social está relacionada às situações de pobreza. No Brasil, o IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas criou o IVS – Índice de Vulnerabilidade social que retrata a realidade de exclusão, sintetizando indicadores de recursos monetários e indicadores de outra natureza como os que são relacionados à ideia de Desenvolvimento Humano (IPEA, 1990).

² Enquanto medida de posição social, a categoria Status Socioeconômico (SSE) é utilizada neste trabalho como um termo descritivo que tem como referência à renda familiar, profissão e ocupação dos pais como definidores da situação de vida dos jovens e do acesso aos bens e recursos materiais. Trata-se de uma classificação amplamente utilizada em diversas áreas, sobretudo educação, saúde e criminalidade. Apesar das limitações que apresenta enquanto indicador social, como no caso da educação que abriga diversas questões (educação formal e anos de estudo como único critério de estratificação educacional, sem levar em conta investimentos na carreira e treinamentos), cumpre uma função importante enquanto medida associada às oportunidades que definem a condição dos indivíduos em diversos domínios, como moradia, alimentação, saúde, consumo, etc. O acesso aos recursos sociais e econômicos disponíveis é diretamente definido a partir de uma escala – baixo, médio e alto status socioeconômico que por sua vez, define o lugar esses indivíduos e grupos ocupam na estrutura social (SANTOS, 2005).

O quadro geral de análises com o qual nos deparamos, portanto, fornece uma ideia e alguma compreensão acerca das dimensões da delinquência juvenil. Alguns padrões historicamente relevantes já foram reiteradamente evidenciados: uma concentração demográfica entre o sexo masculino, negros, com baixa renda e baixa escolaridade. Porém, quando apresentada sob a forma de descrições e correlações estatísticas, a abordagem desses elementos pode ocultar aspectos capazes de nos fazer conhecer não somente quais são eles, mas compreender como eles agem.

Não se trata, obviamente, de desconsiderar a mensuração das infrações praticadas por jovens através das fontes oficiais. Ao contrário, somente será possível realizar uma análise compreensiva dos elementos que compõem o contexto de vida desses indivíduos se tivermos o conhecimento da dimensão e da natureza do ato infracional tal qual ele se manifesta, através dos levantamentos oficiais. A consideração dos elementos explicativos, portanto, é o exercício primário de qualquer análise que pretenda se constituir como uma alternativa – ou um incremento – no campo de estudos sobre a delinquência juvenil. É justamente o conhecimento que temos sobre a extensão e a distribuição desse fenômeno que impulsiona a necessidade de compreender o seu processo de desenvolvimento.

As informações sobre a incidência, as proporções que caracterizam os jovens do ponto de vista sociodemográfico e a prevalência das variáveis encontradas como fatores preditivos são o fio condutor deste estudo. Entretanto, a dimensão que se constitui como o foco da análise é a história de vida dos jovens em conflito com a lei. As teias das principais e mais primárias relações que são estabelecidas em sua vivência e as implicações dessas condições são o ângulo de observação adotado, ou seja, as experiências que marcam desde cedo a vida desses indivíduos, que são decisivas para compreendê-la, se optarmos por acreditar que a delinquência não representa necessariamente a manifestação de um comportamento de indivíduos que nasceram propensos a ele, quer seja por traços genéticos, quer seja por traços de personalidade.

Trazidos para o campo das análises sociológicas, são elementos que assumem formas a partir das interações que são constituídas nos diversos níveis e através dos diversos grupos sociais. Desde o nível macro, que compreende todos os aspectos considerados “estruturais” do ponto de vista sociológico, até as relações pessoais mais íntimas, que constituem o que consideramos sociologicamente como dimensão micro, os indivíduos recebem influências que exercem pressão ou restrição

sobre eles. Do mesmo modo, lhes são impostas regras de conduta e os respectivos incentivos para o caso de se adequar a elas e sanções para o caso de discordância.

A junção desses elementos configura a composição social que desencadeou, no curso de vida desses jovens, as características desenvolvidas através da pressão, restrição e da aprendizagem – interações. São elas que definirão não necessariamente a tendência (predisposição ou inclinação), mas a probabilidade (chance ou possibilidade) do comportamento delinquente. Por isso, o presente trabalho é uma revisita a um conjunto específico de variáveis explicativas, na tentativa de construção de um modelo compreensivo acerca da origem e do desenvolvimento do comportamento delinquente sob uma lógica de abordagem processual, na qual a delinquência é estudada a partir de 1) suas raízes estruturais, através da sua relação com os fatores socioeconômicos; e 2) suas raízes culturais, através da sua relação com os processos de aprendizagem social e da associação com os grupos de referência. O intuito é lançar luz sobre a complexidade que resulta da confluência desses elementos na vida dos jovens até alcançar o efeito que irão exercer sobre sua conduta.

As investigações de cunho sociocultural no âmbito da Sociologia da Criminalidade, com as quais o presente trabalho se identifica, buscam, a partir das práticas no mundo do crime, estabelecer relações entre sujeitos e estruturas, formas de controle e associação, normas, valores e representações. Nessa perspectiva, a análise tem como base para a sua construção os seguintes questionamentos: como os fatores socioeconômicos podem motivar o comportamento delinquente? Como outros fatores se associam a eles, reforçando sua influência sobre a delinquência?

A partir desses questionamentos, a perspectiva desenvolvida considera que o comportamento delinquente representa uma resposta às restrições e pressões impostas pela estrutura e à aprendizagem que resulta das interações com valores e práticas delinquentes, através dos grupos de pares. Tomados assim, esses fatores não necessariamente são considerados como causa; para além da sua capacidade de predição, as relações empíricas consideram não apenas as correlações entre eles e a infração, mas as interações entre os próprios fatores e as influências que exercem entre si.

A combinação dos fatores, de acordo com Bridges, é uma estratégia de análise promissora. Logo, ele sugere a elaboração de uma lista de condicionantes, resultantes de pesquisas já realizadas com grandes amostras. Essa relação deve

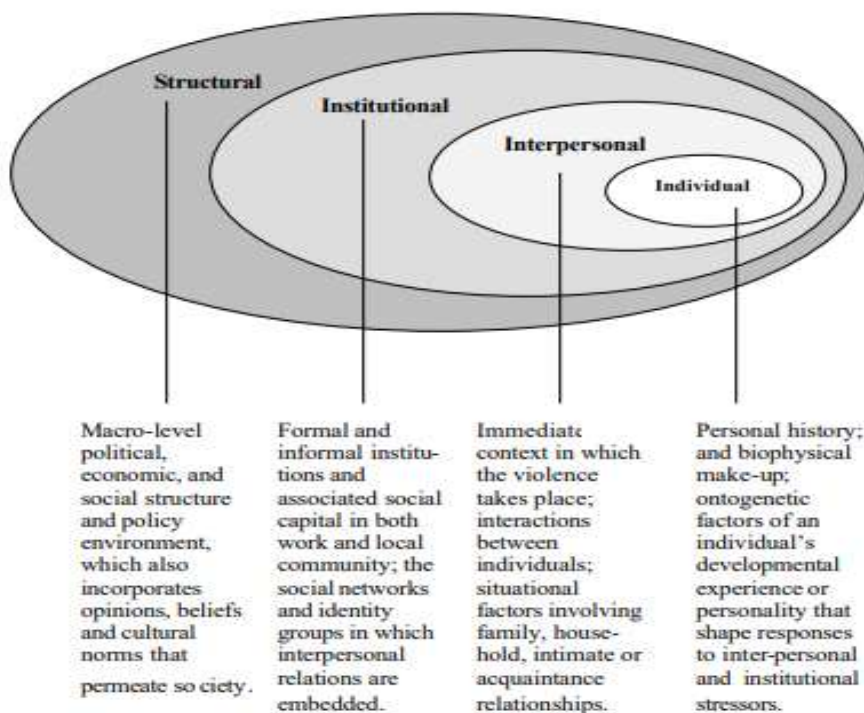
abranger as possibilidades mais expressivas para que se possa delimitar um conjunto de fatores que seja aplicável aos casos analisados (1997). A lista funciona como um “diagnóstico” para os pesquisadores da delinquência juvenil.

Esse diagnóstico tem como principal característica o afastamento da análise de fatores isolados e a busca pela “combinação de tais atributos pertencentes aos diferentes níveis” (p. 256) como alternativa eficaz de análise da criminalidade. As evidências disponíveis sugerem variáveis que compõem cada um dos níveis:

[...] no plano individual há o histórico pessoal, os fatores ontogenéticos e as respostas da personalidade individual diante de situações de tensão. No contexto mais íntimo do indivíduo, em que a violência poderia processar-se, há as relações interpessoais com familiares e com outros conhecidos íntimos. No plano institucional figuram as associações formais e informais comunitárias, profissionais, religiosas, ou outras redes sociais em que haja a identidade dos grupos. No nível macroestrutural inserem-se as estruturas econômicas, políticas e sociais que incorporam crenças e normas culturais que permeiam a sociedade (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004, p. 256).

A construção de um modelo integrado de análise a partir dessa tipologia foi empreendida por diversos autores, diante da constatação empírica da variação que o fenômeno apresenta entre os contextos e os indivíduos (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004). Tais perspectivas estão ancoradas na possibilidade de integrar os níveis individual, interpessoal, institucional e estrutural numa cadeia de fatores que exercem entre si uma influência mútua e cumulativa. Cerqueira e Leão apresentam marcos importante na operacionalização desse modelo a partir das últimas décadas do século XX, em pesquisas sobre abuso infantil (BELSKY, 1980 apud CERQUEIRA e LOBÃO, 2004); violência doméstica contra a mulher (DUTTON, 1988 apud CERQUEIRA e LOBÃO, 2004), entre outros. O modelo foi claramente ilustrado por Moser e Shrader (1999), como mostra a figura 1.

Figura 1. Estrutura integrada para causalidade da violência



Fonte: Moser e Shrader 1999.

A estrutura de análise sugerida por Moser e Shrader, entretanto, foi adaptada de modo a se adequar ao desenho de pesquisa escolhido. Para esses autores, há uma divisão do modelo em quatro níveis, em que o individual e o estrutural são intermediados pelos níveis interpessoal e institucional. A compreensão do comportamento delinquente proposta suprime o nível individual, que no modelo de Moser e Shrader inclui a história biopsicológica do indivíduo, porque esse nível está para além da especificidade desta abordagem. Em vista disso, a adequação necessária resulta em um arcabouço que considera a associação de dois níveis. Para o nível estrutural é considerado o contexto imediato dos recursos materiais e financeiros que definirão o status socioeconômico familiar. No nível institucional considera-se o contexto secundário de relacionamentos, através das instituições informais e das relações de grupo.

O nível estrutural é fundamentado pelo entendimento de que a origem social é um importante fator de risco para a delinquência, de acordo com Thornberry (1987). As desvantagens sociais, que incidem em necessidades materiais, afetam o comportamento dos indivíduos. Nessa direção, como aponta Wacquant, as

estratégias de sobrevivência variam em função dos recursos sociais, econômicos e culturais dos lares pobres, bem como de sua composição (2005, p. 64).

Os aspectos teóricos desse nível de análise são encontrados na perspectiva da Anomia desenvolvida por Robert Merton, por meio da desigualdade na distribuição de recursos em uma sociedade. Essa teoria postula que todas as restrições que os indivíduos de baixo status socioeconômico encontram na busca para alcançar os objetivos culturais são o principal fator para a definição do comportamento desviante. É a escassez de recursos que impede ou dificulta o alcance por meios legais a tais metas (1970).

A partir da aceitação da associação entre essas variáveis (ainda que se façam as ressalvas necessárias), a intenção é buscar aprofundar a compreensão dos seus fundamentos e do modo como isso ocorre em situações específicas, considerando duas suposições: num primeiro plano, que o efeito do status socioeconômico dos indivíduos talvez seja mais bem clarificado se pensado a partir de tipos específicos de comportamento delinquente; e, num segundo plano, considerando que, ainda que o efeito pareça ser significativo, ele não é capaz de sozinho representar o caminho que aproxima os jovens do mundo da criminalidade. Esse efeito não deve, portanto, ser compreendido isoladamente (THORNBERRY, 1987).

Nessa conjuntura, a alternativa é apresentar o status socioeconômico dentro de uma “espiral” de outros elementos propulsores, para fugir da tendência de tomá-lo como circunstância total e com força irrestrita, que a todos sob a sua vigência impulsionaria na direção do desvio. Ainda assim, os aspectos que devem ser operacionalizados nessa direção passam primeiramente pela escassez ou limitação de recursos financeiros, que, de acordo com Merton (1970), localiza os indivíduos nessa condição nas “camadas inferiores” da estrutura.

Entre as restrições impostas pela estrutura social e a pressão que ela exerce concomitante e paradoxalmente, o jovem encontra-se no processo de formação de sua identidade, imerso em uma cultura do consumo. É através da lógica dessa cultura que será possível perceber a dupla influência da sociedade: primeiro ela cria os mecanismos de imposição da inserção de todos no consumo conspícuo³; depois, ela

³ Essa ideia é um componente da teoria do consumo do economista e sociólogo americano Thorstein Veblen (1983) sobre o ato de ostentação da riqueza como meio de adquirir status e prestígio social. O objetivo da teoria do consumo conspícuo é compreender o papel do consumo e como a fixação das sociedades modernas pelos bens materiais contribuiu para a expansão dos mercados. A compreensão dessa relação passa pela publicidade, necessária para criar nos indivíduos a crença em uma

não capacita a todos com acesso aos recursos necessários para que tenham uma inserção bem-sucedida.

Na medida em que o “elemento estrutural” gradualmente estende a sua influência sobre os indivíduos, as respostas começarão a ser determinadas de forma consoante e será necessário que se verifique, ainda que em pequena escala, a presença de estímulos que, após serem integrados ao contexto, poderão potencializar as chances de determinação do comportamento de acordo com os seus fundamentos. No caso dos fatores que aqui são definidos como status socioeconômico, primordialmente a falta de acesso aos recursos materiais, eles poderão difundir sobre o campo de possibilidades de conduta graus mais ou menos elevados de forças que a delinearão, de modo que, se o comportamento não puder ser considerado como causado por esses elementos, ao menos terá sido derivado deles.

Quando as metas impostas pela sociedade são assimiladas, estabelece-se uma “necessidade” de alcançá-las; sem recursos suficientes, o indivíduo passa a experimentar uma sensação de “fracasso” caso essa necessidade seja reconhecida como relevante, tanto para sua identidade, quanto para suas condições de vida - status. Os recursos “alternativos” (ilegais) que estão ao redor dele (e de todos os indivíduos) transformam-se em possibilidade a ser considerada a partir da “necessidade” de usufruir dos frutos que as metas culturais, mais especificamente o consumo, são capazes de proporcionar.

Essa necessidade, derivada da imposição cultural, é o que revelará de forma primária em que medida o indivíduo estará mais ou menos suscetível à influência associativa de outros elementos que reforçariam a possibilidade – e a viabilidade – do comportamento delinquente. A extensão e a intensidade do imperativo da posse de bens materiais definirão a reação do indivíduo frente à constatação do bloqueio dos meios legítimos (MERTON, 1970). Considerando que o imperativo pode variar, extensiva e intensivamente – alguns indivíduos não assimilam as metas culturais e outros as incorporam de forma proeminente –, a percepção da necessidade é um

autoimagem positiva que seria alcançada pela compra de produtos de luxo. É o consumo conspícuo, portanto, que define as percepções dos indivíduos na busca pelos bens que lhes confirmam status e reconhecimento de forma mais imediata do que a satisfação de suas necessidades básicas (VEBLER, 1983).

componente indispensável para se pensar a relação entre o baixo status socioeconômico e a delinquência.

É fundamental salientar que, mesmo entre indivíduos de status socioeconômico semelhante, os imperativos culturais podem atingir graus diferentes de intensidade; e cada um desses graus deverá trazer, por seu turno, uma força correspondente ao impulso e à influência que exerce. A insuficiência dos recursos estaria, assim, realizando seu papel no desenvolvimento da delinquência tão logo apareçam outros fatores que a reforcem. No emaranhado de situações que marcam a vida dos indivíduos ela seria a ponta inicial, mas dependeria de outros estímulos para se configurar enquanto “fator motivador” do desvio.

O que deve ficar claro, portanto, é que o status socioeconômico não é considerado uma causa primária da delinquência, mas um sintoma de que, a depender da sua associação com outros elementos, o indivíduo orientará a sua conduta de modo a criar as condições para alcançar seus objetivos, ainda que essas condições sejam contrárias ao que está estabelecido como “recursos legais”.

Isso posto, resta conhecer como se dá a atuação “associativa” e qual papel cada elemento cumpre nesse processo: qual deles é a “pólvora” e qual é a “faísca”, que quando combinados podem gerar o desvio. Como aponta Merton:

Em sociedades como a nossa, a grande ênfase cultural sobre o sucesso pecuniário para todos e uma estrutura social que indevidamente limita o recurso aos meios aprovados, estabelecem para muitos uma tendência rumo às práticas inovativas, em contraste com as normas institucionais. Porém, esta forma de adaptação pressupõe que os indivíduos tenham sido imperfeitamente socializados, de modo que abandonam os meios institucionais, enquanto retêm a aspiração ao êxito (1970, p.223).

A socialização dos indivíduos deve ser considerada como pano de fundo para o que Merton chamou de “ruptura da estrutura reguladora”, que é o resultado da tensão provocada pela constatação da limitação dos recursos, capaz de atenuar os controles institucionais sobre a conduta, ao mesmo tempo em que favorece sua aproximação com os meios ilegais. Nesse ponto insere-se o papel que a família desempenha e sua caracterização enquanto “fonte estrutural” do comportamento delinquente.

A grande maioria das sociedades modernas atribui e impõe à família o papel de educar os filhos no sentido de que eles, através da observância das regras e normas vigentes, desenvolvam uma conduta considerada “normal” e aceitável. Diante

do não cumprimento desse papel, muitas vezes o resultado pode ser o comportamento desviante (MCCORD, WIDOM, CROWELL, 2001). O cumprimento da responsabilidade da família está ligado a duas categorias que permitem a análise dessa relação: primeiramente, a estrutura familiar, com a composição demográfica e as condições sob as quais ela vive; e o funcionamento familiar, expressão das relações que se estabelecem entre os seus membros. Nessa direção, Minayo (2011) aponta algumas situações na dimensão da dinâmica familiar, consideradas predisponentes para a aproximação do jovem com o mundo do crime:

1) famílias monoparentais, sobretudo as chefiadas por mulheres, cuja administração lhes gera sobrecarga de atividades e atribuição precoce de responsabilidades para o adolescente; 2) famílias em que há pouco diálogo e os jovens não encontram ambiente para expressão de seus conflitos; 3) pais distanciados da vida cotidiana de seus filhos e que se alienam em relação aos amigos deles, seus lugares de lazer, seus medos, seus sonhos e expectativas de futuro; 4) familiares comprometidos com problemas de alcoolismo ou uso de drogas; 5) familiares participantes de grupos criminosos; 6) uso abusivo de drogas pelos próprios adolescentes (p. 41).

Quando a família, um dos elementos da estrutura social com a função de regular as condutas que são legitimadas como convencionais, encontra-se diante de um contexto de práticas consideradas inadequadas – violência, abuso, etc. – ela produz o que Mccord, Widom e Crowell denominaram de “comportamento parental ineficaz” (2001). As inadequações parentais incluem, também, maus tratos durante a infância, negligência e ausência de supervisão.

São situações que remetem à ideia de “crise da família”, um dos principais reflexos das mudanças nas instituições que caracterizam as sociedades modernas, como ressalta Santos:

A crise da família cristaliza tais mudanças nos laços sociais, pois as funções sociais desta unidade social marcadas por relações de parentesco – assegurar a reprodução da espécie, realizar a socialização dos filhos, garantir a reprodução do capital econômico e da propriedade do grupo, assegurar a transmissão e reprodução do capital cultural – estão atualmente ameaçadas. Por um lado, em decorrência da própria diversidade de tipos de família no Brasil atual – família nuclear, família extensa em algumas áreas rurais e urbanas, famílias monoparentais, famílias por agregação. Por outro, os tipos de relações de sociabilidade que nela se realizam são variados: marcados originalmente pela afetividade e solidariedade, agora as relações reaparecem como largamente conflitivas, como o demonstram os fenômenos da violência doméstica (2009, p. 19).

O resultado dessas mudanças é a transferência das funções socializadoras para outras instâncias como a escola, a mídia e os grupos de pares, entre outros, o que faz com os indivíduos encontrem-se diante de uma diversidade de valores e normas sociais que criam referências contraditórias de conduta. Se de um lado há a permanência de um padrão definido a partir de normas tidas como civilizadas e institucionalizadas formalmente, do outro lado há o contato com um padrão estabelecido a partir da institucionalização do desvio como sendo a norma geral, ainda que – e por isso mesmo – contrário aos mecanismos de controle legais (SANTOS, 2009).

Ao descrever o comportamento desviante dentro desses parâmetros, Merton adverte que não se trata de atribuir a ele nenhuma racionalidade ligada ao cálculo utilitário, mas tão somente dar ênfase às pressões criadas pelas discrepâncias estruturais (1970). Junto às pressões e às restrições, adquire centralidade a perspectiva da “interação social”, elemento admitido pela Teoria da Anomia como imprescindível para a aproximação dos jovens com os padrões delinquentes. Na relação com os pares nos grupos de referência são as normas e os valores compartilhados que darão ao indivíduo as primeiras possibilidades de reação negativa à limitação de recursos.

A observação das interações sociais não seria, desse ponto de vista, apenas um recurso alternativo à teoria da estrutura, mas um canal de abordagem que deveria ser incorporado às análises, a partir da constatação da pressão exercida sobre os jovens, conforme ressalta Merton:

[...] alguns indivíduos são sujeitos mais que outros às tensões que surgem da discrepância entre os objetivos culturais e os meios mais efetivos para a sua realização. Consequentemente, eles são mais vulneráveis ao comportamento desviado. Em alguma proporção de casos, também dependentes da estrutura de controle dos grupos, esses afastamentos das normas institucionais são socialmente recompensados pelo bom êxito em alcançar as metas. Porém, estes modos desviados de alcançar os objetivos ocorrem dentro de sistemas sociais. Em consequência, o comportamento desviado afeta não somente os indivíduos que primeiramente se lançam a ele, mas de certo modo, afeta também outros indivíduos com quem eles estão inter-relacionados no sistema (1970, p.256).

A partir da interação com indivíduos delinquentes de “mentalidade semelhante” haveria um reforço mútuo das atitudes desviantes. Caso isso ocorra, estaremos diante da etapa de “progresso total do comportamento desviado, apoiado pela gangue ou turmas” (MERTON, 1970, p.254). Às fontes estruturais da

delinquência seria acrescido um tipo de fonte social, através da transmissão de “moldes culturais”, gerando um contexto de “reações agregadas” ou, como definiu Merton, “o processo social que liga a anomia⁴ e o comportamento desviado” (p. 255).

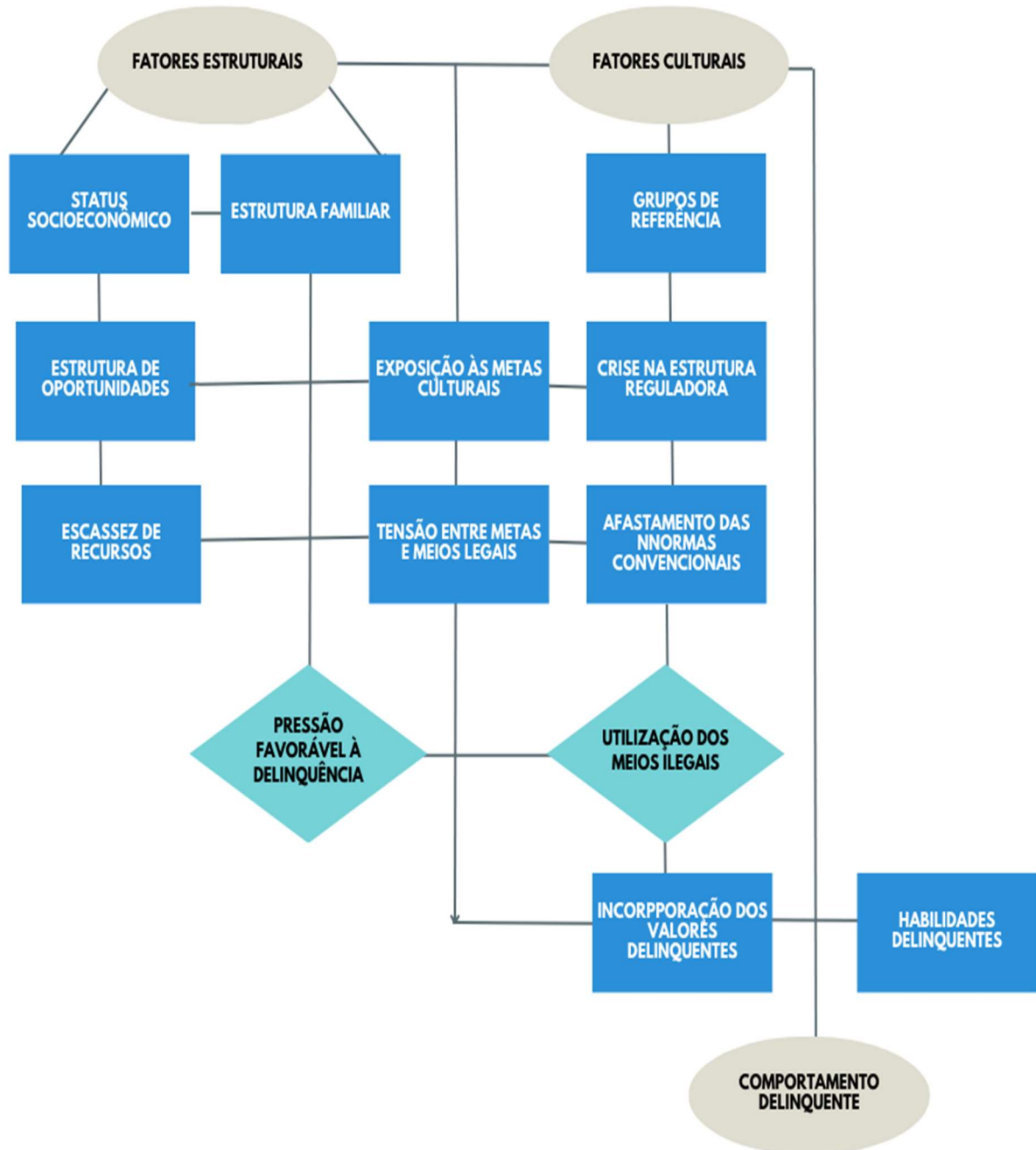
O ponto central a ser considerado é o fato de que, se é verdade que as relações que são estabelecidas a partir dos grupos fornecem referências de valores, também é possível admitir que esses valores incidam sob a forma como um comportamento aceitável é percebido. Portanto, se o comportamento delinquente é considerado comum dentro de um grupo, ele é estabelecido como algo aceitável (LAUB e SAMPSON, 1996).

A referência dos pares delinquentes é amparada pela teoria da Aprendizagem Social de Edwin Southerland (1992), que basicamente postula que à proporção que os indivíduos sentem a influência dos valores dos grupos de referência, o peso das normas sociais sobre o seu comportamento vai se dissolvendo e os recursos ilegais vão ganhando força; diante da incorporação desses valores, serão desenvolvidas as técnicas e habilidades necessárias para que os meios ilegais possam ser convertidos em “meios viáveis” para se alcançar os objetivos.

Todos esses argumentos, tomados enquanto referência teórica, exigem um exercício de integração conceitual. Considerando que a delinquência é apresentada como o efeito do entrelaçamento de influências estruturais e culturais, há a necessidade de aplicação da mesma lógica à construção da estrutura teórica da pesquisa (THORNBERRY, 1987). Uma proposta de multifatorialidade conceitual, nessa direção, compõe o núcleo deste trabalho, como demonstra a estrutura de análise representada pela figura 2.

⁴ Enquanto ferramenta analítica, o conceito de anomia é um elemento central da teoria clássica de Emile Durkheim, através do qual as situações de instabilidade são apresentadas nas sociedades modernas. Uma realidade social anômica seria marcada pela falta de compreensão e aceitação de valores e padrões que incidiria na ausência de propósito e desespero por parte dos indivíduos. Em sua adaptação para utilização do conceito, Merton buscou demonstrar como esse quadro de ausência de normas é sentido com maior severidade pelos indivíduos desprovidos dos meios aceitáveis para alcançar suas metas de sucesso pessoal. Nesse tipo de situação, sob os meios é dada uma ênfase menor que aos fins e a consequência é a possibilidade de um “colapso na estrutura reguladora”, ou seja, o próprio estado social anômico, que se manifesta a partir da pressão imposta aos indivíduos que passam a se comportar de modo a colocar em risco a estabilidade social. A ausência de regulação e limites sobre o comportamento, portanto, é o que traz a tona a anomia, que por sua vez faz surgir a tensão. A delinquência seria, para Merton, a manifestação desta tensão (MERTON, 1970).

Figura 2. Relações entre fatores estruturais e culturais no desenvolvimento do comportamento delincente entre jovens de baixo status socioeconômico



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Esse esquema busca revelar as nuances de um processo que pode ser sintetizado da seguinte forma: a sociedade estabelece metas de sucesso material a todos os indivíduos. Entretanto, ela não oferece a todos os meios para alcançá-las

(MERTON, 1970). Os mecanismos legítimos estão ligados aos recursos advindos do status socioeconômicos (renda, emprego, educação, etc.). O baixo status socioeconômico dificulta o alcance das metas porque o indivíduo não possui os recursos necessários. Surge daí uma tensão entre metas e meios. Diante da ausência dos meios legais, o acesso aos meios antissociais e ilegais passa a ser uma alternativa. Assim, através de um processo de aprendizagem social e influência delinquente dos grupos de referência, o indivíduo incorpora os valores dessa subcultura e adquire as habilidades necessárias à ativação dos meios ilegais.

Para operacionalizar o estudo empírico dessas relações, os procedimentos metodológicos considerados mais apropriados são os que se alinham à tradição de métodos qualitativos. Se os levantamentos estatísticos são caminhos válidos e confiáveis para medir os aspectos gerais que envolvem os fatores explicativos, para os quais esses métodos foram projetados, as abordagens qualitativas permitem a compreensão dos aspectos particulares, que não podem ser captados a não ser através de processos interpretativos de investigação.

Os métodos interpretativos são utilizados, portanto, como alternativas às limitações de medidas, ainda que tenham as suas próprias limitações. Sendo compreensivo o exercício proposto, a análise não pode prescindir da investigação da vida passada e presente do indivíduo, sua composição familiar e social. Nesse ponto, o “método biográfico” (BERTAUX, 1980) é a técnica adotada, operacionalizada por meio de entrevistas em profundidade com três jovens em conflito com a lei, com histórico de cometimento de ato infracional análogo aos crimes de furto e roubo, com idade entre 15 e 17 anos. Essas histórias de vida são reconstruídas através de relatos autobiográficos.

O trabalho está organizado em duas partes, com dois capítulos cada. A primeira parte é dedicada à construção do objeto de análise. O capítulo 1 trata da delinquência juvenil enquanto problema social, com a discussão das categorias “juventude”, “delinquência” e “cultura do consumo”. Os aspectos históricos e a contextualização do fenômeno no Brasil também são contemplados pelo conteúdo dessa seção.

O segundo capítulo apresenta a delinquência juvenil como um problema sociológico, partindo da elaboração teórica das categorias analíticas. Nesse ponto são apresentados os pressupostos da perspectiva da Anomia de Robert Merton e da Teoria da Associação Diferencial de Sutherland. Em ambos os casos a discussão

segue o mesmo curso: primeiramente o foco está na análise da criminalidade em geral e em seguida a ênfase é colocada em sua interface com a delinquência juvenil.

A segunda parte do trabalho é composta pela construção empírica do comportamento delinquente juvenil. O conteúdo do terceiro capítulo contempla a apresentação dos fundamentos metodológicos e das técnicas de pesquisa empregadas e sua operacionalização pela Criminologia. A abordagem biográfica tem sua relevância ressaltada para o campo de estudos criminológicos, bem como as entrevistas em profundidade, técnica de coleta dos relatos autobiográficos. Por fim, no quarto capítulo, está a apresentação da delinquência juvenil a partir das experiências vividas. A seção é composta pelas biografias dos jovens em conflito com a lei e pela articulação das descobertas empíricas aos pressupostos teóricos, que resultaram no quadro interpretativo apresentado.

PARTE 1

O fenômeno da delinquência juvenil

...uma sociedade que atribui alto prêmio sobre a influência econômica e a ascensão social para todos os seus membros...

A estrada para a fortuna, tal como a estrada pública de pedágio, está aberta igualmente aos filhos do mendigo, e ao descendente de reis. Há taxas a serem pagas por todos, e no entanto, todos têm direitos, e unicamente a nós compete utilizar esses direitos. A característica dessa doutrina cultural é dupla: primeiro, o esforço à busca do sucesso não é um assunto dos indivíduos que por acaso tenham impulsos aquisitivos, enraizados na natureza humana, mas sim, uma expectativa socialmente definida; e segundo, essa expectativa padronizada é considerada como apropriada para cada componente da sociedade, não levando em consideração sua situação inicial ou posição na vida (MERTON, 1970, p. 242).

Delinquência juvenil: do problema social à construção da categoria de análise

A violência foi declarada um problema de saúde pública relevante e com tendência de crescimento em todo o mundo pela 49ª Assembleia Mundial de Saúde da Organização das Nações Unidas, no ano de 1996. A Declaração tratava dos impactos desse fenômeno, verificados em toda a sociedade, e sugeria que a situação fosse considerada e enfrentada com urgência pelos Estados Membros da ONU.

Na mesma direção, a Organização Mundial da Saúde - OMS publicou no ano de 2002 o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, com o objetivo de contribuir com a ampliação da consciência sobre a gravidade do aumento nos índices violentos a nível global. Tais iniciativas são embasadas na defesa da possibilidade real de prevenção, desde que seja possível reconhecer as causas desses problemas. Buscando apresentar a dimensão das consequências da violência e da criminalidade, os organismos internacionais dirigiram seu foco de atenção para uma vertente que merece destaque em qualquer discussão sobre a temática: a juventude.

Essas constatações vão ao encontro do que a literatura já apontou em diversos estudos e pesquisas criminológicas: um aumento vertiginoso das ocorrências, que afetam pessoas de todas as idades, mas de forma especial os jovens; por isso, o reconhecimento da violência como problema grave e de saúde pública classifica a delinquência juvenil como prioridade das iniciativas de análise e de enfrentamento.

Os dois capítulos que compreendem a primeira parte deste trabalho estão voltados para a contextualização social, histórica e jurídica desse fenômeno. Essa seção trata do comportamento delinquente juvenil enquanto um problema social e sua construção enquanto categoria de análise sociológica, no plano teórico. A delinquência juvenil tem um conceito, uma história, uma dimensão legal e uma dinâmica, e isso compõe o cenário da primeira parte, com a apresentação da especificidade do fenômeno na sociedade brasileira.

O primeiro desafio a ser encarado nessa construção é a elaboração do conceito de delinquência. As maiores dificuldades desse exercício residem na enorme diversidade de comportamentos que podem receber essa denominação e na complexidade de se definir quem são os “delinquentes”. Diante das mudanças no entendimento social da criança e do adolescente essas dificuldades de precisão conceitual se acentuam, em consonância com as mudanças na definição legal de

violação e dos atos que são considerados impróprios e inadequados. A noção de delinquência juvenil é a expressão de como a sociedade vê o jovem; ao passo que essa visão muda, as repostas legais que a sociedade dá a ela também se transformam.

O termo “delinquente” sempre foi utilizado para designar o agente de uma variedade de comportamentos considerados em desacordo com os padrões definidos socialmente e aceitos como legais. É um termo carregado de significados diferentes e na maioria das vezes ambíguos. Do ponto de vista legal, as definições estão inscritas a partir da especificação das ações que o constituem como tal, aplicadas aos menores de dezoito anos que as praticam, considerados “delinquentes juvenis”.

No plano acadêmico, a busca pela compreensão do fenômeno pressupõe um esforço considerável na direção da construção de um conceito que pudesse ser aplicado em termos teóricos e metodológicos. Sua utilização nos mais diversos tipos de estudos indica a consideração de elementos que designam, invariavelmente, uma “violação, praticada por um indivíduo de certa idade e de acordo com a legislação do contexto” (BINDER, 1988). Sociologicamente, designa o comportamento desviante do considerado “normal”, de tal modo que o infrator se torna uma ameaça a si mesmo e à sociedade. Se essa conduta se transforma num padrão, estamos diante da delinquência.

Em ambos os casos e em qualquer sociedade, o risco da utilização do termo está no fato de que ele carrega uma conotação pejorativa. Uma alternativa ao que poderia ser considerada uma ofensa ao infrator é a utilização do termo “jovens em conflito com a lei”, compreendendo aqueles menores de dezoito anos que estão submetidos à justiça criminal infanto-juvenil (BRASIL, 1990). Como nem todo desvio é uma violação de lei, alguns comportamentos que não estão sob jurisdição são considerados em conflito com os valores e as normas sociais, quando não são tolerados.

Dentro da estrutura teórica construída neste trabalho, o termo delinquência é utilizado como uma ferramenta conceitual para designar aquilo que, do ponto de vista legal, inclui o ato infracional, que qualifica os jovens não como delinquentes no sentido pejorativo, mas aqueles que estão em conflito com a lei, de acordo com o que é asseverado pela legislação brasileira.

Diante disso, o conceito “delinquência juvenil”, para além de seu estatuto legal, é utilizado para designar a posição de uma pessoa ou de um grupo na sociedade (MURRELL e LESTER, 1981).

CAPÍTULO 1 A DELINQUÊNCIA JUVENIL COMO PROBLEMA SOCIAL

O comportamento delinquente juvenil é uma das faces mais visíveis da violência e da criminalidade. Os seus efeitos não atingem apenas os jovens, eles são estendidos aos familiares, comunidades e sociedade em geral, e são expressos em indicadores de incidência na criminalidade adulta, no encarceramento, nas mortes precoces, na saúde e na qualidade de vida.

O fenômeno designado como “delinquência juvenil” neste trabalho, como se pode notar, é polissêmico; sua aplicação ao contexto de jovens que cometem atos infracionais sempre foi acompanhada de muita controvérsia. Do ponto de vista da caracterização da condição dos indivíduos, tornou-se com o passar do tempo uma ideia de conteúdo discriminatório, incompatível com a posição de sujeito de direitos ocupada por jovens e a adolescentes, ainda que estejam em conflito com a lei.

Todavia, do ponto de vista da análise sociológica, pode agregar elementos que facilitam a identificação da situação que se pretende abordar. Utilizado primeiramente no campo jurídico, teve seu significado modificado de acordo com o período histórico e com o lugar, mas desde o início foi tratado pela literatura como uma sequência de etapas pelas quais uma pessoa passa do comportamento “convencional” para a “inconformidade” (HIRSCHI, 1969). Esse processo é permeado por um dilema quanto ao tratamento designado a esses indivíduos: eles devem ser considerados criminosos ou representam a expressão de um grave problema social? A implicação prática desse impasse recai sobre a decisão acerca da atribuição de responsabilidade ao jovem sobre o ato praticado que cada sociedade tomou ao longo do tempo.

Várias condutas estão agrupadas na ideia de delinquência, mas nem todas representam algum tipo de atividade criminosa. Diante dessa variedade, Merton adverte que, em sua forma convencional, ela mais obscurece do que esclarece quais são as condutas a que se refere. A sua aplicação poderá abarcar, do ponto de vista sociológico, uma gama de ações distintas sob a mesma significação, de modo que, por seu caráter variado, uma teoria específica não conseguiria dar conta de todas as suas formas (MERTON, 1970).

No âmbito jurídico, sua primeira definição data do final do século XIX, quando foi sancionada, em 1889, a primeira lei sobre a delinquência juvenil na Inglaterra. No escopo dessa lei estavam previstos os atos proibidos, cometidos até a idade limite por

crianças consideradas “incorrigíveis”, marcadas por condutas “indecentes” e vivendo no ócio. Isso incluía uma grande variedade de situações, como associação a pessoas consideradas “imorais”, participação em negócios ilegais, consumo de álcool e cigarro em locais públicos, mendicância e qualquer outro tipo de violação de qualquer lei (KING, 1998).

Do ponto de vista da produção do conhecimento sobre o tema, no ano de 1964, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO - realizou um estudo, que se tornou referência pelo seu caráter pioneiro, sobre os “problemas de inadequação social entre jovens”, no âmbito da França, buscando a explicação para o que o organismo chamou de “comportamento incomum e agressivo”. Naquele contexto, diante da constatação da existência de uma delinquência que se manifestava em dimensões cada vez maiores, fazia-se urgente “conhecer o ser humano historicamente tão rotulado” (KVARACEUS, 1964, p.11).

Esse estudo aponta que o Direito Romano já previa sanções para crianças que roubavam, o que demonstra que há pelo menos 300 anos a.c a delinquência juvenil estava presente na sociedade como um todo, embora apresentasse dimensões maiores e mais graves em determinados países. Já em meados do século XX era considerado um problema sério e generalizado.

O termo delinquente, entretanto, nem sempre designou o comportamento criminoso. É comum que ele designe apenas uma reação diante da perplexidade do mundo adulto em relação ao comportamento de adolescentes. Diante dessa imprecisão, o Segundo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção da Criminalidade e Tratamento dos Infratores (1955) restringiu a utilização do termo aos casos de violação de leis criminais. Como nem toda violação ou comportamento ofensivo pode ser tomado como delinquência, nem sempre a associação da juventude aos atos delinquentes é verdadeira, haja vista que “o comportamento dos jovens raramente está em conformidade com os padrões e expectativas que os adultos têm para eles” (KVARACEUS, 1964, p. 13).

1.1. Aspectos históricos da delinquência juvenil

Na Inglaterra, a preocupação com a delinquência juvenil foi institucionalizada no final do século XVIII, durante um contexto de intensas transformações no campo jurídico e nas orientações políticas, embora ela já ocorresse desde o século XVI (KING, 1998). De acordo com King, no ano de 1816, aproximadamente 1500 menores de dezessete anos estavam presos em Londres e muitos desses menores tinham idade inferior a dez anos. A população da cidade chegava a 2,5 milhões de habitantes.

Nesse ano, o Relatório do Comitê de Investigação das causas do “aumento alarmante” da delinquência juvenil nas metrópoles constatou a existência de milhares de meninos caracterizados como praticantes de atos criminais. De forma geral, eram componentes de grupos com certa organização e comandados por “ladrões professores” adultos (KING, 1998). Mas tratava-se de estimativas; nessa época o problema das estatísticas criminais dificultava a validação das narrativas populares; grande parte dos crimes cometidos não era registrada. Ainda assim, os registros apontavam que a partir dos sete anos de idade as crianças nessa situação eram consideradas responsáveis pelos seus atos e vistas como criminosas, devendo, portanto, ser tratadas sob a ótica da punição. Os menores infratores eram presos, transportados para longe e até executados (*Ibid.*, 1998).

Considerados uma versão em miniatura dos adultos, eram responsabilizados, julgados e punidos como tais. Apenas no final do século XIX houve mudanças nesse paradigma da responsabilização e as crianças passaram a receber atenção em relação à situação na qual viviam e ao tratamento que a elas era dispensando pela legislação adulta. O fato de serem encarcerados no mesmo ambiente que os adultos começou a ser questionado sob a hipótese de que a convivência com criminosos seria negativa; através dessa interação, eles desenvolveriam suas habilidades criminais e teriam o seu comportamento desviante reforçado. (MURREL e LESTER, 1981). Foi a partir dos apelos para a introdução de uma legislação específica para jovens e crianças que algumas alterações no sistema penal começaram a ser sentidas. O Estado Inglês criou um comitê para analisar a situação das cadeias e das casas de correção e no ano de 1838 foi estabelecida a primeira prisão para meninos, separada dos adultos criminosos (KING, 1998).

O enfrentamento da delinquência juvenil alcançou outro patamar desde então e desenvolveu-se uma nova concepção sobre a penalização dos infratores. Em meio

à punição, única alternativa adotada até esse período, a reforma passou a ser considerada dentro de uma lógica de reabilitação. Começava a surgir a defesa de que os reformatórios seriam mais apropriados e que as crianças, ao invés de serem presas, deveriam ser assistidas, educadas e abrigadas.

Em decorrência de todas essas transformações surgiram as Escolas Reformadoras, que abrigavam menores de dezesseis anos durante o auge da era vitoriana⁵ até o início do século XX, quando foi estabelecido o Sistema Borstal⁶, uma prisão de adultos convertida em prisão para menores, voltada à formação profissional e moral. Considerado um avanço nos sistemas penitenciários, Borstal introduziu a lógica de regime penitenciário aberto, priorizando a disciplina e o treinamento militar. As instituições reformadoras tinham sua ação pautada pelos princípios de moralidade e profissionalização, muitas delas eram “escolas industriais” (KING, 1998). Apenas na década de 1980 foi criada a rede de centros de detenção de jovens infratores que predomina até os dias de hoje na Inglaterra.

De todo modo, a instituição de um processo criminal sob a alegação da delinquência juvenil, como mostra King, é anterior à criação do termo, nos primeiros anos do século XVIII. Somente com a institucionalização dos direitos da criança e do adolescente como uma realidade na maioria das sociedades foi que a delinquência passou a ser considerada uma questão central quando se trata de proteger as crianças e garantir os seus direitos (1998).

Na realidade, a preocupação com o bem-estar desse segmento é um fenômeno recente na história da civilização. Antes da Idade Moderna as crianças eram tidas como “bens móveis”, inclusive sem uma distinção clara entre elas e os escravos,

⁵ Entre 1837 a 1901 a Inglaterra foi reinada pela Rainha Vitória, motivo pelo qual o período ficou conhecido como “Era Vitoriana” (GARLAND, 1999).

⁶ Borstal foi um programa de treinamento implantado no início do século XX na Inglaterra, considerado como uma alternativa progressista ao sistema prisional tradicional. O seu eixo de atuação passa pela proposta de reforma através da educação dos menores infratores que recebiam treinamento profissional e não apenas punição pelos seus atos. Os dados registrados apontam que nas primeiras décadas de funcionamento, a taxa de reabilitação dos menores chegou à casa dos 70%, demonstrando ser uma iniciativa eficaz. A partir da década de 1970, porém, o quadro se inverteu e a constatação foi sustentada pelo mesmo percentual, só que desta vez representando os índices de reincidência. Os reformatórios recebiam uma média de 50 jovens com idade entre 16 e 21 anos e sua dinâmica pretendia reproduzir um ambiente familiar, com um chefe de família e funcionários domésticos. Esse sistema vigorou de 1902, quando foi estabelecida a primeira instituição a 1982, quando foi abolido pela Lei de Justiça Criminal (WARDER, 1973).

em algumas sociedades. Nesse período, não era incomum o abandono de recém-nascidos e nem mesmo os índices elevados de infanticídio pela Europa. Quanto aos jovens, os castigos físicos eram aplicados de forma severa para assegurar a imposição de controle e correção pela família, escola e até pela igreja (MURRELL e LESTER, 1981).

As análises da delinquência, nesse contexto, convergiam no sentido de apontarem, em sua grande maioria, crianças que viviam em más condições de vida. Isso sugeria, como aponta King, que os delinquentes juvenis pertenciam a um determinado grupo socioeconômico: o de baixa renda (1998). Porém, não eram somente os jovens de classes baixas que adotavam esse tipo de comportamento; também há diversas evidências do envolvimento de jovens de renda mais alta com a delinquência.

Os franceses, por exemplo, chamavam de “*blousons dorés*” (jaquetas de couro) os delinquentes juvenis de classes sociais mais altas (SHORE, 1999). Na Bélgica, pesquisas desvelaram os roubos que não eram levados ao tribunal, cometidos por crianças que agiam em grupo, por diversão. Elas eram membros de famílias ricas e geralmente roubavam objetos de baixo valor (KING, 1998). Isso demonstra que em todas as sociedades diversos grupos sequer têm suas infrações registradas; por consequência, a delinquência praticada por eles não é encaminhada à justiça. Desde sempre, tivemos os delinquentes que são conhecidos e os desconhecidos.

De acordo com Bassiouni, a explicação para o desenvolvimento da delinquência entre os jovens das classes médias e altas está no fato de que eles percebem as oportunidades positivas de aprendizado dos comportamentos inaceitáveis e selecionam o desvio entre as possibilidades que lhes são disponibilizadas. Talvez por isso a criação de uma cultura juvenil nas sociedades contemporâneas tenha atraído para a delinquência um número cada vez maior de jovens de classes altas (1974).

Apesar de guardar traços comuns entre o comportamento de jovens de classes diferentes, a delinquência juvenil se manifesta de forma diferente e com características específicas em cada país. Pode-se admitir, segundo Kvaraceus, que “cada delinquente é único” (1964, p. 20) e essa consideração é fundamental para que ele possa ser assistido. Em função disso, dizer que famílias desestruturadas ou histórico de privações são fatores universais de explicação coloca-nos diante de

conclusões que podem não expressar a realidade. Sem contar que o mesmo ato pode ter motivações diferentes e visar finalidades distintas. Comportamentos iguais podem apresentar funções, motivações e efeitos diversos (KVARACEUS, 1964).

Independentemente disso, a partir do século XIX a delinquência passou a ser relacionada à pobreza nos grandes centros urbanos e à influência da criminalidade adulta. Ao mesmo tempo, disseminou-se a crença na reabilitação das crianças e nas tentativas de afastá-las da vida no crime; a ressocialização passou a ser concebida como uma possibilidade de impactar negativamente a criminalidade na vida adulta. A questão começou a ser vista como um problema que extrapolava o âmbito familiar: era um problema da sociedade. Ela deixou de ser uma preocupação exclusiva dos pais e passou a ser do Estado, que poderia intervir quando necessário (*Ibid.*, 1964). Dessa conjuntura surge o jovem enquanto sujeito social que deveria ter a sua condição problematizada, haja vista a importância que representa na dinâmica de todas as sociedades.

Isso demonstra que em torno das narrativas construídas sobre a delinquência juvenil os elementos de ordem jurídica, social, cultural e econômica estão entrelaçados na composição de um quadro que muda constantemente. Desde que os jovens alcançaram o protagonismo político e cultural – e passaram a configurar um segmento central na manifestação da violência e criminalidade pelo mundo a fora – houve a necessidade de sistematização do controle formal do desvio juvenil. Destaca-se aqui o papel “paternalista” do Estado (KING, 1998) diante da urgência de adequação da intervenção à concepção de proteção e bem-estar desses indivíduos.

A partir da constatação da incapacidade de controle das instituições tradicionais, o seu “substituto formal” estava apto a intervir, estendendo sua ação, sobretudo para a seara dos valores morais, reafirmando a inculcação da obediência à autoridade aos jovens. Pode-se dizer que o Estado passou a ser o agente regulador do comportamento, uma vez que exercia um controle que ultrapassava as atividades criminosas, cobrindo a conduta etária que estava sob a responsabilidade da família até então (*Ibid.*, 1998).

Isso tem uma relação direta com a “criminalização da pobreza”; para os indivíduos das “classes mais baixas” significou a ocupação de um novo lugar: passaram a ser tratados como atores racionais, movidos pela busca de riqueza e tentados a criar oportunidades para o cometimento de crimes (BONINO, 2011). Para

a Criminologia significou a introdução de um debate complexo e problemático: a relação entre crime e classe social.

1.2. Delinquência juvenil e classes sociais

Uma controvérsia permeia desde muito tempo as pesquisas criminológicas: existem evidências da associação entre condições socioeconômicas e delinquência? Ainda que essa associação não seja empiricamente comprovada, jovens de baixo status socioeconômico persistem enquanto grupo de risco, tanto no que diz respeito ao cometimento, quanto à vitimização da violência e da criminalidade (THORNBERRY, 1987). Porém, a “super-representação” desses indivíduos entre as taxas de delinquência – uma “descoberta tradicional” – é uma das mais importantes questões de fundo das análises sobre as causas do seu envolvimento com a criminalidade.

Essa desproporcionalidade na quantidade de delinquência entre os segmentos de status socioeconômico mais baixo em relação aos estratos de status socioeconômico mais elevado deu origem a dois movimentos nas análises empíricas: 1) movimento de confirmação da hipótese de que essas variáveis estejam envolvidas numa relação de causa e efeito; 2) movimento de análises que se estruturam a partir da tentativa de confrontar e rejeitar a hipótese de associação entre elas (FULLER, 2015).

Entretanto, as relações que são expressivas do ponto de vista das estatísticas oficiais não encontram a mesma significância quando se considera determinados tipos de comportamento delincente, e, mais ainda, quando se considera que elas são assentadas apenas nas ocorrências que são oficializadas. Como aponta Merton, os dados sobre delinquência, organizados em termos de um conceito ou medida especial de como se opera o crime,

[...] têm conduzido a uma série de hipóteses que consideram a pobreza, as condições de vida nos cortiços e favelas e outras características que se pensa estarem estreitamente associadas à classe social inferior, como sendo as “causas” do comportamento criminoso (1970, p.159).

Visando demonstrar os limites das teorias que se estruturam em torno dessas abordagens, sobretudo na utilização do argumento de que as taxas de delinquência oficiais são mais verificadas entre as classes sociais de status socioeconômico mais

baixo, Merton recorre à Sutherland⁷ e o seu estudo sobre os crimes de colarinho branco para lembrar que, a partir da definição precisa de delito ou crime numa perspectiva mais ampla, incluindo as suas mais variadas manifestações, poderíamos encontrar índices maiores de delinquência entre as classes “mais altas”, em comparação às classes “mais baixas” (MERTON, 1970). A delimitação do conceito a ser descrito teoricamente e verificado empiricamente, permite, assim, a “reconstrução de dados”, especificando com maior precisão o que nele estará compreendido ou não.

Essa controversa convergência entre delinquência juvenil e classes sociais é analisada por François Dubet (1987) a partir de sua preocupação com a necessidade de explicitar o caráter multifacetado da noção de classes, seus inúmeros sentidos e sua localização em processos sociais distintos. A despeito da coerência entre a centralidade dessa variável nas análises criminológicas e a sua representação incontestável na manifestação dos fenômenos correlatos, Dubet alerta para o risco de se tornar banal a abordagem dessa correlação, produzindo muito mais perguntas do que respostas, quando tomada a partir da lógica da causalidade.

As conclusões resultantes, por mais que apontem direções diferentes e até mesmo contrárias, compartilham a tendência de “denunciar a injustiça revelada pela distribuição da criminalidade na população” (DUBET, 1987, p. 265). Isso se dá de acordo com a especificidade de cada abordagem e orientação e consoante com o critério de definição adotado. Uma classe é uma comunidade? É uma cultura, ou é um *habitus*? Ou é um estrato que se define pelos recursos e oportunidades? Esses são processos sociais distintos.

Em alguns casos, a denúncia das injustiças é realizada através das questões culturais, em outros casos, ela emerge da observação da lógica de dominação e até da perspectiva do “ator individual”. De acordo com a perspectiva adotada, dois caminhos são possíveis, de acordo com Dubet: quando é a delinquência que define a dimensão de classe, como ocorre com os processos de estigmatização⁸, a definição

⁷ SUTHERLAND, Edwin H. White collar crime: the uncut version. Yale: Yale University Press, 1983.

⁸ A teoria do Estigma de Irving Goffman parte da etimologia da palavra; seu significado remete à sinais corporais que realçam um aspecto negativo e incomum sobre o status dos indivíduos, indicando que eles devem ser evitados. A estigmatização, nessa lógica, significa a imputação de atributos de desvalorização no contexto das relações sociais, afetando a identidade social que passa a ser considerada a partir da ideia de “anormalidade”. Em linhas gerais, trata-se do processo de “deterioração” da identidade, conforme indica o título da obra que trata do conceito (GOFFMAN, 1980).

do comportamento desviante é exógena; quando a condição de classe é o que caracteriza a delinquência, a definição é endógena. No primeiro caso a delinquência é considerada a “expressão de uma sociedade de classes”, ligada mais às questões relacionadas ao controle social, à ordem e à estigmatização do que às condições de vida dos indivíduos. No segundo caso ela estaria ligada aos mecanismos que envolvem o comportamento dos indivíduos no interior das classes (1987).

As concepções endógenas são as que mais interessam a Dubet, porque são elas que sustentam teoricamente as abordagens nas quais a classe aparece como um estrato, localizada em determinado nível (1987), o que justifica a utilização dos argumentos voltados para a desigualdade na disponibilidade dos recursos entre as camadas sociais e a forma como isso gera, internamente, aspirações homogêneas que irão caracterizar cada grupo.

As formas de adaptação frente à desigualdade desenvolvida por Robert Merton (1970) são ilustrativas dessa linha de explicação para o desvio a partir das tensões estruturais; o comportamento delinquente, sendo uma inovação, é a expressão do inconformismo desviante. Dubet ressalta que a análise de Merton é importante, sobretudo por explicar como a desigualdade gera os mecanismos de frustração individuais que colocarão o jovem frente à propensão ao desvio, a depender da aceitação das metas culturais impostas socialmente.

Para as concepções endógenas, a ideia de classe está ligada à noção de comunidade, acompanhada de elementos como sentimento de pertencimento e seu contraponto, a distância social. Nessa perspectiva, os mecanismos de autorregulação fazem com que o distanciamento, ao separar os grupos, promova a proteção dos grupos em relação aos “outros” (1987). Os comportamentos são controlados com a aplicação de normas e regras próprias e muitas vezes elas são criadas de modo a tolerar o desvio, desde que os limites definidos pelo grupo não sejam ultrapassados.

Os indivíduos são solidários entre si, principalmente, diante da repressão externa, estabelecendo uma “distância normativa”, garantida pela forte integração, da qual os desvios decorreriam. Dubet aponta outros efeitos que também são decorrentes da integração; o sentimento de segurança entre os membros talvez seja o mais importante deles (1987).

Na sequência desses aspectos simbólicos, a ideia de classe vinculada ao status e à mobilidade social também é importante para pensar o abismo entre recursos e aspirações, uma vez que os conflitos geracionais definirão o quanto o desejo de mobilidade estará limitado pelos obstáculos impostos pela falta de oportunidades. Quando ocorre essa constatação, a lógica do estrato esbarra na lógica da mobilidade e o comportamento dos jovens buscará superar as “turbulências tradicionais”, traçando estratégias que variam em função do tipo de aspiração e das restrições encontradas (DUBET, 1987).

Seja qual for o modelo de análise da associação entre delinquência e classe social, a forma como é mensurada e o tipo de relação encontrado, as perspectivas teóricas somente terão vigor de explicação quando forem aplicadas em consonância com os pressupostos sustentados em relação ao perfil dos jovens. Com isso, fica claro que a delinquência não é exclusiva de jovens pobres e de minorias, ainda que a sua análise passe pela consideração de que o fenômeno inclui jovens vulneráveis, com histórico de abuso psicológico e/ou físico, dependentes e inseridos em contextos familiares marcados por conflito, em sua grande maioria (FULLER, 2015).

Por consequência, os tipos mais graves de delinquência, por serem os que causam mais repercussão, são projetados como sendo a própria delinquência, e as infrações menos graves e de menor repercussão acabam sendo desconsideradas. Somente a estratificação da categoria delinquência em tipos, níveis de gravidade e, principalmente, se são conhecidas e oficializadas, permitiria que se chegasse ao quadro que mais corresponde à manifestação do fenômeno na realidade.

1.3. Delinquência juvenil e as relações de mercado

Estreitamente relacionadas à questão de classe e status socioeconômico estão as relações de mercado, já que, nas sociedades capitalistas avançadas, a posição social do jovem está ligada aos valores e normas que sustentam essas relações. Nessas sociedades, diante do apelo para que os princípios da produção e distribuição de mercadorias alcancem todas as dimensões da vida social, discutido amplamente pela teoria sociológica clássica e contemporânea, o bem-estar social e a cooperação interpessoal perdem centralidade para a competição e o ganho pessoal (MINOR, 1993). Isso significa que também entre os meios informais de controle, o sentimento de “bem-estar dos outros” deixou de ser estimulado.

O esforço de estímulo passa a seguir o ritmo que a expansão da produção determina, através do aumento de excedente: uma tendência de criação de padrões de consumo mais liberais, através da atuação do marketing e da publicidade. É o “esforço de venda”, atuando na redefinição da lógica do consumo humano, estimulando a aquisição individualista de bens e serviços e inaugurando uma nova orientação para as relações interpessoais.

O reposicionamento da juventude enquanto ator social protagonista se deu em meio a esse conjunto de mudanças, de tal modo que, podemos admitir que ele e as relações econômicas reforçaram-se mutuamente. A nova posição social dos jovens corresponde à maior pressão por consumo e mais tempo de lazer; o peso dos papéis tradicionais diminuiu e a maior parte de suas atividades ficou restrita à escola e aos grupos de amigos (MINOR, 1993). No decurso desse deslocamento, a escola e os grupos tornaram-se o ambiente ideal para a promoção da comparação social e para a competição por status.

Dito de outra forma, o mercado passou a ser o maior balizador da socialização e das relações sociais, comprometendo a capacidade de controle das instituições informais. As interações familiares passaram a sofrer a interferência da estrutura mais ampla das relações de mercado, voltado mais para o consumo e menos para o bem-estar coletivo, e o controle exercido pelos pais sobre os filhos diminuiu consideravelmente (BONINO, 2011). Certamente, não se trata de considerar que as relações familiares modernas estejam totalmente desprovidas da capacidade de controle; mas apenas ressaltar que as relações adequadas para tal são constantemente desafiadas pela força do mercado.

Quanto mais mal integrados à dinâmica familiar os jovens estiverem, maior a tendência de se associarem a grupos nos quais os membros se encontram na mesma condição de integração fraca (MINOR, 1993). A hipótese que se segue a partir dessa dinâmica é a mesma já apresentada: as chances de desenvolvimento do comportamento delinquente expressariam uma combinação de excesso de definições e valores delinquentes dos grupos de pares e uma diminuição da incidência de normas convencionais. As normas delinquentes, nessa lógica, também teriam como fundamento as relações de mercado.

Nessa direção, Minor coloca em análise dois importantes elementos para a compreensão da expressão da delinquência juvenil das sociedades contemporâneas. De um lado, a posição socialmente definida da juventude em meio aos impactos das

relações de mercado; do outro lado, a situação de pobreza e desigualdade social dentro da rede de relações sociais. A tese central defendida por ele em “Delinquência Juvenil e a Transição para o Capitalismo Monopolista” (1993) é que essas forças se desenvolveram de forma concomitante à transformação histórica das sociedades ocidentais na direção do “capitalismo monopolista”. A consequência da relação entre tais forças é uma atuação conjunta no sentido de diminuir o controle das instituições sociais e gerar, mesmo que indiretamente, o aumento da delinquência entre os jovens.

De acordo com Minor (1993), pesquisas demonstram que, considerando a socialização de crianças e adolescentes, diante da integração mais significativa na escola e na família - instituições responsáveis pelo controle “informal” dos indivíduos - a probabilidade de desenvolvimento do comportamento delinquente diminui. Tendo como principal propósito a mediação entre a economia e o comportamento individual, a ação dessas instituições e o impacto que elas geram determinam como as forças macro da organização político-econômica incidirão sobre as “escolhas” que estarão disponíveis aos indivíduos. A diminuição da capacidade de controle da escola e da família faz com que a sua influência nas escolhas dos jovens seja ineficaz; proporcionalmente, eles estarão cada vez mais suscetíveis às influências da socialização dos grupos de pares. Segundo essa orientação, tais forças estão ligadas de muitas maneiras.

Começando pela localização da juventude, há uma determinação dos movimentos que culminaram, desde o século XIX, na construção da infância e da juventude como estratos sociais que deveriam ter os seus direitos garantidos. Em termos práticos isso significou, entre outros resultados, a criação de uma legislação e de um sistema de justiça próprios, educação obrigatória e regulação do trabalho infantil.

Apesar disso, as iniciativas foram determinadas economicamente e coordenadas por grupos que claramente tinham seus próprios interesses. Ainda que as intenções tenham sido promover melhorias nas condições de vida de crianças e adolescentes, principalmente os que vivem em áreas urbanas desfavorecidas, nem sempre os efeitos foram condizentes. As reformas foram apoiadas por agentes com interesses divergentes, quando não conflitantes – classes média e alta – comprometidos com a transformação econômica em vigência. Tratava-se muito mais de uma tentativa de ajustamento dos jovens à nova ordem do que o contrário (MINOR, 1993).

Na esteira do processo de acumulação e concentração de capital, portanto, é que se deu o reconhecimento do jovem com ser de direitos; as iniciativas de proteção da criança e do adolescente, centradas na alteração de sua socialização, não podem ser analisadas fora desse contexto. Com as reformas e o controle formal do Estado estendido sobre os jovens, o “lugar” da juventude foi definido diante das mudanças de natureza política e econômica. Minor (1993) defende que esse controle foi um meio de conter as “inquietações de classe” frente à transição em curso, reposicionando as pessoas, e os jovens obviamente, na nova ordem estabelecida.

No núcleo dessa crítica o segmento juvenil aparece como “alvo favorável” do crime e isso tem relação com sua condição de futura geração de trabalho. Paradoxalmente, portanto, o apelo e o reforço da responsabilidade das instituições formais na socialização dos jovens coexistem com a transferência dessa atribuição para o Estado. Assim, a alteração na socialização foi relevante para a transição econômica primeiramente por fomentar o potencial de consumo, com a criação de padrões que passaram a moldar suas expectativas e aspirações, voltadas para a obtenção do sucesso econômico. O fato geral implícito nesse aspecto foi a reafirmação da ideia de “oportunidades reais de vida”, que visava, antes de qualquer coisa, propiciar a aceitação das diversas e assimétricas posições dos jovens em uma sociedade estratificada (MINOR, 1993).

Outro aspecto importante do novo modelo de socialização é que ela se dava de acordo com os preceitos da nova concepção de trabalho exigida pela produção. Numa lógica fabril, os mecanismos de controle direto que historicamente eram exercidos pelos empregadores sobre os empregados tornaram-se obsoletos. Os novos mecanismos eram técnicos, vinculados às máquinas que impulsionavam a produção, e burocráticos, alterando as relações de trabalho, tornando-as impessoais. A educação tradicional não daria conta de preparar os jovens para o desafio de maximização da eficiência desses controles.

Fazia-se necessário criar um novo sistema, capaz de introjetar valores e normas que fossem mais adequados ao modelo de produção em massa. Para Minor, os avanços da tecnologia também contribuíram com a redução da demanda de trabalho infantil, em comparação aos estágios anteriores de industrialização. Desde o início desse processo já era possível vislumbrar o novo *ethos* juvenil que serviria de passaporte para o capitalismo monopolista, através do treinamento para o

desenvolvimento de habilidades especializadas, demonstrando que a nova legislação, além de abarcar interesses morais, alcançava também interesses econômicos (1993).

O prolongamento da transição da infância para a idade adulta é outra consequência das reformas de proteção à criança; ela interferiu na participação juvenil em algumas atividades, que passaram a ser restritas aos adultos. Isso ocasionou a “precariedade da adolescência” que, por sua vez, impactou os meios de controle informal do crime. Por toda a extensão desse contexto a educação passou a cumprir um novo papel: além de direcionar de forma eficaz o desenvolvimento moral e produtivo das crianças, deveria promover uma uniformidade cultural (MINOR, 1993).

Seguindo essa orientação, os efeitos da educação escolar estavam para além da formação técnica necessária à produção; ela se transformou em um canal de produção de novas formas de disciplina e motivações. Como resultado, os jovens tiveram sua capacidade produtiva potencializada pela escolarização e, concomitantemente, passaram a reproduzir uma nova “consciência social”, a partir da sua imersão em padrões de comportamento e personalidades condizentes com o mercado.

Ao examinar a relação entre os valores de mercado e a criminalidade na sociedade pós-moderna, Bonino (2011) demonstra a existência de um padrão de consumo, próprio da modernidade tardia, paralelo a uma cultura de controle e punitividade, igualmente própria dessas sociedades. Ambas constituem um quadro social que produz a exclusão dos estratos mais baixos da população, presos que estão aos objetivos consumistas e afastados dos recursos necessários. Essa abordagem evidencia as “forças macroestruturais”, presentes na Teoria da Anomia de Merton (1970), como produtoras de uma nova dinâmica sociopolítica, na qual os indivíduos das classes mais baixas são “guetizados” e “forçados” a encontrar meios de reafirmação de suas “identidades feridas” e a lutar contra sua privação.

Nesse modelo explicativo da criminalidade, os valores produzidos pelo consumismo são interdependentes da estrutura macroeconômica. Assim, a cultura de consumo é uma “peça de um mosaico complexo” e uma força que define o status social dos indivíduos. No plano individual, é considerada uma potência com capacidade de criar desejos e necessidades; na dimensão social aparece como um padrão que molda a sociedade e exclui as classes baixas. Diante desse contexto, a criminalidade assume um papel instrumental expressivo no enfrentamento da “punitividade política” dessas classes, convertendo-se em alternativa a partir do

momento em que começa a influenciar suas percepções e suas experiências (BOTINO, 2011).

1.4. A Juventude enquanto categoria de análise

A categoria “jovem” abriga uma intensa diversidade, com sentidos múltiplos e fluidos, caracterizados por símbolos dinâmicos que dificultam a sua representação na maioria das vezes (REGUILLO, 2007). Esse é o pressuposto básico de qualquer abordagem que tome a juventude como objeto.

Enquanto categoria analítica teve suas primeiras formas de investigação voltadas para curiosidade sobre o que a juventude pensava, uma vez dotada de novos valores, em vista dos tradicionais modos de pensar e de viver. Especificamente sobre a delinquência juvenil, as linhas de interpretação e as maneiras diferentes de ver os jovens em conflito com a lei seguem geralmente duas tendências: uma que considera a juventude como uma unidade que é social e culturalmente definida, ligada à ideia de subculturas juvenis, aproximando a categoria de um “local” produtor de valores e práticas que delimitam a sua especificidade; e outra, na qual a juventude é análoga a um “período” de transição entre a infância e a vida adulta.

Nos dois casos ela é marcada por uma transição que abarca uma série de transformações que impactam o comportamento e os papéis designados aos jovens e adolescentes. Em todas as sociedades essa é a fase na qual as identidades são desenvolvidas e isso se dá quase sempre a partir da “imitação do comportamento adulto” (FAETHERSTONE, 1995). Nas sociedades ocidentais, a maior dificuldade encontrada nesse processo está relacionada à busca por um lugar “predeterminado” para os jovens, pois caminhos claros que levem a vida adulta não são fornecidos; ao contrário, esses indivíduos se deparam com uma etapa de ênfase em diversas expectativas de escolhas que visam possibilitar um caminho de ascensão social.

Isso se acentua ainda mais diante de um contexto social globalizado, inovações tecnológicas, mudanças profundas nas relações e instituições sociais e uma crise estrutural marcada pela desigualdade social. Reside aí parte significativa dos desafios encontrados pela pesquisa sociológica no campo da juventude, como aponta Reguillo:

[...] es importante plantear de entrada que los jóvenes no representan una categoría unívoca. La juventud es una categoría construida culturalmente, no se trata de una esencia y, en tal sentido, la mutabilidad de los criterios que fijan los límites y los comportamientos de lo juvenil, está necesariamente vinculada a los contextos sociohistóricos, producto de las relaciones de fuerza en una determinada sociedad (REGGUILLO, 2007, p. 48).

Ao abordar os discursos produzidos sobre os jovens, Reguillo (2007) aponta uma questão fundamental na utilização dos conceitos e das categorias: as suposições que resultam das análises empíricas orientam os olhares sobre os jovens. Sendo uma categoria construída culturalmente, é necessário entendê-la dentro de um cenário que também orienta a forma como os jovens se comportam, se representam e, sobretudo, são representados. Em razão disso, o tratamento de um conceito tão complexo requer do sociólogo alguns cuidados no sentido de refletir sobre o que seria a “postura profissional mais adequada” frente a esse objeto (BOURDIEU, 2002). Por isso a problematização e a operacionalização da categoria juventude empreendida por Bourdieu é uma referência imprescindível quando se trata de abordá-la sociologicamente.

Um dos principais traços dessa reflexão é a arbitrariedade que acompanha os processos de divisão etária adotadas pelas sociedades, nos mais diversos períodos. De acordo com Bourdieu (2002) não é fácil precisar em que idade começa a vida adulta; as linhas que separam a juventude da velhice sempre foram definidas a partir de conflitos. Na Idade Média essa linha era manipulada por aqueles que possuíam patrimônio e aos jovens era atribuída a ideia de irresponsabilidade, o que dificultava sua ascensão ao poder. Já no Século XVI, os mais velhos impunham aos jovens a ideologia de virilidade e violência como uma maneira de reservar para si mesmos atributos como poder e sabedoria. De toda forma, como nota Bourdieu, trata-se de uma relação de poder:

Esta estructura, que existe em airas casos (como em las relaciones entre los sexos), recuerda que em la división lógica entre jóvenes y viejos está la cuestión del poder, de la *división* (en el sentido de repartición) de los poderes. Las clasificaciones por edad (y también por sexo, o claro, por clase) vienen a ser siempre una forma de imponer límites, de producir un *orden* en el cual cada quien debe mantener se, donde cada quien debe ocupar su lugar (BOURDIEU, 2002, p. 164).

A juventude é construída socialmente na luta entre velhos e jovens; a correspondência entre a idade social e a biológica não está dada. Os jovens de status socioeconômico mais alto, por exemplo, têm atribuído a si características de pessoas adultas, “nobres e notáveis”; visto que estão próximos das instâncias de poder. Entre os militares, do mesmo modo, o aspecto jovem é atenuado com a imposição do “estilo” adulto. Isso demonstra como cada campo⁹ tem suas “leis específicas de envelhecimento” e como a compreensão da definição das gerações pressupõe o seu conhecimento. Seguindo a linha de pensamento de Pierre Bourdieu, evidentemente isso requer a abordagem das “lutas” e das divisões que as criam em cada campo.

A maioria dos indivíduos enfrenta os desafios que acompanham essa transição com êxito e desenvolve sua identidade na direção de uma vida adulta positiva e funcional. No entanto, para uma considerável parcela da população, não é fácil se movimentar com sucesso para a vida adulta. Para esses indivíduos os comportamentos antissociais são uma possibilidade possível diante do “fardo” da mobilidade social e da escassez de oportunidades decorrente da sua situação de pobreza (FAETHERSTONE, 1995).

Por essa razão, a dimensão temporal da juventude inclui sua localização na estrutura das sociedades modernas; foi nelas que se generalizou a ideia de uma fase de desenvolvimento dos indivíduos entre a infância e a vida adulta. O suporte para que a representação do jovem fosse difundida foram as condições econômicas e suas consequências sociais e culturais emergentes no contexto pós-revolução industrial (FEIXA, 1999), quando a adolescência passou a ser vista como um “segundo nascimento”. Seria nessa fase que a existência propriamente dita se despertava, juntamente com a consciência dos indivíduos.

Para Bourdieu (2002), entretanto, a idade é um fato biológico que pode ser manipulado socialmente. Seria uma manipulação evidente, nesse caso, considerar que os jovens se constituem enquanto unidade social e são representados por grupos com interesses comuns, que correspondem a uma idade definida em termos

⁹ Trata-se de um conceito central na teoria sociológica de Pierre Bourdieu. O seu modelo de análise da sociedade ilustra uma divisão em esferas de ações, as quais ele denominou de campos. Em cada uma dessas esferas há a atuação das relações de poder, definidas pela estrutura de poder específica de cada uma. Os diversos campos (político, religioso, científico, etc.) possuem uma lógica própria de relações que, além de serem definidas, são mantidas pelo *habitus* predominante em cada um. São verdadeiros campos de força e luta de agentes que estão em constante confronto, dispondo de meios diferentes e condizentes com a sua localização na estrutura (BOURDIEU, 1989).

biológicos. Para minimizar essa manipulação, de acordo com ele, é conveniente considerar que existem “juventudes” diversas ao invés de afirmar que se trata de uma unidade social homogênea e imutável.

Um retrato dessa variedade de juventudes pode ser evidenciado na comparação entre as condições de vida, disponibilidade de tempo e acesso ao mercado de trabalho de jovens que trabalham, com jovens da mesma idade que são apenas estudantes.

[...] por um lado están las limitaciones, apenas atenuadas por la solidaridad familiar, del universo económico real y, por el outro, las facilidades de una economía cuasi lúdica de pupilo del Estado, fundada em la subvención, com alimentos y alojamiento baratos, credenciales que permiten pagar menos em cines y teatros... Encontraríamos diferencias análogas em todos los ámbitos de la vida: por ejemplo, losc hiquillos mal vestidos, com cabello demasiado largo, que pasean a lanoviaen una triste motocicleta el sábado por la tarde, son a los que ditiene la policia (BOURDIEU, 2002, p. 166).

Com relação ao acesso à educação, Bourdieu (2002) discute a discrepância na escala de importância que cada classe social atribui a ela e no fato de que alguns jovens tiveram o status de adolescente atribuído na escola. Aqueles que estavam afastados da educação, assim como os que viviam no meio rural, estavam “fora do jogo” durante todo o século XX, pois a sua existência permanecia separada do universo social que definia a condição de adolescente. Com a democratização da educação, de uma forma ou de outra, essa experiência estendeu-se a todos os jovens. Bourdieu analisa que, por mais superficial que tenha sido esse processo de inclusão, ele se configurou enquanto decisivo, pois foi responsável por uma ruptura (2002).

Como ilustração dessa mudança, ele relembra a história do pequeno mineiro que desejava precocemente “descer” à mina, ou seja, começar a trabalhar o quanto antes, porque isso possibilitaria a ele o ingresso no mundo adulto. Nos dias atuais, um dos motivos pelos quais alguns jovens de baixo status socioeconômico abandonam a escola para trabalhar está relacionado ao mesmo desejo: alcançar o universo adulto e todas as possibilidades acarretadas por essa condição (BOURDIEU, 2002). A busca pelo dinheiro, nesse caso, é justificada pela necessidade de ser reconhecido como adulto.

Isso porque, a “era da adolescência” se configurou primeiramente dentro dos segmentos burgueses; só mais tarde alcançou outros níveis sociais. Mas isso não significou que a nova categoria tenha adquirido precisão em sua definição e em seus

atributos. Como ressalta Feixa (1999), o caráter ambíguo da juventude aparece quando ela é comemorada como uma “conquista da civilização”, em meio a um movimento contrário de críticas, em vista dos conflitos que carrega, ainda que implicitamente.

A constatação apresentada por Angelina Peralva demonstra uma das repercussões desse movimento. Segundo a autora, uma parcela representativa da Sociologia da Juventude é constituída também como Sociologia do Desvio (2007). Nessas orientações sociológicas, a categoria é apresentada a partir dos seus problemas de integração, advindas da resistência à socialização, que tem como principal consequência o seu desvio dos preceitos normativos, mesmo que os problemas, as resistências e os desvios apresentem formas variadas, de acordo com a estratificação social e cultural.

Nessa lógica, a criminalidade juvenil sempre foi um “perigo” sobre o qual todos deveriam ser alertados, visto que, ela provinha de “vícios secretos” que tenderiam a nascer e se desenvolver precocemente nas sociedades civilizadas. A imagem cultural da juventude passou a comportar duas facetas: a do jovem conformista e a do jovem delinquente (FEIXA, 1999). O conformismo, desde então, aparecia nas visões relacionadas aos jovens de classe média e alta, dedicados aos estudos e ao lazer criativo, representando a fase de moratória social¹⁰; e a delinquência, relacionada aos jovens das classes operárias, afastados do trabalho e com tempo livre, gerando um “lazer forçado”.

As duas imagens de juventude – inocente e delinquente – foram forjadas simultaneamente, portadoras do otimismo e do temor dos setores dominantes que se reposicionavam dentro da nova estrutura social e política, segundo Feixa (1996). Estavam, pois, otimistas com os efeitos potenciais que os jovens dispensados de suas responsabilidades poderiam gerar e receosos com os riscos que a degeneração juvenil poderia representar. Como forma de equacionar tais expectativas, trataram de impor um conformismo que nem todos aceitavam.

¹⁰ O conceito de moratória psicológica de Erikson está ligado ao adiamento dos papéis adultos durante a transição juvenil. O adiamento dos papéis adultos ocorre mediante a justificativa da necessidade de autoexperimentação dos jovens no processo de desenvolvimento de sua identidade. De acordo com Erikson, os benefícios justificam a sanção social para que o jovem experimente papéis e descubra suas vocações. Em termos gerais, trata-se da permissividade seletiva da sociedade para que jovens e adolescentes explorem suas identidades sem assumir as responsabilidades da vida de adulto (ERIKSON, 1968).

No contexto pós Segunda Guerra Mundial essa imposição deu origem à ideia de “cultura juvenil”, em meio à consolidação do que se convencionou chamar de “cultura do consumo”. É desse contexto que também emerge a figura do “rebelde sem causa”, uma forma de tratar o inconformismo sob uma perspectiva de comportamento individual e outras figuras correlatas, como o hooliganismo¹¹, que colocavam os jovens como ameaças capazes de “solapar os alicerces da civilização” (FEIXA, 1996). A delinquência juvenil retratava uma “era anárquica e primitiva”; seus protagonistas eram identificados a partir dos penteados, do estilo musical – rock e rol – e seu agrupamento em gangues.

Estavam ligados à ideia de indisciplina, de amoralidade, libertinagem e, obviamente, maior propensão ao crime (RIOCEREZO, 1970, apud FEIXA, 1996). Esses fenômenos eram analisados à luz das rápidas mudanças que caracterizavam a nova fase de desenvolvimento do capitalismo, e, sobretudo, da crise cultural que as mudanças resultaram. Sua dimensão mais relevante era o processo de integração dos indivíduos às normas sociais diante do solapamento dos antigos canais que cumpriam essa função.

Cinco mudanças foram elencadas por Feixa (1996) como determinantes para a emergência do novo status da juventude pós-industrial. No primeiro plano está o surgimento do estado de bem-estar e a proteção social que resultou das suas orientações políticas e econômicas. Através das políticas de educação, previdência social e transferência de recursos, a juventude foi amplamente assistida. Concomitante ao *welfare state*, a crise do patriarcado fortaleceu a juventude em outra esfera, a da autoridade. Suas liberdades foram expandidas não apenas em relação à autoridade paterna, mas em relação ao autoritarismo de modo geral.

A terceira mudança é consequência direta da primeira: a criação de um mercado voltado a esse segmento, com incentivo à sua condição de consumidor de produtos específicos no campo da moda, música, alimentação, lazer, etc. O consumo juvenil foi alimentado pela comunicação de massa, com o surgimento da mídia, quarta

¹¹ O conteúdo formal da ideia de Hooliganismo é idêntico ao da delinquência juvenil: a juventude e o seu comportamento inconformista. Por isso, não há como dissociar a história desse movimento com a própria história de jovens e adolescentes. Na década de 1960, os eventos violentos relacionados às torcidas de futebol na Inglaterra geravam desordem e pânico. Para rotular os atos de jovens indisciplinados e desordeiros, o termo Hooliganismo foi utilizado, ganhando notoriedade para retratar a ação de gangues de juvenis (GASTALDO, 2008).

mudança decisiva, de acordo com Feixa (1996). Nesse aspecto, foi possível articular globalmente uma “verdadeira cultura juvenil” através do rádio, do cinema e da TV. Por fim, a criação de novos costumes que, contrários à moral puritana, eram essencialmente consumistas.

Esse processo acarretou uma diversidade de condições entre os jovens de diferentes status socioeconômicos, representando duas extremidades de situações que impendem a utilização de um mesmo conceito a “universos sociais” tão diversos (Bourdieu, 2002). Sem contar que além desses polos existe uma gama de situações intermediárias, gerando ainda mais heterogeneidade. Tais situações são ilustradas por José Vicente Tavares dos Santos (2010) a partir de uma tipologia que considera as “múltiplas faces da juventude na sociedade brasileira” a partir da situação de classe e raça/cor¹²:

- *A juventude dourada*, geralmente pertencendo às classes altas e classes médias altas e às etnias de cor branca e amarela;
- *A juventude em instabilidade*, composta por jovens, de modo amplo, que se situam nas classes média e média baixa, em sua maioria de cor branca e amarela, mas com uma parcela de negros e pardos;
- *A juventude trabalhadora*, constituída por metade dos jovens entre 15 e 24 anos;
- *A juventude dos carentes*, membros de classes populares, residindo nas periferias das grandes cidades, com diversidade de composição étnica;
- *Juventude em vulnerabilidade*: os meninos de rua, membros de classes baixas, vivenciando processos de exclusão social nas médias e grandes cidades, também com diversidade de composição étnica;

¹² Consoante ao aumento das ocorrências de práticas criminosas entre os jovens, as retóricas sociais e políticas que localizam a questão racial como foco do problema ocupam lugar de destaque nos debates atuais. As desigualdades raciais não são negligenciadas porque não são apenas subjacentes à manifestação da delinquência juvenil, mas compõem o núcleo dos aspectos mais relevantes que permeiam esse fenômeno. Quando as análises recaem sobre as desvantagens sociais que marcam a trajetória da maioria dos jovens em conflito com a lei, os padrões e tendências revelam diferenças significativas entre a população branca e não branca. Essas disparidades foram contempladas pela teoria da anomia de Merton (1970), que considerou que entre os jovens afro-americanos as pressões da estrutura são ainda maiores, mesmo que eles estejam na mesma condição de classe que os jovens brancos. A tensão que os afro-americanos experimentavam era peculiar em relação a qualquer outro segmento, e mesmo que procurassem alcançar o “sonho americano”, não chegariam de forma legítima ao status dos brancos. O exame dos fatores que contribuem para essa diferença parte da constatação de que os jovens negros são mais propensos a serem presos e a se manterem no mundo do crime na vida adulta (MCCORD, WIDOM, CROWELL, 2001), e deparam-se com um número grande de elementos, agindo e conferindo complexidade à questão. Tanto a desproporcionalidade quanto a disparidade que acompanham a manifestação da delinquência juvenil escondem processos de discriminação, preconceito, violência, negação de direitos, rotulação, entre outros, dos jovens negros, que estão frequentemente submetidos a contextos de riscos maiores, se comparados aos jovens brancos. Ainda que não seja uma variável elencada para a composição desta tese, as disparidades raciais são latentes em qualquer tentativa de compreensão da criminalidade.

- *A juventude dos infratores*, um grupo da população jovem pertencente a várias camadas sociais e etnias, que cometeram delitos e passa a viver sob algum tipo de sanção penal (SANTOS, 2009, p. 62).

São diferentes juventudes, com posições opostas dentro de uma mesma estrutura social, como se pode notar. Produto do contexto pós Segunda Guerra Mundial, foram colocadas diante de uma “indústria cultural” voltada particularmente aos jovens (REGUILLO, 2007).

Esses focos de atenção devem ser problematizados em torno de uma realidade na qual os avanços tecnológicos e todos os padrões de normas e valores que eles trazem em seu bojo não conseguiram diminuir as disparidades entre os países, as regiões, as classes sociais e os indivíduos. Pelo contrário, elas foram aprofundadas, e as possibilidades de acesso aos benefícios do desenvolvimento industrial e tecnológico ficaram cada vez mais longe de milhões de pessoas pelo mundo. E isso é especialmente problemático entre os jovens, segmento de grande expressão na pirâmide etária em qualquer sociedade. Eles compõem, de acordo com Reguillo, um dos setores mais vulneráveis ao empobrecimento estrutural (2007).

Dada essa vulnerabilidade, o acesso à cidadania,¹³ que se expressa no direito de se integrar à sociedade, representa um desafio para os jovens, se considerado o seu status socioeconômico, tendo em vista que os mecanismos de integração foram deteriorados, juntamente com as instituições responsáveis por mantê-los. O ingresso dos jovens no mundo dos direitos e deveres pressupõe “certos comportamentos sociais, culturais e políticos”, porém, não são garantias de que eles consigam se inserir econômica e socialmente.

A sua inserção sociocultural encontra na indústria cultural uma mediação que se impõe num processo incessante de construção, desconstrução e reconstrução do “sujeito juvenil”, através da criação de elementos que servem como “marcas de afiliações”. Na busca pela identificação com os iguais, esses elementos passam a ser

¹³ O conceito moderno de cidadania tem nas formulações de Thomas Marshall uma de suas maiores referências. A sua primeira preocupação foi delimitar as responsabilidades sociais do Estado na direção dos cidadãos, devendo essas se estender para dimensões que compõem a noção de cidadania, estritamente relacionada com a ideia de direitos. Entre o direito básico à segurança e bem-estar econômico até o direito de participar da divisão da herança social e viver a vida de acordo com os padrões sociais em vigência, Marshall demonstra a evolução do processo de conquista de direitos até o patamar de uma cidadania ampliada, que se efetiva através da garantia dos direitos civis, políticos e sociais (MARSHAL, 1982).

o principal caminho para que possam usufruir de uma “cidadania cultural¹⁴” (REGUILLO, 2007). O fato é que essa busca sempre será marcada pela diferenciação nas ações dos jovens; não é possível afirmar que todos eles tenham as mesmas oportunidades de se inserirem na estrutura social.

Por esse motivo, a imagem cultural da juventude passou a abrigar uma série de outras preocupações, expressas pela emergência de novos problemas sociais e agravamento de problemas antigos. Temas como dependência de substâncias tóxicas e econômica, desmobilização política e novas manifestações de violência ajudam a compor o quadro no qual os jovens estão inseridos. As novas tecnologias da informação criaram, a partir da década de 1990, a “Geração Z¹⁵”, já sendo possível admitir a disseminação de uma “cultura juvenil pós-moderna”. O novo cenário passou a ser caracterizado principalmente pela tecnologia, que fez surgir, por um lado, um novo individualismo e, por outro, a ideia de uma comunidade internacional que, através da internet, conecta a juventude em uma rede global.

Do mesmo modo, a adolescência se mostrou um conceito que foi criado diante da preocupação com os problemas de comportamento das crianças. Ele carrega um sentido de estágio no desenvolvimento dos indivíduos, marcado por inconstância emocional, impulsividade e conduta irracional. Acreditava-se que essa era a fase na qual os jovens poderiam ser “moldados” em adultos responsáveis (ADORNO, 2010).

Se em sociedades tradicionais essa transição era bem delimitada e marcada por rituais de passagem, nas sociedades modernas isso não acontece de forma precisa, o que provoca ambiguidade e confusão nos papéis que o adolescente tem que cumprir. A ideia de masculinidade tornou-se cada vez mais confusa e as antigas

¹⁴ A noção de cidadania cultural é recente e foi criada para designar uma dimensão da cidadania típica das sociedades multiculturais, considerando sobretudo, comunidades culturais minoritárias. Em termos práticos representa o direito dessas minorias culturais marginalizadas à diferença, sem, no entanto, abdicar dos seus direitos enquanto membro da sociedade. O conceito de cidadania é ampliado com a ideia de cidadania cultural porque esta visa garantir a proteção dos direitos das minorias e promover a consciência dos cidadãos acerca das múltiplas identidades culturais (CHAUÍ, 2006).

¹⁵ A geração das pessoas nascidas entre 1945 e 1964 é conhecida como “baby boomers”. Ela vivenciou o contexto da pós-segunda guerra mundial. O Termo Geração X foi definido a partir da resistência em ser definida a partir de qualquer variável. Estão incluídas nela as pessoas que nasceram entre 1965 e 1981, durante o processo de reconstrução da Europa. Os nativos digitais compuseram a geração Y, ou Millenials, nascidos entre 1982 e 1994, convivendo com a tecnologia e tendo suas atividades mediadas por ela. A geração pós-milenar é a geração Z, composta pelos “centenários” nascidos a partir de 1995 sob o domínio da internet e das tecnologias. O ciberespaço é a sua casa e eles transitam com facilidade entre o mundo real e o on-line (MCCRINDLE; WOLFINGER, 2009).

imagens de guerreiros e protetores tornaram-se igualmente ambíguas. Ainda assim, aos adolescentes foi conferida uma autonomia maior, principalmente nos grandes centros urbanos. Essa autonomia sempre significou um paradoxo; se por um lado eles foram reconhecidos como portadores de direitos, por outro eles passaram, justamente por causa da autonomia, a serem vistos com receio e temor diante do crescimento dos índices de violência e crime praticados por eles.

Como lembra Adorno, a emergência da adolescência como problema aconteceu em concomitância com a “associação entre juventude e delinquência” (ADORNO, 2010). Como consequência, o debate acadêmico que se organizou em torno dessa temática trouxe uma vertente que buscava distinguir os agressores das vítimas, resultando em um debate arbitrário no que tange o cometimento de crimes como homicídios, por segmentos “prejudicados pela falta ou insuficiência das políticas sociais” (p.08). Nesse caso, crianças e adolescentes que se encontram nessa situação e praticam um ato infracional não poderiam ser vistos como vítimas?

Seja como for, no imaginário social e sob a influência da mídia, surge o jovem perigoso, armado e envolvido com o tráfico de drogas nas grandes cidades. Sob esse signo, não causa estranhamento que parte considerável da opinião pública não consiga enxergá-lo como vítima. A literatura especializada também sente os reflexos dessa construção e parte dela defende que a violência é consequência da desigualdade social, característica histórica do Brasil (ADORNO, 2010). Sendo assim, a distinção entre agressores e vítimas perde o sentido: “todos seriam, cada um segundo suas trajetórias pessoais, potencialmente vítimas, pouco importando se atores passivos ou ativos da violência” (p. 08).

1.4.1. Juventude e diferenciação social

Como visto, não há como analisar os problemas da juventude sem considerar sua relação com as questões econômicas, sociais e culturais e, principalmente, sem atentar para o lugar específico que esse segmento ocupa, ainda que esses problemas estejam inscritos em um quadro mais amplo de processos sociais. Porém, isso somente é possível nas sociedades modernas, as tradicionais sequer conheciam o conceito de juventude (FAETHERSTONE, 1995); como as gerações não eram separadas por essa etapa, não era incomum que as crianças se adaptassem à vida profissional, como já discutido neste trabalho. As sociedades modernas, urbanas e

industriais, ao contrário, valorizam a juventude, mesmo que os seus problemas estejam fora do total controle social, como ressaltam Margulis e Urresti:

La juventud tiene de su lado la promesa, la esperanza, un espectro de opciones abierto, mientras que los jóvenes poseen una prudencia que tiene que ver con la experiencia acumulada, pero más con el tiempo que se ha escapado o perdido; con el paso del tiempo, progresivamente, la espera va ocupando el espacio de la esperanza. De ahí la sensación de invulnerabilidad que suele caracterizar a los jóvenes, su sensación de seguridad: la muerte está lejos, es inverosímil, pertenece al mundo de los otros, a las generaciones que preceden en el tiempo, que están antes para cumplir con esa deuda biológica (1996, p. 05)

Os jovens são, contudo, aqueles que sentem com mais força os elementos de diferenciação relacionados à condição de classe. São esses elementos que definem as diferenças culturais e a estética que irão compor a sua identidade. As abordagens culturalistas da juventude concentram sua atenção nesse nível de análise, evocando, de acordo com Margulis e Urresti “fatores característicos da moratória social”. De forma crítica, os jovens de baixo status socioeconômico, por sua dificuldade de inserção institucional, estariam distantes da moratória. Num ponto extremo da crítica, se consideradas todas as questões que envolvem a distinção a partir das condições socioeconômicas, esses jovens poderiam até “não serem jovens” (1996).

Reaparece aí uma dimensão complexa nas pesquisas sobre juventude: a necessidade de considerá-la enquanto categoria que não pode apenas ser “unificada a partir da data de nascimento”. Se for assim, os resultados obtidos não seriam relevantes, pois, é nas diferenças entre as classes que encontramos a estruturação de elementos que definem posições, estilos de vida e até identidades diversas. Como transferir, por exemplo, conclusões que são baseadas em “setores dominantes” para todo o conjunto da juventude?

[...] as conclusiones que sacan sobre los sectores dominantes hacia el resto de la sociedad, ya que tratando de describir cómo circulan los modelos impuestos hegemónicamente, oscurecen de entrada la posibilidad de adjudicar rasgos positivos a todo lo que a priori aparece como dominado, dejando de lado las diferentes maneras de ser joven en los distintos sectores sociales, lo cual a veces les lleva a negar la posibilidad de juventud en los sectores populares, y a tener que incluir como jóvenes a aquellos que, desde el punto de vista de la cronología, de la moratoria vital, de la memoria y de la historia ya no lo son (MARGULIS e URRESTI, 1996, p. 06)

É assim que se justifica a necessidade de ir além da classificação etária e adotar os processos de diferenciação social como elemento central das análises, a partir da premissa de que, além de estar relacionada à moratória¹⁶, a juventude está principalmente relacionada a um conjunto de recursos e possibilidades acessíveis a apenas uma parte dela, de acordo com o contexto histórico que se considera. Com a consolidação do capitalismo, os jovens encontraram o cenário que os possibilitou “adiar” as expectativas que se tinham em relação aos seus papéis, principalmente os que eram até então desempenhados na esfera da produção, o que significou, entre outras coisas, que eles poderiam – e em alguns casos, deveriam – ter sua atenção e energia voltadas para a escola.

O que se institucionalizou com isso foi a “tolerância especial” da sociedade com as respectivas condições para sua efetividade (MARGULIS e URRESTI, 1996). Contudo, não foram todos os jovens que passaram a desfrutar, nem da tolerância, e muito menos de tais condições. A construção cultural da juventude, é importante reafirmar, sempre esteve condicionada a essa questão. Os influentes da desigualdade social estão intrinsecamente relacionados à ideia de moratória social, e por consequência, à juventude.

Los jóvenes de sectores medios y altos tienen, generalmente, oportunidad de estudiar, de postergar su ingreso a las responsabilidades de la vida adulta: se casan y tienen hijos más tardíamente, gozan de un período de menor exigencia, de un contexto social protector que hace posible la emisión, durante períodos más amplios, de los signos sociales de lo que generalmente se llama juventud. Tales signos tienden -en nuestro tiempo- a estetizarse, a constituir un conjunto de características vinculadas con el cuerpo, con la vestimenta, con el arreglo, y suelen ser presentados ante la sociedad como paradigma de todo lo que es deseable (MARGULIS e URRESTI, 1996, p.02)

¹⁶ O tempo que a sociedade concede aos jovens até a sua maturidade social – moratória social – deveria compreender primeiramente, exigências menores em relação às obrigações adultas. Isso deveria também significar que a sociedade faz concessões a alguns tipos de práticas e comportamentos juvenis, uma vez que os jovens ainda estão em processo de socialização, principalmente em relação à educação formal. No entanto, nem todos os indivíduos podem contar com essa tolerância, sobretudo nas sociedades pós-industriais, nas quais o tempo livre deve ser convertido em preparação e potencial de competição no mercado do trabalho (MINAYO, 2011). O significado de moratória varia, portanto, entre as camadas sociais. Entre os jovens dos estratos mais elevados, a família é a responsável pela educação e pelos custos de formação para as melhores posições no mercado do trabalho. O efeito da moratória nesse caso é a garantia de privilégios e aproximação com os bens educacionais e culturais. Entre os jovens das classes mais baixas, por outro lado, ela traduz uma fase na qual eles se sentem culpados, frustrados e impotentes, e o tempo livre que deveria gerar sua autonomia, acaba gerando mais sofrimento (*ibid.*, 2011).

Naquilo que podemos chamar de “simbolização da juventude” está o processo de mercantilização, que transformou primeiramente os signos em objetos – materiais e simbólicos – e depois em meios de diferenciação, através da compra e da venda. Os jovens das camadas populares são colocados, assim, às margens da moratória social: pelo bloqueio aos recursos são “levados” a desempenhar papéis reservados aos adultos, em termos de trabalho e obrigações familiares, como acontecia nas sociedades tradicionais. Sem os recursos, a “despreocupação” que deveria ser o resultado da tolerância da sociedade com a sua condição “moratória”, transforma-se em ansiedade e frustração. Como ressaltam Margulis e Urresti,

[...] quando se analizan pautas de percepción y apreciación sobre los jóvenes, circulantes en los sectores populares, y que son derivados de los estereotipos difundidos por los aparatos de dominación cultural, puede aparecer rápidamente la tentación de pensar que no existe una especificidad de clase sobre esa realidad y que los modelos legítimos de los unos -los dominantes- son los de todos, sin alternativas posibles, con lo que la conclusión es sencilla: todos comparten los mismos patrones de percepción y apreciación de los fenómenos sociales, o bien unos los tienen estilizados y los otros alienados, degradados o vulgarizados y, por lo tanto, se reconocen a sí mismos en la falta o en la carencia de las propiedades que definen la categoría "juventud" y, en consecuencia, están privados de ella (1996, p.07).

Mesmo quando desempregados, não há que se falar em “tempo livre” para jovens de baixo status socioeconômico. Não são essas as situações que os aproximam da moratória; ao contrário, elas estarão em alguma medida associadas às situações que se transformam em risco. O tempo livre legítimo e permitido é aquele que se localiza em meio ao trabalho e aos estudos; quando ele é fruto de desemprego, nada tem a ver com a “hora leve” dos jovens de classe média. Ao invés de ser festejado, ele passa a ser a fonte de culpa e preocupação.

1.5. O panorama da delinquência juvenil no Brasil

A literatura brasileira sobre a relação entre juventude e criminalidade ganhou expressão a partir da década de 1970, quando os indicadores de crimes violentos envolvendo jovens aumentaram consideravelmente. Era o período de ditadura militar, instabilidade econômica, desigualdades sociais e índices elevados de pobreza. Após a industrialização que teve início na década de 1930, o Brasil começou a sentir o reflexo dos problemas advindos de uma urbanização desordenada, a exemplo do que havia acontecido na Europa no século anterior.

A expansão das favelas nos grandes centros e as condições de miséria as quais eram submetidas milhões de pessoas começavam a sugerir, considerando as dimensões da criminalidade, que haveria uma relação de causa e efeito entre esses fenômenos e a manifestação da violência e da criminalidade. A busca pela saída para o fenômeno exigia dos estudiosos uma explicação e a dimensão “pobreza” foi historicamente privilegiada como caminho para a sua compreensão (ADORNO, 2010).

Em um estudo de caráter etnográfico realizado no ano de 1980 no bairro Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, Alba Zaluar buscou compreender a oposição entre trabalhadores e bandidos, concluindo, a partir de entrevistas realizadas com os moradores da comunidade, que se trata de uma das dimensões do imaginário popular. Essa abordagem revelou a mobilização de perspectivas teóricas que consideram diversos fatores do ambiente urbano em relação direta e indireta com a criminalidade.

A importância de considerar as representações sobre o crime advém do fato de que, se há uma condenação moral entre os trabalhadores pobres de algumas atividades criminosas, embora não de todas, nem na mesma intensidade em todas, o controle social informal sobre tais atividades estaria presente nas relações sociais no interior das gerações e entre gerações. Pois a socialização se dá tanto entre pessoas de gerações próximas como entre as da mesma geração (ZALUAR, 2002, p. 329).

Zaluar (2002) ressalta que não há discordância sobre a insuficiência das variáveis macrosociais relativas às pessoas - idade, sexo, escolaridade e renda - para a explicação das variações nas taxas de criminalidade em diferentes regiões, em perfis sociais semelhantes, até mesmo dentro de uma mesma cidade. Buscando compreender de que forma o crime estaria vinculado ao espaço urbano, fatores de natureza subjetiva como coesão e interação social, foram considerados enquanto categorias analíticas porque funcionavam como forma de controle do comportamento de crianças e jovens.

Como aconteceu em outras sociedades, o fenômeno da criminalidade mostrou-se complexo também no Brasil. Com o passar do tempo, embora houvesse consenso em torno da ideia de que a pobreza estaria de alguma forma relacionada a ela, essas outras dimensões apresentavam-se como possíveis respostas para os desafios que essa dinâmica impunha à sociedade e aos estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento.

Um conjunto de representações, geralmente induzidas pela mídia, buscando associar a juventude à violência, é proveniente desse movimento (ADORNO, 2010).

Ocorreu, de acordo com Adorno, uma “naturalização” da ideia de que o jovem representa uma ameaça à sociedade. A autonomia em relação à sua especificidade enquanto segmento etário e a garantia de expressão da vontade própria, como também ocorreu em outras sociedades, incidiram sobre a sua capacidade de se posicionar em termos de seus desejos e de sua visão de mundo. A aproximação com o crime é uma dimensão preocupante desse processo, como demonstra Adorno.

Nesse contexto, os jovens – particularmente adolescentes – sofrem como que um processo de requalificação. De seres tutelados, ganham autonomia. São capazes, por conta própria e movidos por uma lógica social própria à sua geração, de intervir nos rumos da contemporaneidade. Lado a lado às imagens positivas associadas ao mercado e ao desempenho profissional [...] emergem igualmente imagens negativas que os associam ao perigo e à insegurança, imagens representadas pelo envolvimento passional nas causas religiosas, étnicas e éticas; pela precocidade com que se autonomizam dos controles tradicionais, constituem e desfazem elos afetivos e sexuais com uma naturalidade antes desconhecida; envolvem-se com tudo aquilo que remete ao perigo: esportes violentos, gangues, uso e tráfico de drogas, crime violento e organizado. (ADORNO, 2010, p. 02)

Esses fatores estão entre inúmeros outros que foram responsáveis pelo deslocamento do jovem não apenas da sua posição na sociedade, mas também enquanto categoria analítica no campo do conhecimento sobre a criminalidade no Brasil. Adorno enfatiza que a violência encontra nos jovens seus “mais fiéis porta-vozes” e a ciência ainda não conseguiu compreender por completo os efeitos disso (2010).

Aqui, uma constatação deve ser ressaltada: não há mais tolerância com o comportamento transgressor dos jovens. “A opinião pública recrimina e recusa as manifestações de transgressões ocorridas no meio juvenil, e há, nesse sentido, uma especificidade na representação e nas práticas delituosas entre os jovens pobres” (ZALUAR, 2002, p.328 *apud* MISSE, 1995).

1.5.1. Aspectos históricos da delinquência juvenil no Brasil

Os processos históricos que culminaram em uma nova definição do lugar da criança e do adolescente no Brasil guardam algumas particularidades, sobretudo se considerarmos que aconteceu tardiamente em relação às sociedades industriais mais desenvolvidas. Porém, alguns traços da historiografia da criança na Europa demonstram que o movimento seguiu o mesmo caminho. Primeiro, a associação entre infância, juventude, crime e pobreza, com quadros que descrevem crianças executando tarefas de adultos, abandonadas e vivendo nas ruas, desde o período colonial. Nesse contexto, a assistência às crianças era prestada pelas Casas de Misericórdia e não houve alteração quanto a isso durante o todo o período Imperial (ADORNO, 2010). O tratamento dado a essas crianças, ainda que avançasse rumo ao reconhecimento dos direitos, passava pela “insistência na vagabundagem e mendicância como vícios a serem corrigidos” (p. 03).

A Legislação que inaugurou a formalização do tratamento dado às crianças e adolescentes envolvidos com a criminalidade no Brasil data de 1927, com o Código de Menores. Em todo o período que antecedeu a década de 1920, esteve em vigência o Código do Processo Criminal de 1830, que não contava com legislação específica para as crianças e adolescentes, mas previa que entre a idade de sete e quatorze anos eles não responderiam criminalmente. Após essa idade, a mesma legislação que se aplicava aos adultos era a referência para os crimes cometidos por adolescentes. Caberia ao Juiz, para aplicação da punição, a prerrogativa de determinar se os menores de quatorze anos possuíam plena consciência de seus atos no momento da infração (BASTOS, 2012).

A preocupação com a grande quantidade de adolescentes nas ruas veio à tona com o fim da Escravidão em 1888, quando os negros e pobres apareciam como protagonistas entre os pedintes e os praticantes de “pequenos furtos”. Tornaram-se, pois, um verdadeiro incômodo para a sociedade e nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, eles podiam, inclusive, ser tutelados por famílias ricas e empregados como mão-de-obra. Tratava-se de restringir a circulação de crianças e adolescentes órfãos e vivendo em situações de precariedade e, sendo permitido o trabalho infantil nesse contexto, eles eram submetidos às atividades ligadas à agricultura, para o caso dos meninos, e serviços domésticos, para o caso das meninas. Como pagamento, de acordo com Bastos (2012), recebiam alimentação e

vestuário dos curadores. Esse modelo de tratamento dado às crianças e adolescentes de rua ou em situações precárias tinha como fundamento a crença generalizada de que o trabalho seria a solução para o seu “mau comportamento”.

No início do século XX o Brasil recebeu missões norte-americanas e europeias de origem religiosa, em sua maioria, buscando promover o bem-estar, principalmente na infância, o que requeria a responsabilização do Estado no provimento da assistência às parcelas carentes e pobres que se aglomeravam nas grandes cidades. Todavia, os avanços no tratamento da infância só foram formalizados a partir da década de 1920, quando as crianças foram convertidas a “menores”, de acordo com a previsão legal. O Código de Menores, criado em 1927, previa a recuperação dos menores, mas não abandonava a repressão aos “vícios constituídos em torno da mendicância, dos pequenos delitos e da vagabundagem” (ADORNO, 2010, p. 03).

Adorno ressalta que o Brasil nunca abandonou as políticas de contenção da delinquência juvenil, ao contrário, “a restrição à liberdade sempre consistiu no principal recurso das autoridades, dispostas a empregá-lo mesmo nas situações de menor gravidade ou de menor perigo à ordem pública” (p. 04). Nesse momento, a inovação era a integração desses recursos a uma proposta de “proteção ao menor”, ainda que isso estivesse restrito ao sentido de tirá-los de circulação para que recebessem educação formal e qualificação profissional.

Entre 1930 e 1960 a preocupação com o envolvimento dos jovens em atividades criminais perdeu centralidade, acredita Adorno (2010) que por conta dos efeitos positivos das estratégias adotadas nas décadas anteriores. Embora não tivesse desaparecido, tornou-se um problema específico de especialistas até a década de 1970, quando foi criada a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, que culminou na criação da FEBEM¹⁷:

¹⁷ Criada na década de 1960, a Fundação Estadual do bem-estar do Menor – FUNABEM contribuiu para que a questão do menor infrator ocupasse um lugar de destaque não só nas políticas públicas, mas em toda a sociedade. Durante o seu período de atuação, executava no Plano Estadual e de forma descentralizada, medidas disciplinares e de controle dentro da Política Nacional do bem-estar do menor, um conjunto de diretrizes unificadas que criou as FEBEMs em cada unidade da federação. Os menores infratores e abandonados eram mantidos em regime de internato com grandes estruturas. A história das FEBEMs foi marcada por rebeliões, conflitos e violência praticada contra os menores.

[...] desde o início da década de 1970, ao menos nas grandes cidades brasileiras, a existência de crianças e de adolescentes, vagando pelas ruas, mendigando, vigiando veículos estacionados nas ruas, vendendo balas e doces junto aos semáforos, via de regra em troca de pequenas somas de dinheiro, vem sendo percebida como *problema social*, objeto de debate público. Pouco a pouco, uma opinião pública inquieta, certamente influenciada pelo impacto que o rápido crescimento da criminalidade urbana violenta exerceu e vem exercendo sobre o comportamento coletivo, passa a suspeitar de um envolvimento crescente e inexorável desses jovens com o crime, principalmente daqueles procedentes dos setores mais pauperizados das classes trabalhadoras (ADORNO, 2010, p. 04).

O que fica claro, segundo Adorno (2010), é que houve um giro na percepção da sociedade sobre a inserção de jovens e crianças na criminalidade. Se até meados do século XX o problema era percebido em termos de “individualidades” relacionadas, sobretudo à desobediência às regras morais e sociais, nas últimas décadas do mesmo século passou a vigorar uma percepção mais relacionada à insegurança social, risco e perigo.

Na década de 1980, período de grande efervescência social no Brasil, no bojo dos movimentos pela reabertura democrática, diversas outras demandas foram colocadas em pauta. A questão do reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente ganhou impulso no contexto de reivindicações e em 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, inspirado na Convenção¹⁸ da ONU de 1989. O novo estatuto marcou uma mudança profunda e sem precedentes na história da criança e do adolescente no país. Através dele, todas as dimensões da vida social foram contempladas com o estabelecimento de direitos e divisão da responsabilidade pela sua provisão entre Estado, sociedade, comunidade e família. (BRASIL, 1990).

Acerca das ambiguidades dos termos utilizados para designar os atos delinquentes praticados por crianças e adolescentes, o ECA determinou a substituição dos termos vigentes até então, justificando o caráter pejorativo que haviam assumido. O “menor” seria tratado apenas como criança e adolescente, a se considerar a faixa etária. Os termos “delinquência” e “crime” receberam a nomenclatura de “ato

¹⁸ A convenção da Organização das Nações Unidas de 1989 organizou-se em torno da necessidade do compromisso dos líderes mundiais com os direitos da criança, o que gerou um acordo internacional sobre a infância. Esse documento é considerado um dos tratados mais legitimados da história e foi o responsável pela transformação das condições de vida de crianças do mundo inteiro. 169 países ratificaram esse instrumento que tem como princípios a liberdade, a justiça e a paz no mundo através do reconhecimento da dignidade inerente e da garantia dos direitos inalienáveis a todos os indivíduos. As crianças devem receber proteção e assistência que garantam que elas possam assumir suas responsabilidades de cidadãs, devendo crescer no seio da família para que tenham o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade. Em razão de sua falta de maturidade mental e física, devem também ter direito à proteção legal (BRASIL, 1990).

infracional” e o delinquente juvenil passou a ser chamado de adolescente em conflito com a lei.

Do ponto de vista formal, no Brasil, a legislação determina que adolescente é a pessoa com idade entre 12 e 18 anos e crianças são as pessoas com até 12 anos de idade¹⁹. Apesar das inovações e dos avanços indiscutíveis que o ECA trouxe, estudiosos apontam uma permanência de medidas com viés mais punitivo, através do reforço do controle e da penalização dos adolescentes em conflito com a lei (MARINHO e VARGAS, 2015).

[...] parece que esses grupos de jovens não caracterizam somente um agregado de indivíduos potencialmente marginais ou delinquentes, mas sim o resultado de situações e de interações sociais que se organizam, ao mesmo tempo, no âmbito local e global. Trata-se de um fenômeno social para o qual existem bases de longo prazo, especialmente no Brasil (MARINHO e VARGAS, 2015, p. 271).

Considerando que a delinquência apresenta uma face da exclusão de uma parcela considerável dos jovens que a praticam, o Estado tem sua ação dificultada, o que implica lançar mão de um controle social mais duro. Porém, a introdução de inovações institucionais não foi acompanhada pela redução das taxas de infração e nem ao menos pela sensação de abrandamento do problema.

1.5.2. As dimensões da delinquência juvenil no Brasil

A consolidação de um campo de pesquisa sobre a criminalidade no Brasil teve que lidar com a dificuldade na produção de dados, sobretudo quando se trata de considerar os limites metodológicos e o aspecto político e institucional ligados à disponibilidade e à confiabilidade dos indicadores (LIMA e BORGES, 2014). A subnotificação, entendida como as ocorrências que não são comunicadas às autoridades, e a falta de sistematização de bases de informações pelos órgãos da justiça são os principais fatores que justificam a crítica às estatísticas criminais no país.

¹⁹ Os adolescentes com idade entre 15 e 19 anos também podem ser considerados como jovens, e é comum que “adolescência” e “juventude” apareçam de forma análoga na literatura especializada. Enquanto objetos de análise, no entanto, na Psicologia e na Medicina há o uso mais comum do termo adolescente; na Sociologia a atenção maior está voltada para o termo juventude (MINAYO, 2011). Neste trabalho, os dois termos são considerados como sinônimos.

Lima e Borges (2014) destacam que, na construção de séries históricas dessas estatísticas, somente o que chega ao conhecimento oficial do Estado pode subsidiar políticas públicas eficientes. A produção de dados possui um caráter social e político; historicamente eles foram produzidos a partir de “categorias e classificações construídas em cada localidade” (p. 214). Qualquer informação que se apresente nessa seara deve vir acompanhada da ressalva de que representam os crimes que são conhecidos e registrados. Apesar de parecer óbvio que seja assim, para o caso do Brasil isso representa uma distância considerável entre os crimes que são cometidos e os que são registrados, como destacam Lima e Borges.

Ao pensarmos em uma estatística nacional, podemos dizer que as estatísticas oficiais dão uma visão distorcida da realidade, de modo que não podemos identificar as tendências ou padrões do comportamento criminoso e, portanto, não é possível ser usada para explicar o fenômeno da criminalidade para o país como um todo, a partir dos dados coletados nos registros das instituições de segurança pública. (p. 218).

Desde os primeiros esforços de análise da delinquência juvenil no cenário brasileiro ficou clara a necessidade de produção de informações e dados confiáveis sobre as infrações, sobre os jovens e adolescentes em conflito com a lei e acerca do sistema de justiça infanto-juvenil como um todo. Nesse campo, como no quadro mais geral da criminalidade, devemos reconhecer que ainda não conseguimos desenvolver estatísticas abrangentes, apesar dos esforços de pesquisadores e dos próprios organismos de justiça (LIMA e BORGES, 2014).

A coleta sistemática de dados esbarra em diversos desafios, entre os quais se destaca a heterogeneidade entre as unidades da federação, que são diferentes no que diz respeito à estrutura de aplicação, registros e acompanhamento das Medidas Socioeducativas. Isso dificulta o conhecimento da realidade do sistema de medidas; os dados, além de escassos, são apresentados de forma agregada. Perspectivas comparativas são especialmente prejudicadas com essa tendência. Na maioria das vezes as discussões são amparadas apenas por registros que apresentam a extensão da delinquência, através da contabilização dos casos. Do ponto de vista empírico, as lacunas que existem na disponibilidade das informações são o grande desafio a ser enfrentado pela produção de conhecimento sobre o envolvimento de jovens com a criminalidade.

Frente a esse desafio, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou em 2019 o programa Justiça Presente, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Através do estudo “Reentradas e reiterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros” foi inaugurada uma nova fase de “racionalização” das medidas aplicadas pelo sistema socioeducativo, que, entre outros fatores, preconiza a necessidade de um esforço de criação de um sistema de dados e informações como um dos eixos de atuação. A gestão da informação e da qualificação de dados, através do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL), apresenta o panorama do sistema no Brasil, com informações acerca da realidade das medidas aplicadas e do perfil da infração e dos adolescentes em conflito com a lei.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, em 2018 havia mais de 22 mil jovens em conflito com a lei internados no Brasil e 117.207 em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto. Os dados publicados pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas²⁰ do CNJ correspondem à distribuição dos jovens nas 461 unidades socioeducativas ativas no país. Trata-se da pena mais rigorosa aplicada aos menores de dezoito anos - três anos no máximo -, com previsão de reavaliação judicial semestralmente. Do total

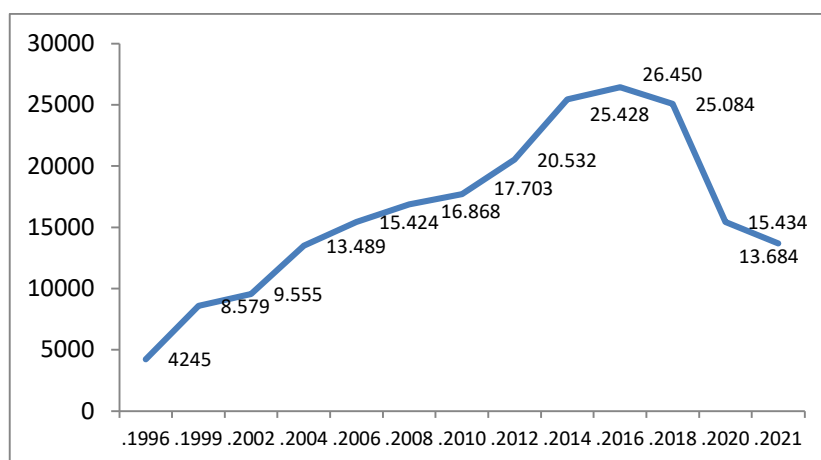
²⁰ As Medidas Socioeducativas fazem parte de um conjunto de ações que compõem a Política de Assistência Social, Saúde e Educação voltadas para a proteção, promoção e integração dos jovens à sociedade. Elas são operacionalizadas a partir de diretrizes e instrumentos regulares do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. As sentenças são aplicadas pelo Juizado da infância e da adolescência aos jovens e adolescentes com idade entre 12 e 16 anos, de acordo com o ato infracional praticado e sua gravidade. Quando os jovens em conflito com a lei não são sentenciados à responsabilização através da privação de liberdade – internação – as medidas são aplicadas em meio aberto. O nível menor de gravidade do ato infracional corresponde à medida de advertência verbal, que tem caráter pedagógico e visa fazer com que os jovens reflitam sobre seus atos. Se o ato infracional resultar em danos materiais à vítima, a medida se volta para o reparo do dano causado, devendo o jovem restituí-lo. A prestação de serviços à comunidade é outro tipo de medida na qual, durante um período de tempo, o jovem deverá desenvolver atividades em algum tipo de entidade, de acordo com sua aptidão. Entre as ações desta medida também está prevista a construção de um Plano Individual de Atendimento (PIA) com as diretrizes para o desenvolvimento dos serviços, com a participação da equipe técnica, do jovem e de sua família. A LA – Liberdade assistida, como o próprio nome indica, é acompanhamento do jovem durante a execução, que deverá ser orientado e auxiliado a partir do seu perfil e com o acompanhamento de um orientador, pelo prazo mínimo de seis meses. Nessa modalidade de medida, o foco está na promoção social do jovem e de sua família e inserção em auxílios e assistência social. A frequência escolar e o desempenho do jovem são supervisionados, que também deverá ser direcionado a iniciativas de qualificação profissional, com vista se inserir no mercado de trabalho. De acordo com Varalda (2013), a medida de LA tem seu êxito condicionado à permanência ou o retorno à escola, à profissionalização, acompanhamento psicológico e de orientação, desenvolvidos por programas governamentais com estrutura adequada e recursos humanos qualificados para acompanhar o jovem e sua família. Sob essas condições, a medida será considerada efetiva se o jovem for reeducado e reinserido em sua comunidade.

dos internados, apenas 841 eram mulheres e 3.921 estavam em situação provisória, aguardando sentença. A taxa de ocupação nas instituições variava de acordo com os Estados. São Paulo possuía o maior número (7.911 internados). Minas Gerais ocupava a terceira posição entre os estados, com 1.518 jovens em regime fechado (CNJ, 2018).

A divulgação desses e de outros indicadores relativos ao monitoramento das Medidas Socioeducativas é um dever do Estado, de acordo com a Lei 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamentou a execução das medidas. Anualmente o SINASE divulga o levantamento dos dados com cobertura de todo o território brasileiro; no entanto, o relatório mais recente foi publicado em 2021, com dados referentes ao ano de 2020, o que segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, dificulta a fiscalização e a produção de um diagnóstico mais completo a respeito do Sistema (2022).

Ainda assim, considerando a série temporal 1996 a 2021, o número de internações variou de 4.245 a 13.684. No ano de 2015 houve o pico da série, com 26.826 jovens internados. Entre 2018 e 2021 verificou-se uma redução de 45,4% das medidas em meio fechado, alcançando um cenário de 49,4 jovens em privação de liberdade para cada 100 mil, conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1. Número de jovens em cumprimento de MSE em meio fechado – 1996/2021



Fonte: BRASIL, 2002.

A evolução negativa das internações, a despeito de ainda representar um patamar elevado, chamou a atenção dos especialistas para os impactos da Recomendação N62 do Conselho Nacional de Justiça, que orientava as Varas da Infância e da Juventude a adotarem medidas de contenção dos riscos epidemiológicos do Corona Vírus, no contexto da pandemia COVID19. Entre as deliberações estava a necessidade de prioridade da aplicação das Medidas Socioeducativas em meio aberto, o que significou a “desinternação de adolescentes que estivessem em maior risco de serem contaminados pelo vírus, ou que estivessem internados pela prática de crimes de menor gravidade” (BRASIL, 2022, p. 07).

Em razão disso, apenas com os próximos levantamentos será possível conjecturar as mudanças reais nos quadros do sistema socioeducativo. Por hora, as análises são pautadas por ressalvas quanto à dinâmica das taxas de internação, mediante a possibilidade de que a redução corresponda apenas à queda nas apreensões e não na diminuição da prática do ato infracional propriamente dita. Pode ser que “a mudança mais expressiva esteja na porta de entrada do sistema, e não durante a instrução e execução das medidas” (p.09). Como frisado pelo FBSP, caso a entrada dos jovens tenha de fato diminuído, isso quer dizer que a aplicação de medidas acompanhará a mesma tendência (2022).

Feita essa ressalva, para além da relevância dos números que expressam o cumprimento de Medidas Socioeducativas, o percentual de reincidência de internações é um aspecto imprescindível a ser analisado. Visando acompanhar esse fator específico, a pesquisa sobre reentrada dos jovens nas MSE apresenta os dados referentes ao corte temporal de 2015 a 2019, a partir da caracterização dos casos em trânsito julgado²¹ em 2015 e a identificação do registro de reincidência até o ano de 2019.

O universo do estudo foi composto por 5.576 adolescentes reincidentes e o seu perfil traz informações que, não obstante a possibilidade de vieses por conta da

²¹ Trânsito em julgado é um termo utilizado pela doutrina processual do Brasil para designar aquelas sentenças que, no plano ordinário ou extraordinário, não são mais passíveis de nenhum tipo de recurso. É uma regra que está ligada à ideia de uma decisão final e conclusiva sobre o mérito de uma questão por um tribunal competente. Geralmente é empregada para evitar que uma parte insatisfeita tente litigar a questão por mais uma vez e apresenta-se como uma decisão conclusiva e vinculativa para qualquer outro tribunal. O trânsito em julgado tornou-se uma regra do direito universal (SOARES, 2010).

sua “fragilidade amostral” (CNJ, 2019), apresentam uma caracterização que retrata o conjunto total de jovens em cumprimento de MSE no Brasil.

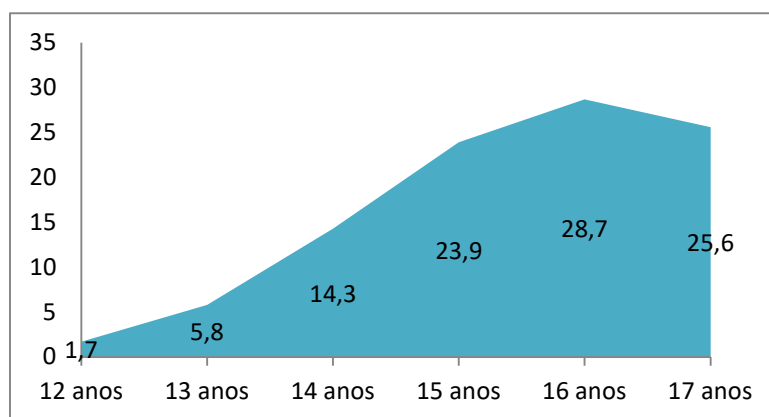
A distribuição dos internados por idade é a primeira variável a ser destacada; sua relevância está relacionada à necessidade de conhecer o ponto inicial das ocorrências na vida dos indivíduos. De acordo com Elliott, já na infância, mais precisamente a partir do décimo ano de vida, é que os primeiros atos de violência praticados são percebidos.

Em meio à passagem desse estágio para a adolescência os primeiros indícios de desenvolvimento do comportamento delinquentes aparecem, sendo, portanto, o ponto de partida quando se trata de delinear os desdobramentos dos eventos e circunstâncias que caracterizam o ambiente na prática de atividades criminosas, não apenas o seu início, mas também a probabilidade de prosseguimento durante a fase adulta. Porém, isso não significa que qualquer jovem autor de violência grave poderia ser identificado ainda na primeira década de vida (1994).

Elliott apresenta as “Trajetórias de início precoce e tardio” como desenho de corte longitudinal, comparando dois grupos de indivíduos, a partir do ponto de surgimento da violência juvenil: precoce, quando o primeiro ato violento sério ocorre antes da puberdade, e tardio, quando ocorre na adolescência. No primeiro caso a conduta delinquentes é agravada com o passar do tempo, e ainda antes da adolescência assume formas mais graves. É nesse grupo que figuram os maiores índices de continuidade da violência até a vida adulta (*Ibid.*, 1994).

No Brasil, como mostra o gráfico 2, há uma prevalência de ocorrências entre os quinze e dezessete anos, dentro de um quadro de progressão que acompanha o aumento da idade. 78% das infrações são cometidas por jovens nessa faixa etária.

Gráfico 2. Distribuição de jovens por idade no ato da infração



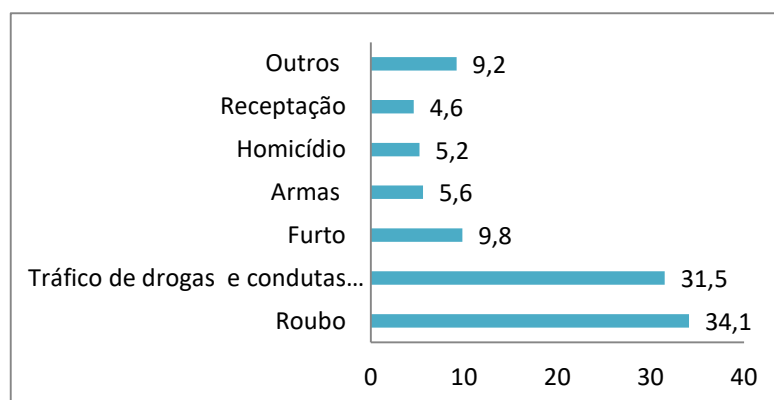
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2019.

Ainda que seja minoria a participação de jovens com idade inferior aos quinze anos, de acordo com a OMS, em alguns grupos, a partir dessa fase há um progressivo aumento na gravidade dos atos. Os estudos indicam que as ocorrências aumentam e tornam-se mais graves entre os quinze e dezessete anos (OMS, 2002). Nesse caso, a teoria criminológica encontra-se diante de verdadeiros “quebra-cabeça empíricos” (WEATHERBURNT, 1993), que estão expressos no velho problema que divide os indivíduos entre aqueles que cometem atos criminosos e aqueles que, ainda sob as mesmas condições, não irão cometer.

Para solucionar esse impasse, Weatherburnt sugere a prescrição das condições nas quais os indivíduos se envolvem nas mais distintas “manifestações de criminalidade” e a demonstração das condições que determinam a distribuição assimétrica do crime, tanto do ponto de vista geográfico e temporal, quanto entre os indivíduos, a partir do seu perfil (WEATHERBURNT, 1993).

Essas manifestações, para o caso do Brasil, correspondem aos tipos de atos infracionais mais praticados. Como demonstra o gráfico 3, o tráfico de drogas, o roubo e o furto resultam em 75% dos casos de internações de jovens e adolescentes.

Gráfico 3. Distribuição dos atos infracionais cometidos por jovens internados



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2019.

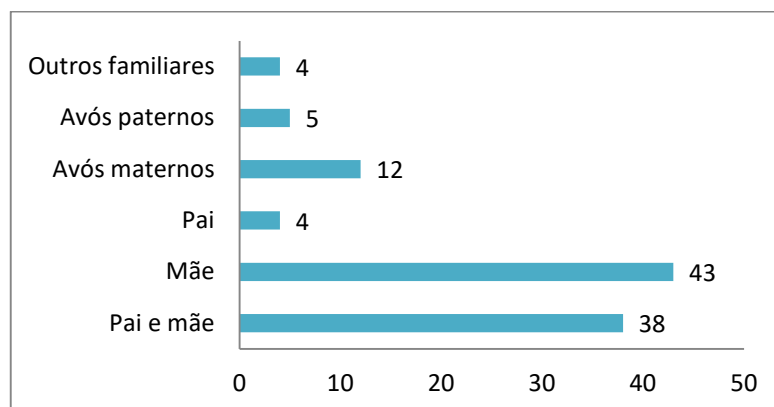
Os atos infracionais análogos aos crimes de roubo, furto e tráfico de drogas são preocupantes porque revelam a face mais complexa do fenômeno: permanência e agravamento desse tipo de conduta, que são demonstrados pelos estudos longitudinais, indicando que os infratores nessa faixa etária se enquadram na “trajetória de desenvolvimento persistente ao longo da vida” (ADORNO, 2010). Esses estudos conseguem captar os padrões de delinquência capazes de elucidar as maneiras através das quais há a continuidade dos atos até a vida adulta. O prognóstico de que a delinquência juvenil está associada à criminalidade adulta ganha relevância e esses atos criminais são aqueles que estão relacionados com maior intensidade à permanência do indivíduo na criminalidade.

Outra pesquisa realizada pelo CNJ traçou a realidade e o perfil sociodemográfico dos adolescentes em conflito com a lei, considerando os processos de execução de medidas em tramitação. O CNJ considera que essa pesquisa é pioneira no campo da justiça infanto-juvenil por abranger todo o território brasileiro, por meio de visitas de equipes multidisciplinares aos estabelecimentos de internação. O estudo amostral entrevistou 1.989 jovens internos.

Um aspecto que chama a atenção na descrição do perfil desses jovens é a sua composição familiar, medida pela variável “responsável pela criação dos filhos”. Considerando a noção de família nuclear estruturada, apenas 38% dos jovens encontram-se em situações nas quais a sua criação foi responsabilidade do pai e da mãe. 43% deles foram criados sob a responsabilidade apenas da mãe, o que poderia

designar um alto percentual de jovens vivendo em situação de desestruturação familiar²².

Gráfico 4. Distribuição dos jovens e adolescentes por responsável pela criação



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2019.

A questão familiar é importante nesse quadro, uma vez que, de acordo com Bassiouni (1974), pesquisas empíricas indicam que seja provável que a cultura convencional esteja de algum modo ligada a condições de vida estáveis, típicas das classes médias e altas. Nesses ambientes, os padrões de comportamento de acordo com as normas sociais legais são reforçados pelas relações familiares. A cultura delinvente, por outro lado, seria mais facilmente encontrada em áreas urbanas, sobretudo nos guetos e ambientes deteriorados, típicos das “classes baixas”. Padrões

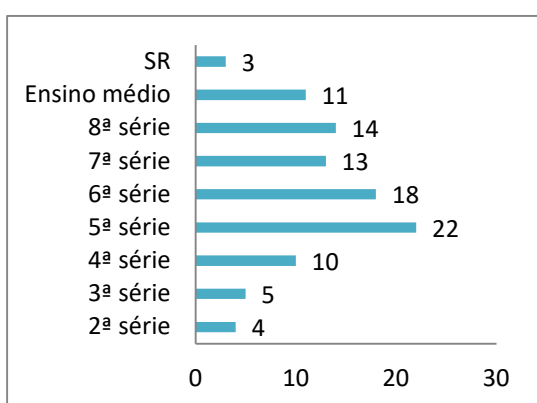
²² A caracterização de uma família é definida a partir da sua composição e estrutura e na contemporaneidade ganhou relevo a diversificação dos chamados “arranjos familiares”, nos quais a formação de pares em relacionamentos conjugais não é a única realidade. As famílias monoparentais são uma tendência e sua prevalência aumentou de forma considerável a partir do século XX, quando a família nuclear deixou de ser a única norma social. Entre os diversos arranjos possíveis, aparecem as uniões consensuais, união de pessoas do mesmo sexo, com filhos de casamentos anteriores e pais ou mães sozinhas com filhos e avós com netos. A coabitação com o estabelecimento de relações íntimas entre duas pessoas em moradias comuns, sem que haja sanção legal, religiosa ou cultural e as uniões entre pessoas do mesmo sexo configuram-se como uma realidade cada vez mais presente, dando-se tanto no nível informal, quanto a partir de casamentos formais. A ideia de família nuclear como uma unidade composta por pai, mãe e filhos dependentes coexiste com a monoparentalidade, situações nas quais a figura de principal cuidador pode ser assumida por qualquer pessoa que tenha a responsabilidade primária pelos filhos. Desde a década de 1960 as taxas de crianças que vivem nessas condições aumentaram consideravelmente e as implicações dessa mudança devem considerar o fato de que situações de pobreza são verificadas de forma mais brusca nesses modelos familiares, que acabam por ter a ideia de desestruturação associadas a si.

familiares que predominam nos ciclos de pobreza são os reforços para o comportamento dos indivíduos; os fatores que caracterizam esse padrão estão relacionados à desestruturação familiar e monoparentalidade, número de filhos acima da média, abandono escolar e baixa escolaridade e desemprego (BASSIOUNI, 1974).

Nesse contexto, o controle institucional que deveria ser exercido pela família fica comprometido e os jovens passam a ter como referência de socialização os grupos dos quais fazem parte. Esses grupos passam a exercer, portanto, a função que deveria ser de instituições convencionais, como a família e a escola. Com relação à educação, as evidências apontam para o efeito positivo da escola - frequência, aspirações ocupacionais e bom desempenho -, na diminuição da probabilidade de envolvimento com o crime (BASSIOUNI, 1974).

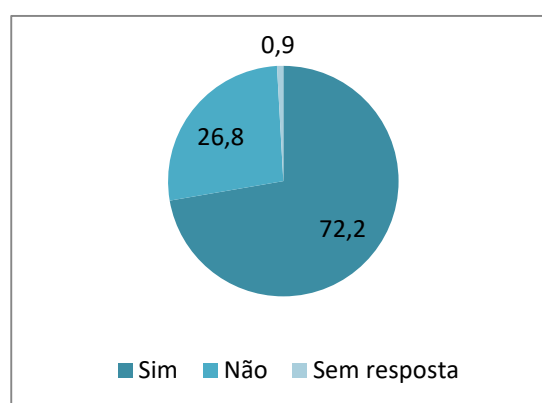
Os dados do gráfico 4 revelam que 84% dos jovens e adolescentes em conflito com a lei estavam na etapa do ensino fundamental. Considerando que a maioria deles tem de quinze a dezessete anos, idade que corresponde regularmente à fase de ensino médio conforme a especificação da escolaridade no Brasil, é possível inferir que a relação entre eles e a escola seja problemática. Como mostra o gráfico, 26,8% declararam que não frequentavam a escola diariamente.

Gráfico 5. Distribuição dos jovens por série escolar



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2019.

Gráfico 6. Distribuição dos jovens por frequência diária à escola



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2019.

Como acontece frequentemente, de acordo com Braithwaite e Braithwaite (2015), tanto os indivíduos de baixo status socioeconômico como a classe média iniciam suas carreiras escolares com o compromisso de alcançar os objetivos de

sucesso. Não obstante, como o processo de socialização nas classes baixas é menos adequado se comparado à socialização na classe média, as crianças de baixo status socioeconômico deparam-se logo cedo com o fracasso escolar, que, por conseguinte, gera culpa e vergonha. Diante dessa falha, os alunos são colocados frente a uma série de problemas que são resolvidos coletivamente com outros que foram igualmente fracassados. Eles se reúnem e constroem um sistema de valores próprio, absolutamente contrários aos da escola, estabelecendo seu próprio status. (BRAITHWAITE e BRAITHWAITE, 2015).

O ponto teórico essencial nessa discussão é que o comportamento desviante é considerado normal de acordo com o sistema de valores do grupo (uma subcultura), justamente por estar em desacordo com os padrões estabelecidos pela sociedade, dos quais a escola é o reflexo. Ao fazer parte desse grupo, os alunos que fracassaram enxergam a possibilidade de “melhorar sua autoimagem”, passando a rejeitar aqueles que os rejeitaram (*Ibid.*, p. 275). Assim, eles resolvem o seu problema de status através da construção coletiva de um padrão de valores no qual seja possível alcançar o sucesso.

No que diz respeito ao comportamento delinquente e sua relação com os fatores apresentados, temos um universo de jovens que apresentam em seu perfil situações de risco em sua grande maioria. Mesmo retratando uma situação que pode não corresponder totalmente à realidade atual - os dados disponibilizados pelo CNJ não estão atualizados -, eles permitem um desenho do tipo médio de jovem que se encontra em conflito com a lei no país. Para além do Brasil, no ano de 2015, 232.041 jovens e adolescentes foram condenados por atos criminais em 50 países, de acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. É isso que sugere o quanto esse problema é preocupante no mundo inteiro (PEREIRA e MAIA, 2017), e não apenas as suas consequências no âmbito criminal merecem atenção. Os custos sociais da delinquência juvenil são indiscutivelmente preocupantes.

CAPÍTULO 2 A DELINQUÊNCIA JUVENIL COMO PROBLEMA SOCIOLÓGICO

O tratamento dado à delinquência pelas abordagens sociológicas tem uma particularidade: quer seja considerada uma violação de lei, quer seja considerada um desvio das normas sociais, sua análise se dá dentro da esfera dos caracteres sociais. Essa é uma postura oposta a adotada no campo do conhecimento biológico, onde a ênfase sempre esteve voltada para os fatores pré-natais, sendo a genética a via de explicação para o comportamento delinquente.

As análises da Sociologia, ao contrário, estão assentadas sobre a ideia de que os fatores pós-natais são os mais decisivos na definição do comportamento dos indivíduos. Diante de diversas posições acerca da dimensão desses fatores, o pressuposto básico é que a delinquência é uma conduta socialmente definida; suas raízes devem ser buscadas nos processos de socialização e convivência, incluindo a própria estrutura social no sentido mais amplo, as microrrelações entre comunidade, instituições e família e a perspectiva das ações individuais dos atores sociais.

Embora na maioria das vezes esses fatores sejam considerados de forma isolada, e é justamente isso que define o alinhamento de uma teoria a determinado paradigma científico, as análises consideram, mesmo que de forma indireta e implícita, as relações entre diferentes elementos – econômicos, culturais, políticos, etc. –, constituindo o que é designado como “dimensão social”.

De acordo com Bassiouni, as abordagens estritamente sociológicas do desvio são originadas da premissa de que qualquer comportamento é reflexo das especificidades de determinada cultura, em um determinado período de tempo. Sendo a delinquência considerada de forma geral uma violação, a pergunta fundamental que orienta as abordagens é: por que algumas pessoas resistem a obedecer às regras definidas pela sociedade? (1974). Um conjunto variado de respostas a esse questionamento foi construído, com apontamentos direcionados aos diversos níveis da dimensão social; ora o olhar está voltado para as estruturas, ora se volta para as interações sociais.

Levando em consideração esses aspectos, as teorias da Anomia e da Associação Diferencial deveriam ocupar o mesmo status dentro do campo de estudos sociológicos. Ambas se estruturam em torno de um único fundamento: os indivíduos

estabelecem relações que, dependendo da perspectiva adotada, vão determinar ou ao menos influenciar o seu comportamento.

Se existem relações que são positivas ou negativas, existem do mesmo modo aquelas que não se estabelecem, ou são fracas a ponto de não serem significativas sobre a afirmação e o reforço do comportamento “convencional”. Entre as situações que emergem dessas possibilidades estão as variáveis de análise como baixo status socioeconômico, laços fracos com a família e a escola, baixa supervisão ou alta severidade dos pais, e, como consequência, distanciamento das crenças e normas convencionais e aproximação das crenças desviantes (AGNEW, 1992). Seja qual for o caso, as lacunas nos relacionamentos significativos permitem que o indivíduo esteja “livre” das forças de controle e conseqüentemente, mais exposto à delinquência.

Ainda que essas situações sejam admitidas em seu conjunto, ou que pelo menos não sejam negadas, apenas algumas são priorizadas como elementos explicativos dentro de cada corrente de pensamento. A partir delas são estabelecidas as relações que constituem o corpo conceitual e os pressupostos que dotam as perspectivas analíticas de especificidade, uma vez que elas partem de pontos específicos da dimensão social. Os pontos de partida, no entanto, conduzem-nas à convergência, uma vez que são elaborados a partir de um princípio que é comum ao campo das teorias sociais da criminalidade: diante de tais relações, sejam elas quais forem, o indivíduo recebe o impulso para a delinquência.

As teorias somente irão se separar definitivamente a partir da variação na forma e no conteúdo da “motivação”. Essa é a discussão deste capítulo, composto pela perspectiva da Anomia de Robert Merton, que toma como ponto de partida os desequilíbrios estruturais na distribuição dos recursos materiais, e pela teoria da Associação Diferencial de Sutherland, que parte da socialização dos valores e práticas desviantes. Nesse sentido, são teorias distintas, mas que se movimentam num espaço de interseção que são as relações que exercem controle social sobre o indivíduo. No caso de Merton, o destaque está na ausência ou insuficiência de referências de valores convencionais, enquanto no caso de Sutherland o foco é a presença dos valores desviantes.

No primeiro caso, a motivação está mais relacionada aos efeitos da restrição – tanto material quanto moral – e das pressões culturais sobre a conduta. No segundo caso, ela está relacionada ao reforço dos padrões desviantes, compartilhados pelos

grupos de pares sobre o comportamento. De forma transversal está a ideia de Cultura de consumo, utilizada como elemento de ligação entre os dois pressupostos.

2.1. Cultura do consumo e comportamento delinquente

Um procedimento cada vez mais comum nas ciências sociais quando se trata da análise das sociedades ocidentais de capitalismo pós-industrial é considerar a cultura do consumo como um dos seus principais traços. Essa é uma constatação que se tornou óbvia dentro das principais tradições teóricas que interpretam a contemporaneidade: o mundo no qual vivemos tem no consumismo uma das suas características mais determinantes (STEARNS, 2006). O desenvolvimento histórico e a forma que o consumo assumiu no decorrer desse processo fez com que ele se tornasse cada vez mais essencial na construção de perspectivas sobre “nós mesmos”.

O estado social no qual nos encontramos, segundo Stearns (2006), é o contexto que define que os objetivos de vida são estabelecidos em torno da aquisição de bens, nem sempre voltados apenas à satisfação de necessidades básicas e nem somente para a mera “exibição” diante da sociedade. As práticas de consumo moldam a vida dos indivíduos, ocupando lugar privilegiado no cotidiano; estão no centro dele. A alegria de viver que a maioria dos jovens demonstra está diretamente relacionada ao consumismo (MINAYO, 2011), de modo que o estilo jovem também é valorizado a partir desse princípio. Para Minayo, uma das consequências disso é o poder de desvinculação²³ da juventude à ideia de contestação social e política que a sociedade do consumo promoveu.

Algumas vertentes (GIDDENS, 2002; BONINO, 2012) buscam compreender as consequências do consumismo²⁴ para a construção da identidade, perspectiva de

²³ Apesar dessa tendência, de acordo com Minayo, há indícios de que o potencial de rebeldia dos jovens permaneça e se expresse de formas inovadoras na atualidade, através da atuação em movimentos sociais, políticos e culturais. Alguns exemplos são apresentados: manifestações contra o neoliberalismo globalizante em Seattle, no ano de 1999; protestos contra a Guerra do Iraque, na cidade de Washington, em 2003; ativismo dos *anarcopunks*, insurreições nas periferias francesas em 2005; entre muitos outros. Isso demonstra, de acordo com Minayo, que a condição juvenil pode ser pensada em meio aos dois polos de sua relação com as instituições e valores vigentes: tanto há sinais claros de que exista uma aceitação e uma assimilação da cultura em vigor, mas também encontramos manifestações de contestação e rebeldia entre a juventude.

²⁴ De acordo com os termos utilizados, a ideia de consumismo está ligada à noção de ideologia, ou seja, um sistema de valores e crenças que estimulam o consumo. Isso inclui não apenas o processo

análise que coloca a juventude como protagonista das principais tensões que permeiam essas dinâmicas. Na mesma linha, surgem as teorias sobre a formação de subculturas juvenis (STEPHENS e HILL, 1994), analisadas sob o ponto de vista da resistência desse segmento à criação de novos valores, em contraposição aos valores convencionais. Com menor expressão estão as tentativas de encontrar os nexos entre a cultura de consumo e o comportamento desviante e, mais precisamente, o crime (HALL, WINLOW, ANCRUM, 2012).

A criação de medidas de segurança através da regulamentação das práticas sociais é outra característica importante do período pós-industrial (FAETHERSTONE, 1995). Do ponto de vista da Criminologia, esse aspecto tem recebido mais atenção do que a questão do consumo, principalmente quando se considera que as expectativas e desejos do consumidor podem se converter em fonte de tensão social. Esses são os aspectos subjetivos do consumismo, que é alicerçado em um desejo cada vez mais intenso e universal, colocando-nos uma variedade de “mensagens aspiracionais” que geram formas diferentes de adaptação e resistência (*Ibid.*, 1995). Isso redundará na necessidade de uma reinterpretação do comportamento delinquente, tanto em termos das causas e manifestações, quanto do significado.

Como os símbolos consumistas se estenderam de modo a se tornarem “onipresentes” nas sociedades modernas ocidentais, paradoxalmente e justamente por isso, são considerados de forma secundária pela Criminologia. Segundo Hall, Winlow e Ancrum, esse tema tem sido considerado irrelevante, apresentado como a manifestação de “futilidades” nos estudos criminológicos. Quando contemplado, aparece relacionado apenas à necessidade de bens materiais de forma geral, ou como fonte de resistência, nos estudos culturalistas (2012). Seja como for, os estudos criminológicos costumam deixar escapar aspectos mais relevantes e problemáticos da cultura de consumo.

O simbolismo do consumo, entretanto, é indispensável às abordagens sociológicas, principalmente quando o foco é a juventude. São os jovens que estão mais fortemente imersos no consumismo, reconfigurando as mensagens corporativas

de produção dos bens de consumo, mas principalmente a publicidade, que faz com que esses bens sejam apresentados e colocados em situação de intercâmbio. A função desse sistema é convencer as pessoas que os bens adquiridos irão assegurar sua felicidade e seu valor como ser humano, defendendo o consumo como principal meio de autorrealização. O consumo, por sua vez, é entendido como um comportamento, caracterizado pelas relações de mercado e fomentado por essa ideologia (MCGREGOR, 2010).

e criando seus próprios valores e normas (STEARNS, 2006) e nem sempre essas práticas são visíveis e determinadas. Atos como comprar e usar, por exemplo, não saem do sujeito. Existe uma dinâmica muito complexa por trás de cada um desses atos, envolvendo, além do sujeito e do objeto, todo um sistema, igualmente complexo e dinâmico.

Não é, portanto, um fenômeno facilmente compreendido, embora existam contribuições relevantes desenvolvidas a partir de um eixo comum: sua difusão mais ampla nas sociedades que adotaram de forma mais intensa os princípios neoliberais. Essas análises indicam que foi através da manifestação pronunciada desses princípios que muitas instituições modernas foram transformadas, assim como mudaram nossas culturas e expectativas de vida coletiva (BAUMAN, 2003; BAUDRILLARD, 1990).

É o consumismo que define nossas vontades, anseios e nossas fantasias, exercendo domínio sobre as “fontes alternativas de valor e sentido”, imprimindo uma nova simbologia para medir o significado social das coisas e, sobretudo, para avaliar o valor dos próprios indivíduos (HALL, WINLOW, ANCRUM, 2012). As relações humanas passaram a ser intermediadas por novos valores, novas hierarquias e mecanismos mais marcantes de exclusão, contribuindo de forma eficaz com a reprodução do individualismo competitivo.

Talvez por isso um dos principais impactos da simbologia que sustenta o consumismo seja sua capacidade de promover o desejo de pertencimento, aceitação e integração. Por essa via de análise é que a tentativa de construir modelos de interpretação para a criminalidade, contextualizados e condizentes com a nossa época, encontra no consumismo um caminho promissor.

Primeiramente, pela sua capacidade de impactar as aspirações individuais; depois, as motivações sociais e, finalmente, as interação entre os indivíduos. As crianças e os jovens, além de não serem poupados por essas dinâmicas, foram convertidos em alvo promissor, em torno dos quais se organizou um mercado com objetos específicos, que vão tornando-os “aptos” a viver sob a lógica do consumo. Na prática, de modo geral, são os consumidores mais vulneráveis porque ainda não desenvolveram totalmente suas habilidades cognitivas, o que restringe a possibilidade de resistência e aumenta a eficácia dos estímulos do mercado (*Ibid.*, 2012).

Essa questão nos leva diretamente ao indicativo de que o neoliberalismo, socialmente destrutivo que é, quando preconiza a valorização da liberdade individual

e da riqueza material, expressa sua incontestável capacidade de se infiltrar nas mais diversas dimensões da vida social, persuadindo indivíduos de todas as camadas sociais, afirmando os seus valores a partir dos mecanismos que utiliza, como os meios de comunicação, erodindo relações e instituições tradicionais e reconstruindo o tecido social a partir de seus parâmetros.

A cultura do consumo é parte integrante desse conjunto complexo de significados que tem origem nos macroprocessos mais amplos da sociedade. Repensá-la sob a ótica da vertente criminológica requer o estabelecimento das conexões que são construídas não somente com a economia, mas também, e, sobretudo, com a própria cultura. Ela está ancorada em um contexto marcado por profundas incertezas, onde a sua democratização desempenha uma função primordial na reprodução econômica e cultural, desiguais e excludentes (HALL, WINLOW, ANCRUM, 2012).

Quando os indivíduos são induzidos a competirem entre si, o consumismo cumpre o seu papel na dissipação dos projetos universalistas da modernidade (BAUDRILLARD, 1990). Juntamente com a ideia de individualismo, ganha força a ideia de efemeridade (BAUMAN, 2003), demonstrando que a satisfação advinda do consumismo ativo guarda uma característica que faz com que a questão esteja longe de apenas comprar bens materiais que são desejados, ainda que não sejam necessários. A efemeridade que acompanha o movimento de reprodução da sociedade do consumo reveste-se de um verdadeiro “rito” de descartar tudo aquilo que rapidamente deixa de exercer fascínio, reiniciando o processo a cada momento em que novos “produtos” são lançados.

Nessa conjuntura, a propriedade é o elemento responsável pela satisfação que o consumo tem o potencial de gerar. A satisfação, porém, sempre perde sua potência quando relacionada a um produto em particular. Novos produtos surgem, fazendo surgir novos desejos e aspirações, fundamentados na esperança de que a propriedade poderá acalmar a ansiedade que marca a existência do homem pós-moderno (BAUMAN, 2003).

Porém, como uma mágica, o consumismo não consegue cumprir a promessa justamente porque ela é sempre atualizada e editada. O que o indivíduo sente diante disso é permanente e ativo: uma insatisfação alimentada por um forte sistema de valores e crenças coletivas e por oportunidades cada vez mais restritivas, que fazem aumentar o descontentamento e a infelicidade (HALL, WINLOW, ANCRUM, 2012).

Fica justificado, dessa forma, o fato de o desejo do consumo ser uma das questões que mais interessam, do ponto de vista do conhecimento, entre todos os aspectos que se relacionam com o consumismo. Ele aparece sempre relacionado a algum tipo de “falta” ou ausência, que se manifesta de forma contingente e efêmera (BAUMAN, 2003). A posse daquilo que é objeto do desejo conduz, inevitavelmente, à perda do desejo, constantemente reconstituído; uma vez completamente satisfeito, ameaçaria o consumismo. Sem contar o seu caráter exterior, ou seja, ele não é apenas e totalmente de um indivíduo em particular, mas mediado socialmente. Cada um deseja aquilo que os outros também desejam, estimulados que são pela indústria do consumo.

Em outras palavras, a cultura de consumo não tem a pretensão de oferecer um mundo de liberdade e contentamento. Das alusões espalhadas pelos meios de comunicação em massa restam de forma abundante insegurança e ansiedade, sentimentos que atingem com mais força as camadas de baixo status socioeconômico. De modo geral, esses sentimentos são apresentados aos indivíduos cada vez mais cedo, através da imposição do sistema de símbolos eficazmente embutidos de forma incisiva na publicidade, dando lugar a uma “nova forma de socialização”, competitiva e substitutiva.

2.1.1. Consumo e identidade - o “eu” jovem e o consumismo

A abordagem da relação entre o “eu” e a sociedade de Giddens em “Modernidade e Identidade” é uma importante contribuição para a compreensão sociológica da modernidade tardia, por meio de conceitos como globalização e insegurança ontológica, entre outros. Para o caso específico dos estudos criminológicos, a influência de suas formulações é consideravelmente profícua e lança luz sobre aspectos importantes, que auxiliam na compreensão da relação entre o indivíduo e as estruturas sociais nessa etapa de desenvolvimento da modernidade.

Partindo do suposto da existência de uma estrutura global contemporânea, Giddens (2002) demonstra como os Estados capitalistas têm o seu poder mantido, sem comprometer sua dinamicidade e sua capacidade de adaptação, mudança e imprevisibilidade. Alguns problemas alcançaram uma dimensão global, representando riscos aos quais todos estão submetidos. São problemas reais, que existem objetivamente e unem todos os indivíduos.

Do mesmo modo, os sistemas abstratos – como o dinheiro – fazem com que o movimento global de internacionalização de bens, serviços, valores, culturas, identidades, etc., penetrem de forma extensa e eficaz em nossas vidas.

Quanto às estruturas, o olhar de Giddens nos aponta uma dualidade: elas tanto nos fortalecem quanto nos constroem, embora isso se dê de forma diferenciada, se considerada a diversidade de classe, principalmente. A liberdade do indivíduo é, através das estruturas, limitada a partir de uma dependência estabelecida em relação ao sistema monetário, à tecnologia e a mídia (2002).

Implícita nesse processo está a autoidentidade²⁵ – *self*. Para Giddens, ela já não é mais dada de forma pré-existente com base na família, no gênero ou na classe. Seus parâmetros de definição são continuamente questionados e o próprio indivíduo vive numa constante inquietação sobre o “eu”, de modo que a construção da identidade se transforma em uma tarefa individual: cada um deve realizar esse trabalho por si mesmo e cada um busca construir uma “narrativa de self” que consiga transmitir estabilidade à identidade.

Esse é um processo complexo, que exige do indivíduo, de acordo com Giddens, muito tempo e esforço (2002). Mas se tornou a nova norma imposta pela sociedade, que também definiu o seu principal meio: o consumo. Como resultado, a modernidade tardia é produtora de “tipos genéricos” de identidade – narcisista, fundamentalista, criminosa, etc. – que, apesar de suas particularidades, são expressões extremas do mesmo sistema social.

Assim, as mudanças institucionais que caracterizam a modernidade estão ligadas diretamente aos indivíduos; o que é produzido a partir das interconexões entre os imperativos globalizantes e as expectativas individuais é o que de fato define a configuração social. A introdução de novas ferramentas de autoidentidade pelas instituições modernas não está distante das relações sociais e nem mesmo dos problemas e crises pessoais. Com as mudanças no contexto social, a família e tantas outras instituições são afetadas, demonstrando que as “circunstâncias sociais” e a

²⁵ ²⁵ De acordo com Giddens, a autoidentidade não é uma referência a simples persistência do eu no tempo, ao contrário, é algo que deve ser construído e mantido “rotineiramente nas atividades reflexivas do indivíduo”. Ela não é apenas uma marca distintiva do indivíduo, mas é o próprio eu compreendido reflexivamente por ele através de sua biografia. Trata-se da “continuidade reflexivamente interpretada pelo agente” (GIDDENS, 2002, p. 54)

vida social estão interligadas de tal modo que, ao lidar com seus problemas, o indivíduo participa da reconstrução do meio social no qual está inserido.

Inerentes a esse sistema social estão os riscos e os perigos, agindo de forma a tornar permanentes as crises em todos os níveis. A autoidentidade não está imune a essas ameaças e as relações sociais também não estão. Porém, apesar de “perigosas e arriscadas” elas são estabelecidas a partir das oportunidades de expressão que oferecem; o indivíduo já não consegue se expressar através das instituições tradicionais.

Quando detectam as novas oportunidades que não são acessíveis a partir dos “modos preestabelecidos”, os indivíduos promovem mudanças não apenas em si mesmos e em sua identidade, mas de uma forma mais ampla (GIDDENS, 2002). Construir uma identidade significa, portanto, caminhar por situações institucionais diversas durante a vida; a percepção dos indivíduos sobre as possibilidades e os estilos de vida é o que vai dando forma à sua biografia.

Na sociedade do consumo os estilos de vida são impostos. E não se trata apenas da imposição do consumismo, alerta Giddens: “nas condições da alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo — não temos escolha senão escolher” (p. 79). O que estamos escolhendo?

Escolhemos práticas que dotam a narrativa de autoidentidade de materialidade, além de satisfazerem nossas necessidades. Estão incluídas nessas práticas as “rotinas incorporadas” nas roupas que vestimos, na comida que preferimos, na forma como agimos, etc., que podem ser alteradas em função da “natureza móvel da autoidentidade”.

São essas escolhas que definem quem somos, principalmente na sociedade do consumo, que reafirma o estilo de vida como fundamento da autoidentidade. O problema dessa associação é que, se por um lado existe uma infinidade de escolhas a serem feitas, por outro lado elas não estão disponíveis a todos. Sem contar que as escolhas não são feitas com total conhecimento, por parte dos indivíduos, de todas as opções possíveis. De todo modo, as escolhas geram uma multiplicidade de estilos de vida que variam entre os grupos em função da sua posição na estrutura social.

A cada grupo corresponde um padrão de vida, uma gama de orientações e costumes que dão unidade e ordenamento a ele. As orientações, os valores e as práticas que caracterizam um tipo específico de estilo de vida são criados e mantidos

através das pressões que o grupo exerce, da visibilidade e do reconhecimento que adquirem. Obviamente, as condições socioeconômicas são determinantes também. Em razão disso, algumas opções e escolhas que diferem desses valores e orientações podem parecer inadequadas às pessoas de um tipo específico de modo de viver.

Nesse sentido, é a pluralidade dos modos de viver que exprime a segmentação da vida social moderna. A cada ambiente específico existe um padrão de vida correspondente. O indivíduo, que transita por ambientes diferentes cotidianamente, depara-se com situações em que o seu estilo é questionado, causando-lhe desconforto. A mídia encarrega-se de apresentar a ele os ambientes, situações e objetos que poderão orientar suas escolhas pelo modo de viver desejado. O grande problema decorrente disso, na visão de Giddens, é que o acesso aos ambientes é estimulado, mas alguns indivíduos jamais conseguirão ter contato com eles (2002).

Esse acesso conta com meios diversificados para sua difusão. Ainda no final do século XX, quando a televisão era o principal meio de comunicação em massa e a mais expressiva mídia social, os estudiosos da cultura do consumo buscavam compreender o seu significado enquanto uma dimensão central da vida cotidiana (SILVERSTONE, 1994). O seu potencial de influência sobre o comportamento das pessoas não se apresentava uniforme, variando de acordo com as condições pessoais e com o mundo social e cultural de cada um. Nesse momento histórico específico, era a televisão que fornecia grande parte das imagens e símbolos que logo se transformavam em “vitais” na vida cotidiana.

A mercantilização é o tema mais relevante para esse debate. A ideia por trás de qualquer forma de compra e venda, de qualquer objeto, é a troca. Os bens produzidos têm seu valor determinado pela sua capacidade de troca no mercado, e não apenas pela sua utilidade. Os aspectos relacionados à cultura e ao lazer, por exemplo, fazem parte do espectro de análise do consumo de bens numa lógica mais ampla, que é na verdade, o que mais importa do ponto de vista da sua relação com a identidade e seus impactos no processo de homogeneização da vida cotidiana (SILVERSTONE, 1994).

Sobre a influência da televisão na escalada da violência entre jovens, Silverstone não recorreu especificamente à programação violenta; o foco era, sobretudo, sua potencialidade comercial. Ela era pensada para vender desde os processos de concepção dos conteúdos até a publicidade que veiculava. Isso

abarcava, inclusive, os tênis caros desejados pelos jovens, que eram persuadidos de forma tão insistente, que muitos eram capazes de fazer o que fosse necessário para obtê-los. Convencidos da necessidade do tênis, estavam certos de que suas vidas não teriam sentido sem eles (1994).

De forma implícita, o que Silverstone trazia à tona em seu trabalho eram os elementos que constituem um desafio para todas as sociedades: a criminalidade juvenil e os seus vínculos com o consumismo. Silverstone demonstra como os atos praticados por jovens em busca de bens materiais como roubo e furto alastraram-se em escala mundial, mas, sobretudo em países com altos índices de desigualdade na distribuição de renda e riqueza (*Ibid.*, 1994).

Diante da crescente disponibilização de bens materiais, as desigualdades visíveis entre aqueles que dispõem de meios para adquiri-los e aqueles que não dispõem exacerbam-se, ainda que todos sejam constantemente encorajados a consumir. Os efeitos da pressão pelo consumo em vista da escassez de recursos são sentidos em todos os segmentos sociais, mas especialmente entre os jovens eles podem ser ainda maiores.

Em meio às contradições e frustrações inerentes ao consumo, sua realização é “quase certamente um ideal”, pelo menos enquanto interesse do capitalismo. Assim sendo, a análise do consumo, caso opte em negligenciar a desigualdade que o consumo expressa, bem como a frustração e limitação que produz, tenderá a “romantizar” as liberdades do consumidor (SILVERSTONE, 1994).

Aplicando os princípios teóricos desenvolvidos por Bourdieu em seus conceitos de campos e habitus, Silverstone propõe um quadro analítico da cultura de consumo enquanto um campo de batalhas, ocupado de forma desigual pelos indivíduos. As tensões se dariam em meio à disputa pelas posições de poder, gerando hierarquias entre aqueles que são mais poderosos, mesmo que sejam vulneráveis em alguma medida, e aqueles que são mais fracos, ainda que tenham alguma esperança, apesar de sua posição desprivilegiada. Em meio a essas batalhas, alguns triunfos, por menores que sejam, podem fazer com que os indivíduos vislumbrem a possibilidade de obter vitórias maiores (1994).

As figuras de dominado e dominador aparecem de forma dialética nesse quadro. O dominado não é condenado a não usufruir dos bens que a sociedade produz, mas a ele são oferecidas apenas de forma utópica as oportunidades para que o faça. A observação conjunta dessa relação traduz o quanto a cultura da vida

cotidiana é defensiva contra as ameaças e o quanto a defesa se dá de formas sutis e criativas na maioria das vezes. Apenas em alguns casos ela é explicitamente agressiva (*Ibid.*, 1994).

As mercadorias são produzidas de forma estratégica para atuarem como objeto de desejo, e a eficácia desse sistema, como defendido por Baudrillard (1990), não busca proporcionar experiências completamente satisfatórias aos consumidores. Sendo a frustração praticamente inevitável, os limites que o próprio consumo impõe produzem fracassos relacionados às restrições econômicas em quantidade muito maior, se comparados aos atos de consumo bem-sucedidos.

A falha do sistema de consumo, portanto, é relativa. Em certo sentido ela é uma peculiaridade do próprio sistema. Os problemas que ela causa também são relativos, como é o caso da “histeria” identificada por Baudrillard (1990). Uma vez que se fundamenta em um desejo que nunca é saciado por completo, ela atua no sentido da reprodução do consumismo.

O desejo de que falam esses autores (BAUDRILLARD, 1990; SILVERTONE, 1994) não está relacionado apenas às necessidades; logo, os objetos não são desejados apenas porque cumprem determinadas funções ou satisfazem necessidades específicas. O desejo sobre o qual o consumo se baseia é uma busca pela diferença, ou seja, é um desejo por significado social. Os objetos, por sua vez, passam a servir de “pontes” para alcançar o que não seria alcançado de outra forma.

A publicidade que dá visibilidade a esses objetos está voltada ao significado social do desejo. Através da imaginação eles são “sonhados” como potenciais criadores de um “mundo ideal”, que nada mais seria que o mundo real ressignificado pelos significados dos objetos. Da mesma forma, a própria identidade é fixada em “fantasia” – idealizada também, mediante o reconhecimento de novos desejos e outros estilos de vida. O indivíduo passa a ser encorajado pelos estímulos e pelos desejos, ao mesmo tempo em que é paralisado pela frustração (BAUDRILLARD, 1990).

O resultado dessa ambiguidade poderá ser o seu engajamento enquanto consumidor, ainda que isso se dê de forma inconformista. Visto por esse prisma, os atos de consumo expressam, antes de qualquer coisa, como os indivíduos são dependentes dos objetos materiais e simbólicos e como esses atos representam as liberdades dos participantes ativos da cultura de consumo.

Na tarefa constante de construir sua identidade, o indivíduo encontra no consumo um artefato motivador e mobilizador da individuação de si, por um lado, e de

ligação com o grupo social, por outro. A busca pelo equilíbrio entre essas dimensões se dá em meio às negociações e apropriações através do consumo, cujas dinâmicas conseguem inter-relacionar em torno de si o individual e o coletivo, proporcionando ao indivíduo aspectos significativos da sua identidade, ainda que haja limites que o coloquem fora dos circuitos de apropriação dos objetos desejados (BAUDRILLARD, 1990).

A adaptação à cultura do consumo obedece à lógica de substituição do sistema tradicional de “individuação”. Como ressalta Baudrillard, ao contrário do que possa parecer, sua intenção não é apenas satisfazer necessidades e desejos. Seu propósito é muito mais complexo e, em nome dele, promove constantemente ataques sutis às identidades coletivas, ao passo que alimenta a individualidade. A análise da lógica social do consumo, de acordo com ele:

[...] não é a da apropriação individual do valor de uso dos bens e dos serviços – lógica de produção desigual, em que uns têm direito ao milagre e outros apenas às migalhas do milagre -; mas também não é a lógica da satisfação, mas uma lógica da produção e da manipulação dos significantes sociais (1990, p.59).

Sendo assim, trata-se de um processo de significação, classificação e diferenciação social. Cada objeto ou serviço consumido não expressam apenas o seu valor de uso, mas um conjunto de símbolos que atuam no sentido de diferenciar os indivíduos.

Como a escola, o consumo é instituição de classe: não só na desigualdade perante os objetos, nos sentido econômico (a compra, a escolha, a prática são reguladas pelo poder de compra, enquanto o grau de instrução é função da ascendência de classe, etc.) – em suma, nem todos possuem os mesmos objetos, da mesma maneira que nem todos têm idênticas possibilidades escolares – mas, de modo ainda mais profundo, há discriminação radical no sentido de que só alguns ascendem à lógica autônoma e racional dos elementos do ambiente (uso funcional, organização estética, realização cultural), indivíduos esses que, para falar com propriedade, não se ocupam de, nem consomem objetos – voltando-se os outros a uma economia mágica e à valorização dos objetos como tais e todo o resto enquanto objetos (ideias, lazeres, saber e cultura): esta lógica fetichista constitui a ideologia do consumo (BAUDRILLARD, 1990, p. 58).

A construção da autoidentidade baseada nesse elemento é um processo contínuo e sempre incompleto. Esse é o motivo da ansiedade das identidades individuais na modernidade tardia, de acordo com Baudrillard. As promessas do “individualismo consumidor” não são cumpridas de forma permanente e o seu caráter

funcional está relacionado a esse aspecto de necessidade constante de construção e reconstrução, que alimentam a produção no capitalismo. Quanto maior for o “cardápio” de desejos e necessidades oferecidos, mais eficazes serão os efeitos do consumismo (1990).

Por conseguinte, as escolhas são subordinadas a diversas dinâmicas de manipulação, o que torna cada vez mais potente a capacidade de criação e imposição do desejo. A pressão se dá na direção do “apego emocional” aos objetos e também na necessidade de o indivíduo se “encaixar” em determinados grupos. (*Ibid.*, 1990).

O desejo “insaciável” por adquirir os objetos é uma das fases do ciclo de consumo, na qual se constrói a ideia de necessitar de algo, sem que isso esteja ligado a uma função clara que esse algo deva cumprir. O significado dos objetos, se definido pela sua função real e utilitária, seria distinto do que se entende por “significado social” em pelo menos um aspecto: antes de comprados, eles são sonhados. Nesse momento, o desejo é visto como algo que surge de uma busca por prazer, gerando expectativas para os “eus” que irão se satisfazer não apenas em termos das necessidades para as quais os objetos foram pensados, mas pela adequação desse “eu” aos padrões de consumo (SILVERSTONE, 1994).

Entre os jovens isso é particularmente controverso porque as aspirações não obedecem a nenhum critério de posição de classe social; ao contrário, são oferecidas a todos, mesmo que o poder econômico de cada um não corresponda a tais desejos; e isso ocorre no momento em que os indivíduos estão construindo a sua identidade. Não são eles que decidem que o caminho para ela passa pelo consumo, mas todos são, igualmente, afetados pelo foco no consumo e sua propensão a gerar “independência”; para eles, dinheiro e poder estão vinculados à ideia de capacidade de compra (SILVERSTONE, 1994). No âmbito das análises sobre culturas juvenis, Silverstone aponta a tendência de equivalência entre dinheiro, liberdade e juventude.

Nesse aspecto, pode ser que as subculturas juvenis sequer existissem se não houvesse a criação e disseminação de um mercado consumidor específico para atender – e criar – as demandas dos jovens (SILVERSTONE, 1994). Esse mercado foi o fornecedor da matéria-prima para as subculturas; os bens e objetos que ele produz estiveram sempre à disposição para que os grupos os incorporassem aos seus estilos de vida. A influência que ele exerce é decisiva porque a realidade que cria não está ligada apenas à posse em si, mas, e, sobretudo, à construção ativa de uma coleção de “coisas” que são subvertidas e transformadas em termos do seu uso e do

seu significado. Essa é a dimensão simbólica que caracteriza um estilo particular. O conjunto de “coisas” são os elementos representativos não apenas dos grupos, mas do próprio jovem.

Ser livre significa ter o poder de comprar bens e, através deles, alcançar status, ter influência e mais poder. Os bens, nesse caso, podem parecer irrelevantes em termos de necessidade; os jovens utilizam, por exemplo, a compra de tênis mais caros para demarcação de seu status em suas comunidades. Além do status, os tênis também nivelam o “campo de jogo”, fazendo com que o impacto da desigualdade econômica seja camuflado; a sua posse cria a ideia de um status socioeconômico mais alto do que o real (SILVERSTONE, 1994).

O consumo torna-se, assim, um “passaporte” que habilita o indivíduo a transitar pelas classes sociais, o que demonstra que suas aspirações criam uma “ilusão de igualdade” (DEUTSCH e THEODOROU, 2010). Essa suposta igualdade é alimentada pelo mercado não apenas para mascarar as disparidades estruturadas pelo acesso desigual às oportunidades, mas, principalmente para promover estilos de vida comercializados que, na realidade, definem as posições sociais. Porém, eles são específicos de determinada classe; as capacidades de consumir são sempre desiguais (*Ibid.*, 2010).

Tudo isso significa que o consumismo, elemento relevante da construção da identidade, serve ao propósito subjacente e ambíguo de marcar as diferenças e mascará-las ao mesmo tempo. Ao descrever esse processo, Deutsch e Theodorou (2010) entendem que a relação entre o consumo e a identidade é particularmente forte entre jovens que imaginam seu futuro refletindo o desejo de “cruzar os limites” das classes sociais.

2.1.2. Risco, perigo e sentimento de continuidade biográfica

Perante tantas contradições, as experiências dos indivíduos na sociedade moderna tendem à descontinuidade, dando a eles a impressão de estarem imersos em eventos irregulares e inconstantes, onde as situações passadas não tem relação direta com as seguintes (GIDDENS, 2002). Com isso, a narrativa torna-se igualmente descontínua, dando espaço à ansiedade de estarem desprotegidos do mundo exterior. Na medida em que esse mundo vai mudando, a preocupação e o medo dos riscos aos quais estão expostos paralisam a ação prática dos indivíduos.

Para Giddens, isso equivale a uma “morte íntima”, resultado de uma impotência diante dos riscos que despertam no indivíduo a necessidade de “misturar-se com o ambiente, a fim de escapar de serem alvos dos perigos que os assombram” (2002, p. 55). Do ponto de vista prático, a confiança na autointegridade deixa de ser desenvolvida, provocando um vácuo moral que é reforçado pela ausência de autoapreciação.

Diante de uma situação contrária, os indivíduos conseguiriam desenvolver um sentimento “estável” de autoidentidade, que seria acompanhado de uma sensação de continuidade biográfica e da percepção reflexiva²⁶ do mundo exterior, o que aumentaria sua capacidade de comunicação com os outros. Quando as relações de confiança são estabelecidas de forma primária, um “casulo protetor” é criado e incide positivamente nas relações, auxiliando a percepção e a reação diante dos riscos, que teriam menor poder de ameaçar a integridade do “eu”. Ao contrário da morte lenta, teríamos indivíduos com sentimento do eu vivo, amparados pela autoapreciação.

O que é verdadeiro no decurso desse processo, segundo Giddens, é que a “questão existencial da autoidentidade está mesclada com a natureza frágil que o indivíduo fornece de si mesmo” (2002, p.55). Ela não está localizada no comportamento, tampouco nas reações exteriores, mas nas narrativas particulares que se desenvolvem de forma contínua. Em sendo real, a biografia permite que o

²⁶ A ideia de reflexividade é desenvolvida dentro da teoria da modernidade de Giddens, que observa a sua centralidade enquanto elemento-chave desse período histórico, demarcando as suas diferenças em relação às configurações sociais tradicionais. O indivíduo reflexivo é o responsável pelas condições sociais, já que, através do conhecimento, ele será capaz de monitorar constantemente as ações com vista a aumentar as oportunidades e reduzir os riscos. Esse é o aspecto que, segundo Giddens, promoveu a radicalização da modernidade; a reflexividade permite ao homem mudar suas ações e, por consequência, o seu destino (GIDDENS, 1991).

indivíduo interaja de forma “convencional” em seu meio e em situações cotidianas exteriores a ele, na construção de sua autoidentidade.

A natureza frágil é a responsável pela sensação de invisibilidade que alguns indivíduos experimentam em suas vidas cotidianas. Giddens recorre a Goffman²⁷ para esboçar uma linha de raciocínio que indique quais são os seus fundamentos e como eles operam sobre a autoidentidade. Um elemento importante está relacionado ao corpo e como ele expressa tanto a percepção dos indivíduos sobre os outros, como a percepção da sua própria posição,

[...] mais especificamente, os motivos estão envolvidos com as emoções ligadas às primeiras relações de confiança. Estas podem ser entendidas em termos da formação de laços sociais — laços emotivamente carregados de dependência em relação a outras pessoas, a começar por aqueles desenvolvidos com os adultos responsáveis. Os laços estabelecidos com os primeiros responsáveis, que deixam ressonâncias afetando todas as relações sociais próximas formadas na vida adulta, envolvem gestos emotivos de vários tipos (GIDDENS, 2002, p.65).

Em termos de aparência física, as que são consideradas “normais” são os “maneirismos corporais” que permitem a reprodução do “casulo de proteção”, trazendo estabilidade para que o indivíduo prossiga com suas atividades rotineiras de forma segura. Uma aparência normal reduz a atenção do indivíduo à avaliação do ambiente. Seguindo essa orientação, diante da sensação de não possuir uma aparência “normal” – diferente – inicia-se um processo de invisibilidade do indivíduo e o corpo “deixa de ser o veículo do eu” (*Ibid.*, p. 61).

Ser invisível é um temor que também tem sua origem nas relações primárias – maternas e paternas –, especificamente em situações de ausência dos pais. Isso tem repercussões que podem se tornar permanentes, atingindo picos de gravidade durante a juventude. Em meio às interações sociais, o indivíduo deve se esforçar para “seguir em frente” e isso ocorre com todos aqueles envolvidos nas interações (GIDDENS, 2002). Porém, para alguns, o esforço não é percebido. A roupa, por exemplo, é uma ferramenta de autoexibição, podendo tanto ocultar quanto revelar aspectos das biografias pessoais. Sua função é vincular aspectos básicos da identidade às convenções sociais.

²⁷ GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

Outro elemento apresentado na definição da autoidentidade é a vergonha, entendida como a “ansiedade sobre a adequação da narrativa por meio da qual o indivíduo sustenta uma biografia coerente” (GIDDENS, 2002, p. 65), também gerado dentro das primeiras relações familiares, através de experiências nas quais tenham sido provocados os “sentimentos de inadequação e humilhação”. A vergonha, tendo relação com o receio do abandono na infância, representa a sensação de ser insuficiente, o que compromete a confiança. Elas estão interligadas; o sentido de segurança pessoal depende da confiança nas outras pessoas.

Quando há segurança pessoal, podemos imaginar que a criança tenha experimentado um mundo coerente e contínuo, capaz de ampará-la. Quando isso não acontece, a expectativa de segurança é reprimida e o resultado pode ser a perda de confiança “não só nas outras pessoas, mas na coerência do mundo-objeto” (GIDDENS, 2002, p. 66). É assim que o indivíduo, que imaginava estar em mundo familiar, torna-se um estranho que não tem clareza sobre quem seja e sobre o lugar que ocupa.

A confiança violada impede a superação da condição de uma “criança insegura” em um mundo estranho e hostil. De modo geral, a vergonha impacta negativamente as motivações; o seu contraponto é a autoestima, que produz efeito positivo porque, a partir da confiança na autoidentidade, a biografia pessoal é sentida como sendo unitária e justificada. Além da proteção da autoidentidade, ela tem efeitos também e, sobretudo, sobre as relações interpessoais, uma vez que é baseada nos laços sociais e suscetível às formas como os outros reagem.

Se isso representar ameaças sobre sua própria identidade, o indivíduo percebe que outros elementos da realidade representam risco, comprometendo suas “aspirações positivas”, que irão constituir sua narrativa de autoidentidade. De acordo com Giddens, é daí que surgem as dificuldades de delimitar a sua identidade em relação àqueles responsáveis por ele na infância (1994).

2.1.3. Identidades delinquentes e consumo

Diante das possibilidades de escolhas e dos riscos e perigos, torna-se imperativo planejar a vida. Giddens enxerga o planejamento como um “meio de preparar um curso de ações futuras mobilizadas em termos da biografia do eu” (2002, p. 83). Através do estabelecimento de calendários pessoais, o indivíduo vai

administrando o seu tempo e revisando suas escolhas a partir das mudanças nas circunstâncias. Caso as oportunidades estejam bloqueadas pelas condições materiais, os estilos de vida podem ser criados através das “resistências da vida”, como acontece com os guetos, por exemplo. Nessas condições, construir a autoidentidade é tão necessário e suscetível às forças globalizantes quanto em contextos mais “prósperos”. Como demonstra Giddens:

[...] uma mulher negra chefe de família, por mais limitada e árdua que seja sua vida, de qualquer maneira sabe dos fatores que alteram a posição das mulheres em geral, e suas próprias atividades serão quase certamente afetadas por esse conhecimento. Tendo em vista a natureza periclitante de sua situação social, ela está quase obrigada a explorar novos modos de atividade, em relação a seus filhos, às relações sexuais e às amizades. Essa exploração, embora possa não ser articulada discursivamente como tal, implica na formação reflexiva da autoidentidade (2002, p. 86).

Certamente, sua condição, definida pela quantidade de oportunidades a que tem acesso, irá dificultar sobremaneira a sua busca por alternativas de ação e de vida. Essa busca passa, então, de um potencial de autoenriquecimento para uma realidade desesperadora e “quase insuportável”, de modo que qualquer tipo de planejamento parece, ao invés de administração do tempo, uma perda dele.

Para demonstrar como a diversidade de possibilidades de escolhas afeta as relações interpessoais, Giddens analisa a questão da amizade e dos laços que são estabelecidos entre amigos ou pessoas próximas para além do círculo familiar, formando a ideia de “os de dentro” em oposição aos “de fora”. O argumento central é que a rede de relações é estabelecida a partir da “posição social do indivíduo”, o que restringe as opções de escolha (2002).

Em função disso, as infinitas opções de escolha caminham de mãos dadas com os riscos. Juntos eles delineiam um sistema cujo funcionamento está submetido ao controle humano e não ao “destino”, embora continue incorporada a ideia de que a ação do homem não é a única responsável pelos acontecimentos. Para Giddens o destino é a direção que a vida de um indivíduo deve seguir rumo a um futuro incerto e descolado do passado. Nesse caminho, alguns acontecimentos são mais decisivos quando geram impactos, tanto no nível individual, quanto social.

Caso esses impactos não tenham sido previstos e desejados, eles passam a representar “riscos de alta consequência”, uma vez que atingem de forma ameaçadora as pessoas e/ou os grupos. Os riscos de alta consequência são o

resultado do que acontece nos momentos decisivos, “os traços mais amplos das atividades portadoras de consequências que um indivíduo leva consigo na vida cotidiana e no curso de sua existência” (GIDDENS, 2002, p. 107).

De fato, apenas alguns momentos possuem esse potencial. Na maioria das vezes as decisões do indivíduo não são cruciais para o futuro. É por essa razão que Giddens volta sua atenção para os eventos que são problemáticos e que geram consequências. São eles que definem se os momentos serão decisivos ou não. Esses eventos geralmente são “encruzilhadas”, situações que, ou se impõem ao indivíduo, mesmo contra sua vontade, ou são construídas. Seja como for, é o momento da mudança e da instabilidade, provocados pela alteração de alguma situação, o que o aproxima do risco e ameaça a sua segurança.

Nesse ponto específico, não há dúvida de que a ideia por trás do conceito de cultura de consumo é basicamente o delineamento da essência, ao mesmo tempo criativa e brutal, das expectativas culturais que priorizam as oportunidades bem aproveitadas como um valor representado por símbolos de status. São esses os impulsos que agem sobre os indivíduos na direção da autorrealização.

O consumismo é um “dever” de todos. E isso inclui um processo de convencimento acerca da possibilidade de consumir que cria uma espiral de desejos que se desencadeiam e se renovam, ao mesmo tempo em que em são assimilados como sinônimos de liberdade e direcionam os indivíduos a se compromissarem com um estilo de vida socialmente imposto. Ninguém chega a qualquer lugar que seja se não passar por essa via (SILVERSTONE, 1994); as escolhas, as possibilidades de mudança e os riscos inerentes a elas são constantemente confrontados pelos imperativos consumistas, como se estivessem todos na condição de decidir como viver.

Contudo, os discursos de crescimento econômico que se constroem em torno da prosperidade produzida pelo capitalismo escamoteiam diversos e sérios problemas que surgem como resultado do aprofundamento das desigualdades sociais. A elevação do padrão de vida e o crescimento da cultura de consumo coexistem com as experiências e situações de pobreza, onde parcela significativa da população encontra-se fora dos limites de possibilidades de acesso à riqueza, tornando restrita a sua participação enquanto consumidor (SILVERSTONE, 1994).

Não é tarefa fácil compreender todas as consequências de viver imerso em uma cultura do consumo e não ter acesso efetivo a ele. Mas é possível compreender, através dos preceitos que organizam as implicações da cultura de consumo entre os

jovens, a construção do que se considera um estilo de vida “normal”. O estilo de vida que é fundamentado pelo consumismo é o “adequado” e o único socialmente aceitável. Aqueles que não possuem recursos suficientes para se inserirem nele são vistos como consumidores falhos e por isso, inadequados e indesejados. Nessa cultura, não participar do consumo significa estar excluído (BAUDRILLARD, 1990).

Diante da falta de recursos, a participação na cultura do consumo é cada vez mais restrita porque as necessidades de consumir são cada vez mais abrangentes. Uma vez que essas consequências sejam apontadas dentro uma perspectiva crítica, considerar essa cultura uma forma de violência estrutural não seria descabido. O seu núcleo conceitual é formado por questões como marginalização, injustiça, exploração e discriminação, decorrentes da forma como a sociedade se organiza (MCGREGOR, 2010).

A violência estrutural guarda semelhanças com o consumismo; é igualmente diluída, se expressa de forma sutil e implícita, mas onipresente, naturalizada pelas instituições sociais e reguladora dos padrões de vida e experiências dos indivíduos. Da violência estrutural, tanto quanto do consumismo, são produzidas as desigualdades de poder e de oportunidades, que por sua vez geram insegurança e violação de direitos.

Referência importante nessa dimensão é o estudo “Criminal Identities and Consumer Culture: Crime, Exclusion and the New Culture of Narcissism” publicado em 2012 por Hall, Winlow e Ancrun. Nessa obra, a análise das relações entre as carreiras criminosas e o capitalismo neoliberal também tem como pano de fundo o consumismo, ponto central da preocupação dos autores com o avanço da teoria criminológica, uma vez que ele é tido não apenas como a manifestação das aspirações relacionadas ao luxo, mas como a ação performática que marca a vida cotidiana.

O aspecto mais essencial da consolidação do consumismo como uma cultura apresentado por Hall, Willow e Ancrun é o encorajamento da busca desenfreada pelo prazer como fundamento de uma luta constante pela aquisição e exibição de uma nova ética. As implicações da chamada “ética central do capitalismo moderno” são o eixo das análises, primeiramente quanto ao tipo específico de interação entre aqueles que são colocados fora dos limites do consumo e o próprio consumismo; contradição mais aguda, que faz com que os indivíduos recebam com maior força os imperativos do consumo, quanto maior for a marginalização que sofrem (2012).

Quanto mais excluídos, maior a necessidade de pertencimento. Sendo o consumo o elo que liga os indivíduos aos estilos de vida aceitáveis, maior é o desejo por consumir daqueles que estão fora do jogo. Tais reconstruções conduzem a uma ótica particular do comportamento criminoso, que deixa de ser visto como algo “desviante”, e passa a ser considerado como parte da cultura vigente.

Representa, portanto, o êxito de assimilação da cultura de consumo, expressando, ao contrário do que possa parecer, uma “superculturação” e adequação à ordem social vigente (*Ibid.*, 2012). Essa nova explicação tem o mérito de corroborar a ideia de que o desejo por consumir não se volta apenas para a dimensão material, e o comportamento criminoso está incluído nessa assertiva. Do ponto de vista do significado, o valor material dos objetos é secundário em relação ao valor simbólico que carregam.

Através de uma abordagem etnográfica e de entrevistas com criminosos residentes em regiões impactadas pela economia em recessão do Reino Unido no final da década de 1990, os autores apresentam as trajetórias e representações no mundo do crime para chegar até as identidades criminosas, constituídas como “itens” que integram a cultura do consumo. Como tal, completam a paisagem de uma ordem antissocial e patológica, na qual as instituições tradicionais tiveram o seu papel diminuído em razão da supervalorização dos preceitos capitalistas.

De tal modo que, diversos tipos de comportamento delinquente, como ações de furto e roubo, não devem ser tidos como atos que desafiam o sistema ou como expressão do “desespero” da pobreza, mas como eles são na realidade: ações transgressoras que podem gerar a superação da ausência de bens materiais por um lado e, por outro, atuarem como meio de construção de identidades. Se as identidades são construídas no ato de consumir, quando os bens materiais são comprados, o mesmo deve acontecer quando são furtados ou roubados.

Sendo assim, boa parte dos criminosos, em situações diversas, poderiam ser vistos como “máquinas de consumo” buscando adquirir valor próprio através da “celebração de produtos de consumo”, uma das experiências mais expressivas da contemporaneidade (HALL, WINLOW, ANCRUN, 2012).

2.2. Estrutura, anomia e delinquência juvenil

O estudo que relaciona a delinquência juvenil aos valores sociais desenvolvido por Braithwaite e Braithwaite (2015) parte do princípio, já defendido de forma reiterada pela literatura criminológica, de que os delinquentes mantêm certos valores que são imprescindíveis para a compressão do seu comportamento. Esses valores se desenvolvem em meio a disputas e espaços para adaptação na cultura do consumo, trazendo à tona uma tensão que já foi tratada por Merton: a discrepância entre a estrutura e as possibilidades para a ação.

Em outros termos, a tendência consumista pós-moderna, marcada pela ambiguidade entre a homogeneização e a desintegração de cultura e gostos nos mesmos processos, faz do consumo uma atividade que produz efeitos reais, principalmente ao envolver a discriminação por meio da compra e do uso de objetos, sendo a capacidade de consumir condicionada pela posição social, mais especificamente, pela quantidade de recursos materiais disponíveis. As diferenças culturais, nesse caso, não serão mais a expressão da estratificação social em termos de posição de classe – relações de produção –, mas de uma posição definida fundamentalmente a partir do poder de compra (BRAITHWAITE E BRAITHWAITE, 2015).

No caso da Teoria da Anomia Mertoniana, os valores são os objetivos culturais definidos socialmente e fornecedores das referências e aspirações. Merton (1970) utiliza a sociedade norte-americana como exemplar de análise para demonstrar que o sucesso material é o objetivo mais importante nesse quadro de aspirações. Para alcançar essa meta, a sociedade disponibiliza os meios legítimos, como por exemplo, a educação, o trabalho, etc. Entretanto, se os objetivos culturais são impostos a todos, os meios legítimos para alcançá-los não são disponibilizados da mesma forma.

Quando esse objetivo se depara com a impossibilidade de ser alcançado pelos meios legítimos, os indivíduos sofrem uma pressão a tal ponto que estão suscetíveis a recorrer aos meios ilegítimos para atingi-lo. Os jovens de baixo status socioeconômico internalizam desde muito cedo a necessidade de conquistar as metas estabelecidas, mas logo se deparam com a indisponibilidade dos meios legítimos. Eles fazem parte de uma estrutura familiar marcada por pobreza e desemprego; não conseguem ter sucesso escolar, não têm êxito ao tentarem estabelecer as relações e nem a qualificação para obter um bom trabalho (MERTON, 1970). O que eles têm

diante de si é um verdadeiro “mercado” de meios ilegais, através dos quais eles alcançarão os objetivos, na maioria das vezes, aparentemente de forma mais rápida e com custos menores.

A discussão sobre a viabilidade e a validade desses pressupostos para a análise da delinquência juvenil na contemporaneidade está ligada, num primeiro plano, à especificidade do contexto no qual a obra de Merton foi desenvolvida e às mudanças que marcaram não apenas a dinâmica desse fenômeno, mas de toda a sociedade, e porque não dizer, da própria Sociologia. Embora ocupe lugar de destaque no pensamento sociológico e tenha uma longa tradição de embasamento de pesquisas no mundo inteiro, a teoria Mertoniana já foi colocada à prova e já teve seus limites explicitados (BRAITHWAITE e BRAITHWAITE, 2015).

É com base no seu poder de explicação, mas igualmente nas críticas que recebeu e nos apontamentos dos seus limites, que esse paradigma é apresentado como uma contribuição relevante à compreensão do fenômeno da delinquência juvenil, sobretudo considerando a especificidade dos objetivos que orientam esta investigação.

Para Braithwaite, a Teoria da Anomia, após uma ampla aplicação, já deu provas de ser uma proposta clássica e de contribuição relevante. Especificamente para o caso do comportamento delinquente, Braithwaite ressalta a contribuição de um aspecto que lhe parece central na teoria: a proposta que considera como ponto de partida a existência de um quadro de aspirações, que servirão como referência para a ação. Entre as aspirações que os indivíduos possam ter, nomeadamente em sociedades capitalistas, o sucesso material é o que possui maior força de apelo, sendo aquela aspiração pela qual “vale a pena lutar” (1980).

Esses pressupostos teóricos sofreram duras críticas a partir da década de 1960, sendo sugerido até o seu abandono como perspectiva capaz de tornar inteligíveis os fenômenos relacionados à criminalidade (AGNEW, 1992). O impacto dessas críticas, como aponta Agnew, fez diminuir a influência dessa tradição teórica, mas os ataques que sofreu não foram capazes de provocar o seu desaparecimento. As suas variáveis de sustentação tiveram seu poder de explicação causal limitado e os modelos explicativos da delinquência incorporaram com mais intensidade as variáveis advindas das teorias da Associação Diferencial e Controle Social. O núcleo dessa perspectiva é formado por elementos que são encontrados no nível sociopsicológico, priorizando as ligações do indivíduo com o seu meio social.

Os jovens são o grupo no qual esses fundamentos são mais bem aplicados; a maioria dos dados que podem ser utilizados para os testes teóricos são relacionados a esse segmento. Esse, entre diversos outros motivos, justifica o esforço em recuperar a importância da Teoria da Anomia, sobretudo a partir de sua contribuição nas abordagens que visam integrar diferentes orientações teóricas para produzir uma análise mais ampla da delinquência (AGNEW, 1992).

Em sua forma clássica, as formulações de Robert Merton enfatizam a dimensão dos relacionamentos através dos quais é possível observar que, diante das metas que são valorizadas e impostas culturalmente, os indivíduos bloqueados na sua busca são aqueles que sentem de forma mais decisiva a ausência dos meios legais para alcançar o sucesso financeiro (AGNEW, 1992).

Ainda que em pesquisas mais recentes tenha sido possível concluir que não há preocupação exclusiva com os objetivos futuros por parte dos jovens e adolescentes, isso não permite afirmar que eles não busquem a realização de objetivos mais imediatos, dentro da mesma lógica. A tensão resultante dos bloqueios dos meios para alcançar as metas, de acordo com Agnew (1992), é reforçada pela dificuldade que eles encontram igualmente quando tentam se esquivar legalmente das situações adversas que encontram no seu curso de vida.

A delinquência, nesse sentido, aparece associada a um fator que não foi considerado por Merton; esse comportamento pode ser uma alternativa não apenas ao dilema de buscar alcançar a “vida desejada”. Como exemplo, o autor cita os ambientes familiares e escolares, quando são permeados por relações “dolorosas”, considerados aversivos, dos quais o indivíduo deve escapar. Logicamente, não é difícil imaginar que ele não disponha de meios legais para realizar a “fuga” (*Ibid.*, 1992).

Seja qual for o caso, é necessário compreender a distinção entre os fatores que são considerados como o foco da tensão. Quando na busca pelas realizações os meios são escassos, o indivíduo tem o foco na direção de uma meta, mas o caminho que o levaria até ela está bloqueado. Por outro lado, quando ele tenta evitar a dor, o que ele faz é focar na possibilidade de se afastar de uma situação adversa, mas o caminho que ele deve seguir encontra-se igualmente bloqueado.

É importante ressaltar que esses fatores não apresentam nenhuma incompatibilidade entre si. De igual maneira, é primordial frisar o fato de que não é difícil encontrar casos nos quais os dois tipos de tensão estejam influenciando o

comportamento delincente. Isso se torna possível ao passo que ambos compartilham de um mesmo fundamento: a incapacidade, que será convertida em estímulo para alcançar uma determinada situação ou escapar de outra, dependendo da circunstância.

Quando se trata de alcançar as metas de sucesso, o que está em voga é o paradoxo inerente à equação expectativas criadas versus aspirações socialmente impostas. Os limites que esse aspecto da teoria apresenta, e que não devem ser negligenciados, remetem ao fato já conhecido de que a delinquência não é um comportamento que se desenvolve apenas entre situações de baixo status socioeconômico. A Teoria da Anomia, nesse aspecto, não consegue explicar a delinquência cada vez maior dentro das classes médias e altas.

Deve-se ater a essa limitação para não incorrer no erro de atribuir esse tipo de explicação a outros tipos de bloqueios e impedimentos que não estão relacionados à condição de classe dos indivíduos (AGNEW, 1992). Para enfrentar esses limites, segundo Agnew, faz-se necessária uma revisão teórica que agregue outras dimensões conceituais, capazes de fortalecer as abordagens. As tendências ligadas à perspectiva das subculturas juvenis são um exemplo considerado popular pelos resultados que apresentaram nessa direção.

O aspecto primordial dessa incorporação refere-se à introdução da ideia de existência de uma subcultura jovem, que traz em si uma gama de objetivos imediatos, que são alvo da busca que é determinada por fatores mais diversos do que a condição socioeconômica dos indivíduos²⁸. Com isso, a Teoria da Anomia pôde ser aplicada a

²⁸ A condição juvenil é uma ideia que expressa tudo o que ocorre nesse segmento, a partir da sua contextualização social, cultural e econômica. Por meio desses aspectos, a busca pelos “traços comuns” de indivíduos que compartilham o mesmo tempo histórico coexiste com a busca pelas disparidades entre eles, principalmente aquelas que se inscrevem nas dimensões de classe, raça e gênero (MINAYO, 2011). Entre as uniformidades e as desigualdades surgem os padrões culturais, que expressam a forma como os jovens percebem e são impactados por esses marcadores sociais. Cada momento histórico e cada contexto social, econômico e cultural fornecerão aos jovens situações específicas de vida e de experiências que definirão a sua condição.

De acordo com Minayo, as pesquisas sobre a juventude no Brasil apresentam uma tendência de poucas mudanças na condição dos jovens na passagem do século XX para o início do século XXI. De forma similar ao que ocorre com o conceito de juventude, que é melhor aplicado se utilizado no plural, seria mais apropriado nos referirmos à condição juvenil na mesma lógica, haja vista que a permanência nas características que a definem continua demarcada pelas mais diversas desigualdades. Os jovens são socializados de formas distintas. Dentro de cada camada social ou região e a partir de elementos como raça, etnia e gênero, entre outros, a socialização, tanto no nível primário quanto secundário, obedece aos imperativos do contexto na qual ocorre. Como os jovens são socializados de formas distintas, conseqüentemente eles serão orientados para destinos diferentes. Um aspecto que exprime essas diferenças é a forma como ele estará vinculado à realidade e aos valores sociais vigentes: podemos

casos em que se busca explicar a delinquência entre jovens de classes médias. Ainda assim, o seu núcleo teórico continuou preservado e a tensão continua sendo considerada o resultado dos bloqueios que dificultam ou impedem a realização dos objetivos. A delinquência, como assegura Agnew (1992), segue sendo analisada dentro do espectro marcado pelas assimetrias entre as aspirações de um lado e as realizações de outro, sendo ambas ligadas pelos meios. Os indivíduos aparecem como sendo motivados na direção da redução da lacuna que existe entre os anseios e os meios de que dispõem, e o comportamento desviante segue sendo uma “alternativa”.

Essa lacuna deve ter sua magnitude analisada, no primeiro plano. Posteriormente, a análise deve recair sobre o processo de perda de estímulos positivos, sobretudo aqueles que são de ordem familiar. Por fim, os estímulos negativos e a forma como são incorporados devem ser especificados, principalmente no que diz respeito à influência dos grupos delinquentes.

Esse esquema analítico tem uma implicação prática: é necessário que os objetivos de sucesso sejam internalizados para que a delinquência seja considerada como resultado dos meios legais bloqueados. O próprio Merton (1970) advertiu sobre essa condição quando afirmou que somente a partir da exaltação das metas de sucesso pelo sistema de valores culturais, de forma generalizada dentro de uma sociedade, e das restrições estruturais dos acessos aos meios a um segmento populacional, é que a delinquência poderá ser verificada em níveis consideráveis. Para a disseminação desse quadro de referência, as sociedades capitalistas contam com os meios de comunicação em massa, responsáveis por difundir por todas as camadas sociais a importância do sucesso material, através de símbolos comuns e compartilhados por todas as classes sociais (BRAITHWAITE, 1980).

Caso os objetivos de sucesso fiquem restritos a determinadas camadas, ainda que os que ocupam as posições menos privilegiadas tenham acesso a meios legítimos bloqueados, pode haver a aceitação de sua situação como sendo normal e inevitável. As aspirações serão mais condizentes com os recursos que são específicos da sua condição da classe social. Exemplo disso, como bem lembra Merton, é o fato de as estatísticas criminais apontarem uma relação mais forte entre crime e pobreza nos

encontrar como possibilidade de condição juvenil a reprodução desses valores, mas também a sua rejeição (2011).

Estados Unidos, em comparação com o sudeste da Europa²⁹ (MERTON, 1968, *apud* BRAITHWAITE, 1980). A preocupação de Merton faz sentido dentro de uma lógica em que a associação entre pobreza e criminalidade se apresenta problemática e merecedora de muita discussão, haja vista a controvérsia em torno da afirmação de que a privação por si só possa ser tida como fator que possui força explicativa para a delinquência.

Ainda que de forma indireta, as condições socioeconômicas e sua associação com a criminalidade já foram tratadas por diversas orientações teóricas. Elas estão presentes desde as formulações marxistas do conflito, que colocaram em questão as contradições da sociedade capitalista como o fator que poderia, através do aumento progressivo da exploração do trabalho, gerar contestações por parte dos trabalhadores. Nesse entendimento, o crime também seria uma reação à desorganização da distribuição das riquezas (MCMURTRY e CURLING, 2008).

O ponto de partida dessa discussão também é a desigualdade social como fator explicativo da criminalidade, embora contenha em si uma das maiores expressões das dificuldades em se encontrar causas únicas para o crime. Através dessa perspectiva, é possível encontrar na condição de vítimas, pessoas que sofrem das mesmas situações de desigualdade. De todo modo, as classes de baixo status socioeconômico, em um contexto de exploração e desigualdade, podem enxergar na brutalização da qual são vítimas – mesmo que não seja de forma criminal –, a solução para os seus problemas (MCMURTRY e CURLING, 2008).

Mcmurtry e Curling (2008) argumentam que alguns estudos apontam para a redução da autoestima produzida pelo capitalismo e o desenvolvimento de uma autoimagem negativa dos jovens de baixo status socioeconômico, o que poderia levá-los ao comportamento criminoso (HAGEN, 1994, *apud* MCMURTRY e CURLING, 2008). A frustração advinda de sua posição, assim, tem como consequência “sentimentos de agressão difusa” (p.70). Quando se envolvem com o crime, eles

²⁹ Merton (1970) refere-se à região dos Balcãs Ocidentais, países que experimentaram governos comunistas e onde as situações de escassez de recursos não estariam relacionadas ao crime, conforme ocorria nos Estados Unidos de meados do século XX. Isso porque, nesses países as oportunidades de mobilidade social eram mais restritas, o que comprometeria a validade dos argumentos de que as altas taxas de desvio teriam na pobreza a sua explicação, mediante a “configuração completa” de um sistema cultural que coloca ênfase nos ideais de sucesso financeiro e, consequentemente, faz com os indivíduos os compartilhem.

alcançam resultados que são, além de imediatos, consideráveis ganhos financeiros, e, conseqüentemente, um reforço à sua autoimagem.

Em tudo isso fica evidente que o caráter multifacetado da relação entre as variáveis socioeconômicas e a criminalidade merece uma reflexão mais cuidadosa. Primeiramente, se existe uma relação estatística significativa entre pobreza e crime, isso não implica dizer que a pobreza seja a causa da criminalidade, como afirmado reiteradamente. Segundo, é necessário atentar para o fato de que o status de classe dos indivíduos influencia e atua diretamente no tratamento dispensado pela justiça criminal a quem comete um crime.

Desde os registros de ocorrências à acusação e prisões, jovens de baixo status socioeconômico são mais examinados e, portanto, as violações praticadas por eles são mais notificadas. Por conseqüência, eles têm mais chances de serem descobertos e presos com uma propensão maior de serem julgados e sentenciados com punições mais duras, em comparação com os jovens de status socioeconômico mais alto (MCMURTRY e CURLING, 2008).

Ainda assim, para Merton (1970), as privações são uma considerável forma de tensão, e a desigualdade é um elemento que está relacionado a respostas inovadoras como a delinquência. Porém, não apenas as privações objetivas podem ser consideradas como um tipo de tensão, mas também as privações relativas, entendidas como os sentimentos de privação que resultam da constatação da discrepância que existe em comparação com outros indivíduos. Essa constatação, que é o reconhecimento da situação de privação, representa o “componente cognitivo da privação relativa”, que gera sentimentos que passam a ser os seus “componentes afetivos” (MERTON, 1970).

Dentro da construção de uma possibilidade de análise para o fenômeno da delinquência através do foco na estrutura social, o que é mais especificamente ressaltada é a “inconsistência estrutural” que coloca de forma insistente, uma enorme ênfase no sucesso material. Para Merton, uma grande parte dos comportamentos transviados é conseqüência dessa inconsistência (1970). O seu esquema teórico, em termos gerais, identifica um extremo desequilíbrio entre as metas e meios para certos indivíduos. É por isso que a instabilidade entre meios e fins cresce na proporção do aumento da tendência da busca por atingir os objetivos, utilizando qualquer tipo de recurso.

As metas são colocadas para além dos limites de classe e os seus símbolos se aplicam a todas as camadas da estrutura social. Um verdadeiro “sistema de valores culturais” baseados na exaltação da busca pelo sucesso financeiro é criado e imposto a todos. (MERTON, 1970). Fica construído, assim, um caminho viável para se pensar a clássica correlação entre crime e pobreza:

A pobreza não é uma variável isolada, que opera precisamente da mesma forma, onde quer que seja encontrada; é apenas uma dentro de um complexo de variáveis sociais e culturais, identificáveis e interdependentes. A pobreza em si e a consequente limitação de oportunidades não bastam para produzir uma proporção alta e conspícua de comportamento criminoso. Mesmo a notória “pobreza no meio da opulência” não conduzirá, necessariamente, a este resultado. Porém, quando a pobreza e as desvantagens a ela associadas, em competição com os valores aprovados para todos os membros da sociedade estão articuladas com uma ênfase cultural no êxito pecuniário como objetivo dominante, as altas proporções de comportamento criminoso são o resultado normal (MERTON, 1970, p. 220).

Isso demonstra que existem pelo menos dois aspectos que devem ser considerados quando se trata dessa correlação. Esses aspectos são os recortes teóricos que constituem os elementos que compõem a hipótese investigativa deste trabalho, no que respeita à relação entre status socioeconômico e comportamento delinquente juvenil: 1) a intensidade da assimilação dos valores culturais com ênfase no sucesso é determinante para que o status socioeconômico possa ser tomado como fator relacionado ao comportamento delinquente; 2) será necessário que outras variáveis operem de forma associativa, reforçando a possibilidade de se buscar nos meios ilegais o caminho para atingir o sucesso.

Um terceiro aspecto pode ser acrescido quando se considera a especificidade do objeto em voga, sobretudo no que toca à peculiaridade da juventude enquanto faixa etária complexa e permeada por nuances que poderiam inviabilizar a utilização do pressuposto da busca pelo “sucesso pecuniário” por indivíduos que ainda não alcançaram a fase adulta: a influência da cultura do consumo.

2.2.1. Teoria da Anomia e cultura do consumo

A variável “meta de sucesso financeiro”, correspondente empírico da estrutura cultural (valores e normas que incidem sobre o comportamento), que fomenta no indivíduo a busca pela realização – ou autorrealização – do êxito, encontra na sociedade norte-americana do século XX a materialização do “sonho das carreiras

meteóricas”, apresentada de forma igualitária, como se a estrutura social fosse também igualitária. A escassez de recursos seria a operacionalização da “estrutura das oportunidades reais”, ou, da própria estrutura social, compreendida como um conjunto de relações sociais em que os indivíduos se encontram desigualmente inseridos.

Nos Estados Unidos de meados do século XX, o tema do sucesso era dominante e por isso foi tomado como referência para a compreensão do comportamento desviante. Porém, Merton teve o cuidado de reconhecer que o desequilíbrio entre metas culturais e meios institucionais não é resultado apenas da pressão por se alcançar o êxito financeiro; não apenas esse aspecto da estrutura social está sendo considerado em sua formulação teórica. Ela também se aplica a outros aspectos e isso é inclusive importante de se considerar, “se quisermos entender as fontes do comportamento desviado” (1970, p.219). Desse modo, a pressão não se dá apenas pelo estabelecimento de sucesso monetário, mas de questões que podem ser resultado dele, como por exemplo, a inserção na cultura de consumo para acesso aos símbolos de identificação coletiva.

É a partir da suposição do próprio autor que se abre a possibilidade de inserir a lógica do consumo enquanto componente da equação explicativa, assumindo a posição e a função que as metas culturais cumprem em seu modelo teórico. Mais que isso, considerando a cultura do consumo uma peça que compõe o mosaico que ilustra o desenvolvimento da delinquência, é possível reconhecê-la como uma expressão da noção de “sucesso financeiro”, adaptada teórica e empiricamente tanto ao contexto específico em questão, quanto à condição dos jovens nesse contexto.

Disso resulta uma “configuração total” do elemento status socioeconômico – pobreza, oportunidades limitadas e inculcação de alvos culturais – como base para compreender o desenvolvimento da delinquência. Para Merton, quaisquer objetivos culturais que sejam ressaltados continuamente e exaltados de forma extrema, incidirão como atenuantes sobre as práticas institucionalizadas (1970). Ainda assim, sem a intenção de produzir generalizações empíricas e muito menos afirmar que qualquer indivíduo sob tais pressões, tenderá a reagir com atos desviantes³⁰.

³⁰ Merton criou uma tipologia para apresentar as formas de adaptação individual, considerando a variação nas reações de indivíduos que ocupam posições distintas na estrutura social, diante da pressão exercida sobre eles. Quando a sociedade define como meta cultural a busca pelo sucesso material e não distribui os meios institucionais a todas as camadas da população, a tensão que daí resulta pode levar à violação das normas. As respostas a esse desequilíbrio variariam entre: 1)

“[...] O sucesso monetário foi tomado como principal objetivo cultural somente para os fins de simplificação do problema, embora existam, naturalmente, outros objetivos no repositório de valores comuns” (MERTON, 1970, p.257). Esses outros objetivos foram contemplados por análises como a de Wakefield (2005) através da abordagem das discrepâncias entre “constrangimentos econômicos” e o “alargamento do horizonte das expectativas de consumo” entre os indivíduos de baixo status socioeconômico.

O princípio básico da relação entre os fatores é o mesmo da Teoria da Anomia: sendo a insatisfação e a frustração motivações para a conduta criminosa, isso não se dá apenas porque os indivíduos sofrem com a falta de recursos econômicos. O foco está mais, como visto, nas implicações da falta de recursos diante de uma realidade que impõe aos indivíduos necessidades a serem satisfeitas em relação ao consumo, mesmo diante da falta de meios e oportunidades legítimos para atender a essas necessidades, do que das privações em si (WAKEFIELD, 2005).

Originam desse princípio algumas abordagens secundárias, a partir da contextualização do desenvolvimento dos países latino-americanos, para apoiar e potencializar os pressupostos desenvolvidos por Merton. A primeira, situada no campo das teorias de controle social, parte dos patamares de mudança como sendo relevantes, principalmente nos aspectos relacionados aos níveis de coesão social, menores nas sociedades contemporâneas, se comparadas às sociedades tradicionais. Outra tendência é aquela apoiada nas contradições do progresso em países subdesenvolvidos, nos quais a juventude é exposta a uma distância cada vez maior entre as expectativas de consumo, também cada vez maiores, e a precariedade das condições de vida (HAYWARD, 2002).

Desse plano de análise é que o comportamento delinquente, sendo a busca ilegal pela obtenção de recursos econômicos, é considerado um meio de satisfação das “necessidades de consumo”. Através dele o indivíduo vislumbra acessar os bens que estão bloqueados pela falta de trabalho, de educação e de políticas de bem-estar.

conformidade – tanto entre objetivos culturais quanto aos meios institucionais. Essa é a situação mais comum; 2) Inovação – estimulada pela ênfase sobre as metas de sucesso e a busca pelos meios proibidos para alcançá-las; 3) Ritualismo – quando há o abandono da busca pelas metas de êxito; 4) Retraimento – marcada pela rejeição tanto dos objetivos, quanto dos meios institucionais e; 5) Rebelião – quando os indivíduos se afastam das metas impostas culturalmente e buscam criar uma “nova estrutura social” (MERTON, 1970).

A partir dele, o sentimento de frustração pode ser transformado em sentimento de realização e respeito, necessários para que a sua autoidentidade seja construída.

O consumo passa a ser visto como uma ação que é performática porque resulta de um processo que reorientou os imperativos sociais e substituiu os valores ocidentais, criando uma cultura que age sobre os indivíduos na direção do prazer (BAUDRILLARD, 1990), e que entre os indivíduos de baixo status socioeconômico produz um tipo específico de relação que demonstra como a maior marginalização faz aumentar o imperativo da exibição do ato de consumir.

É também nesse sentido que a conduta delinquente não deve ser considerada um comportamento “anormal”, mas a expressão de uma ordem social assimilada por indivíduos que, para além de buscarem o acesso a bens de consumo numa perspectiva de apropriação material, buscam acessar o poder simbólico e imaterial que se tornou inerente a esses bens. Consoante com a argumentação Mertoniana de que a estrutura social cria as condições para o desvio, as mudanças sociais estão relacionadas à crescente marginalização no quadro social no qual o consumo transformou-se em um meio de identidade e pertencimento para os indivíduos.

Resta, diante do exposto, averiguar em que medida os jovens em conflito com a lei que se enquadram na situação de baixo status socioeconômico experimentam e relatam suas expectativas em torno do consumo, como percebem as possibilidades de satisfação das necessidades de acordo com a sua condição socioeconômica, como lidam com a frustração que resulta dessa condição e como as oportunidades de transgressão surgiram.

2.2.2. Formas de adaptação frente à tensão

A partir da ideia de cultura de consumo, fica evidente que o tema do sucesso material não diz respeito apenas à sociedade norteamericana do século XX. A valorização da riqueza e das propriedades nas quais ela pode ser convertida está ligada à ideia que se tem de bem-estar de forma generalizada nas sociedades capitalistas. Enquanto objetivo cultural de realização de uma vida bem sucedida, o dinheiro torna-se a própria manifestação do sucesso alcançado.

A ênfase que os indivíduos dão a esse aspecto de suas vidas é um elemento estrutural, não nasce espontaneamente da sua vontade, mas emerge fora dele, nas estruturas e relações que modelam e remodelam as aspirações de vida de acordo

com os seus próprios interesses. Em determinados segmentos, as ferramentas que estão ao alcance do indivíduo definitivamente não são aquelas que irão gerar os resultados desejados culturalmente, primeiro pela própria sociedade e, conseqüentemente, por ele próprio. A reação diante desse verdadeiro dilema toma formas variadas e cada um responde de uma maneira.

Na prática, isso significa que os indivíduos se adaptam de formas diferentes, de acordo com o nível de aceitação da imposição das metas culturais e da disposição em utilizar os meios que não são aceitos. Para Merton, três premissas básicas fundamentam a “obrigação de manter alvos elevados”: os objetivos, por mais elevados que sejam, estão à disposição de todos, portanto, todos os indivíduos devem se esforçar para alcançá-los; o êxito total pode ser precedido de “fracassos aparentes” que não devem desestimular a busca pelo sucesso e, por fim, quando as metas não são alcançadas, isso se deve à falta de interesse do indivíduo (1970).

Essas premissas resultam em mecanismos que garantem a sobrevivência e a eficácia da ordem social porque fortalecem o incentivo à busca dos indivíduos, e, portanto, sua adesão e adequação a essa ordem, mediante a potencialização das forças que agem sobre ele para que reaja positivamente aos incentivos, “apesar da continuada ausência de recompensas” (p.212). As implicações desse reforço podem ser sentidas principalmente quando, apesar de todos os reforços e estímulos, o indivíduo não consegue alcançar as metas.

Diante do fracasso, a crítica passa a ser direcionada ao próprio indivíduo e não à estrutura social. A falha é dele, ainda que haja restrições no seu acesso aos meios legítimos. Caso não consiga – ou não queira – se adequar aos ideais de sucesso, correrá o risco de não ter o seu pertencimento à sociedade reconhecido.

Nesse contexto, como o indivíduo se comporta? Quais reações esperar?

Quais são as conseqüências do comportamento das pessoas situadas em várias posições na estrutura social de uma cultura, na qual a ênfase sobre os objetivos no sucesso dominante afastou-se cada vez mais de uma ênfase equivalente sobre os processos institucionalizados para a obtenção desses objetivos? (MERTON, 1970, p. 212).

A resposta sociologicamente construída e apresentada por Merton através de uma tipologia oferece um modelo que permite localizar indivíduos em níveis diferentes de assimilação das metas, diante da quantidade de recursos disponíveis. A partir desses atributos, diversos tipos de adaptação podem ser esperados, designando na

prática não apenas o tipo de conduta dos indivíduos, mas a posição que ele passa a ocupar de acordo com ele. Não se trata, portanto, de buscar possibilidades de adaptação da estrutura para que os indivíduos respondam de forma positiva aos estímulos. Não é a estrutura que deve se adaptar.

Aos indivíduos cabe aceitar ou rejeitar os valores predominantes, ou ainda, buscar formas de substituí-los por outros. Em sociedades mais estáveis, mais próximas do equilíbrio e coerência entre valores culturais e meios institucionalizados, a tendência maior é que o comportamento dos indivíduos seja conformista, ou seja, há uma maior propensão de buscarem alcançar as metas sociais utilizando os meios institucionais reconhecidamente legítimos (MERTON, 1970).

Os objetivos definidos culturalmente são aceitos, haja vista a força da persuasão com que são apresentados. Os meios, por mais escassos que sejam, também são aceitos, e apenas eles; os indivíduos irão “lutar” utilizando apenas meios socialmente aceitos, como trabalho e educação. Obviamente, as metas não serão alcançadas por todos nessa situação, e ainda assim, esses indivíduos tenderão a obedecer às regras sociais sem se desviar (*Ibid.*, 1970). Mesmo em sociedades menos estáveis, essa é a tendência que predomina, caso contrário, as sociedades sequer conseguiriam manter qualquer nível de coesão.

Os ritualistas seriam as pessoas que respondem à situação de anomia com o comportamento baseado na diminuição de suas aspirações e expectativas em relação às metas de sucesso. Os objetivos, nesse caso, tendem a ser fixados ao nível das possibilidades reais de serem atingidos, evitando correr riscos e procurando sentirem-se confortáveis com os limites da sua condição. A resposta ritualística é típica dos indivíduos que se convencem de que o sucesso material é improvável.

O retraimento aparece como a forma de adaptação mais dramática dos indivíduos, que renunciam tanto os objetivos culturais quanto à obediência às normas convencionais. Para Merton, porém, a resposta mais ameaçadora à ordem social é a rebeldia (1970); os indivíduos que se adaptam assim, além de não aceitarem as metas e os meios para alcançá-las, rejeitam todo o sistema e agem de modo a pretender derrubá-lo. Tendem a surgir entre os rebeldes novos objetivos e novas metas que colocam em risco a ordem social vigente.

Porém, é justamente o comportamento contrário ao conformista que mais interessa à Teoria da Anomia. Ele é típico de contextos sociais desequilibrados, caracterizados como “anômicos” porque, entre outros aspectos, organizam suas

estruturas em torno da exaltação do sucesso financeiro pecuniário e restringem o acesso de parte dos indivíduos às oportunidades. Uma vez que os incentivos de êxito se espalham através das normas e da cultura, mas encontram fechados os canais para o seu acesso – e essas limitações têm a ver com a estrutura de classes – caso o indivíduo tenha assimilado de maneira positiva o conteúdo dos imperativos culturais, poderá recorrer às vias que se encontrarem abertas a ela, mesmo que sejam, do ponto de vista das normas sociais, proibidas.

Logicamente, essa não é a resposta definitiva para a delinquência. O próprio Merton advertiu que “outros aspectos da estrutura social, além da extrema ênfase sobre o sucesso pecuniário, devem ser considerados se quisermos entender as fontes sociais do comportamento transviado” (1970, p.219). Sem contar que se trata apenas de encontrar elementos que auxiliem na compreensão do desvio entre pessoas que não dispõem de meios e recursos suficientes e aprofundar a compreensão acerca dos fatores que cercam o desvio em meio às oportunidades bloqueadas.

Entre a assimilação das metas, a falta de recursos e a utilização de meios alternativos, existem diversos elementos, relações e processos que podem indicar como se dá não apenas a pressão da estrutura sobre o indivíduo e não somente como se estruturam as desigualdades na distribuição dos recursos. Mais que isso, compreender a dinâmica que carrega o processo de abandono dos meios institucionais e a sua substituição pelos meios ilegais.

Pelo exposto, fica claro que umas das razões pelas quais nem todos os indivíduos na mesma posição social se comportam de forma desviante frente ao abismo entre metas e meios, é que eles assimilam de forma e níveis diferentes os valores do sucesso. De acordo com Merton, alguns indivíduos das camadas inferiores de fato incorporam o ideal de sucesso e acreditam que encontrarão – ou criarão – as oportunidades para se mover de acordo com as normas e os valores convencionais. Para isso, será necessário que eles se mantenham comprometidos com os seus propósitos e sejam “positivamente orientados em direção ao êxito profissional e em direção aos meios estabelecidos para auxiliar na consecução de tal êxito” (1970, p.247).

A orientação positiva, nesse caso, se estabeleceria no processo de socialização desse indivíduo na família, na escola e em outras instâncias sociais. Entretanto, em relação à valorização da educação e das oportunidades ocupacionais que ela seria capaz de propiciar, há uma diferença considerável de classe no “valor

atribuído à educação como meio de aumentar a possibilidade de sucesso ocupacional” (*Ibid.*, p. 248). Segundo Merton, a tendência em acreditar que a educação é uma necessidade para que o indivíduo progrida na vida é maior entre os estratos sociais mais altos, se comparados aos mais baixos (1970).

2.3. A delinquência como aprendizado social

A adaptação inconformista da tipologia de Merton – ou o comportamento inovador – abriga diversos tipos de desvio. Em todos eles, independente da gravidade ou tipificação criminal, o processo desviante encontra-se em curso, mas ainda não se efetivou. Isso significa dizer que não basta que os recursos estejam bloqueados e que as metas tenham sido aceitas; é necessário que o indivíduo encontre outros estímulos que possibilitem a ele se movimentar na direção dos recursos alternativos. Dito de outra forma, ele deverá se “livrar” do peso das normas convencionais que condicionam a sua conduta, garantem que ele esteja conformado com sua condição e impedem – ou dificultam – a inovação (o desvio propriamente dito). Isso somente será possível se houver a substituição dos valores convencionais por outros valores – desviantes. Será necessário, ainda, que ele tenha desenvolvido em algum nível as habilidades e as técnicas que aumentariam as chances de utilização dos meios ilícitos.

A tensão gerada pela equação “metas altas e baixos recursos” deve ser potencializada, portanto, por elementos que tornem os indivíduos aptos a manifestarem sua inconformidade e a serem capazes de inovar. Aqui entra a contribuição das teorias de Aprendizagem Social, com sua atenção voltada à dimensão dos relacionamentos interpessoais.

Nessa perspectiva, as relações com outros indivíduos desviantes são decisivas para o comportamento delinquente. Esse tipo de associação produz um reforço diferencial, apresentando um modelo de comportamento que se estabelece através da transmissão de valores. A ação do indivíduo passa a ser uma reação não apenas à tensão entre metas e recursos, mas também às forças exercidas pelo grupo; os valores incorporados fazem com que a delinquência seja vista como um comportamento que, se não for desejável, é ao menos justificável, considerando as circunstâncias (AKERS, 1996).

Desde que o comportamento delinquente seja aprendido, os padrões definidos estarão em consonância com as condições e oportunidades de

aprendizagem que são disponibilizadas aos indivíduos. Como defende Bassiouni (1974), quando alguém se torna criminoso, isso se dá mediante o contato com padrões de comportamento criminais, e, na mesma medida, pelo afastamento dos padrões considerados “normais” diante das regras estabelecidas. Tendo como pano de fundo esse pressuposto, Bassiouni define que as possibilidades de aprendizagem de comportamentos “aceitáveis e não aceitáveis” dependem da presença ou ausência de oportunidades positivas e negativas. Isso sugere que existem, segundo o autor, dois modelos de oportunidades de aprendizados (*Ibid.*, 1974).

O primeiro modelo diz respeito à situação de conflito cultural, na qual os indivíduos encontram oportunidades para aprender um comportamento aceitável, mas existe também a oportunidade de aprender um comportamento inaceitável. Isso geraria uma cultura delinvente. No segundo modelo, o indivíduo depara-se com oportunidades de aprendizagem de comportamento aceitável e não existem oportunidades para o contrário. Isso geraria uma cultura convencional. Na falta de oportunidades para aprender qualquer tipo de comportamento, estaríamos diante de uma ausência de cultura (BASSIOUNI, 1974).

A Associação Diferencial pode ser considerada um modelo analítico que se estabeleceu como paradigma de grande visibilidade nos quadros de referência da Criminologia, dentro da tradição do “desvio cultural”, a partir da década de 1930, com Edwin Sutherland, sociólogo e criminólogo norte-americano. Considerando as interações sociais como o canal através do qual poderia ser possível explicar as causas do comportamento delinvente, Sutherland (1983) lançou mão de princípios que são basilares da própria Sociologia enquanto campo do conhecimento, dado que tem como objeto de análise as relações sociais e o seu impacto na vida dos indivíduos.

Nesse ponto, o enfoque da Associação Diferencial é eminentemente sociológico e sua contribuição para a Criminologia norte-americana é ressaltada como sendo uma das maiores referências. Sua repercussão, de acordo com Laub e Sampson (1996), promoveu uma grande mudança, sobretudo metodológica, fazendo com que a dimensão não sociológica das perspectivas do crime fosse empurrada para as margens das teorias que se desenvolveram a partir de então.

A orientação de Sutherland está ancorada numa proposta de microsociologia, que considera que o indivíduo é a unidade de análise mais adequada para a Criminologia, sendo o conhecimento das causas do seu comportamento melhor assegurado pelo estudo dos casos particulares. Laub e

Sampson apresentam o percurso metodológico para esses casos, incluindo, em termos de coleta de dados, o registro detalhado do desenvolvimento do comportamento ao longo da vida do indivíduo, na tentativa de reconstruir de forma ampla todos os principais eventos relacionados aos “transtornos de conduta” (1996).

A partir da concentração de suas análises nas condições e relações sociais dos indivíduos com o meio no qual está inserido, essa teoria está alinhada à perspectiva simbólico-interacionista³¹ de análise dos fenômenos sociais. Por intermédio desse modelo, Sutherland propõe o estudo dos processos de mudança na vida de um indivíduo a partir de suas diversas relações, demonstrando como elas afetam o seu comportamento, por meio de uma lógica de socialização e aprendizado social, até se constituir enquanto autor de uma “ofensa criminal”.

O papel desempenhado pelos símbolos, que são criados e reforçados através das interações, está no centro dos argumentos dessa corrente de pensamento. Em essência, esses símbolos são os pontos de intercessão que ligam os indivíduos à constituição de um grupo social e, a partir de então, eles terão o seu comportamento afetado por essa associação. Nesse processo associativo, os símbolos são, através da comunicação, o elemento responsável por gerar o sentimento de pertencimento ao grupo, ao passo que o indivíduo incorpora, a partir da aprendizagem, valores e normas que orientarão e definirão a sua conduta (LAUB e SAMPSON, 1996). Nesses argumentos, a sociedade é vista como um conjunto de agrupamentos diferentes, distribuídos de forma igualmente diferente, tanto verticalmente, quanto horizontalmente. A localização dos indivíduos nesses agrupamentos obedece à mesma lógica de diversidade e assimetria, o que significa dizer que eles sofrem influências diferentes, a depender da posição que ocupam.

Os grupos, por sua vez, são heterogêneos a partir de diversos critérios: são de tamanhos variados e possuem caráter e dinâmicas diversificados. Sobretudo, são

³¹ O Interacionismo Simbólico é um paradigma sociológico composto por teorias de nível micro, com ênfase nas relações que se estabelecem entre os indivíduos em uma sociedade. Os pressupostos estão relacionados à comunicação, entendida como um processo no qual, através dos símbolos e da linguagem, acontece a troca de significados, o que faz com que os indivíduos compreendam o seu mundo social. Nessa perspectiva, as pessoas são vistas como agentes ativos na formação da realidade. O sociólogo George Mead é tido como o precursor do Interacionismo Simbólico, termo cunhado por Hebert Blumer, que delineou as suas premissas básicas: a interação dos indivíduos com as coisas se dá a partir dos significados que a elas são atribuídos. Esses significados surgem das interações com outros indivíduos e são interpretados em circunstâncias específicas. A aplicação desses princípios teóricos se dá na busca pelos padrões de interação entre os indivíduos, com foco nos sinais e símbolos que eles usam para se comunicar (BLUMER, 1980).

constituídos sob valores e normas culturais específicas, nem sempre condizentes com aquelas consideradas convencionais. Internamente, as visões que marcam a identidade de cada grupo são reforçadas e a sua permanência depende desse reforço; as regras e normas de comportamento instituídas exercem influência considerável sobre os membros, cujas condutas são formadas a partir dessa influência (SUTHERLAND, 1983).

Dentro das sociedades modernas, o papel de controle exercido pela família nas sociedades tradicionais, concorre com as mudanças sociais e tecnológicas. Os grupos passam a ocupar um lugar de destaque na vida dos jovens, exercendo influências e se apresentando como alternativa às contradições das relações familiares (BASSIOUNI, 1974). Junto aos grupos, surge um padrão de valores e regras que dão sustentação ao comportamento cada vez mais permissivo, como aponta Merton.

A associação de indivíduos é capaz de, mesmo de modo informal, reforçar um sistema normativo alternativo que será compartilhado entre aqueles que estão na mesma posição social. Visto dessa forma, convertem-se em possibilidade de reação frente aos problemas com os quais eles se deparam dentro da estrutura e das exigências incompatíveis com sua condição. Ainda que não se institucionalize, ganha corpo de uma “formação social” com o propósito de oferecer resistência à estrutura mediante a antecipação das exigências aos seus membros, o que concorre para que elas sejam amenizadas. O indivíduo passa a encontrar o apoio social como alternativa à necessidade constante de improvisar e se ajustar sozinho às situações de conflito (MERTON, 1970).

A observação desses processos permitiu que se chegasse à conclusão de que a cultura juvenil define as condutas que serão consideradas aceitáveis e não aceitáveis, criando um sistema próprio de normas e valores, geralmente contrários ao que é definido socialmente. Os padrões desenvolvidos são dotados de uma moralidade própria, geralmente sustentada por um conjunto de recompensas que fazem com que o desvio seja considerado o resultado de “acordos convencionais”. Quando esses padrões passam a ter um maior alcance dentro da sociedade, os valores e as atitudes passam também a ser mais amplos. Os membros dos grupos, mediante o aprendizado do que seria cotidiano e legítimo internamente, passam a receber um impulso rumo à inovação, que compreende uma variedade de atos que extrapolam os limites da legitimidade, aproximando-se cada vez mais da delinquência e do comportamento criminoso (BASSIOUNI, 1974).

A cultura delinquente define e estabelece uma ideia diferente de conduta, de normas e valores, que implicam na consideração de uma situação que se apresenta como “normal” no cenário no qual se desenvolve. Para Bassiouni (1974), o significado do pertencimento a um grupo de referência é especialmente forte para os jovens de baixo status econômico, por se tornar uma relevante influência no seu processo de socialização. Para eles, o padrão de comportamento aprendido na infância e reforçado pela falta de controle de instituições convencionais torna-se a referência que vai determinar a adesão e conformidade ao que seria aprovado internamente, em relação aos membros do grupo, e, na mesma medida, inconformidade e desaprovação em relação à sociedade.

Esses argumentos, por mais que sejam reconhecidos como elementos teóricos relevantes, receberam críticas contundentes, baseadas nos pressupostos de sucesso de todo processo de socialização e no caráter ilimitado da variabilidade cultural (AKERS, 1996). A fraqueza da teoria aparece, nesse caso, através da impossibilidade de explicação a partir de dois níveis de análise. Primeiro, é ressaltada a insuficiência da cultura enquanto única explicação para o crime. Segundo, que é difícil, a partir desse modelo, explicar as variações de desvio dentro de um mesmo grupo. Se a socialização é sempre bem-sucedida, por que existem diferenças individuais quando se trata da violação de regras e normas?

Para o primeiro grupo de críticas, Akers propõe uma interpretação dos pressupostos da Associação Diferencial, tentando evidenciar que a forma como os elementos culturais são incorporados à teoria é, na maioria das vezes, mal esclarecida. Por consequência, muitos julgamentos que resultaram na tentativa de sua invalidação são produtos de interpretações errôneas ou superficiais (AKERS, 1996).

Dizer, portanto, que nem todos os indivíduos que interagem com criminosos se tornarão criminosos, para Akers, não invalida a proposição de que o comportamento criminoso é aprendido através da exposição a padrões criminais. Ele argumenta que a teoria não se refere a qualquer tipo de contato com delinquentes, mas um tipo específico de associação e com uma intensidade que permite a aprendizagem de modo mais incisivo. O processo de aprendizagem é que deve ser bem especificado e talvez Sutherland não tenha apresentado de forma clara todos os mecanismos que compõem esse processo. Trata-se de um problema que é de cunho de conceituação e especificação (AKERS, 1996) e deve ser contornado pelos desdobramentos da aplicação empírica da teoria e sua reformulação.

Isso evidencia a necessidade de clarificação dos aspectos teóricos em relação ao objeto de pesquisa, no sentido de delimitar o escopo para os objetivos que são pretendidos. Em um primeiro plano, a suposição de que o indivíduo entra em contato com uma cultura desviante em algum momento de sua vida. Diante das demandas e pressões sociais, esse indivíduo encontra-se numa situação de conflito, e a partir de então ele estará exposto aos valores e normas não convencionais, que levam à violação daquelas que são consideradas convencionais.

Trata-se, portanto, de uma abordagem sobre o comportamento individual. O que está em questão é o desvio individual, analisado sob a ótica das definições que são favoráveis à conduta desviante, definida mediante a exposição mais decisiva a essas definições do que àquelas convencionais. Não significa que o indivíduo tenha sido socializado exclusivamente no grupo desviante ou tenha internalizado completamente os seus valores. O que se busca analisar é como esse contato pode produzir um efeito maior na definição do seu comportamento do que o contato com os grupos convencionais

Os elementos culturais a que se refere a teoria da Associação Diferencial são aqueles coerentes com uma definição de cultura enquanto um conjunto de fatores de natureza simbólica, que modelam o comportamento humano, como padrões, ideias, valores e outros sistemas de significado. Essa dimensão transcende o conteúdo material da ideia de cultura e a ênfase recai sobre os códigos de conduta formados por normas, crenças, avaliações morais e orientações normativas, que são fabricadas e compartilhadas dentro de um sistema social (AKERS, 1996).

Contudo, apenas a internalização dos valores não é capaz de fornecer a base de motivação para o comportamento delincente. Na esteira dos valores, há o aprendizado de técnicas, que mostrarão aos indivíduos a direção da motivação, dos impulsos e atitudes necessários à prática de atos delinquentes.

As definições ou os dispositivos compartilhados que irão operar de forma favorável ou desfavorável sobre a conduta, são os elementos que formam a vertente cultural e normativa do processo de associação diferencial. A partir daí, pode-se falar em uma espécie de comportamento social, fruto da interação entre os indivíduos, que se associam direta ou indiretamente. Seguindo essa orientação, na medida em que o grupo expõe o indivíduo a essas definições culturalmente definidas, mas adotadas por cada um, a associação adquire um significado relevante, pois fornece os padrões de

comportamento que servirão de referência, mediando socialmente o reforço para o desvio.

O ponto de partida da teoria de Sutherland também é a existência de conflitos normativos em qualquer sociedade (TITLE, BURKE e JACKSON, 1986). Esses conflitos se configuram, de um lado, por padrões culturais que são favoráveis ao desenvolvimento do comportamento delinquente, e de outro, por padrões que desfavoreceriam a delinquência. Cada padrão é caracterizado por diferentes tipos de mensagens que são repassadas por meio das interações interpessoais.

A exposição dos indivíduos a esses padrões é diversificada e cada um está mais ou menos intimamente ligado a eles. Quanto maior for a exposição a um padrão, ou quanto mais intensa, mais frequente e mais longa for sua associação a um grupo, mais as definições serão determinantes para o comportamento. Para o caso da delinquência, se essas definições forem favoráveis, o indivíduo estará imerso num processo através do qual o comportamento criminoso é aprendido não apenas através do reforço de valores que são considerados não convencionais, mas através de um reforço que é carregado de técnicas, atitudes, impulsos e racionalizações que incorrerão na prática da delinquência (TITLE, BURKE e JACKSON, 1986).

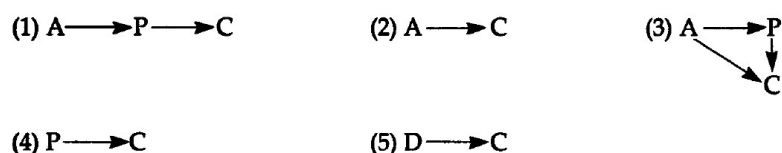
Na realidade, a operacionalização empírica dessas premissas requer que se coloque de forma precisa o conceito de cada um dos elementos que compõem a teoria. Primeiramente, a própria ideia de associação. A qual nível de integração estamos nos referindo? Trata-se de associação organizada? A que nos referimos quando falamos em definições favoráveis ou desfavoráveis? Como aplicar essas variáveis conceituais à pesquisa?

Autores como Charles Title, Mary Jean Burke e Elton Jackson advertem que o próprio Sutherland não explicitou como essas variáveis foram operacionalizadas em seus estudos, de modo que a utilização de sua perspectiva teórica requer a utilização de uma derivação da estrutura causal, como a que foi proposta no trabalho "Modeling Sutherland's Theory of Differential Association: Towardan Empirical Clarification", publicado em 1986.

A partir da utilização de símbolos foi criado um modelo no qual as ideias são expressas em forma de variáveis que se dispõem enquanto etapas do processo de desenvolvimento do comportamento delinquente. No modelo, "D" significa as definições favoráveis à violação das leis encontradas no ambiente. "A" significa a associação individual com definições favoráveis à violação. "P" são as perspectivas

criminais, as atitudes e racionalizações. Por fim, “C” é próprio comportamento delincente. Essas variáveis representam a possibilidade de cinco processos diferentes, ou cinco modelos de aplicação empírica dos postulados teóricos.

Figura 3. Modelos de interpretação da teoria da Associação Diferencial



Fonte: TITLE, BURKE e JACKSON, 1986.

Nesse modelo, a teoria aparece como a suposição de um processo que se dá em dois estágios. No primeiro há a associação, que é excessiva, às definições criminais. Essas definições são responsáveis por fazer surgir uma perspectiva criminal, que será uma etapa mediadora na passagem das definições à delinquência, que seria o resultado final. O segundo modelo, ainda que baseado na associação excessiva do indivíduo às definições, não necessariamente passará pela criação de uma perspectiva criminal, com a apreensão de técnicas, por exemplo. Nesse caso, é o excesso de associação a causa direta da delinquência.

Essas duas possibilidades são incorporadas ao modelo três a partir da suposição de que as associações influenciam de forma direta e indireta o comportamento delincente, ou seja, com ou sem a presença de uma perspectiva criminal. O quarto modelo toma como ponto de partida as perspectivas criminais como determinantes para a delinquência; as bases das perspectivas não são centrais, o que significa dizer que a própria interpretação do indivíduo acerca do meio conta mais que a influência das definições partilhadas. Para o quinto modelo, finalmente, a associação do indivíduo a definições ou perspectivas criminais não importam para que se desenvolva o comportamento delincente, basta que essas definições e perspectivas estejam presentes no meio ambiente para que o indivíduo seja influenciado.

Como se pode notar, os desdobramentos dos usos da Associação Diferencial acabaram por gerar estruturas causais diferentes a partir do esquema analítico desenvolvido por Sutherland. Isso poderia produzir resultados ambíguos, e é possível

que tenha gerado, mas os autores definiram os procedimentos que podem minimizar essas dificuldades. As variáveis de estudo são a principal preocupação porque a sua operacionalização depende da interpretação que se faz da teoria. Elas devem, portanto, ser medidas de forma adequada e operacionalizadas de forma eficiente, a partir de diretrizes teóricas claras. Qualquer que seja o modelo que resultar das análises, ele deverá estabelecer uma ordem causal de modo a propiciar as relações entre as variáveis, que devem ser controladas em função da delimitação de um adequado suporte teórico (TITLE, BURKE e JACKSON, 1986).

2.4. Confluência entre fatores socioeconômicos e aprendizagem social

De acordo com Thornberry (1987), as principais limitações das teorias da delinquência produzidas na contemporaneidade podem ser resumidas em três situações. O primeiro aspecto, já tratado por este trabalho a partir de outras referências, diz respeito à confiança nas estruturas causais que consideram apenas uma direção, assumindo um único fator como fonte de explicação para o comportamento delinquente. O grande problema que isso gera é a apresentação da delinquência enquanto um fenômeno estático, não sendo possível abarcar toda a dinâmica e complexidade que o permeiam.

O segundo aspecto está relacionado à ausência de abordagens que partam de um patamar empírico no qual seja possível analisar as progressões no desenvolvimento desse comportamento. Tal fato implica que os estudos não consideram que ele é a culminação de um processo que vai progredindo através de níveis de condições e ações. O terceiro aspecto, por sua vez, enfatiza que os estudos contemporâneos sobre a delinquência não vinculam de maneira adequada os conceitos aos processos, para localizar a posição do indivíduo na estrutura social (THORNBERRY, 1987).

Nessa conjuntura, o modelo de análise integrado, pensado a partir dessas limitações, parte de uma visão da delinquência como o resultado de um processo no qual a sociedade acaba gerando restrições e pressões que influenciarão o comportamento. Soma-se a isso o enfraquecimento dos laços dos indivíduos com as instâncias tradicionais de controle e a interação que se dá no ambiente no qual a delinquência é aprendida, naturalizada e reforçada. Pensar de forma integrada, nessa situação, significa admitir que o comportamento delinquente está reciprocamente

relacionado com a tensão e com o aprendizado, e que esses fatores estão encadeados numa sequência de influência mútua (THORNBERRY, 1987).

Como bem lembra Weatherburnt (1993), sabemos que a maioria dos crimes é cometida por jovens. Isso diz muito, porém, ser jovem nunca será uma base robusta de explicação a ponto de prever o crime. E o mesmo ocorre com todas as considerações acerca dos fatores causais. Quando tomados de forma isolada, sempre serão encontrados de forma desproporcional entre os transgressores, do mesmo modo que será encontrada uma gama de infratores que não se enquadram nessas circunstâncias.

A relevância da estrutura e da cultura como caminhos para a compreensão dos fenômenos correlatos ao desvio e ao crime já foi reconhecida pela maioria das perspectivas teóricas no campo da Sociologia, o que permite presumir que as relações entre essas variáveis já sejam conhecidas, principalmente através de taxas agregadas de delinquência. As variações encontradas em termos de força explicativa de um ou outro conceito, a partir de um ou outro contexto, e, principalmente, considerando um ou outro conjunto de indivíduos aos quais se direciona, demonstram que os mecanismos concretos através dos quais esses conceitos, que são abstratos, afetam o comportamento, nem sempre ficam evidentes.

Em outros termos, se é possível afirmar que as teorias avançaram em demonstrar quais são os elementos que estão relacionados à delinquência, o trabalho de compreender como essa relação se dá deve ser continuamente atualizado, pois contextos nos quais eles se manifestam mudam continuamente. A forma de articulação de construções teóricas a partir de uma perspectiva integrativa (ELLIOTT, 1994) é entendida como uma tentativa de conciliação de teorias que são diferentes, tanto do ponto de vista de suas premissas, quanto dos níveis de explicação no qual atuam.

Perspectivas teóricas tomadas de forma integrada são consideradas promissoras porque, além de incorporarem num mesmo campo teórico diferentes pressupostos, a integração deve se dar de modo a relacionar os níveis micro e macro de análise social, considerando que elas se propõem, individualmente, a explicar dimensões diferentes da variação na delinquência. Em comum, essas teorias identificam marcadores sociais que são utilizados para compor um quadro mais geral, o que permite o deslocamento de modelos de explicação causal para um patamar de configurações integrativas entre os fatores.

Diante disso, a construção teórica se dá ao longo da fronteira macro-micro. Em termos práticos, são duas atitudes frente ao conhecimento que se sustentam a partir de pressupostos, elementos e níveis diferentes da realidade social. Em sua forma clássica, a teoria sociológica seguiu a tradição de alinhamento de seu escopo teórico e metodológico a orientações distintas e opostas no que tange aos fundamentos ligados à estrutura ou à ação social, de forma expressamente dicotômica. Em sua fase contemporânea, entretanto, esse dilema ganhou novos contornos e começou-se a pensar na possibilidade de sua superação, viabilizada pela tentativa de produção de sínteses, que deveriam impulsionar as abordagens do campo sociológico.

A predileção dos sociólogos do século XIX em desenvolver cada um seu próprio sistema de Sociologia – e que se manifesta ainda hoje em certos setores – significa que os mesmos são elaborados tipicamente como sistemas opostos de pensamento, mais do que consolidados num produto cumulativo. De acordo com Merton, independente dos fundamentos que justificam a adoção de uma perspectiva ou outra, não há “base lógica que nos permita colocar uma dessas atitudes contra a outra” (1970, p. 153). O importante, portanto, passa a ser a busca pelos modos através dos quais esses fatores se encontram, são assimilados e se reforçam mutuamente, e não a busca pelos aspectos que os separam.

A ideia básica por trás dessa tentativa é que os fenômenos sociais são um acumulado de elementos que se interpõem numa imensa dinâmica, na qual é possível verificar, além da atuação dos fundamentos micro e macro de forma isolada, a atuação conjunta desses elementos. A essência dos fenômenos seria dessa forma, permeada por partes igualmente relevantes para a sua manifestação, e, portanto, para a sua análise e compreensão.

Em todos os sentidos, são elementos integrais da dinâmica social, resultado de uma interação complexa de necessidades, estímulos, pressões (estimulantes e/ou inibidoras) do comportamento dos indivíduos. De acordo com o resultado dessa interação, o comportamento será definido, podendo ser compreendido como uma síntese que o apresentará como sendo marcado pela sua conduta “normal” no sentido de observação das regras e normas vigentes, ou pela sua conduta “delinquente”, no sentido de transgressão dessas mesmas normas.

A delinquência aparece, assim, “dissolvida” em um emaranhado de forças heterogêneas, trazendo em si os reflexos de uma série de restrições e pressões que

são definidas não apenas pelos elementos que caracterizam a história de vida, mas, sobretudo pela interação entre eles, que imprime uma lógica de auto reforço – negativo ou positivo já que, 1) são todos constituintes do mesmo contexto social, 2) exercem influência específica de acordo com a sua natureza sobre os indivíduos e 3) podem variar em termos de quantidade de influência durante períodos diferentes da vida de um indivíduo, como também variar de indivíduo para indivíduo sob as mesmas condições (SHOEMAKER, 2009).

Outro aspecto importante que deve ser considerado no que tange à relação entre os fatores sociais e o comportamento delinquente é o seu caráter de reciprocidade. O comportamento dos indivíduos pode ser afetado pelos fatores sociais, como a associação a pares delinquentes, por exemplo, e nesse caso, a delinquência seria o resultado do aprendizado que se deu nessa associação. Por outro lado, a delinquência pode afetar os laços sociais de modo a enfraquecê-los, promovendo, ainda que de forma indireta, associações novas em grupos delinquentes, o que resultaria num efeito espiral e interativo, no qual causa e efeito estariam ligados.

Obviamente, esses elementos não estão dispostos e percebidos como operando de forma ordenada, de sorte que componham um quadro que se desenvolve a partir de uma lógica evolutiva e linear. Se no plano teórico é importante que sejam desencadeados a partir de tal ordenamento, na prática, certamente eles devem se manifestar de forma simultânea na biografia dos indivíduos. Como lembra Shoemaker (2009), deve ser plausível pensar que haja traços mais evidentes de um desses elementos em comparação com outro, e, mais ainda, que existam diversos outros elementos operando nessa cadeia de condicionalidades.

Sendo assim, a operacionalização teórica e empírica desses fatores torna-se um desafio. Ainda que não haja dúvida que sejam ferramentas importantes no conhecimento dessas dinâmicas, estão permeados por fragilidades que merecem atenção. Há que se considerar, por exemplo, que nenhuma condição possui força suficiente para antecipar que haverá adesão ao comportamento delinquente quando houver a sua ocorrência.

À vista disso, os fatores de risco não são tomados como causas. Na grande maioria das vezes, não há como evidenciar que, se mudássemos as circunstâncias de um fator de risco particular, isso produziria impactos nas taxas de delinquência juvenil. Deve-se, portanto, atentar para o fato de que se considera, para os fins desta

pesquisa, que são tratados como características ou condições sociais que agem de forma conjunta, constituindo-se como elementos de um contexto que definirá o comportamento dos indivíduos.

Se esperamos conhecer o funcionamento desse conjunto de condições, devemos ter em mente que o seu poder de predição pode sofrer alterações, dependendo do contexto das circunstâncias. O seu dinamismo se deve, sobretudo, ao fato de poderem ser verificados em escalas diferentes no que diz respeito ao momento em que acontecem com os indivíduos e com o ambiente. Alguns fatores são importantes em determinadas fases da infância e perdem importância ao longo do tempo, ou em alguns casos um fator em particular é determinante, enquanto que em outros casos outro elemento é mais decisivo (FULLER, 2015). Ou seja, um mesmo fator pode significar um risco em determinados momentos e em outros não, como também podem se constituir em risco para alguns e se apresentar como inócuo para outros.

Assim sendo, a propriedade de multicausalidade da delinquência é o eixo em torno do qual os elementos que compõem o quadro analítico são justificados. O potencial de explicação das variáveis apenas é evidenciado a partir do momento em que são analisadas como “variáveis causais adicionais”, podendo sua flexibilidade permitir a identificação dos pré-determinantes estruturais e interpessoais (MOSER e SHRADER, 1998). Surge, a partir de então, a possibilidade de encontrar suporte nas pesquisas que partem de uma base de análise multifatorial.

A ausência de fatores de reforço positivo e a presença de fatores de reforço negativo posteriormente se relacionarão com as oportunidades de desvio. Em razão disso, a análise do crime, no âmbito das ciências sociais, teve o seu escopo teórico ampliado para além das perspectivas tradicionais e clássicas, a partir de críticas às limitações que apresentam não quanto à sua validade em si, mas por terem assumido um caráter unidimensional. De acordo com Barak, atuando desta forma, estarão apenas parcialmente corretas, na melhor das hipóteses, ou muito inadequadas, na pior das hipóteses, considerando que os fatores que utilizam em suas formulações são uma parcela muito menor do que aquela que compreende os fatores que são ignorados (2002).

Assim, a diversificação da construção de modelos aparece como uma saída a esses dilemas. Traduzida em uma pluralidade de estruturas que são embasadas em proposições basilares de duas ou mais teorias, converte-se em uma possibilidade de

operacionalização do fazer integrativo: uma forma de construir um modelo interpretativo, além de uma perspectiva unidimensional, vinculando e sintetizando “fragmentos teóricos” de outras teorias, para a produção de formulações mais abrangentes (BARAK, 2002).

No campo das produções sociológicas sobre o crime, de acordo com Barak, há uma “forte confiança” nas perspectivas de controle e aprendizagem, teorias das subculturas³² e da tensão, utilizadas para gerar modelos integrados mais gerais, quando o objeto abarca uma diversidade de comportamentos sob a denominação de “crime”, ou mais específicos, quando compreendem como objeto uma determinada forma e manifestação da criminalidade em particular. Do ponto de vista da finalidade da análise, existe a possibilidade tanto de construir modelos de causalidade, com vistas à possibilidade de previsão do comportamento criminoso, quanto de enfatizar as “vozes” que se dão em meio a uma pluralidade de sentidos que servirão de base para a compreensão do comportamento delinquente e para a apreensão do contexto e das condições a partir dos quais ele se desenvolve (BARAK, 2002).

Em tais casos, as teorias da delinquência podem ser integradas de várias formas. Elas podem ser associadas de forma sequencial, de modo a produzirem uma complementação para a explicação. Nessa forma, são integradas sob a justificativa de uma busca por reforço de uma sobre a outra. Podem também, como assinala Barak (2002), serem integradas a partir da perspectiva dos níveis micro e macro do fenômeno em questão, no qual a combinação estabelecida por interdependência é o fundamento a ser realçado.

Nesse horizonte, a identificação e demonstração do valor preditivo dos fatores não significa que o fenômeno tenha sido conhecido de forma definitiva. Primeiro porque se trata, como todo fenômeno social, de um emaranhado de nuances que são

³²Os adeptos da Teoria das Subculturas delinquentes admitem que o comportamento desviante é o resultado da pressão dos membros de um grupo que se constituiu a partir da separação da cultura dominante. Nesse sentido, o conceito de subcultura é delineado a partir da organização dos indivíduos em torno de valores que são distintos daqueles que predomina na sociedade, o que faz com que a sua principal característica seja o desvio. A não conformidade com os padrões impostos socialmente gera, portanto, a conformidade com normas e valores que são, em essência, desviantes. Nesse sentido, a delinquência é vista como uma reação coletiva aos processos de marginalização dos grupos que se estruturam como resposta à negação de status por parte da sociedade. A rejeição dos comportamentos convencionais dá origem à uma inversão que, além de outros aspectos, oferece recompensas aos indivíduos desviantes (OLIVEIRA, 1981).

dinâmicas, e segundo porque, uma vez explicado, faz surgir a necessidade, do ponto de vista sociológico, da compreensão das formas através das quais eles se entrelaçam e se somam, reforçando-se negativamente, ou minimizando o risco que apresentam.

Isso significa que a estrutura lógica de investigação deve ser capaz de captar como se dá o desenvolvimento do comportamento delincente mediante uma perspectiva de progressão dos riscos na vida dos jovens e na manifestação dos fatores nesse estágio específico da vida, a partir das condições e experiências mais decisivas.

Esse contexto nos leva ao desenho do processo que define as chances ou riscos de envolvimento com a criminalidade. Aqui aparecem os três subprocessos considerados: 1) as condições e oportunidades reais de vida; 2) as relações e interações estabelecidas e 3) as oportunidades percebidas através das habilidades aprendidas e do grau de envolvimento com pares delinquentes. A hipótese é que quanto mais escassas forem as oportunidades reais, mais as relações com os pares serão tidas como possibilidade de recompensa.

Ou seja, a busca pela satisfação dos objetivos impostos pela sociedade – reconhecimento e posses, diante de um horizonte de insuficiência de recursos – é afetada pelas dinâmicas de interação e socialização que os indivíduos estabelecem. O envolvimento com a criminalidade enquanto um comportamento inovador (MERTON, 1970), pois, dependerá do tipo de interação que esses fatores apresentarão. A variação da delinquência dentro um mesmo grupo, definido a partir de uma variável basal como o status socioeconômico, por exemplo, poderá ser explicada pelo tipo de associação que essa variável apresentará com outros fatores.

Se considerarmos que o status socioeconômico é uma das causas do crime, isso significa considerar que ele permite uma variedade mais ampla de comportamentos. Para que a falta de recursos advinda desse status seja canalizada para a delinquência é necessário que haja a configuração de um processo interativo, por meio do qual essa conduta é adotada porque foi aprendida, e através desse aprendizado vai sendo cada vez mais reforçada.

Os postulados que se originam dessa linha de raciocínio, além da consideração de que o comportamento delincente pode ser aprendido, são a expressão, ainda que indireta, da demonstração de como as situações de privação possuem apenas o potencial de desencadear os processos que levam ao desvio.

Como a pólvora, são relevantes enquanto propulsoras, mas dependem do contato com outras substâncias para entrar em combustão.

Em ambas as situações, há uma reação que ocorre através do fornecimento de energia, sua ativação depende disso. No caso da delinquência, a colaboração de outras pessoas no processo de aprendizagem desde os grupos primários significa que, a depender de como o jovem gerencia o seu contato com esses grupos, as motivações, os incentivos (definições delinquentes) e as atitudes (perspectivas criminais) servirão de incremento para que o elemento propulsor – status socioeconômico - seja ativado.

PARTE 2

O desenvolvimento do comportamento delinquente

Nem todos podemos ser generais. Se você é um bom soldado numa multidão selecionada, e tem boa reputação, isto é o sucesso em si mesmo...

O mandato moral de alcançar o êxito exerce assim pressão sobre o indivíduo, para ser bem-sucedido usando dos meios normais, se for possível, ou mediante o emprego de meios fraudulentos, se for necessário. As normas morais evidentemente continuam a reiterar as regras do jogo e a pedir que o jogo seja limpo, mesmo quando o comportamento seja divergente da norma. Contudo, ocasionalmente, mesmo os manuais de sucesso “instam os homens” a “irem adiante e ganhar” fazendo uso de todos os meios disponíveis para chegar à frente dos competidores... (MERTON, 1970, p. 244).

Os caminhos da investigação

As interpretações da associação entre fatores múltiplos demonstram resultados consistentes sobre o aumento da inadaptação dos jovens às regras impostas pela sociedade. A perspectiva de “risco múltiplo” (GREENWALD, 2008) sintetiza esses diversos fatores, de modo a produzir o entendimento de como eles afetam os jovens, elucidando quais são os matizes desse processo.

Voltando à premissa básica de que a delinquência é um comportamento inadequado diante de “situações difíceis” (BRIDGES, 1997), em termos sociológicos os componentes sociais dessas situações devem demonstrar a coexistência de características estruturais que irão definir a capacidade de adaptação dos indivíduos às regras legitimamente estabelecidas. Ao aplicar esses princípios à pesquisa social, chegamos a um patamar de análise que deve considerar que cada ato de delinquência que um jovem pratica está relacionado a uma teia complexa de situações que, na grande maioria das vezes, compõem o contexto social desde muito cedo em sua vida.

A significação substantiva dessa constatação se dá na definição da análise empírica desenvolvida por esta tese como sendo pertencente ao amplo escopo da Sociologia Interpretativa. Nessa direção de produção do conhecimento o interesse está voltado para o significado que é produzido pelos atores dentro das relações e dos processos sociais.

Os métodos qualitativos, considerados os mais apropriados a esse propósito, compreendem práticas de pesquisa consideravelmente diversificadas, dadas as possibilidades de construção de modelos interpretativos, com diferentes formas de coleta, sistematização e análise de dados. Por outro lado, todos eles estão voltados para um objeto que pode ser considerado como aquele que é, por excelência, o eixo da tradição qualitativa: a ação interpretada (DESLAURIERS e KÉRISIT, 2008).

A partir desses postulados, define-se este estudo como sendo de natureza qualitativa, voltado à interpretação da ação pelo pesquisador e pelos sujeitos da pesquisa, privilegiando o “vivido” dos atores. Nesse âmbito, a linguagem e a conceituação são dotadas de extrema importância na busca pelo sentido do “objeto vivido”, como também do “objeto analisado” (DESLAURIERS e KÉRISIT, 2008). Como método de análise é utilizada a abordagem biográfica, que se localiza na modalidade de história de vida. Partindo de uma conceituação restrita, a intenção é a busca pela

compreensão dos fenômenos a partir da perspectiva das narrativas autobiográficas, memórias e história de vida em comunidade.

CAPÍTULO 3 PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DELINQUENTE

Ao abordar a constituição da história de vida enquanto método de pesquisa social, Goodson (2001) afirma que as primeiras utilizações dessa perspectiva se deram na dimensão de autobiografias de chefes nativos americanos, ainda no início do século XX, no campo dos estudos antropológicos. Entre os sociólogos, desde então, foi possível verificar a adoção cada vez maior dessa abordagem, ainda que ela esteja no centro das discussões sobre a aceitação e legitimidade de estratégias qualitativas de pesquisa.

Com a popularidade dos métodos quantitativos, a história de vida, como outros métodos qualitativos, ficou relegada a segundo plano durante um bom período do século XX. Apenas na década de 1970 houve uma retomada considerável das investigações com essa orientação, sobretudo com os trabalhos com pescadores de Daniel Bertaux e Paul Thompson, considerados referências clássicas na discussão desse método (GOODSON, 2001).

A sua forma de operacionalização se dá a partir de procedimentos que partem do objetivo de compreender a lógica implícita nas experiências dos indivíduos, acessadas através da observação sistemática das narrativas autobiográficas, quando o próprio indivíduo biografado relata a sua história, ou relatos biográficos, quando a história é contada por outro indivíduo. Os processos e estruturas, que não são instantaneamente dotados de sentido, são desvendados, sobretudo no que diz respeito aos nexos que são produzidos em suas relações e isso se dá através da utilização de técnicas de reconstrução histórica.

Na Escola de Chicago, Robert Park conferiu a essa modalidade de pesquisa um lugar de destaque dentro do escopo das metodologias qualitativas. Na década de 1930, os trabalhos “The Jack Roller - a delinquent boy’s own story” de Shaw e “The Professional thief” de Sutherland evidenciaram o quanto a utilização da história de vida apresentava força enquanto método para análise dos fenômenos sociais, por possibilitar o acesso às percepções subjetivas dos indivíduos e, como apontou Harold Becker (1986), formular questionamentos sobre a delinquência a partir do ponto de vista de quem a pratica. A análise da vida das pessoas pode revelar aspectos que são imperceptíveis em estratégias de investigação que se afastam da tendência de enxergar o percurso de vida como uma “cadeia de transmissão social”.

3.1. A contribuição da Escola de Chicago para o campo de análises da delinquência juvenil

A chegada do século XX marcou a consolidação da Escola de Chicago como importante referência teórica e metodológica dos estudos urbanos. Considerada o berço moderno da Sociologia nos Estados Unidos, foi a partir de um complexo processo de crescimento populacional e todas as suas consequências que a cidade de Chicago se transformou em um grande laboratório social, analisado através de olhares empiristas pelos seus estudiosos. Além de priorizarem a dimensão empírica, os estudos tinham um enfoque prático, pois deveriam oferecer respostas que subsidiassem a resolução dos problemas de um verdadeiro “caldeirão cultural”, marcado pela mistura cultural e étnica e pelos conflitos que resultavam do grande aumento populacional ³³ (COULON, 1995).

Diversos fenômenos até então considerados secundários no pensamento sociológico foram tomados como potenciais focos de análises científicas: prostituição, vida boêmia, delinquência, etc., abordados a partir de uma hipótese comum: deveriam ser considerados problemas sociais e não patologias individuais; estavam todos, de alguma maneira, relacionados à ideia de espaço, mais especificamente, do espaço urbano. Surgiu daí a perspectiva conhecida como “Teoria Ecológica”, para a qual o novo contexto era considerado um “ecossistema urbano”, criador de tipos característicos de comportamentos (*Ibid.*, 1995).

Os estudos de natureza metodológica etnográfica, principalmente, revelavam importantes achados sobre os estilos de vida e interação entre grupos relacionados a uma “desorganização social” nos grandes centros urbanos, que “permitia” comportamentos desviantes diante das dificuldades que a comunidade encontrava na imposição de modelos coletivos de ação. As gangues de rua formadas por jovens, um dos fenômenos que mais expressavam a correlação entre o crescimento dos centros urbanos e a criminalidade, tornaram-se centrais nas agendas de pesquisa que defendiam a tese de que a ação desses grupos tinha em sua raiz a deterioração dos

³³ A Escola de Chicago inaugurou a perspectiva de “Sociologia da grande cidade”, a partir de sua própria experiência de explosão urbana entre o final do século XIX e o início do século XX. No ano de 1860, a população total da cidade era de 110 mil habitantes. Em uma década houve salto para 300 mil habitantes. Entre os anos de 1890 e 1900, a população dobrou de tamanho, chegando a 1 milhão de habitantes. Na primeira década do século XX, eram 2 milhões, o que significa que, em meio século, Chicago aumentou em 20 vezes seu contingente populacional (COULON, 1995).

laços primários e a conseqüente ausência de controle social efetivo. O comportamento delinquente dos jovens agrupados em gangues não seria “anormal”, mas uma reação “normal”, diante de um ambiente “anormal”. Isso era o que defendiam os estudiosos de Chicago.

A obra “A gangue” de Frederick Thrasher é um marco dessas orientações, considerada pioneira nas análises empíricas nesse campo. Com a desorganização típica da cidade, o crime surge como algo “contagioso”, o que implica dizer que o surgimento das gangues não ocorre aleatoriamente, mas em meio à ausência de controle social. Os fatores causais do comportamento desviante entre os jovens e como ele estava distribuído no espaço urbano eram abordados a partir do “arcabouço cultural” composto por elementos carregados de simbolismos, como os ritos juvenis, a linguagem (gírias) e as redes de sociabilidade (COULON, 1995).

Em “Sociedade de Esquina”, William Foote Whyte (2005) colocou em foco outra perspectiva na análise da delinquência, a partir da crise de 1929. Interessava ao autor analisar as interações sociais e sua influência na organização social de uma comunidade a partir de um estudo de caso: Cornerville, uma favela italiana, apresentada como um complexo sistema de redes de parentesco, amizade e laços de associativismo formal e informal como fontes de socialização dos indivíduos.

Para Whyte (2005) os grupos eram estruturas de hierarquias de interações que ligam os indivíduos entre si, como também ligam os diversos grupos. Os vínculos são mantidos a partir de um sentimento de lealdade que é proveniente da “ajuda mútua”, gerando intensos laços de identidade que às vezes chegavam a ser comparados à família, em termos do seu papel “amparador”. Mas o traço principal dessa abordagem é a importância da posição dos indivíduos no grupo para a construção da sua identidade.

A conclusão a que se chega é que o problema da delinquência juvenil em Cornerville não estava ligado apenas à desorganização social, mas à dificuldade de adaptação de sua organização ao padrão da sociedade à sua volta. Ainda hoje, a obra continua atual e tem seu alcance reconhecido também fora do ambiente acadêmico: é uma importante referência para aqueles que lidam com organização comunitária e desenvolvimento de projetos comunitários.

3.1.2. “The Jack Roller”: uma inspiração para a análise da delinquência através da história de vida

Entre os mais expressivos componentes teóricos e metodológicos da Escola de Chicago está a obra de Shaw “Jack Roller - a delinquent boy’s own story”, produzida na década de 1930. Desde que foi publicada, tem sido fonte de inspiração para estudos qualitativos, mais especificamente quando as abordagens estão voltadas para a história de vida. Esse não foi o único trabalho produzido a partir desta lógica; “A história natural de uma carreira delinquente” e “Irmãos no crime” foram também publicados por Shaw e seus associados posteriormente; Edwin Sutherland, na mesma época, publicou o estudo intitulado “Professional Thief” (COULON, 1995).

Desde lá, portanto, havia uma preocupação em explicar a delinquência juvenil não a partir do desvio e não apenas com ênfase no comportamento propriamente dito, mas considerando os valores, relações e contextos subjacentes. Já havia o reconhecimento por parte dos autores de Chicago que, embora sendo um grave problema social, a delinquência entre jovens era alvo de estudos que raras vezes colocavam ênfase nas experiências vividas por eles (*Ibid.*, 1995). Raramente as pesquisas davam (e ainda pode-se afirmar que seja assim) voz ao jovem.

Em Jack Roller, Shaw (1966) apresenta o desenho do estudo de caso voltado a uma rica descrição que apresenta as experiências vividas por um único jovem delinquente. Essas experiências são a base para uma teorização do impacto que possam ter sobre o desenvolvimento do padrão delinquente, a partir do delineamento do contexto social que cercava esse jovem.

Esse padrão foi pensando sempre a partir das relações que ele estabelecia com o espaço urbano e a abordagem biográfica foi crucial para o desenho do estudo. Fica claro desde o início, que a pesquisa tem como base a história de Stanley, embora suas origens possam ser buscadas na história de vida do próprio autor (GELSTHORPE, 2007). Os esforços de Shaw partiam primeiramente da necessidade de demonstrar a solidez metodológica do método por ele utilizado. A biografia narrativa de Stanley foi descrita de forma detalhada para que fosse apresentada tal qual ela era.

Por isso a obra de Shaw é considerada tão relevante até os dias atuais. Ele demonstrou, a partir da utilização dessa ferramenta, um novo olhar para as

comunidades nas grandes cidades e, sobretudo, para o comportamento dos indivíduos.

A história de vida aparece nesse contexto como ferramenta de fortalecimento da Sociologia diante do apoio estatal na intervenção nesses espaços. De acordo com Gelsthorpe (2007), a abordagem proposta por Shaw contribuiu para a organização política das comunidades, que passaram a trabalhar em cooperação com as instituições do governo. Os contatos estabelecidos com os jovens delinquentes, por exemplo, trouxeram um tipo de realismo de que carecia a Criminologia (GELSTHORPE, 2007).

O que Shaw promoveu com *The Jack Roller*, portanto, foi uma “virada narrativa nos estudos criminológicos”, ainda que haja críticas às histórias individuais, sob a alegação da necessidade de reafirmação de concepções “mais científicas”. Ainda assim, as biografias individuais podem ter a mesma relevância que as abordagens tradicionais ao permitirem a síntese entre o individual e o social, questão tão cara às ciências sociais (*Ibid.*, 2007).

Jack Roller é a história de um jovem delinquente com idade de dezesseis anos, quando entrevistado por Shaw. As entrevistas obedeciam a uma lista de dificuldades de comportamento, compromissos e delinquências, sequenciados cronologicamente para guiar o relato autobiográfico. O jovem Stanley recebeu a instrução de descrever detalhadamente os eventos, o contexto que os envolvia, suas reações e percepções acerca dessas experiências. Cumprindo sentença na Casa de Correção de Chicago, foi revisitado por algumas vezes na intenção de aprofundar e detalhar com mais precisão a sua elaboração (SHAW, 1966).

A família de Stanley era imigrante da Polônia e ele era o segundo filho do segundo casamento do seu pai, que tinha mais cinco filhos do primeiro relacionamento. Aos quatro anos de idade ele perdeu a mãe, que faleceu de tuberculose, e a família foi mais uma vez recomposta por um novo casamento do pai com uma mulher que tinha sete filhos.

Stanley, depois de ser insultado e espancado, foi expulso de casa; os filhos da madrasta eram sempre favorecidos em detrimento dele e de seus irmãos, que além de serem maltratados, chegaram a passar fome. O pai trabalhava e recebia um bom salário, e embora aparecesse como um provedor da família aos olhos do jovem, tinha problemas com excesso de álcool, era violento e cometia abusos contra a família.

O conturbado ambiente familiar aparece relacionado ao fato de Stanley passar boa parte do seu tempo fora de casa. As dificuldades encontradas pela família reforçaram a ideia de que a vida nas ruas era fascinante e logo ele se viu envolvido com outros meninos que praticavam roubos. Aparecem na narrativa sentimentos como prazer e excitação relacionados à vida na vizinhança, enquanto a vida dentro de casa era relacionada a sentimentos de tristeza, provenientes das brigas constantes e dos espancamentos. Na comunidade o roubo não era incomum. E também não era incomum que contasse com a aprovação dos próprios pais dos jovens que os praticam. Isso incluía a madrasta de Stanley.

Diante das dificuldades, ele não foi o único a fugir de casa: dois dos seus irmãos também foram embora. Por diversas vezes foi levado para a Casa de Detenção da cidade, com menos de dez anos de idade. Desenvolveu-se, então, um padrão de resgate nas ruas, ida para o Lar de Detenção, volta para casa e novamente detenção policial, até que foi internado em uma instituição correcional. Mas em pouco tempo ele estava nas ruas novamente e houve mais detenções por roubo e por sucessivas vezes foi internado até que, em liberdade condicional, foi viver em uma fazenda, onde aprendeu a ler.

Em seus relatos, os livros apareciam como um “mundo novo” e Stanley começou a sonhar com a agitação da vida na cidade. A estadia na fazenda durou três meses até que uma nova fuga foi empreendida e o retorno à cidade é descrito como a adesão a uma “vida de vagabundo”. Com dezesseis anos, Jack Roller tinha perdido o pai e pesavam sobre ele acusações mais graves de roubo, até a sentença de doze meses no reformatório estadual. Durante a sentença, na sala do tribunal, ele teve o primeiro contato com Clifford Shaw. Foi a partir desse momento que a história de vida de Jack Roller começou a ser traçada.

A subjetividade é a marca mais proeminente desses relatos, porém, a narrativa subjetiva está localizada dentro de uma análise objetiva, já que, devemos ver as coisas através dos olhos de outras pessoas se quisermos aprender (SHAW, 1966). Foi a partir desse pressuposto que a história de Stanley ganhou projeção na obra de Shaw. De acordo com Gelsthorpe, o livro rompe com uma tendência de falta de descrição metódica nas pesquisas sociais.

Ao descrever a metodologia da narrativa, Shaw faz referência ao seu próprio envolvimento com Stanley, através de entrevistas gravadas, nas quais puderam ser

elencados os principais eventos da sua carreira delinvente. A história foi, desde o início, apresentada na mesma forma como foi descrita pelo jovem (2007).

Sobre a discussão acerca da biografia como ferramenta metodológica, Shaw defende não ser necessário “individualizar” ou “dessocializar” o indivíduo. A partir de um único caso é possível remontar processos, estruturas e mudanças sociais e essa possibilidade se deve ao fato de ele estar localizado em um contexto cultural e social capaz de construir, além do que vemos, a forma como vemos (1966).

3.3. Abordagem biográfica: A história de vida na prática

Sendo uma experiência humana, a delinquência é apresentada a partir de uma imagem do que significa ser um jovem em conflito com a lei. A análise da percepção das experiências vividas, nessa direção, pode oferecer *insights* que aumentam o leque de questões que propiciam a sua compreensão.

O método biográfico pode ser utilizado de formas diversas; de acordo com Bertaux, ele configura no rol de um “pluralismo de teorias e métodos” vigentes nas ciências sociais como aquele que visa lançar luz sobre as articulações dos indivíduos com as estruturas, hierarquias sociais e dinâmicas históricas. Nessa lógica, a biografia sempre foi trazida dentro de uma perspectiva reflexiva (BERTAUX, 1980).

Ao lado da descrição procedimental e da sua operacionalização, os pesquisadores costumam trazer um “julgamento” acerca da sua validade e das razões do sucesso ou insucesso de sua aplicação na pesquisa social. Desde a tradição dos estudos da Escola de Chicago o corpo empírico que compreende uma série de técnicas diversificadas, mas que convergem para a mesma finalidade, permaneceu inalterado e as conclusões advindas do seu uso foram se repetindo no decorrer do tempo (*Ibid.*, 1980).

Não se trata apenas de relatar experiências e contar histórias. A abordagem biográfica, enquanto exercício empírico, é prioritariamente uma tentativa de transformar a experiência vivida pelos indivíduos em uma história de vida, por meio de processos interpretativos, quando se fornece o delineamento de contextos históricos, para que seja possível a leitura dessas histórias.

A vida concreta das pessoas, enquanto unidade de análise sociológica, de acordo com Legrand, compreende tudo o que se expressa em coisas como profissão, trabalho, casamento ou crime. A passagem dessas situações gerais para histórias

singulares dá origem às biografias (1992); toda a rede de acontecimentos e relações que se estabelecem no decorrer da vida são elementos constitutivos dela.

Diante desse panorama, adotar a abordagem biográfica como exercício empírico é algo complexo. A história de vida de um indivíduo, do ponto de vista de uma socioanálise, é a expressão de sua condição de ser social, alicerçada nas relações e instituições nas quais ele encontra-se inserido, bem como da sua condição de sujeito, com potencial de reflexividade, questionamentos e gestão de suas ações e emoções (LEGRAND, 1992).

Partindo da premissa de que as ciências sociais têm como objeto indivíduos que possuem intencionalidade e reflexividade, e que em face disso são capazes de interpretar a sua prática, a história de vida deve primeiro considerar que a sua utilização está, no sentido estrito, interpretando a interpretação produzida pelos indivíduos, e isso pode ser visto como um desafio.

De acordo com Bourdieu (1996), a realidade social é um conjunto de histórias coletivas dos grupos e das classes sociais, e também, histórias individuais. Os níveis individual e coletivo estão entrelaçados, produzindo o mundo social. Tal qual as dinâmicas coletivas, as biografias são unidades de análise legítimas, uma vez que também são parte da matéria-prima das teorias produzidas. Enquanto via de acesso para a realidade social, assumem várias formas e utilizam diversas técnicas de coleta e análise, caminhos que podem ser definidos conforme os objetivos da pesquisa e com a orientação que é dada a partir da articulação empírico-teórico que norteia a investigação.

O método biográfico, como utilizado nesse trabalho, é a adaptação da história oral e de vida. A investigação está baseada na busca pela apreensão das propriedades sociais que os indivíduos carregam para que a sua descrição permita construir a sociogênese do comportamento delinquente. A ordem e a forma como as experiências ocorreram na vida desses jovens são analisadas como “traços estruturantes” e definidores de sua situação diante da delinquência, embora não haja nenhum pressuposto de linearidade no contexto.

Bourdieu, utilizando o termo “Teoria dos relatos”, apresenta alguns elementos que dão corpo e fundamentam esse exercício. O primeiro deles tem a ver com a própria noção de vida, apresentada sob uma perspectiva de um “conjunto coerente e orientado”, no qual o todo, que expressa a própria vida, apresenta-se como sendo passível de apreensão na sua condição de unidade.

Para Bourdieu (1996) trata-se tão somente de apresentar explicitamente aquilo que está implícito nas histórias de cada um. Esse exercício de explicitação deve partir da consideração de um desenvolvimento lógico e cronológico e com um ponto de partida, considerado como primeira causa, e um término, considerado como objetivo.

A justificativa de utilização do método biográfico, assim, está assentada na possibilidade de encontrar nas experiências vividas dos indivíduos aquilo que parece estruturar o seu comportamento. Em vista disso, a abordagem assume um caráter longitudinal. Por outro lado, considerando que a história de vida dos indivíduos é composta por diversas “cenas” sociais como a família, escola, grupos de pares, etc., as várias dimensões de socialização fazem crer que as experiências em cada uma delas não sejam totalmente convergentes, podendo até mesmo se delinear de forma contraditória entre si, o que requer uma abordagem que também deve ser transversal.

Para um processo adequado dessa pesquisa, a lógica e a cronologia dos acontecimentos são explicitadas através da organização das categorias de forma sistemática, fazendo surgir “relações inteligíveis” que, na maioria das vezes, não se deram dentro de uma sucessão ordenada nos eventos vividos. Como qualquer análise interpretativa, a busca pelo sentido das experiências relatadas é o cerne da questão. Justamente por essa razão, Bourdieu se preocupa em enfatizar a compatibilidade do método com essa busca:

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tomar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 1996, p. 184)

Os processos biográficos, portanto, são os mecanismos que levam o indivíduo a agir como ele age, pensar e dizer o que ele pensa e diz. É por isso que não se trata apenas de examinar e descrever uma trajetória individual, mas conectar os fios de experiências que são produto das propriedades, que, por sua vez, resultam na sua ação. A trajetória é recomposta e isso se dá mediante o conhecimento dos marcos de socialização que influenciaram a forma de agir (BOURDIEU, 1996).

Os marcos devem ser significativos no sentido de permitir que as conexões que lhe conferem coerência possam ser estabelecidas. Para tanto, ressalta Bourdieu,

basta que a estrutura de um relato linear seja abandonada para dar lugar e centralidade aos questionamentos através dos quais a história dos indivíduos emerge como “existência” dotada de significação.

Tudo leva a crer que o relato de vida tende a aproximar-se do modelo oficial da apresentação oficial de si, carteira de identidade, ficha de estado civil, *curriculum vitae*, biografia oficial, bem como da filosofia da identidade que o sustenta, quanto mais nos aproximamos dos interrogatórios oficiais das investigações oficiais - cujo limite é a investigação judiciária ou policial -, afastando-se ao mesmo tempo das trocas íntimas entre familiares e da lógica da confidência que prevalece nesses mercados protegidos (BOURDIEU, 1996, p. 187).

A história guarda relação com o tempo e com o espaço social. Os acontecimentos que a compõem são constantemente colocados e descolocados nos diversos espaços, de acordo com as suas respectivas configurações, estruturas e valores. A sua compreensão depende da reconstrução das relações objetivas que ligaram o indivíduo a outros, produzindo o que Bourdieu chamou de “superfície social”.

Na mesma direção, Jean Claude Passeron, buscando evidenciar a possibilidade de existência de um método biográfico que ofereça garantias de cientificidade para a investigação que faz uso de suas técnicas, apresenta o “princípio da força descritiva” da história de vida, que é potencializado diante de um controle metodológico, que, como em qualquer outro método científico, irá garantir o seu poder de significação dos fenômenos sociais (PASSERON, 1990).

Para a compreensão dos desdobramentos dos eventos e acontecimentos no comportamento dos indivíduos, Passeron (1990) destaca que a ênfase do método biográfico está tanto na profundidade que se expressa, quando se trata de estudar um caso que traz em si uma dimensão de totalidade, quanto na possibilidade de acessar uma gama de singularidades que são inerentes a cada pessoa.

Com isso, é possível afirmar que ao caráter longitudinal dos fenômenos podem-se ligar as sequências de eventos e acontecimentos que são particulares a um tipo de generalidade que, de modo prático, expressam as relações entre os indivíduos e as estruturas sociais. O fazer compreensivo ultrapassa o fato de alcançar os eventos que ocorreram “assim, em algum lugar e para alguém” para se aproximar concretamente e de forma compreensível da “cadeia de efeitos” (PASSERON, 1990).

As possibilidades da apreensão que se dão através do material biográfico, para Passeron, sempre serão mais completas no sentido de descreverem as

propriedades que permitirão recompor o fenômeno estudado, em comparação com outras formas de questionamento ou categorização de outros processos de investigação científica. Segundo ele, os dados que são produzidos por meio dessa abordagem conseguem descrever de “forma insubstituível” não apenas o complexo emaranhado de eventos e propriedades que marcam a vida de um indivíduo, mas alcançam, através da busca pela “gênese empírica”, a ordem inscrita entre esses eventos e as propriedades (1990).

Por isso, a especificação dos procedimentos que fundamentam a construção de dados deve abarcar tanto a busca pelo sentido da experiência vivida, como a logicidade da aplicação empírica de uma – ou mais – teorias. O campo de ação é permeado por probabilidades que podem ser previstas para qualquer pessoa, segundo os fatores que são considerados preditivos, e que, por conseguinte, deverão ser testados. Considerando o baixo status socioeconômico, por exemplo, temos o desenrolar de um processo no curso de vida que, a cada “passo dado”, vai apresentando as situações nas quais as probabilidades condicionais poderão ser analisadas.

Longitudinalmente, em vista disso, está definido o aspecto que é procurado nas narrativas: os traços ou marcadores que estruturam a trajetória. Além das regras e modos de conduta instituídos em seu meio social, o indivíduo está inserido em um conjunto de instituições que estruturam tanto as possibilidades de ação, como de restrição de escolha para ela. A descrição dessa estrutura numa perspectiva longitudinal é pautada pela localização dos “nós” que definem a distribuição temporal das variáveis que influenciaram o caminho que foi percorrido. Temos, então, o desenho dos “canais” através dos quais as mudanças se dão, a partir da relação dessas variáveis com outros fatores.

As nuances dessa relação devem se revelar através de uma descrição que, além de se estruturar de forma explicativa, pretende interpretar o seu significado. É isso que possibilita a compreensão do que leva o indivíduo a desenvolver o comportamento delinquente, considerando as circunstâncias que são tomadas como um contexto social específico e definido através das variáveis explicativas, já validadas por diversos estudos.

Mediante a comparação dessa sucessão, as restrições, expectativas e compensações dentro de um processo, que é permeado por fatores que se cruzam de forma lógica, são reveladas, produzindo uma decisão que é subjetiva, mas que

contem em si a objetividades das restrições e compensações com as quais o indivíduo se depara no seu curso de vida.

3.4. Relatos autobiográficos – Entrevistas em profundidade

O indivíduo biógrafo narra sua vida e a história narrada deve ser coerente com os objetivos pretendidos pela investigação (BECKER, 1986). Nesse aspecto reside outro desafio: o autor da biografia “conta parte de sua história, ele escolhe os fatos de modo a apresentar a imagem que ele gostaria que fizéssemos” (p. 105). Tal situação implica que alguns aspectos serão negligenciados, ainda que sejam imprescindíveis, considerando os objetivos de pesquisa.

Essa “seleção”, feita em virtude de uma percepção sobre a relevância dos fatos que serão narrados, demonstra como, de acordo com Becker, a biografia está ligada menos aos objetivos da pesquisa do que aos do indivíduo; a necessidade de fidelidade entre o que foi narrado e a realidade vivida é uma preocupação que pode ser apenas do pesquisador (1986).

Frente a isso é definida uma orientação para o entrevistado, que deve ser instigado a apresentar os acontecimentos mais relevantes, o que, conseqüentemente, permitirá uma seleção dos fatos relatados. Para Becker (1986) a composição desse mosaico depende do estabelecimento de regras para a sua perspectiva de análise, com a centralidade voltada para as interpretações daquilo que, “na prática, as pessoas dão como uma explicação para o seu comportamento” (p. 106). Assim, a compreensão da conduta está condicionada à percepção do próprio indivíduo sobre a situação relatada, as dificuldades e obstáculos com os quais ele se deparou e, para o caso do comportamento delinquente, as alternativas que se apresentaram a ele.

A utilização da figura de um mosaico ilustra de forma precisa o empreendimento científico que é o método biográfico. Quando as partes são adicionadas ao mosaico, a compreensão da imagem inteira fica mais rica e os seus componentes e suas relações passam a ser vistos com maior clareza (BECKER, 1986). Os elementos que compõem cada parte do mosaico e que são determinados como contribuições para a pesquisa são selecionados a partir das teorias que a sustentam; qualquer que seja a orientação e as premissas de cada teoria, ela somente será considerada como válida se explicar ou ao menos mostrar-se compatível com a história e o modo como ela é narrada (BECKER, 1986).

Ainda que uma biografia individual não possua elementos que permitam confirmar uma hipótese de trabalho, pode ser que ela se preste à conclusão do movimento contrário: que a hipótese não pode ser aceita e que a teoria utilizada não pode ser adequada a toda e qualquer situação a que seja aplicada. Nesse último caso, outros fatores, além dos que são considerados pela perspectiva teórica, são necessários para compreender o fenômeno analisado.

De maneira geral, considerando os seus vários usos, seria possível dizer que existe uma estrutura que caracterize e tipifique o campo da abordagem biográfica? Em consonância com o exposto por Bertaux, é o próprio objeto de pesquisa que se constitui como elemento estruturante, a partir do seu interesse nas estruturas e processos objetivos, e não somente naqueles que são de natureza subjetiva.

A estrutura socioeconômica, por exemplo, é uma dimensão objetiva de natureza socioestrutural do objeto em questão. Sendo assim, segundo Bertaux, é nos aspectos particulares da dimensão material, sobretudo o trabalho e o consumo, que se dá a busca pelos fundamentos das “múltiplas regularidades do comportamento” (1980).

Isso dá origem a um movimento que nasce das formas e conteúdos que são inerentes às biografias, de onde começam a surgir representações e valores que têm sua gênese na dimensão coletiva, mas que vai assumindo traços de subjetividade. O movimento, portanto, é a interpretação da junção entre os aspectos socioestruturais, ou os modos de vida, aos aspectos sociossimbólicos, ou os valores e representações, devidamente interpretados dentro daquilo que foi vivido.

Segundo Bertaux (1980), esses dois níveis são as duas faces da realidade social e, por configurarem duas metades de uma mesma realidade, eles não podem ser negligenciados por nenhum estudo que esteja voltado à análise das relações sociais. Como resultado da dinâmica entre essas duas dimensões, o social adquire um caráter que também é dinâmico.

Para dar conta desse constante processo de mudanças, a abordagem biográfica não necessariamente deve se basear em várias histórias de vida. Bertaux (1980) apresenta uma série de estudos que se basearam em apenas um caso, como também pesquisas que utilizaram, ainda que isoladamente, vários relatos, agregando biografias de diversos indivíduos. Essa agregação pode ocorrer através da realização de micropesquisas, em que cada uma contém uma especificidade, ou por meio de

uma única pesquisa, na qual as histórias são apreendidas em contextos que necessitam ser homogêneos, ainda que apenas sob certos pontos de vista.

Esse é o caso deste estudo: uma única pesquisa que se aplica a três casos – biografias – através da realização de entrevistas em profundidade.

A homogeneidade, nessa perspectiva, significa que a organização desses contextos obedece à mesma lógica de relações socioestruturais. A análise do comportamento delinquente de jovens e adolescentes da periferia de uma mesma cidade pode ser, conforme a argumentação apresentada por Bertaux, um caso passível de análises que possibilitam a consideração dos elementos que compõe as relações de forma não apenas individual, mas construídas por cada história individualmente, até que se complete com a constatação da saturação. A quantidade de casos que comporão o campo empírico não teria um número pré-estabelecido, mas esse ponto de saturação determinado, que servirá como marcador para balizar a validade dos elementos que cada história narrada compreende (1980).

O desenho empírico deve responder a questões como: a quem questionar? Uma vez definida a unidade de análise, é necessário definir: o que questionar? Depois: qual a quantidade de indivíduos que terão suas biografias analisadas? Por fim: como as experiências vividas serão coletadas e analisadas?

Através da diversificação dos casos analisados, a representação de um grupo vai sendo explicitada até que se tenha encontrado os elementos que foram definidos através do plano teórico. Assim, a noção de representatividade, tão cara às análises estatísticas amostrais, cumpre a mesma função na abordagem biográfica (BERTAUX, 1980).

O relato autobiográfico deve cobrir apenas os aspectos da existência dos indivíduos que foram definidos como determinantes para a compreensão das suas relações. Considerando, por exemplo, a dimensão socioestrutural, os fragmentos que interessam ao estudo estão relacionados à observância dos elementos que se apresentam nessa dimensão. A análise que se seguirá a partir de então caminha na direção contrária das análises que são realizadas no estágio de pós-coleta.

A apresentação dos dados é realizada a partir de diversos recursos. Primeiramente, o genograma, ferramenta importante no processo de abordar a família, sua estrutura e seu funcionamento. Cada membro pode ser retratado através de um desenho que lembra uma árvore genealógica, na qual são incluídos os diversos aspectos como condição socioeconômica, eventos importantes na vida familiar e

qualidade das interações. Esse esboço é construído em conjunto, na relação entre o pesquisador e o informante (SHRADER, 2001), e orienta todo o curso da entrevista.

Os fluxogramas ou diagramas de ligação, outro recurso sugerido por Shrader, representam visualmente as relações entre os elementos de um processo social, como um grupo de referência. A ideia de fluxo remete às fases que culminam com uma tomada de decisão, contemplando tanto a sequência cronológica quanto a hierarquia dos elementos que estão implícitos nessas etapas (2001). Esse recurso é útil para ilustrar o processo no qual os jovens se associam a grupos delinquentes e sua experiência enquanto membro. Nele, é possível destacar as ações, os fatores facilitadores ou dificultadores do processo de inserção no grupo, o tipo e a frequência da associação, e, por fim, o resultado do processo, ou seja, a adesão ao comportamento delinquente.

3.5. O desenho da pesquisa

As preocupações que permeiam as questões mais significativas deste trabalho empírico podem ser condensadas no risco de vieses e na capacidade de representatividade, tão típicos das críticas que as pesquisas qualitativas recebem. A realização de um estudo piloto foi a saída empregada para atenuar a possibilidade de vieses. Todos os passos da pesquisa foram aplicados a um “jovem médio” no que concerne às variáveis que fundamentam os objetivos do trabalho.

O instrumento de coleta de dados foi testado e a entrevista do pré-coleta foi conduzida de modo a eliminar as noções preconcebidas e encontrar questões que são importantes do ponto de vista do entrevistado e que não estavam previstas pelo desenho inicial do estudo.

Os critérios de credibilidade, confiabilidade e transferibilidade sugeridos por Lincoln e Guba (1981) formaram a base do estudo piloto. Primeiramente, a adequação do instrumento para que captasse as informações que propiciassem resultados que sejam o reflexo daquilo que se considera o “ponto de vista do entrevistado”. Em seguida, a preocupação com a descrição dos procedimentos para assegurar a possibilidade de replicabilidade do estudo, apresentação da sequência metodológica e da relação dos procedimentos empíricos com as teorias.

Os jovens em conflito com a lei, selecionados a partir dos recortes definidos pelas variáveis explicativas do comportamento delinquente, compuseram o que aqui

se considera “tipo médio” de jovem em conflito com a lei, com baixo status socioeconômico, baixo desempenho escolar, disfuncionalidade familiar e relação com os pares delinquentes.

A aproximação com o mundo desses jovens se deu através da mediação de um membro da equipe de acompanhamento da Medida Socioeducativa LA – Liberdade assistida, profissional estratégico para seleção dos perfis mais adequados aos recortes porque lida diretamente com eles enquanto educador social nas oficinas de orientação.

O atendimento aos jovens é realizado no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, onde ocorrem as atividades e onde a frequência é obrigatória. O primeiro contato com eles se deu na ocasião de uma palestra, ministrada a convite da coordenação da entidade, através do Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência e Criminalidade do Departamento de Política e Ciências Sociais da UNIMONTES, quando foi possível conhecer o espaço no qual se encontram sob a mesma condição de jovens que praticaram o ato infracional.

Ali, o comportamento delincente que interessa a este trabalho é um fato concreto, do qual resultaram procedimentos e processos que colocam esses indivíduos diante da possibilidade de reconhecerem o ato praticado e de serem ressocializados, terem seus laços familiares reforçados, retomarem os estudos, se prepararem para o mercado de trabalho e se reinserirem na sociedade. Esses são os princípios formais sobre os quais as Medidas Socioeducativas estão assentadas, é isso que elas buscam; é para isso que os jovens estão lá.

Porém, existem indicativos teóricos e empíricos da complexidade que é alcançar a efetividade nessas medidas. Esses aspectos já foram tratados aqui sob o ponto de vista das relações que se pretendia alcançar primeiro no plano conceitual; a aproximação com os jovens constituía a etapa final de um exercício que apenas teve sua dimensão verdadeiramente conhecida ali, já que o primeiro encontro se deu a partir das consequências do comportamento dos jovens e não das causas.

Essa inversão deu a entender que todos eles eram iguais e que suas histórias eram a mesma história. E poderia ser, caso o que estivesse sendo considerado fosse apenas o ato praticado e a execução da medida; tudo isso é o que os unifica nos desdobramentos do comportamento delincente. Entretanto, o que interessa mais é o percurso que eles fizeram até lá. Por isso as respostas não poderiam ser

encontradas em meio às oficinas ou qualquer outro tipo de atividade ou orientação desenvolvidas pela MSE.

Elas foram buscadas nos lugares onde os comportamentos foram desenvolvidos e nenhum dos jovens ofereceu qualquer tipo de resistência a participar da pesquisa; o mesmo ocorreu com as famílias na visita domiciliar para assinatura do termo de consentimento. As entrevistas não ocorreram ao mesmo tempo, mas na sequência em que são apresentadas, todas nas mesmas condições: caminhadas pelo bairro, rua da escola, praças frequentadas, etc. Foram ao todo sete encontros com os três jovens: visita domiciliar (todas no mesmo dia) e caminhada pelo bairro (dois dias para cada jovem).

As entrevistas foram gravadas. Todo o conteúdo pôde ser registrado e em nenhum caso houve recusa em responder qualquer pergunta; ainda que algumas situações tenham sido relatadas com mais entusiasmo e detalhes que outras; eles demonstravam gostar de contar suas histórias. Os relatos obedeceram à sequência de uma matriz que orientou a condução da entrevista, mas inúmeros fatores além dos que estavam previstos foram aparecendo como sendo relevantes dentro da estrutura do trabalho.

Foram, portanto, integrados aos dados, transcritos e analisados de acordo com o conteúdo das falas. Os nomes verdadeiros foram preservados e os que são utilizados foram escolhidos pelos próprios jovens; eles definiram com gostariam de ser chamados e mesmo os apelidos apontados não permitem que sejam identificados.

As biografias são apresentadas dentro de uma lógica indireta de discurso, de forma geral; as vozes dos jovens são utilizadas em menor escala em comparação com a descrição do seu relato. As falas foram inseridas apenas para retratar a fidelidade de pontos cruciais, como as expressões que têm significado particular dentro daqueles contextos, ou trazem força para a ideia que está sendo narrada. A narrativa em terceira pessoa é utilizada como estratégia para facilitar a comparação e o agrupamento dos elementos que compõem o quadro interpretativo final.

Pode-se dizer com isso que as regras definidas teórica e metodologicamente foram empregadas para que os procedimentos da pesquisa propiciassem a extração de um “trabalho de esquematização observável” (HOULE, 2008, p. 325). As biografias agregadas dão origem a um ponto de vista metodológico que visa cumprir as exigências de rigor do trabalho sociológico por meio de algumas condições: o sujeito

está presente; seu saber vale e foi reconhecido sociologicamente enquanto condição inicial do exercício de análise (*Ibid.*, 2008).

CAPÍTULO 4 BIOGRAFIAS EM CONFLITO COM A LEI

[...] é o retorno não do sujeito, mas do degradado; o sujeito está presente, ele fala, e sabe muito bem falar tanto de si mesmo, como da sociedade no interior da qual ele vive...

... há construção do real no sentido de que lhe é dado, bem como na construção da vida em sociedade no sentido lhe é também atribuído.

Gilles Houle, 2008

Pato, Maik e Nikim são jovens que vivem em regiões afetadas pela desigualdade social e, já no primeiro momento, a observação direta desses contextos permitiu traçar um panorama do que é considerado baixo status socioeconômico neste estudo. O trabalho se concentra, portanto, não apenas nos relatos autobiográficos, que são a forma primária de análise, mas na observação dos espaços nos quais eles vivem como forma secundária de análise.

No geral, a busca culminou no encontro com o retrato do jovem típico que nasce e cresce em situações de pobreza. Em todos os casos o fator que primeiro aparece é a falta de estrutura e de segurança familiar, que acarreta uma série de outras privações que vão marcando a história e encontrando lugar de destaque no processo de aproximação com o mundo do crime. Eles participam desde muito cedo, além disso, e por consequência disso, de cenários marcados por tráfico de drogas e eventos recorrentes de roubo, furto e prisão, embora em nenhum dos três casos a questão do uso de drogas ou dependência química seja evidenciada nos processos das MSE. Nos relatos as dificuldades são apresentadas em meio à pobreza e a criminalidade, nem sempre tidas por eles como determinantes para as biografias delinquentes.

As atividades são relatadas sem qualquer tipo de moralização, como se fizessem parte de uma lógica natural da vida, que impõe a eles a “necessidade” de desconsiderar as normas sociais e adotar uma postura que permita a aproximação com o estilo de vida “desejado”. As entrevistas agregam um número grande de informações e dados que podem conferir profundidade aos pressupostos teóricos que serviram de aporte para sua estruturação.

As identidades delinquentes foram reconstruídas como elementos da sociedade de consumo. Se agregadas aos indicadores sociais aparecem como algo permanente; se misturadas a outros elementos ilustram a ideia de uma ordem social patológica. Em comum, além das nuances que permeiam suas histórias no que respeita às condições de vida, há a certeza de que a sociedade não irá entregar a eles o que precisam para ter uma vida melhor. As chances de alcançar aquilo que desejam não estão na família, muito menos na escola, e por consequência, também não estarão no trabalho. Há neles muito do que poderíamos considerar como “resistência” às normas sociais sob a justificação de que o respeito e a obediência a elas devem ser trocados pela oposição que seja capaz de desafiar a escassez constante, desde o início de suas trajetórias. O desenvolvimento do comportamento delinquente para eles parece ser um processo de resistência.

Das primeiras aproximações com as práticas desviantes até a construção de um padrão de infrações eles estão buscando acessar a riqueza abundante e aparente que os trará reconhecimento. Pelas ruas da cidade eles veem carros e casas que gostariam de ter. Na internet e na televisão eles veem comidas, roupas, equipamentos e uma gama de produtos que são os elos com a sociedade convencional e os elementos que os ligariam aos outros grupos sociais. Eles conhecem muito cedo as imagens de consumo e reconhecem ao longo da vida como elas atuam na definição de um estilo de vida que eles almejam e que pensam conhecer o significado na vida das pessoas.

A constatação do bloqueio das oportunidades de desfrutar dessas imagens também ocorre muito cedo. Esses objetos, culturais além de bens materiais, têm seu significado criado a partir da falta, da escassez, e, sobretudo, do desejo de possuí-los. Quando eles se deparam com a oportunidade de acessá-los por meios não convencionais, um estilo de vida alternativo vai se desenvolvendo. Novos valores são incorporados, preservados e utilizados para justificar o comportamento não convencional.

Em meio a esses valores, o consumo aparece com o potencial de inseri-los no jogo social. Para consumir eles criam uma forma de vida reconhecidamente desafiadora, mas que os coloca na posição de pessoas que criam e produzem, portanto, se inserem e são reconhecidos socialmente. Sem acesso aos bens e serviços que desejam – e necessitam –, eles não conseguem alcançar o sistema, já que esses recursos são, além de materiais, dotados de significado cultural e simbólico

para ingresso, pertencimento e reconhecimento. Trava-se, a partir da constatação da necessidade dos recursos, uma luta contínua para conquistá-los e mantê-los. Como integrantes de segmentos marginais, em não se beneficiando da riqueza, vão recebendo incentivos para acessar outros meios através da percepção que vão tendo das contradições da sociedade, pois, é o consumo que os separa dos segmentos de alto status socioeconômico.

4.1. Jovens em conflito com a lei

Nikim, Maik e Pato são jovens reais. Os eventos por eles relatados são reais e ilustram o caminho percorrido desde a infância até o ato infracional, mesmo que se ressalte que são apresentados partir do seu ponto de vista e que sua validade esteja condicionada à significação conferida por eles próprios. Ainda assim, representam traços da história de vida de vários outros indivíduos que têm sua biografia delinquente marcada por situações típicas da mesma posição social, já que os aspectos objetivos também são considerados. Além das experiências, as condições e oportunidades de vida são tomadas na forma de espiral de situações que progrediram a partir do entrelaçamento com outros fatores, compondo as especificidades de cada trajetória.

O quadro que resulta é obtido a partir da ênfase na voz dos próprios jovens e no sentido que atribuem aos fatores, dinâmicas, personagens, eventos e situações que permeiam a sua história. Os principais acontecimentos são narrados na intenção de fazer emergir não apenas o que eles representam para os jovens, mas como se constituem como marco de compreensão de sua trajetória.

Cada passo dessas trajetórias revela algo da complexidade que envolve o comportamento delinquente e a forma como são apresentadas busca exprimir o seu desenvolvimento, mesmo que não estejam superpostos de forma totalmente organizada. Em cada parte de cada história é possível estabelecer conexões com o todo; a reconstrução das biografias nada mais é do que uma tentativa de juntar as frações para revelar as estruturas nas quais se organizam.

As experiências, consideradas na maioria das vezes como decisões, ou escolhas, são na verdade um compêndio de eventos que somente podem ser devidamente compreendidos se for considerado o curso de vida no qual estão inscritos. Esse é o sinal da complexa interdependência que existe nesse processo, capaz de mostrar o efeito geral dessas experiências em suas ações e,

especificamente, os efeitos sob o desenvolvimento do comportamento delinquente, a partir da consideração de uma situação específica e comum aos jovens biografados: o baixo status socioeconômico.

Dos elementos considerados pontos-chave para a compreensão da delinquência, a pobreza e a desigualdade são os que mais ilustram a posição social da juventude numa sociedade estratificada. É dentro dessa dinâmica que conseguimos analisar fenômenos como o desemprego, insuficiência de recursos e ações de bem-estar social. Na juventude isso se manifesta de maneira preocupante e não há como desconsiderar esse cenário quando se trata de discutir as associações da delinquência com as desvantagens econômicas. Diversos pesquisadores (Braithwaite, 1981; Clelland & Carter, 1980; Thornberry & Farnsworth, 1982; Tittle, Villemez, & Smith, 1978) voltaram sua atenção para esse patamar de análise, partindo sempre da perspectiva de que é mais apropriado o interesse na interação da pobreza e da desigualdade com outros fenômenos e processos do que estabelecer relações diretas com a delinquência.

São dois os pontos que interessam, portanto, quando se trata de focar nos efeitos indiretos das desvantagens econômicas: primeiro, a suposição de que a relação entre delinquência e baixo status socioeconômico é vista a partir dos seus efeitos desintegradores das instituições sociais – tradicionais e informais – e depois, a partir da associação entre as condições de vida, diante de uma sociedade que motiva os indivíduos a satisfazerem os seus desejos e alcançarem uma vida “bem-sucedida”.

No caso da desintegração do controle das instituições como a família, Minor argumenta que as dificuldades financeiras são acompanhadas por um estresse constante que acentua os conflitos familiares até a sua disfuncionalidade (1993). As pressões econômicas, então, vão criando barreiras e dificultando a comunicação e a resolução de conflitos entre pais e filhos. Considerando a dinâmica familiar com pais desempregados, um ajuste em particular acaba acarretando problemas aos adolescentes: quando assumem responsabilidades de adultos, ainda que não tenham estatuto para tal (MINOR, 1993).

Provenientes de meios marginalizados e com baixas expectativas em relação ao futuro, muitos aderem a “modos de vida e de convivência social contrários”. É a partir desse cenário que a hipótese de que a probabilidade de jovens de baixo status socioeconômico praticarem atos transgressores e atividades criminosas esteja

relacionada não apenas à sua condição de privação, mas também, e a partir dela, às expectativas de consumo que não podem ser satisfeitas com os meios próprios de sua condição, é considerada. Esse é o elemento unificador das biografias aqui apresentadas.

4.2. Nikim e a necessidade de adequação diante da insegurança de uma estrutura familiar rígida

“... pode me chamar de Nikim... Era um cara forte que vivia por aqui...”

Nikim tem dezesseis anos e se autodeclara um jovem branco e pobre. Para ele existe uma divisão clara entre a condição de jovem e a adolescência. Enquanto adolescente não era responsável pela sua vida e pelos seus atos; enquanto jovem, entende que deve buscar e se responsabilizar por tudo o que envolve alcançar uma vida adulta que seja diferente das condições com as quais tem que lidar. As novas condições devem ser criadas por ele próprio, o “único responsável” pela sua vida e pelo seu comportamento.

Sua biografia é iniciada pela história de sua mãe, que ainda na adolescência teve que lidar com uma gravidez não planejada. Ela não tinha terminado o ensino médio e aos dezesseis anos saiu da casa dos pais, que eram evangélicos, para morar com a avó na periferia da cidade. Estava sozinha, sem trabalho e sem o apoio dos pais. Após o nascimento do filho ela perdeu contato com o pai da criança e começou a trabalhar como ajudante de cozinha em um restaurante no centro da cidade. Nikim ficava com a bisavó durante todo o dia e foi assim até que ele completou três anos de idade. Seu status socioeconômico começou a ser definido por elementos problemáticos desde a infância: uma mãe jovem, com baixa escolaridade e trabalho informal. O pai, que não assumiu a paternidade, também abandonou a escola, não tinha emprego formal e era conhecido no meio policial por tráfico de drogas. É tudo o que Nikim sabe falar dele.

“Meu pai não faz parte da história. Tudo o que eu sei dele é isso, e só sei porque escutava o povo de casa falando”.

Quando completou cinco anos de idade sua dinâmica familiar mudou de forma substancial com a nova relação afetiva da mãe. Um novo núcleo se constituiu a partir de uma nova união e eles se mudaram para outra casa quando ela estava grávida do segundo filho. A nova família, entretanto, apresentou sinais de disfuncionalidade desde o início; o padrasto era alcoólatra e violento, e a mãe, com dois filhos pequenos,

continuava trabalhando como ajudante de cozinha. Os meninos passavam a maior parte do tempo com a bisavó.

O ambiente de socialização de Nikim, que deveria ser um fator de proteção, foi desde sempre disfuncional. A família é definida por ele como um *“povo que não cumpriu o seu papel”* e nunca o ajudou efetivamente. Quanto à provisão material, o sentimento é de falta até das questões mais elementares, como vestuário. Eles não tinham nada além do mais básico: nunca passaram fome, mas também nunca alcançaram um patamar de “conforto”.

No que diz respeito ao apoio parental, o ponto mais forte durante a infância foi a bisavó. Foi ela quem se responsabilizou pelos cuidados com ele desde muito cedo; era ela a referência de família para a escola e era nela que ele pensava quando se sentia desprotegido. Quanto à mãe, Nikim entende que ela é mais *“vítima”* do que ele. Desde que fora abandonada pelo primeiro companheiro, teve que enfrentar as dificuldades de *“criar um filho sozinha”*. O fato de ter se casado com um homem ao qual é atribuída a responsabilidade pela maior parte dos conflitos familiares é o maior exemplo de que ela não merece ser *“julgada”* pela situação do filho.

É uma mulher “simples” e passiva, de acordo com ele, mas não tem facilidade em demonstrar carinho. Nos episódios de maus tratos ela aparece impotente diante da violência do marido. Nunca defendeu o filho, mas também nunca impôs castigos físicos ou retaliações, e não tem forças para reagir à situação na qual vivem.

“... não é uma família comum, onde os pais cuidam dos seus filhos”.

A dinâmica familiar de Nikim é primeiramente definida em função da “instabilidade na união materna” (BOSICK e FOMBY, 2018), que define o status familiar. A mudança na configuração da família parte de um plano em que a mãe está sem parceiro. Ela foi abandonada grávida e teve o filho sozinha, até a coabitação com outro parceiro (que não é o pai biológico do filho). No primeiro plano, é a ausência da figura do pai que é ressaltada como sendo a responsável pelas múltiplas consequências - materiais e psicológicas. No segundo plano, a presença de um padrasto violento é que compromete a expressão dos interesses de Nikim.

Em ambientes com esse tipo de configuração as regras não são consistentes e os limites entre os membros da família não são respeitados. Nikim nunca se sentiu seguro e nem protegido. Sempre teve medo e isso advém do fato de ter sofrido abusos

emocionais e verbais e castigos físicos severos. Não havia flexibilidade e tolerância em relação aos erros da criança; pelo contrário, ele já foi espancado pelo padrasto “*controlador e autoritário*” que estabelecia regras confusas e fazia com que o ambiente fosse caótico.

Enquanto o padrasto agia sem levar em consideração os sentimentos dos outros familiares, a mãe vivia deprimida. Ela é descrita com emoções negativas e apresentada como sendo “*infeliz e insatisfeita com a vida*”. Mas, passiva e obediente, não demonstra revolta com o contexto de extremo conflito e hostilidade.

A situação financeira da família também sempre foi muito difícil. Desde que foi abandonada pelo namorado, a mãe de Nikim trabalhou duro, principalmente durante a noite; como era ajudante de cozinha, geralmente trabalhava até de madrugada. Nos primeiros anos de vida, quando ainda não tinha consciência da situação financeira da família, era a bisavó que arcava com a manutenção da casa e eles sempre receberam ajuda de familiares. Enquanto viviam apenas ele, a mãe e a bisavó, a carência material não parecia ser tão grande. Independente de não ter acesso a tudo que precisavam para ter qualidade de vida, isso só se tornou de fato uma questão difícil de lidar quando o padrasto apareceu e “*trouxe outros problemas para dentro de casa*”.

Quando se mudaram da casa da bisavó, sua mãe dizia que as coisas iam melhorar, “*mas ela sempre diz isso*”. Ela tinha a expectativa de que a nova família viveria feliz e Nikim teria alguém que cumprisse o papel de pai. Quando a mãe engravidou do segundo filho ele tinha cinco anos e não fazia ideia do que significaria mais um membro na família. Apenas ficou feliz com a ideia e até imaginava que com a presença do irmão ele pudesse também “*ganhar*” um pai.

Desde o nascimento da criança até os seus três anos, a mãe de Nikim não trabalhou. Esse foi o período mais crítico na vida da família em todos os sentidos: as dificuldades financeiras aumentaram, a agressividade do padrasto aumentou e a na mesma medida aumentou a tristeza da mãe.

“... não dá nem pra saber qual é o problema maior. Às vezes o pior é não ter dinheiro, mas às vezes é a confusão dentro de casa que fica pior”.

Essa dinâmica familiar – sua estrutura e seu funcionamento – é um elemento chave para se pensar a delinquência entre jovens porque, de acordo com Bosick e

Fomby (2018), há uma maior prevalência de delinquência entre jovens de “lares desfeitos” do que entre os jovens de “famílias intactas”. Operacionalizada empiricamente por um conjunto de situações que vão desde o tamanho da família até os métodos de criação dos filhos, existem evidências de que a ausência de pelo menos um dos pais biológicos é, pelo menos indiretamente, um preditor para a infração. As experiências familiares, sobretudo aquelas ligadas às situações de instabilidade, atuam inclusive no desempenho escolar, reforçando o comportamento de risco ainda na infância (BOSICK e FOMBY, 2018).

Contudo, o maior problema das conclusões inferenciais é a necessidade de especificação das condições sob as quais é possível esperar pelas relações seguras entre as variáveis. O comportamento delinquente entre jovens é apresentado por estudos estatísticos de forma recorrente como efeito da desestruturação familiar. Considerando os parâmetros de modelos de análise dessa natureza, teríamos encontrado a resposta para o problema.

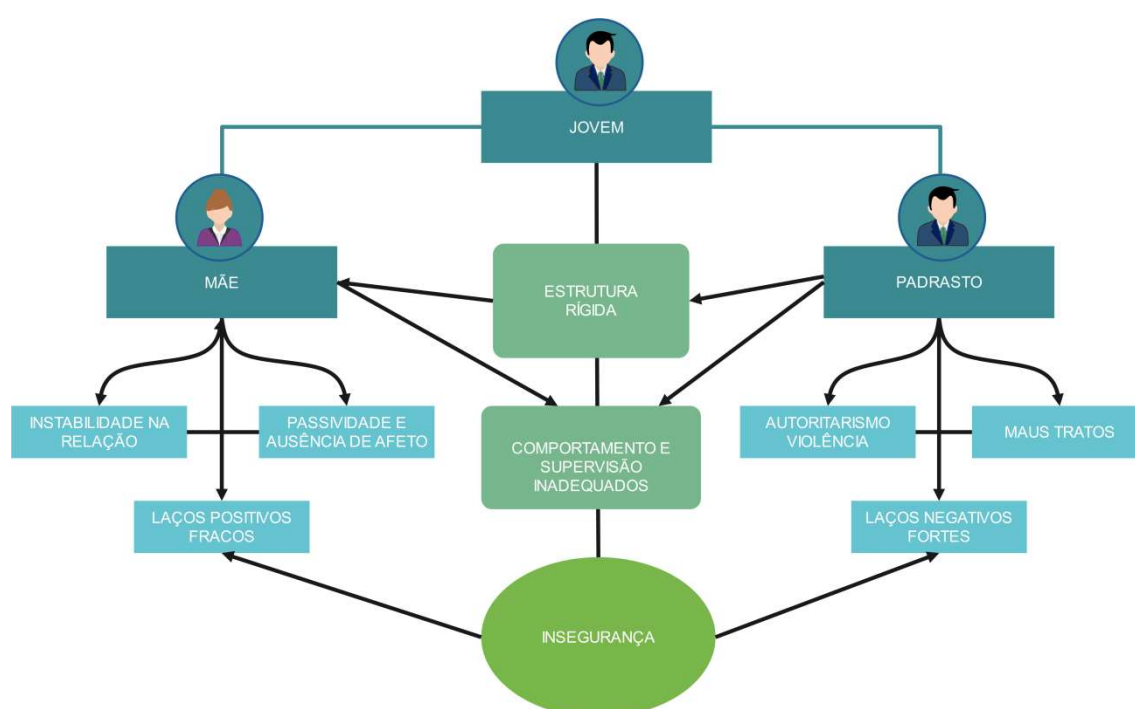
Não é necessário prosseguir muito nessa linha de discussão; já temos elementos que nos confirmam que os lares desfeitos podem ser apenas uma “peça do quebra-cabeça”. No entanto, mesmo que generalizações desse tipo encontrem limites no tempo e no espaço, elas oferecem a indicação de tendências que não devem ser desconsideradas. Se não podemos dizer que a desestruturação familiar gere filhos que desenvolvem comportamento delinquente, podemos – e devemos – partindo do princípio de que estamos diante de uma peça que ajuda a montar o quebra-cabeça, buscar compreender de que forma ela se encaixa no todo e em que condições seria possível considerar essa relação. Isso por que é a família que,

[...] transmite especialmente a porção de cultura acessível ao estrato social e aos grupos em que os próprios pais se encontram. É, portanto, um mecanismo para disciplinar as crianças, em termos dos objetivos culturais e dos costumes característicos dessa estreita variedade de grupos. Nem é a socialização limitada ao treinamento e à disciplina direta. O processo é fortuito, pelo menos parcialmente. Inteiramente à parte das repreensões diretas, recompensas e castigos, a criança é exposta a protótipos sociais do comportamento diariamente testemunhado e nas conversações casuais com os pais. **Não raro, as crianças descobrem e incorporam uniformidades culturais, mesmo quando elas permanecem implícitas e não foram reduzidas a regras** (grifo do autor) (MERTON, 1970, p. 232).

No caso de Nikim, desde as primeiras lembranças que envolvem as relações maternas e depois as que envolvem as interações com o padrasto, nem de longe

havia sinais de que ele poderia ter uma “*vida feliz*”, ao contrário, antes de sofrer as agressões físicas, o que ele sentia era indiferença por parte do padrasto. Nunca houve demonstração de cuidado; não houve sequer a tentativa de estabelecer uma relação paternal por parte dele. E Nikim entende claramente que, se por um lado houve negligência em relação aos cuidados que uma criança requer, por outro lado, havia excesso de rigidez em relação a questões que eram de interesse do adulto.

Figura 4. Genograma e dinâmica familiar de Nikim



Fonte: elaboração própria, 2023.

O quadro analítico vislumbrado da dinâmica familiar de Nikim expressa as características da disfuncionalidade que resultam na sensação – e na condição – de insegurança do jovem nesse contexto. Além da escassez de recursos, os elementos que compõem o quadro são apresentados pelo jovem como se estivessem de alguma forma ligados a uma estrutura reguladora incapaz de cumprir sua função de socialização, de tal modo que ele sequer consegue localizar em sua trajetória o ponto de ruptura com a sua família. A criação dos laços familiares se deu em situações de fragilidade e nunca foram reforçados.

O estilo parental relatado remete à falta de cuidado, por um lado, evidenciando que ele foi negligenciado durante toda a sua vida, e por outro, à supervisão severa,

com castigos excessivamente rígidos. Nesse ambiente, o nível de comunicação é muito baixo, quase inexistente; é mais possível de ser encontrado nos momentos de tensão e conflitos. Uma vez que os papéis não são cumpridos, a socialização se dá em bases que são ineficazes do ponto de vista da estabilidade, previsibilidade e segurança.

Isso teve repercussão na trajetória escolar de Nikim. Ainda na creche, seu comportamento já era problemático; ele era muito tímido e não tinha amigos. Não brincava com os colegas e sempre arrumava uma “*confusão*” por causa de algum brinquedo que ele não tinha. As primeiras experiências relacionadas à escola remetem à hostilidade com outras crianças e o reconhecimento de não possuir o que ele mais queria: “*os dinossauros de borracha...*”, coloridos e de tamanhos variados. Em sua bolsa ele levava apenas um que havia recebido da avó no natal, mas o brinquedo era “*pequeno e não tinha muita graça*”. E era solitário; e dinossauros não vivem sozinhos. Nikim sonhava com os diferentes tipos de outros brinquedos que os colegas carregavam.

Nos anos seguintes, o que mais povoa suas lembranças é o esforço para acompanhar os colegas nas aulas. Ele definitivamente não gostava da escola, e gostava menos ainda dos professores. Como não contava com ajuda de nenhum adulto na realização das tarefas escolares, desde cedo o seu desempenho foi muito ruim. Ainda assim, ele não se lembra de nenhuma intervenção, em casa ou na escola, para que o seu aprendizado fosse mais satisfatório.

A respeito da expectativa em relação ao futuro profissional nessa época, ele “*sonhava em ser bombeiro*”. Esse sonho foi alimentado até a descoberta da sua relação com a escola. Na verdade, a possibilidade de se tornar bombeiro era uma alternativa aos estudos; se “*conseguisse entrar, nunca mais teria que estudar*”. Logo que percebeu que a sua entrada na corporação dependia do seu desempenho escolar, o sonho foi abandonado. Diante das aspirações do que seria para ele “*ter uma vida boa*” nenhuma profissão que dependa de escolaridade é cogitada.

Nikim só pensa em “*empreender*” e não depender de ninguém para conseguir o que quer. Qualquer coisa serviria, “*desde que pudesse trabalhar por conta própria*”. Baseado em suas experiências familiares e em sua comunidade, Nikim passou a ter uma visão negativa do trabalho legítimo. A desaprovação sinaliza a associação com trabalho duro e pouco dinheiro. As atividades ilegais – “*o corre*” - não são tidas como algo definitivo, mas um meio provisório de “*ajeitar*” as coisas.

“... com esses corres ninguém vai ganhar a vida; mas pode melhorar a situação...”.

Uma forma de ter dinheiro, e isso significa poder comprar “*roupas de marca para chamar atenção das meninas*”, como qualquer outra pessoa. De posse do dinheiro Nikim sente-se melhor consigo mesmo e acredita que pode ter o respeito dos outros. Sua independência depende disso, sem precisar de ninguém e sentindo que está no controle da sua própria vida.

“... para tomar minhas próprias decisões eu preciso ter dinheiro. Me sinto bem quando meu bolso não está vazio”.

Com o tempo as idas à escola ficaram cada vez mais raras. A menos que houvesse alguma notificação relacionada à necessidade de presença para os auxílios de transferência de renda que a maioria das famílias recebia, Nikim se encontrava com seus colegas na porta da escola e seguiam para a “*pracinha*”. Nos casos em que as aulas eram frequentadas, o ambiente era marcado por muito barulho e hostilidade com colegas e professores. Isso resultou em várias advertências e suspensões; a essa altura, os conteúdos trabalhados em sala de aula sequer eram conhecidos por ele, cada vez mais alheio às atividades e a toda a dinâmica escolar. E foi assim até que “*parou*” de vez de estudar.

A evasão, um dos mais graves problemas enfrentados pela educação, é vista por Nikim como uma “*solução*” para a maioria dos dilemas que enfrenta em sua história escolar. Para ele não há desvantagens significativas que resultem do abandono. As habilidades que ele poderia desenvolver na escola, para que se tornasse um adulto funcional em termos de trabalho, podem ser substituídas por “*outras habilidades*” sem o peso de ter que estudar.

Isso significa que suas aspirações ocupacionais são pequenas, o que o coloca mais próximo dos estratos de menor nível socioeconômico. Mesmo que a redução das possibilidades de trabalho seja um dos principais efeitos econômicos da evasão escolar, existem outros tipos de impactos – sociais e psicológicos – que são igualmente preocupantes e ignorados por Nikim. A relação desses fatores com a delinquência juvenil é permeada pelas “*experiências negativas*” na escola – sentimento de isolamento, discriminação, baixo desempenho, associação com colegas delinquentes, etc.

Tudo isso em meio a uma cultura de consumo, que tem como um dos seus traços mais marcantes a capacidade de fomentar nos indivíduos uma demanda constante por mais; mais experiências e mais produtos que tenham o potencial de oferecer satisfação. Porém, na prática, são muito mais promessas de realização que nunca se concretizam, até porque, o indivíduo “nunca poderá estar totalmente satisfeito” (BAUDRILLARD, 1990). Como consequência, aparece o sentimento de frustração, de modo que o consumo passa a representar a busca por se tornar “outro” e continuamos consumindo sem parar.

As coisas que Nikim precisava ter não podiam esperar até que ele se tornasse um adulto e terminasse os estudos. A essa altura, a maioria dos meninos da escola tinha telefones celulares e depois do desejo atribuído aos dinossauros nos primeiros anos de vida escolar, foi o celular que despertou sua atenção para o fato de que existiam muitos objetos que ele nunca teve. Antes disso, era quase que natural não ter como comprar roupas, bicicletas, tênis, etc. Nikim estava “conformado” em não ter a maioria dos produtos que via na TV ou de posse de outras pessoas. Sempre ouvia da mãe que não tinham “condições” e se acostumou a não os desejar. Mas com os celulares tudo mudou, talvez porque todo mundo tinha um. E também porque tudo estava dentro dele: “os jogos, as amizades, o comércio, as meninas... tudo está no celular...”.

Quando começou a sair com os amigos da escola ele se deu conta de que precisava de roupas e sapatos “adequados”. Até então, não tinha atentado para o fato de ter um “estilo pobre”; mas foi alertado por um amigo que não conseguiria “chegar nas meninas” com o visual que apresentava. Diante disso, Nikim “imaginou” que sua mãe não se esforçava para lhe comprar as coisas que desejava, afinal, todo mundo conseguia de alguma forma “ter o que precisa”.

Mesmo diante dos meninos do mesmo bairro e da mesma escola, Nikim se sentia envergonhado. O constrangimento por não usar as mesmas roupas e sapatos que a maioria usava é descrito como uma “humilhação”. Isso o afastava de muitas oportunidades e era motivo de sua insegurança fora do ambiente familiar. Talvez se tivesse o mesmo estilo dos meninos, teria mais facilidade e seria mais aceito.

Parece que tudo o que eu desejo na vida eu nunca vou poder ter...

Nikim estava diante de um dos pontos cruciais da sociedade do consumo: o aumento de demandas e necessidades. De acordo com Bonino, esse problema é definido por um “pessimismo ontológico” acerca da capacidade de aumentar a insatisfação e a frustração na mesma medida. Por outro lado, é importante atentar para um aspecto que está para além de uma “falha” da sociedade do mercado, que produz tensão enquanto cria necessidades contínuas. Bonino questiona se essas necessidades são típicas apenas do consumismo ou se são um traço da própria individualidade em qualquer sociedade (2011).

A observação conjunta desse aspecto é embasada por Baudrillard (1990), para quem a necessidade é uma “disposição para a felicidade”, e não apenas uma felicidade na sua forma íntima – pessoal –, mas também em sua forma sócio-histórica. Nesse aspecto, ela deve ser tangível e passível de mensurabilidade, definida a partir do princípio de bem-estar centrado no individualismo e assentado nas estruturas sociais. Porém, como adverte Bonino (2011), se a meta principal dos indivíduos é alcançar a felicidade e isso se dá sem exceções, por mais diversos que sejam os meios empregados, todos estarão voltados a esse objetivo.

Para o indivíduo, a satisfação das necessidades é o ponto essencial, enquanto o fundamento da própria necessidade deixa de ser importante. Até porque, elas – as necessidades – se manifestam de acordo com o contexto e são o reflexo do momento histórico de cada sociedade. Sua definição indica uma tendência coletiva que especifica as maneiras de alcançar a felicidade: riqueza, posse, status social, etc. Tudo isso são apenas meios, mecanismos que produzem resultados, que são os fins. O que Nikim sentia falta diante da sua situação financeira era da felicidade alcançada através da satisfação das necessidades, incorporada à estrutura social. A riqueza, o dinheiro e os objetos consumidos devem ser empregados para definir não apenas a sua felicidade, mas a sua própria identidade (BONINO, 2011).

Os indivíduos, então, internalizam, através das relações sociais, os desejos. Eles são, na verdade, as necessidades definidas por aquilo que “os outros têm”. É esse processo que produz neles o distanciamento dos valores tradicionais e a situação de conflito constante, decorrente da crise de identidade entre aqueles que não conseguem satisfazer “suas carências”.

Quando completou onze anos de idade Nikim mudou de escola. O novo ambiente, mais longe de sua casa, parecia menos hostil; ele se sentiu mais à vontade e se aproximou de um grupo de colegas de outra turma. Eram meninos mais velhos e

conhecidos como “*encrenqueiros*”. Por volta dos treze anos Nikim e sua “*turma*” iam diariamente à “*pracinha*” depois da escola e aos poucos ele passou a frequentar os encontros também nos finais de semana. Nessas reuniões, os mais velhos fumavam cigarros roubados dos pais ou roubavam dinheiro para comprá-los. Esse era uma espécie de “*passaporte*” para ingressar e permanecer nos encontros fora da escola. Os meninos mais velhos ensinavam aos mais novos as melhores formas de roubar o cigarro sem serem percebidos, ou como lidar com acusações de dinheiro desaparecido em casa.

A vinculação a esse grupo sempre proporcionou a Nikim uma sensação de união. Desde que se uniu aos colegas ele nunca pensou em sair. Ele se sentiu atraído por eles primeiramente por necessidade, mas aos poucos foi se construindo a ideia de que ele tinha encontrado uma “*família*”. Dos seus “*irmãos mais novos*” ele recebia respeito e dos “*irmãos mais velhos*” recebia reconhecimento e afirmação. E continuava porque tinha o apoio da “*galera*”. Não era apenas suportado (como em sua casa), mas aceito, apoiado e fazendo parte de algo.

As aulas sempre terminavam às 17h30 e mesmo que os integrantes da turma não as frequentassem, o horário do encontro era mantido. Entre os que ainda eram assíduos a conversa incluía as tensões que ocorriam no interior da escola. Alguém sempre tinha um relato que envolvia brigas e confusões, advertências e suspensões. O sentimento que isso despertava nos demais era de indignação, como se as ofensas fossem sentidas por todos e eles expressavam entre si toda a revolta de não se sentirem aceitos também no ambiente escolar. Às vezes falava-se em vingança; alguns planos chegavam a ser elaborados, mas raramente isso se efetivava na prática, a não ser que os problemas envolvessem meninos de outros grupos (rivais).

As brigas entre os grupos eram recorrentes. Geralmente elas ocorriam na porta da escola e envolviam agressão física generalizada entre os membros das turmas rivais. Eles não portavam nenhum tipo de arma nessa época e brigavam de “*mão limpa*” para demonstrar força, coragem e definir qual era o grupo que “*mandava no pedaço*”. Isso também se constituía em assunto para a reunião do próximo dia. A sensação de vencer a briga é descrita como sendo de intenso prazer; “*ganhar o encontro*” era a maior aspiração dos meninos, já que eles tinham clareza das dificuldades que deveriam enfrentar no caminho de aspirações mais concretas.

É o caso dos bens materiais. Eles são apresentados como veículo para simulação de situações em que eles ocupavam outras posições, tanto na família,

quanto na escola e na sociedade em geral. Eles simulavam que dirigiam carros caros, que moram em casas grandes, que tinham acesso a equipamentos tecnológicos e davam ênfase aos tênis e roupas “*da hora*”. Imaginavam o que seria a vida “*com dinheiro*” e contavam como viveriam, as viagens que fariam e como seriam felizes.

Tudo isso é a origem dos novos valores que Nikim e seu grupo começavam a assimilar. Diante da cultura dominante, as imagens culturais que correspondem ao estilo de vida “desejável” exerciam sobre eles um fascínio tão grande que os atributos simbólicos e materiais desse estilo de vida, que estavam além de suas condições reais, deveriam ser alcançados de alguma maneira (LAUB e SAMPSON, 1996). Uma vez conscientes de sua condição socioeconômica e dos limites que ela acarreta, as alternativas iam surgindo na medida em que os novos valores iam sendo assimilados.

Em função disso é que a cultura juvenil muitas vezes é compreendida como uma alternativa às contradições que não podem ser solucionadas no interior da cultura parental. É no contexto da cultura parental que a relação entre cultura juvenil e classe se expressa, principalmente nos casos em que os conflitos entre pais e filhos são maiores dos que os esperados para essa fase de transição para a vida adulta. Sob essas condições é que eles estabelecem sua ligação com as instâncias exteriores, para onde eles levam percepções, interpretações e avaliações feitas com base nos valores da cultura parental. Não há como ignorar que a juventude reproduz os valores dos adultos de sua classe (*Ibid.*, 1996), a forma como percebem as oportunidades educacionais e de trabalho, por exemplo, reflete muito do dessa reprodução.

Diante desse impasse é que se dão as articulações simbólicas de identidade, a partir da suposição que isso resultará na incorporação da juventude às estruturas sociais, seja por adaptação, seja por inconformidade. Diante das fronteiras sociais é que são elaboradas as estratégias culturais de circulação juvenil. Ainda que apenas no plano mental, Nikim começava a experimentar com o grupo de colegas uma nova forma de perceber e avaliar as coisas, que mais tarde fundamentaria sua conduta.

Eles estavam atravessando a adolescência em um mundo material, os seus valores culturais se desenvolvendo em meio às angústias que marcam essa fase da vida. Justamente no período em que suas identidades são construídas eles se deparam com uma sociedade que não oferece um caminho claro para a vida adulta, ao contrário, há durante a adolescência uma exigência de “autodefinição, expectativas com escolhas abertas e possibilidades de mobilidade social” (STEPHENS e HILL, 1994).

Quando completou quatorze anos Nikim fumava e bebia quase que diariamente. Não bebia a ponto de se embriagar, mas os encontros com a turma sempre ocorriam em meio a bebidas alcóolicas e cigarros. Sobre a primeira infração fora de casa, Nikim sequer se deu conta do que estava acontecendo; a primeira infração na rua sequer fora discutida e combinada pelo grupo. Em meio à rotina de conversas, quando percebeu, os meninos correram na direção de uma casa no final de rua e, enquanto dois deles pularam o muro, os outros ficaram andando pelo quarteirão para não despertar a atenção de alguém que porventura transitasse pelo local. Foi tudo muito rápido e logo estavam correndo de volta; corriam separadamente, também para não despertar a atenção.

O combinado, ele entendeu mais tarde, era que os dois meninos que pularam o muro ficassem com o objeto roubado até a reunião do dia seguinte, quando decidiriam o que fazer com ele – um computador, que poderia ser dividido caso fosse vendido. Nikim não sabia, mas “*existia um esquema*” já combinado de “*fazer dinheiro*”. Mas a troca não poderia ser feita por qualquer um; era perigoso e nem todo mundo podia entrar no local – uma casa onde os objetos roubados eram trocados por dinheiro, obviamente não equivalente ao valor das mercadorias. As trocas não diziam respeito apenas às mercadorias, a casa era também um ponto de distribuição de drogas, mas até os quatorze anos de idade ele não teve contato direto com essa dimensão da delinquência porque ainda não estava “*preparado*”.

Mas participou de diversos arrombamentos e roubos, atividades que requerem algumas habilidades e competências. O período no qual elas são trabalhadas não é fácil; “*é preciso enfrentar o medo e ter coragem para se arriscar*”. Uma vez desenvolvidas, essas habilidades proporcionam reconhecimento por parte dos pares e permitem a afirmação diante dos outros. Sem essas competências Nikim se via como um “*Zé ninguém*”; com elas, a necessidade de respeito era satisfeita. Cada ato, além disso, tinha uma justificativa de retribuição. Roubar as pessoas é também uma maneira de “*vingança contra elas*”, já que ele se sentiu sempre desrespeitado e maltratado por todos.

Nikim afirma que ele e seus colegas de grupo tinham noção da gravidade do que estavam fazendo, igualmente conheciam as consequências caso algo desse errado. Eles lidavam com a ideia de “*fazer a coisa errada*” com certa naturalidade, e mesmo reconhecendo que era a coisa errada a se fazer, justificavam isso com a certeza de não haver outro jeito ou outro caminho.

Os meninos mais experientes diziam que era necessário aprender a “*se virar*” e o tempo todo isso era reafirmado. Eles usavam sua própria história para se convencer e convencer aos outros que teriam que resolver sozinhos os seus problemas; Nikim se lembra de ouvi-los dizendo que estavam sozinhos. Eram unânimes quanto ao sentimento de raiva pelos pais, os “*culpados*” pela sua situação. Havia entre eles uma variedade de situações com relação à questão da paternidade: pais que trabalhavam, mas eram alcoólatras, pais desconhecidos, ausentes, falecidos e até um que era presidiário.

Aprender a se virar, portanto, era uma questão de sobrevivência e as armas de fogo tinham relação com isso. A primeira vez que Nikim viu uma a sensação foi de euforia. Ele estava sempre na retaguarda das ações praticadas pelo grupo porque ainda não tinha “*aprendido os macetes*” para ocupar a “*linha de frente*”. As habilidades requeridas para isso tinham primeiramente relação com a experiência com os eventos de roubo e a capacidade de “*escapar*” das situações.

“... tem que correr rápido, conseguir subir e descer dos muros com agilidade, não ter medo e topar qualquer situação que o grupo decidir”.

Mas os atos que praticavam geralmente não envolviam uso de arma de fogo. Eles ainda deveriam se “*acostumar com os instrumentos*”, porque o plano era que cada um tivesse a sua arma para que pudessem se defender. A posse da arma de fogo estava relacionada primeiramente com a autodefesa, ela somente seria utilizada caso estivessem em risco de serem capturados. Durante o tempo em que andou com esse grupo, poucas vezes os meninos cometeram roubo à mão armada; apenas os mais velhos podiam portar a arma. E foi assim que vários atos infracionais se sucederam dentro desse convívio, a partir dessa e de outras “*regras internas*”.

Nikim já estava acostumado com os eventos de roubo e furto realizados pelo grupo quando recebeu a sentença. Ele nunca encarou um “*serviço*” desse sozinho. Aos dezesseis anos, antes do cumprimento da MSE, frequentava festas, sempre com pelo menos três “*irmãos*”. Aos sábados eles vislumbravam as maiores oportunidades: durante o dia no centro comercial e durante a noite nos arredores dos bares e ruas mais movimentados.

Ele não sabe ao certo quantas bolsas, carteiras e celulares já conseguiu “*ganhar*”. Só sabe que a “*casa caiu*” por causa de uma “*parada que nem valia a pena*”;

foi pego pela polícia poucos meses antes de completar dezessete anos. Em consequência disso ele passa mais tempo em casa e divide o seu tempo entre a escola – que é obrigado a frequentar – e o curso profissionalizante, que também é obrigado a cursar. Os relatórios de acompanhamento, segundo ele, apontam para bons resultados no processo de ressocialização, mais no curso profissionalizante do que na escola.

Nikim não pensa em nenhum curso superior após finalizar o ensino médio e também não acredita que irá sobreviver da ocupação para a qual está sendo qualificado. No ambiente familiar, a assistente social relata que as relações melhoraram, mas ele diz que no fundo nada mudou. E também não acha que algum dia vai mudar. Afastou-se um pouco da turma, tem contato apenas com dois amigos mais próximos, um deles cumprindo a mesma medida. Ele não sabe o que esperar do futuro e não se arrepende dos atos que o colocaram na condição de jovem em conflito com a lei.

Se vai voltar às infrações?

“depois disso tudo eu vou nascer de novo, em outra família, ter outros pais”?

4.3. Pato: uma estrutura familiar frágil e a busca por respeito

“... por mim, pode usar o meu nome verdadeiro, eu não me importo. Mas se não puder, pode me chamar de Pato... Porque o que eu não quero na vida é continuar sendo Pato...”

O princípio básico da teoria da tensão defendida por Travis Hirschi (1969) é que os indivíduos geralmente são motivados e capazes de praticar atos criminosos; a maioria das pessoas não se torna desviante devido aos custos sociais de cometer crimes. Essa hipótese teórica clássica defende que a probabilidade do desvio está relacionada em proporção inversa com a força dos laços sociais: quanto mais fortes forem os laços compartilhados, menos provável o desvio será. A conformidade com as normas sociais vigentes está condicionada a essa relação.

Nessa formulação, os laços familiares estão relacionados à delinquência através de questões que vão desde o campo emocional até a supervisão parental: de acordo com Hirschi, filhos bem supervisionados, que mantêm relações próximas com os pais, são menos propensos a desenvolver comportamento delincente. Na mesma direção, o apego à educação também atua como preditor do desvio. Jovens que apresentam boa relação com a escola e têm pensamentos positivos sobre ela apresentam menor probabilidade de serem delinquentes (BOSICK e FOMBY, 2018). Nos dois casos os laços funcionam de forma eficaz como força moral sobre os indivíduos.

A conformidade com os valores convencionais está relacionada com a preservação “daquilo que se tem”, enquanto o comportamento desviante remete à ideia de risco. Isso equivale dizer que, quanto mais um jovem tiver a perder, maiores serão os custos do desvio, fazendo diminuir a chance de se cometer um crime. O que está em risco, nesse caso, são as perspectivas, as aspirações, as realizações e os bens (*Ibid.*, 2018). Isso tudo define o nível de compromisso que os indivíduos têm com as pessoas e instituições importantes em sua vida – família, escola, emprego, etc. – através dos quais esses bens são alcançados.

Pato tem 17 anos e diz ser conhecido como um jovem “*rebelde*”; essa é a sua autoidentificação. Segundo ele, quando alguém é chamado de Pato, isso significa que ele é “*fraco, bobo e enganado*”. O apelido parece adequado porque ele demonstra um intenso sentimento de ter sido preterido, deixado para trás e prejudicado. O seu tom

durante todo o relato é esse e essa é a “*causa da rebeldia*”; ele quer deixar de ser Pato, mas toda a sua família o trata assim. É filho único de um casal que levava uma vida simples, mas sem traços aparentes de disfuncionalidade.

Ele sempre viveu no mesmo bairro da sua família materna, tinha muitos primos na mesma faixa etária e o convívio entre eles era amistoso e frequente. O pai trabalhava viajando e só voltava para casa quinzenalmente, motivo pelo qual ele e a mãe passavam a maior parte do tempo na casa dos avós. A mãe não tinha emprego, ainda estudava e é descrita como “*amorosa e cuidadosa*” com a casa e com o filho.

A relação com os primos é considerada por Pato um fator determinante em sua trajetória. Eles são mencionados em diversas situações e a partir de sentimentos diversos. Durante a infância eles eram sua família, viviam juntos e compartilhavam brinquedos e roupas, sem que as diferenças nas condições materiais entre eles fossem percebidas. Mas elas existiam. Sua mãe era a filha mais nova de uma família grande e todos os seus irmãos tinham bons empregos e um padrão de vida diferente, mais elevado. Mesmo sem se lembrar de ter passado por dificuldades financeiras na infância, não era do seu conhecimento que a mãe tivesse recebido ajuda financeira da família durante todo o tempo em que ela esteve casada com o seu pai.

Aos dez anos de idade o principal evento na direção da mudança na dinâmica familiar acontece: o divórcio dos pais. Foi quando se viu sozinho com a mãe e sem o apoio do pai que Pato compreendeu sua real situação. Como já tinha formado outra família, inclusive com outros filhos, seu pai deixou de arcar com as despesas; a “ajuda” que recebiam não cobria sequer o aluguel da casa onde moravam.

Diante da nova situação eles se mudaram para a casa dos seus avós maternos e no início isso pareceu uma boa saída; ele estaria mais perto dos primos. Com o passar do tempo os conflitos entre a mãe e os avós tornaram-se frequentes e a convivência com os primos também se tornou difícil; a diferença nas condições de vida deles ficou explícita. Eles tinham brinquedos que Pato não podia ter, comiam coisas que ele não comia e vestiam roupas que sua mãe não podia comprar. As brigas entre eles também eram constantes e agravavam ainda mais a tensão entre sua mãe e seus familiares.

Dois anos após irem viver na casa dos avós, Pato e sua mãe se mudaram para uma casa pequena em uma região mais afastada. Ela começou a trabalhar como manicure e ele ficava sozinho durante o dia inteiro. Aos doze anos era ele quem preparava sua alimentação e cuidava da casa. A vida foi ficando mais difícil com o

passar do tempo por causa dos problemas de saúde da mãe, que havia engravidado e perdido o bebê. Mesmo doente ela voltou a trabalhar e em meio às dificuldades com as quais tinha que lidar, Pato não se lembrava da última vez em que vira o seu pai.

A ruptura com a figura paterna é o marco para a percepção das incoerências na vida cotidiana de Pato. Tanto no que diz respeito às condições materiais quanto às afetivas, a mudança drástica do novo “arranjo familiar” fez com que ele questionasse qual seria o seu papel a partir de então, considerando a fragilidade da saúde da mãe e das incertezas frente à provisão da família. A confiança que ele tinha na figura do pai deu lugar à sensação – e à situação – de abandono, na qual não estava claro quem deveria se responsabilizar pelo seu cuidado, uma vez que ele entendia que a mãe não conseguiria fazê-lo.

Não apenas Pato, mas todos os indivíduos se deparam durante o curso de vida com situações materiais e culturais responsáveis pela confiança na “coerência da vida cotidiana” (GIDDENS, 2002). O que para Giddens se traduz em “sentido de segurança ontológica” é o que acompanhará o indivíduo pelas crises que enfrentará e pelas transições pelas quais passará. É sob a confiança nas pessoas, construída desde a infância, que vai se alicerçar a orientação do indivíduo em relação não apenas a sua autoidentidade, mas também em relação aos objetos e às outras pessoas. Ela é construída dentro das relações primárias, gerando uma sociabilidade inconsciente. Sua importância na construção da autoidentidade, de acordo com Giddens, é crucial:

[...] uma consciência da identidade separada das figuras paterna e materna se origina da aceitação da ausência: a “fé” em que aquele que cuida vai voltar, mesmo que ele ou ela não mais esteja na presença da criança. A confiança básica é forjada através do que Winnicott chama de “espaço potencial” (de fato um fenômeno do tempo-espaço) que relaciona, embora estabelecendo uma distância, a criança e aquele que cuida dela. O espaço potencial é criado como o meio pelo qual a criança faz o movimento da onipotência à percepção do princípio de realidade. “Realidade” aqui, porém, não deve ser entendida simplesmente como um mundo-objeto dado, mas como um conjunto de experiências constitutivamente organizado pela relação mútua entre a criança e os que cuidam dela (2002, p. 42).

É no ambiente familiar, através da rotina e dos hábitos que são reproduzidos os sentimentos de segurança e as convenções coordenadoras. Esses hábitos e rotinas, porém, tanto podem atuar sobre as ansiedades no sentido de atenuá-las, quanto podem expressar diversos conflitos. Na infância, sobretudo, o indivíduo deve iniciar o seu processo de autodefinição dentro do meio educativo familiar e a partir da referência daqueles que são responsáveis por ele (*Ibid.*, 2002). O maior problema de

Pato é que ele havia perdido sua referência paterna e a sua identidade começou a ser definida sob o impacto da falta de clareza sobre as responsabilidades familiares.

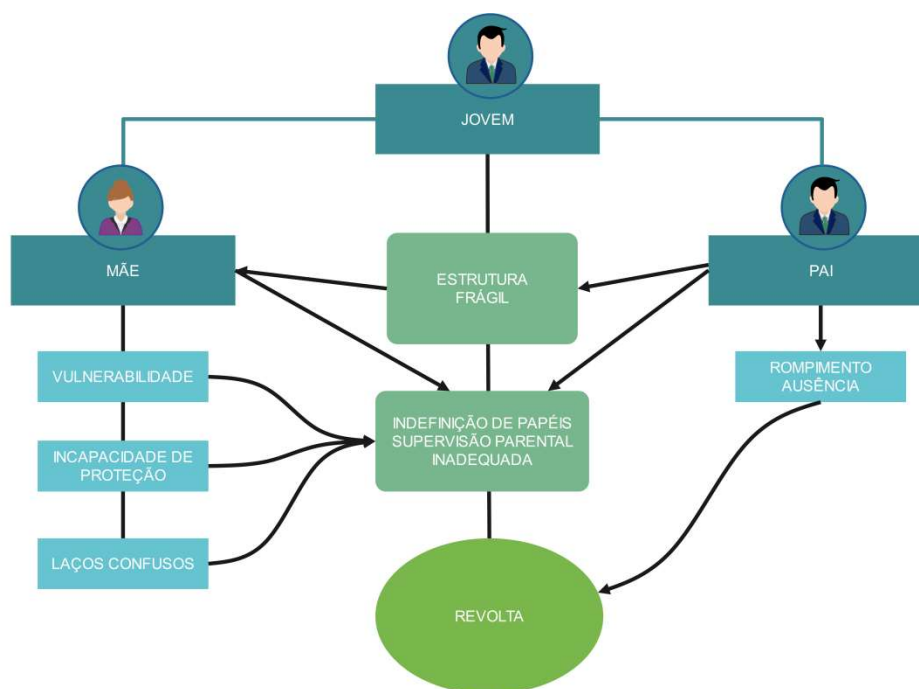
“... depois que ele foi embora e nós ficamos sozinhos – Pato e a mãe – eu não sabia mais quem cuidaria de mim porque ela também precisava ser cuidada”...

Ele havia perdido o “referencial para a sua existência” e a possibilidade de orientação sobre “o mundo dos objetos”. Recorrendo a Freud para ilustrar o desenvolvimento existencial das crianças, Giddens argumenta que:

A confiança que a criança, em circunstâncias normais, investe nos que cuidam dela — argumento — pode ser vista como uma espécie de inoculação emocional contra ansiedades existenciais — uma proteção contra ameaças e perigos futuros que permite que o indivíduo mantenha a esperança e a coragem diante de quaisquer circunstâncias debilitantes que venha a encontrar mais tarde. A confiança básica é um dispositivo de triagem em relação a riscos e perigos que cercam a ação e a interação. É o principal suporte emocional de uma carapaça defensiva ou casulo protetor que todos os indivíduos normais carregam como meio de prosseguir com os assuntos cotidianos (2002, p.43).

Esse suporte, porém, pode ser comprometido de forma parcial ou total; ele está constantemente sendo colocado à prova pelos riscos eminentes. Caso se mantenha efetivo, torna-se um fator preponderante para o desenvolvimento de indivíduos autônomos, com capacidade de seguir por outros ambientes sociais, envolvendo-se de forma criativa com o mundo-objeto e com os outros. Pato cresceu sem o suporte da figura paterna.

Figura 5. Genograma e dinâmica familiar de Pato



Fonte: elaboração própria, 2023.

Diante do rompimento dos laços com o pai e da situação de vulnerabilidade da mãe, a estrutura familiar tornou-se frágil. A fragilidade é evidenciada pela incapacidade de proteção e pela supervisão parental inadequada. A situação de revolta que resulta dessa dinâmica compromete a autoidentidade porque os laços são confusos. Pato, portanto, não cresceu em um ambiente favorável, a partir do qual iria se ajustar ao “mundo preexistente de pessoas e objetos”. É assim que a aceitação da realidade é constituída; sem ela, não será possível uma existência segura. A autoidentidade nasce dela, através da socialização (GIDDENS, 2002). Talvez por isso Pato fosse visto como rebelde. Ele reconhece que seu comportamento expressa sua “*revolta*” com a situação que o pai – e sua ausência – havia imposto à família, e isso significa que ele era “*malcriado, agressivo e ignorante*”.

E era assim também na escola, onde o período mais crítico da sua formação coincide com a desestruturação da sua família. Com a separação dos pais, a nova dinâmica impunha uma vida solitária que teve efeitos definitivos em sua educação. Como ficava a maior parte do tempo sozinho, ele estava livre da obrigação das aulas e de tudo o que elas significavam; ele reproduzia na escola toda a falta de interesse

que os acontecimentos de sua vida familiar haviam acarretado. Sem a presença do pai ele entendeu que deveria “*tomar conta da própria vida*” e isso incluía decidir se estudaria ou não.

Até os quatorze anos Pato conseguiu, sob a insistência da mãe, manter-se matriculado, embora sua presença na escola não implicasse na obrigação em assumir qualquer responsabilidade. De fato, os últimos três anos até o abandono total da escola foram apenas o cumprimento da frequência às aulas, sem qualquer tipo de interesse ou participação nas atividades. As expectativas que ele alimenta em relação ao futuro não estão de nenhum modo associadas à escolaridade; para ele de nada adianta levar adiante a “*história de estudar*”. Além do mais, ele precisa “*se virar para ajudar a sua mãe*” e a escola começou a lhe parecer um empecilho.

As experiências escolares de Pato, principalmente os aspectos relacionados ao desinteresse e ao abandono, podem ser pensadas a partir de um processo apresentado por Bourdieu (2002) como sendo aquele que “produz jovens fora do jogo”. Além de ensinar conteúdos como línguas, artes, matemática, etc., a escola é o espaço onde se definem as aspirações e esse talvez seja um dos seus mais fundamentais efeitos na vida dos jovens. Junto às aspirações, os títulos e os direitos também produzem desajustes, tendo em vista que fazem com que as aspirações de alguns não tenham correspondência com as suas possibilidades e oportunidades. Dessa forma, temos nas escolas atuais, jovens com “trajetórias complicadas” e não definidas. Nos sistemas educacionais mais tradicionais as trajetórias eram hierarquizadas, porém claras. Os limites eram interiorizados e o fracasso de alguns era aceito como inevitável, portanto, justo.

Nos sistemas modernos, ingressar na escola significa interiorizar, “calçar, como se fossem botas” (BOURDIEU, 2002) as aspirações de alcançar um título e, por consequência, uma melhor posição na estrutura social. A principal consequência do abandono escolar é a frustração das aspirações que se inscrevem na educação. Diante da discrepância entre os anseios e as possibilidades reais, os alunos das “classes populares” opõem-se à adesão coletiva à educação, e em decorrência disso, a eles são impostas condições defasadas de trabalho. Obviamente, esse processo não é a realidade de muitos jovens, principalmente aqueles das classes mais altas, como enfatizado por Minayo:

Dessa maneira, observamos uma espécie de círculo vicioso em que condições de vida muito precárias da família não propiciam ambiente adequado de desenvolvimento; a instituição escolar não consegue dar conta de superar as deficiências instaladas no processo de crescimento e desenvolvimento desde os primeiros anos de vida; a falta de equipamentos de lazer, de cultura e de projetos sociais propicia a ociosidade; os jovens não encontram vagas ou não conseguem disputar um lugar no mercado de trabalho; os níveis de escolaridade e de formação profissional alcançados por eles cada vez os tornam mais defasados da realidade do mercado de trabalho (2011, p.29).

A questão que se faz pertinente a essa discussão é o fato de ser o sistema escolar um espaço de hostilidade para muitos jovens, que se sentem completos estranhos e não têm incentivo para participar das dinâmicas que se desenvolvem nesse ambiente, criado por estudantes que construíram seu estilo próprio, que são integrados e se encontram para além da escola. Isso causa nos jovens das classes mais baixas desconforto e falta de perspectiva com relação ao trabalho. Eles se isolam e se encontram confusos em meio ao sistema escolar e tudo o que ele promete e oferece a alguns.

Logo descobrem, a partir do seu fracasso, que a escola é reprodutora de privilégios (BOURDIEU, 2002). Bourdieu ressalta que as classes mais populares precisariam passar pela escola para descobrir que ela se transformou em um instrumento de reprodução³⁴. Os jovens dessas classes, como também os adultos, nunca se identificam com esse sistema, salvo nos anos iniciais. Eles não encontram ali a sua “linguagem” e passam a associar a escola à manutenção de privilégios e frustração de suas aspirações.

As referências de Pato em relação às aspirações e posse de objetos estão relacionadas aos seus familiares em melhores condições de vida. Todos ocupam posições mais privilegiadas que ele: os primos da mesma idade têm estilos de vida completamente diferentes dos seus em todos os sentidos. Primeiramente, todos vivem em lares estruturados e contam com o apoio e a referência paterna. Em consequência disso, “*sempre estudaram em boas escolas*” e sempre puderam praticar atividades –

³⁴ Nesse ponto, na ótica de Bourdieu, o questionamento da escola é universal e a compreensão do fracasso como algo natural e inevitável é contestada. Para compreendê-lo, é necessário questionar todo o sistema escolar e, do mesmo modo, a família “de quem é cúmplice” e todas as instituições (2002). Em termos das aspirações intergeracionais, ou sobre a influência das aspirações dos pais sobre as dos filhos, Bourdieu salienta que os anseios são criados em consonância com a estrutura de distribuição de bens na sociedade e nas possibilidades de acesso a esses bens. Mas isso não significa dizer que se desconsidera que a escola seja um elemento de mobilidade e de mudança social, mas tão somente ressaltar a crítica ao caráter de reprodução das desigualdades que ela apresenta em determinadas condições.

lazer, esporte, etc. – que ele apenas praticava de forma improvisada. Enquanto crianças o abismo entre eles não era muito claro, mas com a chegada da adolescência as diferenças passaram a ser evidentes.

E isso não inclui apenas acesso a bens e serviços, mas atingem a forma como Pato percebe a distinção na atenção e na “consideração” que recebe dos avós e de todos com os quais convive. As qualidades dos primos eram sempre ressaltadas, enquanto a sua imagem de rebeldia começava a ser construída. Mas tudo leva a crer que tais qualidades eram apoiadas no estilo de vida que levavam, nos ambientes e nos cursos que frequentavam, nas roupas e tênis que usavam. Nesse sentido, Pato sempre esteve em desvantagem, por isso precisava se realizar através da possibilidade de acesso à realidade que estava tão distante dele.

Considerando que a realização individual e a “construção de si” na sociedade do consumo se dá em meio e de acordo com a relação que os indivíduos estabelecem com os bens de consumo, Wakefield aponta que,

No recreio da escola, no bar ou restaurante, na discoteca e na esquina, produtos e bens materiais são agora os principais índices de identidade para praticamente todos os estratos da sociedade, estabelecendo status, mas, mais importante, imbuindo os indivíduos com um senso (narcisista) de quem eles são. Isso é o que significa viver em uma cultura de consumo (2005, p. 47)

E significa também que essa cultura é sustentada por uma ideologia social – o consumismo – e seus mecanismos de demarcação e camuflagem das diferenças numa sociedade na qual o “eu”, constituído nas interações do indivíduo com o mundo social, encontra no consumo um dos seus principais pilares (DEUSTCH e THEODOROU, 2002). Permeada pelo consumo, a identidade individual é constituída, como também o são a identificação social e a posição dos indivíduos nos diversos grupos, particularmente entre os jovens. A marcação do seu status social é o “único poder dos jovens”, desprovidos de poder econômico e político.

Pato não tinha acesso a esse mundo, as condições de sua mãe não eram suficientes sequer para o “*mínimo*” e ele entendia que não poderia desejar a vida dos seus primos porque isso significaria sofrimento para sua mãe. A saída foi “*fazer de conta que não se importava*”, não desejava e nem valorizava tudo o que os outros tinham. E se manteve “indiferente” até que se convenceu de que “*não era justo*” que ele tivesse que ser tão diferente e não adiantava disfarçar o seu desejo por tudo aquilo

que ele jamais havia possuído; o seu esforço não fazia com que as pessoas tivessem “*consideração e respeito*” por ele. E isso incluía todas as pessoas, exceto sua mãe.

Vem daí a importância dos bens que se materializam com o ato de consumir e é por esse motivo que os jovens são tão bem “preparados” para se tornarem consumidores de sucesso nas culturas capitalistas. Eles são treinados a imaginar o consumo presente, mas também as possibilidades de aquisição futura de bens materiais, mesmo que os estilos de vida sejam hierarquizados em função da capacidade de consumir de cada um.

Esse sistema tem uma face de opressão, sendo o motor e a motivação para uma sociedade do espetáculo (SILVERSTONE, 1994). Os estilos expressam uma realidade falsa; os bens são úteis porque são significativos e não o contrário. De acordo com Silverstone, essa conversão produz a substituição da realidade pelas imagens que são impostas na forma de uma “tirania da aparência”. Enquanto sistema de classificação, manipula os signos de forma dinâmica e através de um discurso “coerente”, capaz de enganar e seduzir, fazendo com que as imagens se sobreponham à realidade, criando uma complexa teia de linguagem que também permeia a formação das identidades individuais (1994).

Através desses mecanismos é que Silverstone defende que os indivíduos falam através dos bens que possuem, sobre os outros e sobre si mesmos. São os objetos do consumo os meios pelos quais os indivíduos reivindicam status; com eles é possível negociar. Os signos que esses objetos carregam são, na verdade, arenas de disputas (1994).

Enquanto marcadores de status, os objetos e bens determinam as possibilidades de pertencimento a determinados grupos. As identidades individuais são formadas ou pelo menos reforçadas por essa linguagem compartilhada entre consumidores que tem seu estilo de vida cada vez mais associado aos objetos que consomem. Porém, diante de diferentes formas de sociabilidade, esse processo nem sempre é determinado. Para Silverstone (1994), a indeterminação do consumo se deve às diversas maneiras pelas quais os indivíduos recontextualizam as mercadorias. Tanto grupos quanto indivíduos estão dispostos de maneira desigual diante dos recursos econômicos, mesmo sendo todos “forçados” a aceitar o peso do significado socialmente definido em cada objeto.

Pato, então, parou de fingir que não se importava em não poder “*ter tudo o que precisava*” e decidiu que encontraria, ele próprio, uma “*forma de mudar de vida*”.

Mudar de vida significava poder *“ajudar a mãe”*, mas também poder comprar tudo o que fizesse dele alguém *“igual aos outros”*. Ele já não esperava mais pela ajuda do pai, sabia que estava sozinho com a mãe e que ela jamais teria condições de fazer mais do que fazia, diante de sua condição de saúde e do tipo de trabalho que exercia.

Foi assim que ele se aproximou do grupo de pares. A sua *“turma”* não era formada por colegas de aula, mas *“companheiros de trampo”*, e isso significa para ele laços mais fortes, já que acredita que *“trabalhar é mais importante do que estudar”*. A partir desse entendimento ele começou a lavar carro aos treze anos de idade, cuidando do carro de um vizinho e recebendo apenas *“um troco”* pelo serviço, até conseguir uma vaga entre os meninos lavadores de carro no centro da cidade.

A vaga era informal se olhada de fora, mas internamente tudo era organizado e existia uma hierarquia. Na realidade, um homem adulto era o responsável pelo local – embora os carros fossem lavados na rua e com água pública – e os meninos trabalhavam prestando serviço e recebendo apenas uma parte do dinheiro arrecadado, afinal, todo o material utilizado era comprado pelo *“gerente”* em meio aos outros negócios que ele mantinha.

Já no primeiro dia na *“calçada”* Pato tornou-se amigo dos meninos. Um deles – que tinha feito o convite – era seu vizinho e eles iam juntos pela manhã e só voltavam no final da tarde. O que recebiam era muito pouco, mas ele afirma que o dinheiro não era a única razão de lavarem os carros. Enquanto trabalhavam, compartilhavam sonhos e expectativas de serem um dia os donos do carro e isso alimentava ainda mais a amizade entre eles. Quando terminavam o trabalho, compartilhavam o prazer de terminar o dia bebendo cerveja, mesmo que alguns deles fossem muito novos ainda. A bebida era uma espécie de recompensa pelo trabalho e pela *“vida dura”* que levavam. No caso de Pato, beber foi o primeiro ato que o aproximou da delinquência; mais que o trabalho, a bebida significou sua entrada no mundo adulto e junto com o trabalho o transformou em *“homem de verdade”*.

Os lavadores de carro compartilhavam outros elementos como a *“revolta contra os que têm condições”*. As histórias deles tinham muito em comum e os sentimentos também foram se tornando comuns. Eles se misturavam e se tornavam o combustível para as ideias que tinham sobre possíveis negócios e formas de *“ganhar a vida”*. As alternativas sonhadas eram variadas, mas todas incluíam os carros de alguma forma: eles poderiam ser, além de lavados, vendidos, consertados, trocados e cada um poderia ser o dono de uma garagem, uma oficina ou uma loja. Até que um

dia perceberam que esses planos eram “*coisa para o futuro*”; para o presente restava, além de lavá-los, “*ganhá-los*” – arrombá-los.

A ideia surgiu em meio às brincadeiras de rotina e apenas muito tempo depois o primeiro carro foi arrombado. Nesse dia, quando terminaram de trabalhar e como de costume saíram para beber, encontraram um carro numa rua deserta e conseguiram “*ganhar*” o aparelho de som. Esse primeiro ato sequer foi convertido em dinheiro e um dos meninos ficou com o objeto roubado, mas a ideia de roubar não incomodou Pato. Ele não teve medo e foi justamente o fato de ser corajoso o suficiente para encarar o risco o que mais marcou esse primeiro evento. Nada aconteceu com os meninos, ninguém soube do ocorrido e nada mudou em suas rotinas. Desde então, o roubo passou a fazer parte do horizonte de possibilidades de alcançar uma vida melhor de Pato. Em grupo ou sozinho, vários episódios se sucederam.

Para Pato a delinquência é o marco da sua transição precoce para a vida adulta. Esse processo é um desafio para todos os jovens, enfrentado com êxito pela maioria dos indivíduos, que são aqueles que constroem a si mesmos como adultos “positivos” e membros funcionais da sociedade. Ainda assim, muitos não são bem-sucedidos nessa transição, e o comportamento antissocial tanto pode ser a causa quanto a consequência disso.

Aos dezesseis anos, ainda sem idade para dirigir, Pato comprou uma moto usada. Antes de cumprir a MSE ele trabalhava em várias atividades: não lavava mais os carros na calçada, mas negociava peças e acessórios automobilísticos, usando a motocicleta para trabalhar. Ele não tem nenhum contato com o pai e a mãe não questiona nenhuma das suas atividades. Também não frequenta mais a casa dos avós e sequer sabe falar sobre os primos; o estilo de vida deles não tem mais nenhuma importância para Pato e ele não se importa mais em ser comparado com eles. Ao contrário, faz questão de afirmar que tem coragem para “*correr atrás*” e não precisar mais da ajuda de ninguém.

Sobre o seu comportamento, não demonstra nenhuma espécie de constrangimento ou arrependimento. Ele faz o que precisa fazer “*porque não tem escolha*”; faz porque “*tem necessidade*”, faz por si mesmo e pela mãe o que “*ninguém nunca fez*”. Em seu processo constam infrações de furto e associação ilegal em um caso mais grave de comércio de peças automobilísticas roubadas com pessoas maiores de idade, cumprindo pena em regime fechado. Aos dezessete anos ele pensa

ter definido o que será a sua vida no futuro, com poucas chances de mudança. Mas não é otimista.

“... se quando era criança não tive apoio de ninguém, não vou encontrar depois de adulto...”

4.4. Maik e a naturalização do desvio em uma estrutura familiar caótica

“... Pode ser qualquer nome, tanto faz [...]. Então me chama de Maik. Foi o primeiro que eu pensei...”

Maik é um jovem de dezesseis anos que se define como alguém que não teve “*sorte na vida*” e que relaciona sua infância e adolescência a um contexto de extrema conturbação. Isso se deu primeiramente pela dinâmica familiar na qual está inserido; ele tem dois irmãos, com pais diferentes, que nunca participaram da história deles. Sua mãe trabalha como diarista e fica fora de casa durante todo o dia.

Eles vivem com toda a família materna em duas casas pequenas no mesmo quintal. Uma avó, com seis filhos – seus tios – e os primos. Ao todo são dezesseis pessoas compartilhando um espaço pequeno, onde as crianças não podem brincar e os adolescentes disputam tudo o tempo inteiro. Há alguns meses a energia elétrica da casa foi cortada e eles improvisam tudo como podem. Não têm TV e os celulares são os únicos aparelhos eletrônicos, carregados uma vez ao dia na casa de um vizinho. Nem todos os adultos trabalham; além da mãe, a renda é formada pela aposentadoria da avó e pelas pensões alimentícias que dois primos recebem.

Tanto as crianças quanto os adultos passam a maior parte do tempo na “*porta da casa*”; no início da noite os adultos costumam consumir bebida alcoólica enquanto as crianças brincam na rua. Não há definição de papéis nos cuidados com os menores, geralmente são as crianças mais velhas que cuidam das mais novas, quando não estão na creche. As que estão em idade escolar frequentam a escola do bairro e os três adolescentes frequentam a escola que fica um pouco mais longe. É uma situação de privação das coisas mais básicas, como energia elétrica e água encanada. Roupas, brinquedos e até parte da alimentação vêm de doações, desde sempre. Os adultos encaram com normalidade o fato de receberem ajuda de “*pessoas estranhas*” e Maik reconhece que se não fossem as doações a situação seria ainda mais difícil.

Ele tem dois tios que vivem na mesma casa, ambos sem ocupação definida e sem ajudar nas despesas; consomem muita bebida alcóolica e são usuários de drogas. Vivem na rua e sempre andaram com pessoas ligadas ao crime. Um deles já cumpriu pena por tráfico de drogas e o outro tem histórico de passagens pela polícia pelo mesmo motivo. Uma das tias também tem envolvimento com drogas e responde

em liberdade por participação em homicídio, cometido pelo então namorado. Além dele, seu primo também cumpre Medida Socioeducativa em Meio Aberto; eles andam juntos e são da mesma “*turma*”.

Maik não gosta da sua dinâmica familiar. Seu maior sonho sempre foi se mudar de lá. Sempre sonhou em ter uma casa e morar apenas com a mãe e os irmãos. Mas não teve sorte; e se depender das condições da mãe, eles vão continuar lá.

“... é tudo misturado, tudo bagunçado. A situação de um é a situação de todo mundo e a tendência é só piorar...”

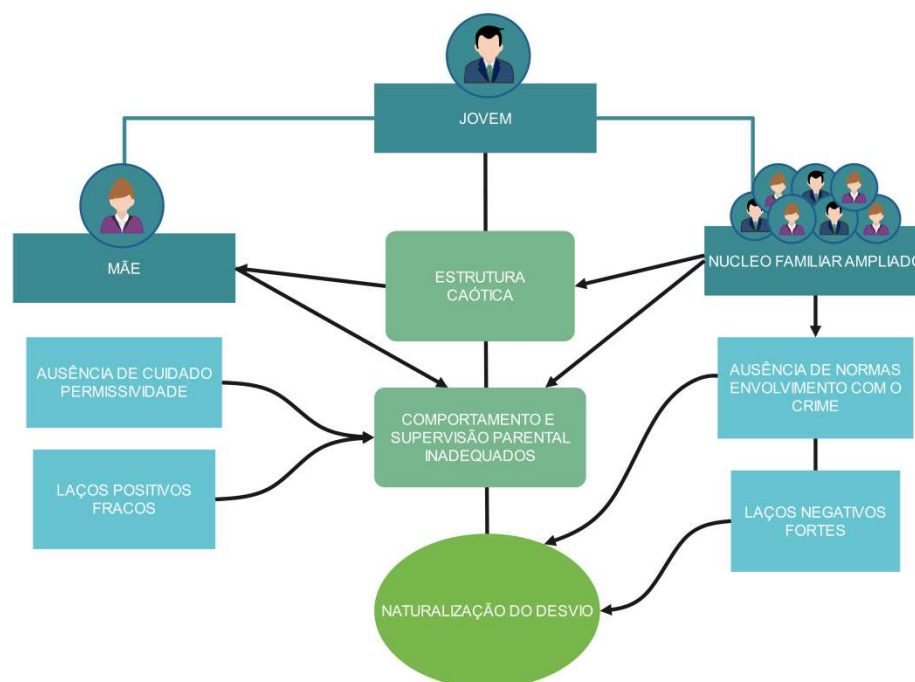
Isso significa que a sua expectativa é correspondente à forma como assimilou o conjunto de símbolos e significados sobre os quais o seu comportamento se assenta, uma vez que foi no interior das relações cotidianas primárias que a sua percepção da realidade foi definida. Como destacam Margulis e Urresti,

[...] es en la familia, ámbito donde todos estamos incluidos, donde se marca la coexistencia e interacción de las distintas generaciones, o sea que es en ella donde se define el lugar real e imaginario de cada categoría de actores dentro del entorno del parentesco. La familia en sentido amplio, como grupo parental, es quizás la institución principal en la que se define y representa la condición de joven, el escenario en el que se articulan todas las variables que la definen (1996, p.10).

As interações no ambiente familiar fizeram com que Maik fosse colocado diante de valores e situações que geralmente pertencem à realidade exterior, mas que a partir de influências geracionais dentro do convívio familiar, como por exemplo, a experiência dos tios com o crime e a forma como todos lidam com a situação, fizeram com ele se familiarizasse com o ambiente desregulado.

No imaginário de Maik está inserida a percepção de uma rotina familiar irreal. Ele não conhece nenhuma situação que se assemelhe à sua e da sua família. Quanto mais ele conhece o mundo exterior, mais a sensação de irrealidade é reforçada.

Figura 6. Genograma e dinâmica familiar de Maik



Fonte: elaboração própria, 2023.

Maik está exposto a uma situação de instabilidade familiar, com presença de problemas de comportamento adulto que exercem efeito cumulativo em sua percepção do mundo. Isso implica na referência direta de condutas que representam explicitamente a não conformidade com a lei. Porém, de forma indireta esses fatores estão ainda mais presentes, pois os elementos de formação familiar não incluem regras claras e cuidado. Como resultado, a estrutura caótica é permissiva e, se os laços positivos são fracos, inclusive os maternos, os laços negativos são fortes não apenas porque a supervisão parental é inadequada, mas porque oferece modelos que naturalizam o desvio.

Ademais, a busca pela compreensão do comportamento de Maik produziu diversos temas que estão inter-relacionados em significados mais amplos, envolvendo níveis de análise que, embora não integrem o foco deste estudo, merecem ser apresentados. Ele nasceu e cresceu em um bairro de periferia. O local é muito povoado, com ruas movimentadas e comércio intenso. Sua casa não fica na parte mais urbanizada, a sua rua é a “*Rua do Córrego*”, onde as moradias precárias são construídas às margens de um rio que recebe todo o esgoto sanitário da região.

As relações de vizinhança são muito próximas: apesar de haver conflitos constantes, principalmente envolvendo as crianças, todos se conhecem e se ajudam. Muitas mães trabalham o dia inteiro e é comum que as crianças fiquem sob a supervisão dos vizinhos adultos. Como se conhecem bem, todos sabem o que acontece dentro de cada casa. Desde cedo Maik ouvia falar sobre algum vizinho que fora detido e não era raro que a Polícia Militar aparecesse por lá. Por diversas vezes algum morador fora levado à delegacia e isso era quase que natural para as pessoas que ali vivem.

As ruas próximas à sua casa concentram o maior número de famílias pobres da região; Maik cresceu em uma situação de pobreza não apenas no seu núcleo familiar. A exposição ao crime também ocorrera desde muito cedo e, diante das dificuldades, era encarada por muitos como estratégias informais para enfrentar os problemas advindos das privações materiais. Essa é a percepção dele: o envolvimento dos seus vizinhos com a criminalidade é uma consequência da situação na qual eles vivem.

“... os caras não estudaram, não conseguem emprego. Começaram a beber muito cedo e muitos já são dançados. Se tiver passagem (pela polícia) então, não conseguem nada. Vão fazer o que? Morrer de fome?”

As relações de vizinhança representam uma rede de apoio e desempenham um papel crucial na sobrevivência das famílias. A forma como lidam com a escassez recorrentemente é localizada em meio às descrições dessas relações. A violência interpessoal e comunitária não é reconhecida como uma ameaça na vida cotidiana, ao contrário, é um elemento importante dentro das estratégias informais de apoio mútuo; os relatos demonstram que Maik se sente protegido pelos seus vizinhos, principalmente por aqueles que estão envolvidos com a criminalidade. A maioria das famílias da rua depende de salários advindos de atividades informais como construção civil e trabalhos domésticos.

As atividades criminosas, como o tráfico de drogas, são listadas com naturalidade por Maik como um *“trabalho informal”*. Entre os crimes mais comuns relatados estão os roubos e furtos em residências. Alguns vizinhos tinham sido *“trancados”* ao longo do tempo, mas ainda quando estavam *“soltos”*, o que significa dizer que o crime organizado atuava com mais força na região, era possível *“navegar”*

pelo bairro com segurança, até porque todos conhecem bem os locais que devem ser evitados.

Para as pessoas de fora, no entanto, a região é “perigosa”. Os bairros próximos apresentam índices elevados de assaltos e roubos e os crimes são quase sempre atribuídos aos moradores de lá. Entre o “*lá*” e o “*aqui*” não havia uma delimitação oficial, mas simbólica; “*aqui*” é o lugar representado por expressões repetidas de sentimento de inferioridade e marginalidade e da percepção de que os moradores “*daqui*” eram considerados uma ameaça que despertava o medo daqueles que viviam “*lá*” – os bairros com moradores de status socioeconômico mais alto.

Isso contrasta com a forma como os moradores organizam suas vidas no bairro. As portas das casas não estão sempre trancadas e as crianças brincam sozinhas na rua, mesmo quando anoitece, divididas em grupos de acordo com a faixa etária. Muitos deles têm experiências diretas com algum tipo de violência; histórias (conhecidas por todos os vizinhos) de pais violentos ou detentos, irmãos envolvidos com a criminalidade, etc. e violência interpessoal, na maioria das vezes consequência de conflitos domésticos e uso de álcool ou drogas.

Ainda assim, a segurança do local depende da mobilização dos próprios moradores e os conflitos entre eles quase sempre são resolvidos sem o acionamento da polícia. Os mecanismos comunitários de proteção incluem receber em casa alguma criança ou mulher, vítimas do comportamento violento de pais ou companheiros, até que não estejam mais em risco.

A questão empírica que surgiu nesse ponto são as formas que os marginalizados utilizam para sobreviver em uma comunidade marcada pela pobreza, compreendendo que a análise dos mecanismos de sobrevivência deve alcançar a diversidade de estratégias que são desenvolvidas informalmente para fazer frente aos problemas e conflitos cotidianos, ou seja, a reprodução individual e coletiva na comunidade e não apenas as restrições estruturais e as privações materiais. A violência e a criminalidade desempenham um papel decisivo nas histórias dos moradores do bairro de Maik e ilustram a relação complexa entre questões sociais e pobreza urbana.

Sobretudo no que diz respeito à educação. Se a família é o ponto de partida para a definição das condições de vida dos indivíduos, a escola pode ser considerada o ponto intermediário. As relações familiares quando apresentam padrão de disfuncionalidade podem comprometer o sucesso escolar de várias formas; mas há

também a possibilidade de que a escola se transforme no caminho alternativo ao ambiente familiar, pelo menos nos primeiros anos escolares. Foi o que aconteceu com Maik. Diante da sua dinâmica familiar conturbada a escola sempre lhe pareceu um lugar para o qual ele poderia “fugir e se livrar”, pelo menos enquanto estivesse lá, das situações de conflito e hostilidade constantes em sua casa.

Ele se sentia seguro e acolhido por colegas e professores e não se lembra de ter se envolvido em qualquer tipo de conflito até que completasse onze anos de idade. Por outro lado, Maik não associa a escola às oportunidades para mudar de vida; os relatos não remetem à dimensão formal da escola enquanto preparação ou qualificação para uma futura profissão. A conotação dada por ele é sempre de um espaço que cumpre a função de acolher, o que a família definitivamente nunca cumpriu, nem mesmo a mãe.

Mas esses sentimentos são limitados temporal e espacialmente. Eles dizem respeito ao período que compreende a pré-escola até o quinto ano. Quando fala da escola acolhedora, ele está se referindo à infância, quando a cobrança acerca do desempenho escolar não era tão grande. A partir do momento em que ir à escola passou a significar compromisso com conteúdos, tarefas e horários, Maik mudou completamente a sua visão sobre ela. Nessa idade, ele teve que mudar de escola; já estava no sexto ano e teve que se adaptar à “*aula para adolescente*”. Apenas no início isso não significou um fardo para ele. Atualmente, entre as “obrigações” no cumprimento da MSE a escola é “a parte mais difícil”.

Os objetos de desejo de Maik não estavam presentes em sua vida durante boa parte da infância. Como não tinha TV em casa e suas relações eram restritas, ele não reconhecia a falta de muitos objetos e bens, por mais básicos que fossem. Internet, por exemplo, só começou a fazer parte da sua vida através dos computadores da escola, já aos onze anos de idade. Foi a partir daí que ele teve acesso às infinitas alternativas de consumo e o impacto dessa descoberta em sua vida foi decisivo.

Na escola, diante da descoberta, ele teve a real dimensão do “abismo” que o separava da maioria dos meninos da sua idade. Maik não tinha nada; em sua casa não tinha luz elétrica, logo não tinha TV, nem geladeira funcionando; talvez por isso em seus relatos o desejo não apareça relacionado a objetos caros e supérfluos. A sua atenção esteve primeiramente voltada para a necessidade de bens básicos e quando

se deu conta disso, ele sequer entendia que tudo o que faltava a ele e a sua família custava muito caro.

Quando viu que “*existe muita coisa boa no mundo*”, descobriu também o quanto estava longe delas e começou a sentir vergonha da sua situação. Diante dos colegas ele tentava o quanto podia esconder o fato de viver naquelas condições e chegava a mentir para não ser alvo de brincadeiras, como acontecia com outros meninos. No fundo, ele já se sentia diferente dos seus colegas, mas sabia que quando conseguisse “*comprar tudo o que eles tinham, seria como eles*”. Maik tinha vergonha da sua posição social e não queria ficar preso nela.

O desejo de mudar de vida aumentou na proporção em que tinha mais acesso às coisas. Quando foi ao shopping pela primeira vez, em excursão com a escola no dia das crianças, sua percepção da vida que levava piorou de forma significativa porque ele se desinteressou totalmente dos poucos recursos de brinquedo e lazer que possuía em sua realidade familiar. Passou a desejar vídeo games, e desejava tanto que brincava imaginando estar jogando. Desejava “*comer hambúrgueres e ir ao cinema*”. Tudo isso estava fora do seu alcance. Já adolescente, começou a usar as roupas e os tênis dos tios, disputando-os com os com o irmão mais velho e com um primo da mesma idade.

Maik estava buscando a sua autodefinição e entendeu que os elementos que fariam dele alguém que ele gostaria de ser não estavam ao seu alcance. O seu desejo é o grande anseio de todos os indivíduos em se tornar autodefinidos, essa é a meta que a estrutura social da cultura de consumo impõe sobre sua “individualidade socialmente criada”. O indivíduo é estimulado a agir e a se expressar de modo a colocar em prática graus elevados de habilidades sociais. Porém, nem sempre as experiências de vida irão capacitar – materialmente moralmente e emocionalmente – o indivíduo para tal. No caso de Maik, suas aspirações de consumo são tentativas de criar situações de “poder”; poder comprar o que deseja significa que ele exercerá o controle da sua própria vida, que está estruturalmente fora dele.

Na rua da escola de Maik havia um bar com vídeos games e os meninos se juntavam lá, antes e após as aulas. Ele foi introduzido no mundo adulto extrafamiliar através desses momentos. Logo notou que não precisava voltar para casa depois da aula; desde a primeira vez que se atrasou, não fora questionado. E assim, a sensação de fuga do ambiente doméstico passou a estar associada à escola de uma maneira

diferente: não se tratava mais da sala de aula propriamente dita, mas do caminho para ela e principalmente no que poderia fazer quando a aula acabava.

No início ele e seus colegas apenas brincavam. Brincavam tanto e tão intensamente que logo as relações se estenderam para fora do itinerário da escola, afinal, os seus colegas eram também seus vizinhos. Não se importavam com tarefas, com avaliações e muito menos com as notas. Com o tempo as brincadeiras passaram a incluir atos antissociais, como brigas de ruas. O padrão de comportamento do pequeno grupo, no entanto, não incluía atos infracionais, apenas condutas antissociais.

O ponto decisivo para o agravamento do comportamento antissocial foi a aproximação dos meninos com os “*caras mais velhos*”, entre eles, um tio de Maik. Eles frequentavam diariamente o bar e os garotos iam se aproximando aos poucos deles. Isso não teve relação com o grupo de meninos da escola que Maik andava, eram outros, os que vinham da “*parte de cima do bairro*”, onde se dava a maior parte do comércio de drogas da região. Apesar da proximidade do bar com um posto policial, qualquer menor de idade conseguia comprar bebidas e cigarro e não era raro que também consumissem drogas lá. Até certa altura da noite os adolescentes “*entravam e saíam do bar várias vezes, sempre correndo em duplas*”. Apenas os adultos se sentavam e podiam jogar sinuca.

Maik só teve certeza do que realmente acontecia nesse local quando o seu tio foi preso. Ele era um dos frequentadores do bar e foi detido por tráfico de drogas, junto com o namorado da tia. Maik também percebeu com isso a normalidade com a qual a sua família tratava o assunto do crime; os mais velhos justificavam os atos dos mais novos e conviviam bem com o fato de que essas práticas ocorriam entre eles. Era por isso que os tios, “*mesmo sem trabalhar, conseguiam comprar roupas e tênis caros*”. Era também por isso que sua mãe era a única que trabalhava entre eles. Estavam todos, de alguma forma, envolvidos com algum tipo de atividade “*errada*”.

O primeiro grupo verdadeiramente delinquente com o qual Maik teve contato foi a sua própria família, portanto. Nunca houve reprovação ou castigo para os atos praticados. Quando os mais jovens apareciam com algum objeto novo ninguém questionava sua origem e todos se aproveitavam da situação de alguma maneira. Embora não se organizassem para a manutenção da casa em termos de bens que fossem usufruídos coletivamente – alimentação, móveis, eletricidade, etc. –

individualmente sempre tinham dinheiro. “*As crianças são as únicas que sofrem de verdade*”, concluiu Maik.

São elas as que menos se beneficiam do dinheiro que aparece, elas nunca recebem nada “*além do necessário*”. E isso só muda quando crescem e podem, “*através do seu próprio esforço*” conseguir alguma coisa. Dezesseis pessoas convivem assim, compartilhando uma situação de extrema necessidade em relação à moradia, alimentação, utensílios domésticos, etc.; mas por trás dessa situação, cada um encontrava um meio de “*sobreviver*”. Com exceção da sua mãe, que trabalha duro, da sua avó, que é aposentada e das crianças que ainda não podem fazer nada, todos os outros se “*viram de alguma forma*”. E eles transitam em alguma medida pelas vias da ilegalidade.

O sentimento de Maik pela sua família é contraditório. Ao mesmo tempo em que se sentia completamente desprotegido do ponto de vista dos cuidados e da provisão material, sabia que podia contar com o apoio dos tios e dos primos caso precisasse “*sair fora de alguma emboscada*”. Sua própria sobrevivência é incerta pelo contexto de violência no qual vive, mas também depende dele para se sentir “seguro” em relação aos riscos que envolvem os atos desviantes.

É a mesma lógica do grupo. A proteção dos seus pares é um dos principais motivos para que se junte a eles. A proteção dos seus familiares delinquentes é a “*única vantagem de ser parte daquela família*”. Os atos que praticam em grupo os transformam em “caçadores”, que pensam ter assumido o controle de suas vidas, “*vivendo o momento e aproveitando as oportunidades*”.

No cumprimento da MSE Maik frequenta a escola, o curso de qualificação e as oficinas e, mesmo sem apresentar muito entusiasmo, não tem resistência a essas atividades. Desde a sua primeira infração até a efetivação da medida participou de pequenos furtos em residências, sempre acompanhado por dois primos. Participou também de alguns roubos, mas apenas na “*retaguarda*”, função importante porque garante segurança a quem “*toma a frente*”.

Ele não consegue definir o que lucrou com essas atividades e nem mesmo o que conseguiu comprar com o dinheiro proveniente delas. Nada como aparelhos eletrônicos ou bicicletas. Esses eventos lhe proporcionavam pequenos prazeres, relacionados, sobretudo à alimentação. Ele não faz uso de bebida alcoólica e nem alguma outra substância. Maik se divide entre a escola e as atividades do projeto e não se arrepende das infrações, mas sonha em mudar de vida. Sonha em poder sair

de casa, em poder comprar o que quer. Sonha “*viver bem*”. Mas quando perguntado como pensa que vai conseguir isso, a resposta expressa de forma explícita o desafio que é sua ressocialização. Primeiro, porque ele não sabe se vai conseguir mudar de vida, no fundo acha que não vai. E depois, caso consiga, não enxerga na escola e no trabalho o caminho para fazê-lo.

4.5. As histórias de vida e os cenários interpretativos

A análise desses dados biográficos parte de um lugar comum: a estrutura familiar foi definida dentro do recorte “baixo status socioeconômico”. As dinâmicas observadas, apesar de certas particularidades, guardam semelhança naquilo que define de forma mais apropriada as situações de pobreza em sua dimensão absoluta: escassez de recursos materiais. Sua configuração é considerada em certo sentido decorrente das condições de vida das famílias, de modo que os aspectos simbólicos são estudados sempre em relação aos aspectos materiais.

Entende-se por simbólico, dentro desse patamar de análise, a dinâmica familiar em sua forma de estrutura reguladora da socialização e do comportamento. Desde a infância, a observação das biografias considerou a distribuição de responsabilidades dentro do núcleo familiar, a partir da centralidade do jovem e dos papéis que deveriam ser desempenhados em relação a ele pelas figuras maternas e paternas, bem como por qualquer outro responsável pelos seus cuidados. Interessa, do ponto de vista dos papéis, conhecer o estilo de supervisão parental e os laços que são construídos em função dele.

Através do panorama das dinâmicas familiares é possível identificar relações que são significantes do ponto de vista da compreensão dos processos que, nos casos analisados, foram decisivos para a aproximação dos jovens com a delinquência. As biografias dão origem a três cenários que são compostos por características que se ordenam de forma coerente, ligando o tipo de estrutura que representa o ambiente familiar à situação que representa o sentimento dos jovens.

Quadro 1. Cenários de interpretação da dinâmica familiar

	ESTRUTURA FRÁGIL	ESTRUTURA RÍGIDA	ESTRUTURA CAÓTICA
FIGURA PATERNA	Ausência parcial/rompimento	Autoritarismo	Ausência total
FIGURA MATERNA	Presença de afeto e vulnerabilidade	Ausência de afeto e passividade	Ausência de afeto e permissividade
AMBIENTE DE SOCIALIZAÇÃO	Fragilidade	Violência	Envolvimento com o crime
CUIDADOS/SUPERVISÃO	Incapacidade de proteção	Maus tratos	Negligência
LAÇOS	Confusos	Laços positivos fracos	Laços negativos fortes
SITUAÇÃO	Revolta	Insegurança	Naturalização do desvio

Fonte: elaboração própria, 2023.

A primeira estrutura é a “frágil”, resultado do rompimento do jovem com a figura paterna por ocasião do divórcio dos pais e da vulnerabilidade da figura materna, em consequência disso. A fragilidade nada tem a ver com a falta de afeto da mãe, pelo contrário, a percepção do jovem em relação a ela parte do afeto recebido e chega à condição de inversão de papéis, devendo ela ser cuidada. Isso porque a estrutura é frágil também pela incapacidade de oferecer proteção ao filho; além de estar desprotegido, ele desenvolveu o sentimento de dever de proteção, o que demonstra que os laços familiares não são claros. Os papéis estão misturados de tal forma que é difícil pensar na intensidade dos laços, haja vista que a tomada de responsabilidade por parte de quem deveria naturalmente receber os cuidados não se dá mediante o seu desconhecimento da inversão de papéis, ao contrário, ele reconhece a inversão e é justamente isso que provoca a situação de revolta com sua vida familiar.

A segunda estrutura é contrária à frágil, não no sentido de ser uma estrutura forte, mas por ser extremamente rígida. O que estabelece a rigidez nesse caso é a postura autoritária da figura paterna, que também é violenta e isenta de manifestações de afeto. Isso faz com que a figura materna seja passiva, ela também é vítima do autoritarismo e da violência; além de não apresentar nenhum tipo de resistência, a relação com o filho também é marcada pela ausência de afeto. Mas isso não significa

que a supervisão parental seja adequada, pelo contrário, uma vez expressa apenas através de castigos severos e outros tipos de maus tratos, impede a criação de laços positivos fortes. Isso significa que o filho não tem experiências nem referências que o façam se sentir seguro, nem dentro de casa e nem fora dela.

A terceira estrutura é a caótica, com total ausência da figura paterna e a convivência familiar ampliada – primeiro e segundo graus de parentesco. Sem a referência do pai, o jovem também não conta com o cuidado e o afeto da mãe, que é permissiva. Nesse contexto, cotidianamente, o jovem é exposto à experiência de envolvimento com a criminalidade e com a ausência de supervisão. Os laços que se estabelecem com mais força são os negativos, a partir da referência das práticas ilegais e da tolerância a elas, o que produz uma situação de naturalização do desvio.

Foi a partir das situações de revolta, insegurança e naturalização do desvio que os jovens começaram a ter contato com o mundo exterior. Suas experiências e sentimentos em algum nível refletem sua conduta nas diversas interações durante a vida. A começar pela sua relação com a escola.

A vida escolar do jovem em situação de revolta é definida pela percepção de que a escola não seja uma prioridade diante da necessidade de trabalhar. A estrutura familiar frágil, nesse ponto, tanto é o “motivo” para que o jovem não se dedique à escola, como é ela quem oferece as condições para que isso ocorra. A supervisão parental não pode ser qualificada como inadequada; diante da fragilidade, ela sequer existe. O jovem, que não se interessa pela escola e que sente que deve ocupar o seu tempo com atividades que lhe gerem algum tipo de rendimento, não encontra barreiras para abandoná-la.

Dentro do contexto de rigidez, um dos aspectos mais relevantes é que a escola cumpriu o papel de desvelar as desigualdades sociais para o jovem. Sua percepção sobre as condições nas quais vivia foi constituída nas relações no ambiente escolar; sua insegurança foi o que fez com que ele buscasse apoio nessas relações. A ruptura com a escola é concomitante ao fortalecimento dos laços com os pares “delinquentes”; a assimilação dos valores não convencionais fez com que o interesse pela educação diminuísse.

Para o jovem em situação de naturalização do desvio a escola representa uma alternativa ao ambiente familiar caótico. O seu interesse pelo ambiente escolar é inversamente proporcional à sua aproximação com a família no primeiro momento. Mas esse interesse está restrito ao ambiente e não necessariamente à rotina de

estudos que ele pressupõe. Nesse caso, é a familiaridade com os valores desviantes no âmbito das relações primárias que compromete a permanência do jovem na escola.

Nos três casos o resultado foi o abandono escolar. Não somente as habilidades educacionais e ocupacionais ficaram comprometidas, mas as habilidades sociais também. Isso será determinante para as aspirações, motivações e interações dos jovens do decorrer de suas vidas.

4.6. Sentimentos de privação econômica e modelo de aspirações

A estrutura familiar marcada pela insuficiência de recursos e o seu funcionamento marcado pela supervisão e disciplina inadequadas colocam o jovem diante de dilemas ainda maiores que esses na tarefa de constituir a sua identidade. O questionamento ao seu estilo de vida, na maioria das vezes, ocorre quando ele passa a transitar por outros ambientes e se depara com situações diferentes da sua. Isso gera uma mudança não apenas na sua percepção do mundo, mas na sua própria autodefinição, a partir da constatação de que ela está condicionada aos bens materiais que ele não possui.

O sentimento de privação passa a marcar uma transição importante em sua vida. A magnitude da falta de recursos atua no sentido de diminuir a força dos estímulos positivos – que já são críticos diante da sua estrutura familiar – para a sua conduta, fazendo com que ele fique mais vulnerável aos estímulos negativos.

Isso acontece porque ele reconhece que as oportunidades de identidade não estão acessíveis, nem nos recursos, nem nos valores preestabelecidos. Inicia-se aí a necessidade de 1) escapar de uma situação que o impede de ter uma vida melhor e 2) buscar desbloquear o caminho que leva a essa vida, que se encontra bloqueado pelo seu status social. Sendo assim, o ambiente aversivo – rígido, frágil ou caótico – torna-se o foco da tensão e qualquer alternativa a ele significaria a criação de um espaço de adaptação à cultura dominante e à consequente mudança na posição social do jovem.

Quadro 2. Cenários de interpretação da percepção da privação e sua relação com o consumo

	ESTRUTURA RÍGIDA	ESTRUTURA FRÁGIL	ESTRUTURA CAÓTICA
Percepção da privação	Relações secundárias Escola	Relações primárias Família ampliada	Relações secundárias Escola
Sentimento relacionado à privação	Humilhação	Injustiça	Vergonha
Percepção da privação em relação aos outros	Inadaptação	Desvalorização	Invisibilidade
Percepção do consumo como forma de	Construção de estilo	Igualdade	Pertencimento
Aspiração	Adequação	Respeito	Aceitação

Fonte: elaboração própria, 2023.

A despeito da homogeneidade do quadro acerca da condição comum de falta de recursos materiais, a percepção da privação e o sentimento que ela desperta podem gerar variações não no impacto que terão no comportamento dos jovens, mas nos fundamentos que estão ligados tanto às aspirações, quanto às motivações e, por fim, aos tipos de interação que serão mantidos.

A primeira variação encontrada está relacionada ao sentimento de humilhação, que deriva não apenas da percepção do jovem sobre a sua situação e o seu estilo de vida, mas, sobretudo, das experiências cotidianas e como a partir delas o jovem pensa que é percebido pelos outros. O indivíduo se sente humilhado porque não consegue se adaptar ao estilo de vida com o qual se depara; ele não tem o que os outros têm. Ter acesso aos recursos e ao consumo significaria para ele a possibilidade de se aproximar e tornar-se adequado a esse estilo. O principal problema que a falta de recursos criou nesse caso foi a falta de integração; o sentimento de humilhação pode ser visto, dessa forma, como o efeito de uma ansiedade por adequação, que seria efetivada com a participação ativa desse indivíduo na cultura de consumo.

A segunda variação concentra-se no campo do sentimento de injustiça diante da percepção do jovem de que os outros podem ter e ele não. Isso é particularmente

problemático quando o indivíduo constata que depende dos bens materiais e simbólicos não apenas para se autoapreciar, mas para ser apreciado por aqueles com os quais convive. A falta de recursos define, nesse caso, a percepção de ser considerado de forma depreciativa em função de ser diferente dos outros, não em função de atributos de sua personalidade ou conduta, mas do estilo de vida que leva em relação à riqueza – ou mais especificamente, à pobreza. O acesso aos recursos significaria o estabelecimento da igualdade e ele passaria a ser como os outros porque teria o que os outros têm; o respeito que ele busca depende disso.

Na terceira variação é o sentimento de vergonha que emerge nas interações mediante o reconhecimento da privação. O desejo de posse, mesmo de objetos básicos, está relacionado ao constrangimento de não pertencer ao mundo dos que tem acesso ao consumo e desse ponto de vista o jovem se sente invisível. Não é percebido por causa da sua aparência e não se sente sequer diferente ou inadaptado. Não ter o que os outros têm significa que ele não pertence à cultura dominante e o consumo seria uma possibilidade de pertencimento e de aceitação.

4.7. Modelos de Influências de pares delinquentes

É inegável que a ideia de cultura juvenil venha acompanhada da noção de “culturas subalternas”, de forma explícita, e pelas ideias de não integração ou integração parcial nas estruturas produtivas, de forma implícita. É a partir dessa condição que a reprodução da juventude é pensada. Sua localização enquanto segmento “subalterno” pode ser comparada a de outros grupos em igual situação – minorias étnicas, camponeses, mulheres, etc. – com uma grande particularidade: eles estão em condição de transitoriedade; irão se tornar adultos, ainda que tendam a reproduzir as condições atuais (HALL, WINLOW, ANCRUM, 2012).

Até mesmo entre os jovens de alto status socioeconômico não há que se falar em controle total de todos os aspectos que envolvem a sua vida. De modo geral, em menor ou maior escala, eles estão inseridos em alguma estrutura de controle exercida por adultos. Quando se articulam socialmente, dando origem ao que poderíamos considerar uma nova cultura, estão expressando alguns aspectos da sua relação com essas estruturas que lhes impõe algum tipo de controle: na ponta inicial da sua articulação estão as instâncias primárias de interação (*Ibid.*, 2012).

Os jovens estão inseridos em culturas parentais, que são a primeira rede cultural, delineada de acordo com as condições de classe, definindo valores e normas de conduta que irão acompanhá-los desde os primeiros anos do seu desenvolvimento. Essa é uma rede ampla, não está restrita às figuras paterna e materna; é uma gama de interações cotidianas que estão envolvidas na socialização e na internalização de “elementos culturais básicos” definidores do seu estilo de vida.

No entanto, é nas instâncias secundárias de interação que se efetiva a reação à “cultura hegemônica”, mais precisamente em relação à forma de distribuição de poder cultural entre as camadas sociais. Seu contato com essa cultura se dá através dos canais de transmissão e negociação desse poder: a escola, a mídia, o mundo do trabalho, entre outros (HALL, WINLOW, ANCRUM, 2012). A inserção dos jovens nesses cenários se dá mediante o estabelecimento de relações que são contraditórias, o que compromete a sua integração.

As negociações se dão justamente a partir do tipo e do nível de integração da juventude nessas instâncias; sua articulação é uma resposta, uma “solução” encontrada para lidar com o problema da integração. Assim, os jovens podem encontrar soluções “adaptativas” ou “inconformistas” (*Ibid.*, 2012).

Na ausência de relações positivas para o comportamento “normal”, os jovens passam a se associar a indivíduos com os quais terão relações positivas, mas não no sentido de se comportar de forma convencional, mas na direção do desvio e do comportamento antissocial. O seu desenvolvimento passa a ser moderado também por pares negativos, através dos quais as atividades delinquentes serão reforçadas.

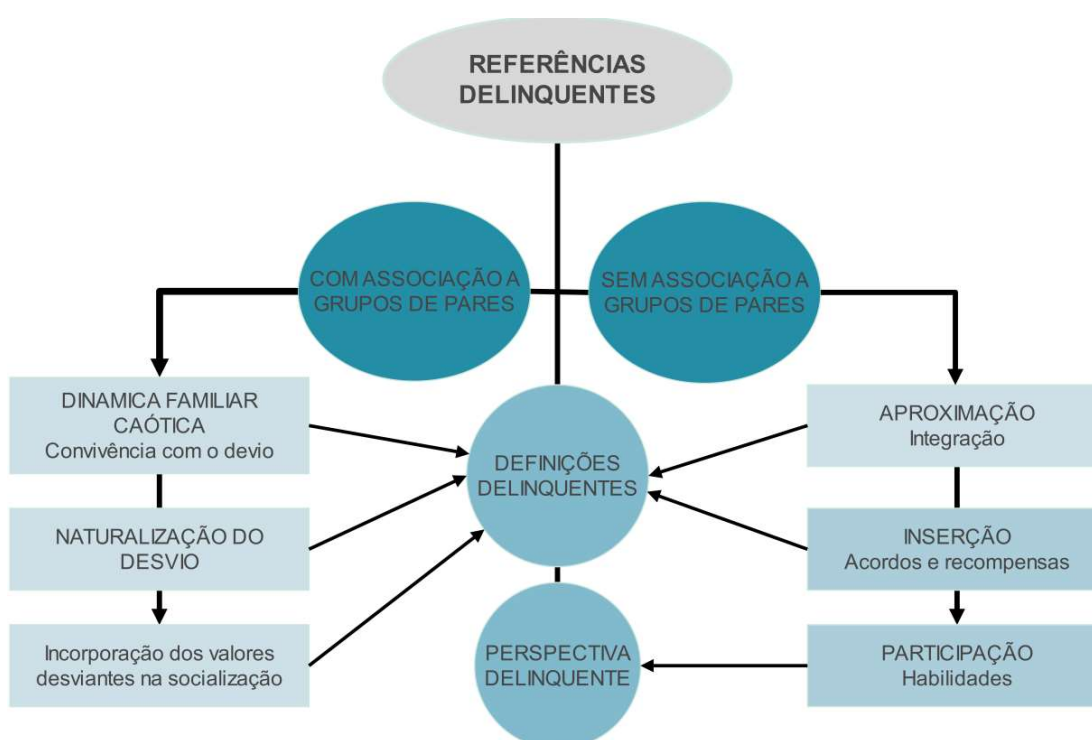
Sob os efeitos da privação material e dos ambientes familiares empobrecidos – caóticos, frágeis ou rígidos – e distantes da socialização escolar, os jovens voltam-se uns para os outros. O sentido de pertencimento passa a ser buscado entre os pares; o que os aproxima é a necessidade de apoio material e emocional. Sozinho, o jovem não consegue encontrar as oportunidades que precisa. Mas o pertencimento tem preço: sua condição é o envolvimento com comportamentos de risco.

O desenvolvimento do comportamento delinquente em relação às influências de pares, na ótica da Teoria da Associação Diferencial, é abordado pelo modelo com as possibilidades de coordenação entre as etapas nas quais as referências delinquentes podem se tornar decisivas. Title, Burke e Jackson (1986) apresentam cinco situações que podem caracterizar em que medida isso se dá e a partir de quais arranjos entre os elementos 1) associação com definições favoráveis à conduta

desviante, 2) as definições propriamente ditas, 3) as perspectivas criminais e, 4) o próprio comportamento delincente.

A adaptação desse modelo a este trabalho possibilitou a compreensão desses aspectos a partir de dois cenários, definidos a partir da percepção dos jovens sobre o sentimento – inadaptação, desvalorização e invisibilidade – que define a sua situação nas relações com os outros.

Figura 7. Modelos de referências delinquentes



Fonte: Elaboração própria, 2023.

No primeiro cenário – Referências delinquentes com associação a grupos de pares – estão as relações com indivíduos desviantes dos jovens que se percebem como inadaptado e desvalorizado. O ponto de partida para a aproximação com o grupo é o mesmo para ambos: os conflitos normativos resultantes da percepção da privação e do sentimento correlato – humilhação e injustiça. No primeiro momento a aproximação se dá pela necessidade de integração e pertencimento ao grupo, uma vez que esses indivíduos se encontram impossibilitados de fazer parte da cultura dominante. A partir do momento em que se inserem no grupo delincente, as vantagens do pertencimento começam a ser sentidas pela aprovação dos pares, mas,

sobretudo pelos acordos e recompensas de fazer parte de uma cultura que possui seus próprios valores e suas próprias metas. Uma vez inseridos e tendo assimilado dos valores delinquentes, os indivíduos passam a desenvolver as habilidades necessárias ao desvio.

Nenhum dos grupos apresenta uma organização formal e nem se pode afirmar que a participação dos jovens em sua dinâmica seja efetiva. O que se considera aqui é a construção de um sistema normativo que, mesmo que não seja institucionalizado, é compartilhado entre os membros. Os seus símbolos são, além da mesma posição social, os pontos de interseção que os ligam, permitindo que as definições favoráveis ao desvio sejam convertidas em possibilidade de reação.

O segundo cenário é o modelo de referência delinquente do jovem que se autopercebe como invisível nos ambientes pelos quais circula. A influência das referências delinquentes que ele recebe não passa necessariamente pela sua aproximação a algum grupo situado fora do seu ambiente familiar – embora ele se aproxime de grupos que praticam desvios. É o próprio ambiente familiar que se constitui como um sistema alternativo de normas e valores tomados como referência para sua conduta. Nesse caso, o jovem não se aproxima desse sistema em algum momento da sua vida, ele nasceu nele.

Também não há que se falar em inserção no grupo; a sua percepção da realidade foi construída de forma primária dentro dele. Nem mesmo os acordos e recompensas estão em questão. O foco desse cenário é a força das definições delinquentes que integram o processo de socialização a partir das relações mais íntimas, onde os valores desviantes não são assimilados pelo indivíduo para substituir os valores convencionais, eles estão incorporados na própria dinâmica familiar do jovem como se fossem o próprio sistema “normal e convencional” de regras e normas sociais.

Em todos os casos as referências delinquentes são o fator que está mais próximo do comportamento delinquente, considerando que existe uma progressão dos fatores que tem sua gênese na estrutura familiar. O significado desse sistema de valores alternativos e recompensas para os jovens de baixo status socioeconômico é decisivo, a exposição à delinquência que ele propicia é com a mesma intensidade negativa para o comportamento convencional quanto positiva para o comportamento delinquente.

No entanto, existem diferenças no ritmo e no ordenamento da progressão, mesmo entre situações que se mostram próximas do ponto de vista das condições socioeconômicas. As reações dos jovens a esse processo também são influenciadas por outros aspectos que estão relacionados direta e indiretamente à sua posição na estrutura, de modo que alguns elementos aparecem mais em determinada biografia do que nas outras. Ainda assim, a posição que é definida pelas restrições materiais e pela intensidade da pressão social sobre os indivíduos é o que define como as relações com os pares delinquentes podem assumir o papel de causalidade “adicional” ao seu comportamento.

Quando a progressão finalmente atinge o ato infracional em si, os jovens voltam a se encontrar na mesma condição de conflito com a lei e a sua respectiva medida de ressocialização. Supõe-se que eles iniciam outro processo em suas vidas, no qual deverão desenvolver habilidades e valores que permitam sua recondução ao comportamento convencional, mas a ressocialização é um desafio complexo e requer esforço. Os laços familiares devem ser reconstruídos e fortalecidos, a aptidão para o trabalho deve ser despertada, os estudos retomados e os valores convencionais reaproximados. O problema é que os jovens “ressocializados” tenderão a encontrar a mesma estrutura social e tudo o que ela é capaz de reproduzir.

4.8. Uma questão que extrapola os propósitos da pesquisa

A estrutura social oferece ameaças constantes ao indivíduo, caso não alcance êxito material (MERTON, 1970). O próprio sentido de pertencimento social está condicionado à posição que ele ocupará, em função de buscar realizar os ideais de sucesso, sejam quais forem os meios utilizados. Da forma como colocado pela Teoria da Anomia, no entanto, o caráter ameaçador da estrutura parece referir-se mais ao fracasso dos indivíduos, que seria o resultado indesejado na direção do êxito material não alcançado, do que nos tipos de recursos que são empregados. Desse modo, o cumprimento das metas seria exaltado, restando pouca importância para os meios que tivessem sido utilizados; e a utilização dos meios ilegais receberia uma reprovação equivalente à sua eficácia, ou seja, seriam menos tolerados quando não produzissem os resultados esperados.

Esse argumento coincide com uma situação encontrada nas biografias que, embora não tenha sido contemplada na construção do objeto de pesquisa, emergiu de forma incisiva, trazendo à tona algumas questões que devem ser consideradas. Primeiramente, voltamos ao primeiro esforço de compreensão do comportamento delinquente que é a dificuldade em delimitar a noção de delinquência. Fica claro, desde o início, que o desafio em lidar com esta categoria está situado no conteúdo pejorativo que carrega e que tem influência direta sobre os jovens que recebem essa denominação. Mas a delinquência que foi construída enquanto categoria de análise buscou recorrer ao potencial que essa noção tem de designar um tipo específico de comportamento que, do ponto de vista sociológico, é desprovido de qualquer conotação de moralidade ou julgamento.

No entanto, os relatos apontaram de forma reiterada o quanto esse aspecto da delinquência é decisivo nas biografias dos jovens em conflito com a lei e, conseqüentemente, o quanto é relevante do ponto de vista das análises. Ele apareceu relacionado a um processo que tem repercussão não apenas na definição do padrão de desvio desenvolvido, definitivo para a entrada na delinquência, mas também com um potencial de comprometer as possibilidades de ressocialização desses jovens. Trata-se, do ponto de vista sociológico, do processo de rotulação desses indivíduos enquanto delinquentes e, do ponto de vista de suas biografias, do processo de estigmatização de suas trajetórias.

Expressa na forma de orientação teórica, esse processo encontra na Teoria da Rotulagem os fundamentos para sua contextualização, explicação e efeitos na biografia dos indivíduos, podendo afetar “a formação das identidades delinquentes” (BECKER, 2008). O desencadeamento da rotulagem que pode ser pensado a partir da lógica da relação entre delinquência e estrutura apresentada, é iniciado com uma primeira “qualificação” dos indivíduos diante do seu status social: aqueles que não cumprem as metas de sucesso são considerados primeiramente “inadequados”. Voltamos ao pressuposto básico da Teoria da Anomia: quanto maior for a pressão para que o indivíduo se adeque, maior será a sua necessidade de buscar meios para fazê-lo. Diante do bloqueio dos recursos institucionais, maiores serão as chances de que ele recorra aos meios ilegais.

Quando, mediante o seu afastamento das formas de controle e normas convencionais, o indivíduo incorpora os valores condizentes com os recursos alternativos que deverá utilizar, ele passa a ser rotulado novamente. Se antes ele era “inadequado” pela distância entre o seu estilo de vida e aquele que é valorizado socialmente, agora ele será “indesejado” por ter se desviado dos valores convencionais e se aproximado dos valores desviantes. No primeiro caso, a inadequação tem como fundamento a falta de integração e de senso de pertencimento do indivíduo na cultura dominante; no segundo caso, ele é indesejado pela sua integração e pertencimento a uma cultura delincente.

Nos dois casos, ele é estigmatizado.

Eu sempre percebi como as pessoas me olham. Sempre saquei que carrego algum tipo de fama. Antes eu era “pato”, as pessoas me tratavam como coitado. Hoje me tratam como bandido. Qualquer lugar que eu chego isso acontece. Não sei dizer quando comecei a sentir isso, pode ter sido antes de tudo acontecer. Antigamente esse lance me deixava triste, eu não gostava de ser tratado como pato. Também não gostava de ser tratado como bandido, mas isso não vai mudar e hoje isso não me chateia mais. Pelo contrário, se isso pode facilitar as coisas pra mim, então não me importo mais como as pessoas me olham... (Pato)

O estigma que resulta das duas formas de rotulagem é tão decisivo que pode cumprir uma função ambígua em sua trajetória. É possível que ele esteja na raiz do comportamento delinquente, reforçando os fatores que o influenciam, adquirindo status de “causalidade”, como também é possível que esteja entre as diversas

consequências do comportamento delinquente, adquirindo, desta vez, status de “efeito”. Logo,

[...] para ser rotulado de criminoso é necessário cometer um único crime, isso é tudo a que o termo formalmente se refere. No entanto a palavra traz consigo muitas conotações que especificam traços auxiliares característicos de qualquer pessoa que carregue o rótulo. Presume-se que um homem condenado por arrombamento, e por isso rotulado de criminoso, seja alguém que irá assaltar outras casas; a polícia, ao recolher delinquentes conhecidos para a investigação após um crime, opera com base nessa premissa. Além disso, considera-se provável que ela cometa também outros tipos de crime, porque se revelou uma pessoa sem “respeito pela lei”. Assim, a detenção por um ato desviante expõe uma pessoa à probabilidade de vir a ser encarada como desviante ou indesejável em outros aspectos (BECKER, 2008, p. 42).

Um dos aspectos centrais preconizados pela Teoria da Rotulagem é que, diante dos rótulos que os jovens delinquentes recebem, eles são estigmatizados³⁵, o que gera um impacto negativo em sua autoimagem (BECKER, 2008). Consideradas verdadeiras “cerimônias de degradação” da identidade, os rótulos são construídos cotidianamente na escola, na família, entre colegas, etc., imputando ao indivíduo atributos que podem se transformar em condições “autorrealizáveis”, fazendo com que o rotulado passa a se comportar de acordo com o rótulo que recebeu. No caso do comportamento delinquente entre jovens isso é especialmente relevante porque a construção de sua identidade depende também da percepção daqueles com os quais eles convivem.

A identidade desses jovens começa a ser caracterizada como desviante antes mesmo que outros traços se afirmem e o indivíduo vai se autodefinindo a partir da forma como os outros o veem e da forma como ele percebe que esses outros o veem. A percepção que ele passa a ter de si mesmo e o sentimento de autoapreciação é o resultado dessa junção. É possível, assim, que ele seja tratado como delinquente antes mesmo de se comportar formalmente como tal:

Um dos passos mais decisivos no processo de construção de um padrão estável de comportamento desviante talvez seja a experiência de ser apanhado e rotulado publicamente. Se alguém dá ou não esse passo, depende menos do que ele faz do que daquilo que as outras pessoas fazem, do fato de elas imporem ou não a regra que ele violou (BECKER, 2008, p. 42)

³⁵ GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

Outro ponto importante no processo de rotulagem é que o estigma não é imputado aleatoriamente. Alguns indivíduos apresentam chances maiores de serem rotulados (pobres, minorias, etc.) (BECKER, 2008). Nesses segmentos, o rótulo da delinquência dita de forma mais veemente quais serão os papéis a serem desempenhados pelo novo status e uma vez que isso se efetiva, o indivíduo não apenas terá que conviver com ele, mas com uma nova identidade:

Ser apanhado e marcado como desviante tem importantes consequências para a participação social mais ampla e para a autoidentidade do indivíduo. A mais importante é a mudança drástica em sua identidade pública. Cometer o ato impróprio e ser apanhado lhe confere um novo status. Ele revelou-se um tipo de pessoa diferente do que supostamente era (BECKER, 2008, p. 42).

Na medida em que a nova identidade pessoal se consolida e o comportamento do indivíduo segue a orientação que o rótulo definiu, as oportunidades convencionais vão se tornando cada vez mais escassas, aumentando o abismo entre o ideal de estilo de vida e os recursos necessários. Como reafirmado aqui, o comportamento delinquente, enquanto resposta a esse dilema, estaria também relacionado ao rótulo. Rotulado como delinquente, o indivíduo tem negados ainda mais os meios para “levar adiante as rotinas da vida cotidiana” (*Ibid.*, 2008, p. 44). E mesmo que esteja decidido a mudar a sua conduta, terá aumentada também a chance de cometer novos atos de desvio. Ele terá novamente a sua participação nos grupos “convencionais” dificultada, ficando mais uma vez isolado (BECKER, 2008), ou se associando a novos grupos não convencionais.

Se isso acontecer, os jovens em conflito com a lei correm o risco de terem sua biografia mais uma vez tomada como objeto de estudo; a Criminologia também está interessada em compreender como as carreiras criminosas se desenvolvem a partir das primeiras manifestações de delinquência. Mas não é esse o resultado que se deseja alcançar. A esperança da ressocialização bem-sucedida é o que move todos os esforços – acadêmicos, políticos e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi investigar como se desenvolve o comportamento delincente dentro de um contexto específico: o dos jovens de baixo status socioeconômico. A busca pelas origens sociais da delinquência nessa situação se deu a partir da constatação – teórica e empírica – de haver uma relação entre ela e o status socioeconômico.

A pesquisa parte dos indicadores sociais que demonstram essa associação quando o perfil dos jovens em conflito com a lei é traçado, demonstrando que suas condições socioeconômicas são decisivas para o comportamento delincente. No entanto, ainda que as correlações estatísticas nos mostrem sinais precisos das associações entre esses fatores, elas não nos permitem conhecer elas como se estruturam em situações reais de vida. Se assumimos, portanto, que o status socioeconômico é relevante para que esse comportamento se desenvolva, os questionamentos passam a ser: como se dá essa influência? Como ela progride no curso de vida dos indivíduos até aumentar as chances da delinquência? Ela é nutrida por quais ingredientes?

Seria difícil responder essas perguntas sem a ajuda dos pressupostos e dos métodos e técnicas de pesquisa qualitativa. A contextualização das propriedades materiais e culturais que se juntam, se reforçam mutuamente e delineiam o caminho dos jovens até o ato infracional, foi realizada através da abordagem biográfica por essa razão. As histórias de vida foram utilizadas pela necessidade de produção de minúcias que poderiam conter os elementos de ligação entre os fatores estruturais (econômicos) e os fatores culturais.

A abordagem biográfica, no entanto, proporcionou muito mais do que encontrar os elementos empíricos que ilustram as teorias que embasam a pesquisa; sua aplicação extrapola a redução da experiência dos indivíduos a um conjunto limitado de variáveis. Ao contrário, as narrativas se transformaram em “prismas”, permitindo vislumbrar a complexidade que marca a vida humana e a realidade social. Só assim foi possível abordar a reciprocidade das influências estabelecidas entre os elementos sociais que compõem a situação em análise.

A forma como as experiências, percepções e sentimentos foram relatados dão a ideia de que os jovens estão inseridos em um processo que possui fases distintas –

e sucessivas – na direção do desvio. A primeira fase é marcada pela ausência de estímulos positivos para o seu comportamento e isso é verificado primeiramente na estrutura e no funcionamento familiar. É durante o estágio que compreende o nascimento até a adolescência que os pais transmitem os valores e as normas que servirão de referência para a conduta dos jovens, mas as famílias marcadas pela privação econômica também são marcadas pelo conflito, pela falta de apoio e de afeto, e pela violência.

Isso significa que elas encontram dificuldades em cumprir a sua função de estrutura reguladora, além de ter comprometida a sua articulação com as demais instituições, como o mercado de trabalho e a escola, que podem ser vistas como recursos que proporcionam o acesso a outros recursos. Por essa via é possível conjecturar que jovens de famílias de alto status socioeconômico possuem vantagens decisivas, ao passo que os jovens de famílias de baixo status socioeconômico encontram uma diversidade de desvantagens desde muito cedo. As histórias de vida que integram esta pesquisa são ilustrativas de como a família, nas condições consideradas, encontram obstáculos consideráveis quando se trata de oferecer aos jovens os estímulos positivos que são cruciais para a sua vida. Mas apenas com isso ainda não compreendemos quando e como os estímulos negativos começam a operar e exercer sua influência.

É comum de todo percurso de vida o contato com o mundo exterior, entretanto, em alguns casos isso pode significar uma ruptura com as instâncias primárias de socialização. Em algum ponto de suas biografias os jovens se encontraram com o mundo de possibilidades que existe fora do seu eixo familiar e isso foi significativo para a sua autoidentidade.

Surgem a partir disso diversas possibilidades de conexões sobre as tensões causadas por processos sistêmicos de marginalização social. Esse foi o momento em que eles reconheceram a dimensão da sua condição material e das restrições que ela lhes impõe. Os jovens começaram a identificar os diversos constrangimentos causados pela falta de recursos materiais e a frustração que não se deve apenas às situações de pobreza causadas pela desigualdade social, mas, sobretudo à ausência de oportunidades e recursos legítimos para atender, além das necessidades básicas, tantas outras que lhe são impostas.

O que primariamente era uma privação interna – íntima – de bens e serviços básicos se transforma em uma necessidade de satisfação, não apenas de

necessidades materiais, mas da realização de expectativas simbólicas, expressas na busca pela afirmação identitária e contra a rejeição social. Isso leva a crer que nos casos analisados, o comportamento delinquente juvenil não está desconectado dos fatores que permeiam o abismo entre a expansão das expectativas de consumo e o baixo status socioeconômico, demonstrando na prática a resposta que a Teoria da Anomia havia produzido: em determinados contextos, a delinquência é a alternativa à tensão causada pelo desequilíbrio entre a distribuição de oportunidades em uma sociedade que não é capaz de disponibilizar os recursos de forma igualitária entre os seus membros.

Nessa “fratura social”, as classes de baixo status socioeconômico, ainda que não estejam inseridas em uma estrutura socioeconômica dominante, são apenas parcialmente excluídas e relativamente isoladas por fronteiras tênues, posto que, o contato com outras realidades diferentes da sua é frequente. É através dele que os indivíduos em situação de privação econômica sentem o peso de não ter acesso aos recursos, pois as metas de sucesso são impostas também a eles. Nesse sentido, os jovens podem ser considerados “vítimas” do consumismo; eles incorporam a cultura e são rejeitados pela estrutura, estão dentro de uma dinâmica de ressentimento.

Desse modo, o que interessa do ponto de vista sociológico não é apenas a falta de condições, mas aquilo que ela gera e como isso pode influenciar o comportamento delinquente. A descoberta dos estilos de vida desejados e a constatação da falta de consumo gera uma procura que não está relacionada apenas à aquisição dos bens materiais. As outras necessidades que surgem – e que não são autoimpostas – geram sentimentos que estão ligados à percepção de rejeição: eles precisam se integrar à cultura dominante – do consumo –, precisam de aprovação dos outros para que possam se autoaprovar; necessitam de valorização social para se autoapreciar. O fundamento de todas as necessidades e sentimentos é o fato de “pertencerem” a uma sociedade na qual os ganhos privados norteiam o comportamento dos indivíduos e orientam as vidas pela busca de status.

Os jovens já entendem que somente serão alguém se atingirem as metas de alcançar o estilo de vida desejado. Mas nesse estágio, a figura que eles representam é caracterizada pela impotência, derivada do bloqueio dos recursos que eles necessitam para sair da sua atual posição social, e isso só pode mudar se houver algo que os estimulem a procurar outros recursos. Começa a partir daí a dissolução do

peso das normas convencionais, que dão lugar à introjeção dos valores alternativos – presença dos estímulos negativos.

A assimilação dos valores desviantes é um ponto essencial do rompimento com o comportamento convencional e nos casos analisados isso se deu a partir do paralelismo entre as restrições e as pressões; esses elementos se reforçaram mutuamente, interrompendo o desenvolvimento do comportamento convencional a partir da aproximação com os valores delinquentes, que foi dada pela necessidade.

Os significados básicos que são construídos através dessa interação revelam a percepção de que os recursos que os jovens necessitam estão “logo ali”, ou seja, o componente de influências materiais já está dado; com a redução do peso das normas e a introjeção dos valores delinquentes, o material cultural – simbólico – começa a se converter em estímulo positivo para a delinquência. O jovem entra na segunda etapa de desenvolvimento do comportamento delinquente que é a transposição da cultura “normal” para a cultura/identidade delinquente (assimilação das definições e da perspectiva criminal).

Isso ocorre quase ao mesmo tempo, e no lugar do jovem impotente surge o jovem apto a inovar e buscar os recursos para transitar para fora da sua posição social; ele se adapta à cultura delinquente para se adaptar à cultura dominante. Nem sempre isso ocorre na situação de pertencimento a grupos de referência; pode ser que as referências delinquentes que mais influenciam seu comportamento façam parte do seu contexto primário de relações – a família. Ainda assim, o argumento de que a delinquência é também o produto de um processo de socialização no desvio continua válido.

De qualquer forma, esse é o ponto de virada para a delinquência, expressão das reações agregadas a um conjunto de circunstâncias econômicas, culturais e sociais de incertezas. Diante disso, é de se admirar que esses jovens tenham desenvolvido o comportamento delinquente?

Esse não é um processo uniforme, obviamente. De certa forma, os retratos produzidos por este trabalho são unidimensionais, dizem respeito a determinados indivíduos e suas posições na estrutura. Não sendo fundamentado em correlações estatísticas, não permite que os seus resultados sejam generalizados. Do mesmo modo, não consistindo em um exercício explicativo, não permite uma leitura desses resultados numa lógica de causa e efeito.

Os jovens têm um histórico familiar de conflito e privação material, negligência, maus tratos e violência. Isso significa dizer que qualquer um da mesma idade e com as mesmas condições vai ser tornar um jovem em conflito com a lei? Óbvio que não. Cada um tem sua experiência de vida que, apesar de guardar muitas semelhanças com diversas outras, é única sob vários pontos de vista. Se as influências que ele recebe do seu contexto social são as mesmas que levam um jovem médio ao mundo do crime, a forma como essas influências ocorrem em sua vida é única.

A validade do raciocínio apresentado, em vista disso, está condicionada a não se afirmar que todos os jovens em conflito com a lei tenham sido “seduzidos” pelas pressões de consumo. De igual modo, a pretensão não é inferir que a satisfação das necessidades de consumo determine de forma geral a propensão para a transgressão social. Empiricamente, a parcela empobrecida da população engajada com a criminalidade é muito menor do que se pensa, mesmo que a pobreza continue sendo um elemento relevante para o debate acerca do tema.

Os achados empíricos deste trabalho evidenciam, portanto, que embora seja possível admitir a existência da relação entre baixo status socioeconômico e comportamento delinquente, quando se considera essa relação a partir do isolamento de casos nos quais ela se manifesta, a privação material não se constitui enquanto causa necessária ou suficiente. Estando de algum modo ligada às tensões produzidas pela estrutura social sobre os indivíduos, a sua influência sobre a delinquência depende da associação com outros fatores.

Assim, as atitudes desviantes não se dão necessariamente porque o indivíduo não possui os recursos econômicos, mas para que ele possa acessar outros recursos – alternativos – que o permitam alcançar os seus objetivos. Em alguma medida, outras forças deverão ser associadas para que os elementos que são necessários ao comportamento delinquente sejam colocados em jogo: além do imperativo de alcançar as metas impostas diante da ausência dos recursos legais, os valores e as técnicas que caracterizam a conduta desviante.

Dentro de um processo de transposição de esquemas de valores, os elementos socioeconômicos e culturais vão se ligando por mecanismos que caracterizam a experiência de vida. Sendo adversas as condições materiais, a elas soma-se um determinado conjunto de relações interpessoais estruturadas às margens da criminalidade, que começam a delinear o caminho percorrido desde a prática de

atos antissociais até o envolvimento com o crime propriamente dito, quando o ato infracional é praticado.

Esses fatores – condições materiais e relações interpessoais – cabe ressaltar, não são considerados a partir de uma lógica de linearidade. Não há que se considerar que as condições materiais precedam as relações interpessoais e nem o contrário. Também não há que se considerar que sejam dependentes entre si de forma geral, mas que a assimilação deles pode permitir conhecer, do ponto de vista sociológico, a origem do comportamento que é tomado como objeto de análise.

O ato infracional, nesse esquema analítico, é considerado o momento em que o desenvolvimento da delinquência atinge seu ápice. Nesse ponto específico, o volume de uma das forças é realçado pelo crescimento da outra, demonstrando que o ambiente social sustenta o acúmulo de forças que incidem no aumento dos fatores de risco, ao mesmo tempo em que tendem a desassimilar os fatores de proteção, diminuindo a probabilidade de o indivíduo se comportar em conformidade com a lei.

Esses são, certamente, elementos que coexistem com diversos outros. Do mesmo modo, diversos outros tipos de relações entre os fatores são possíveis. Por isso, enquanto categoria analítica criminológica, a noção de delinquência juvenil ainda abriga uma série de outras controvérsias e permanece teoricamente aberta. Ao reconstruir as histórias de vida desses jovens, pensamos, no entanto, ter produzido uma imagem adequada para a compreensão da influência desses e de outros aspectos que podem apontar a possibilidade de se investigar o comportamento delinquente também em contextos sociais diferentes.

Se o que falta aos jovens é a capacidade – recursos - para alcançar o impulso para a vida desejada e as oportunidades para se tornar alguém socialmente aceito, como construir sua identidade sem os vínculos com as condições necessárias? É possível que isso se realize, estando o jovem separado das condições históricas e materiais que lhe dão sentido?

Todos os indivíduos trilham por diversos caminhos até se tornarem “seres sociais”. As ideias do que se deve valorizar e buscar nesse caminho são definidas socialmente e prescritas culturalmente. Porém, os jovens em situação de privação material tentam alcançar a “vida desejada” em um terreno social constituído por riscos constantes. Se esses riscos são o que os expõem a chances maiores de delinquência, pensar de forma contrária ajudaria a encontrar as respostas para o problema. Por esse ângulo, os fatores de proteção seriam o contraponto dos fatores de risco, uma vez

que, quando os elementos que estimulam o comportamento delincente encontram espaço diante da ausência de limites que poderiam moderá-los, é que eles se convertem em causas da delinquência.

Em razão disso, as possibilidades de enfrentamento da delinquência poderiam ser reforçadas por tentativas de aumentar a força dos fatores de proteção sobre os jovens. Entretanto, seria ingênuo imaginar que encontraremos com facilidade os elementos inibidores desse efeito; não há resposta definitiva sobre suas causas, mesmo que diversas delas já tenham sido apontadas. Como ocorre com os fatores de risco, os fatores de proteção devem estar distribuídos em todos os níveis dos processos e dinâmicas de vida dos indivíduos: família, escola, comunidade e grupos de pares.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado integralmente à leitura dos dois tipos de fatores; se os riscos são diferentes em cada fase da vida, é possível que com a proteção ocorra o mesmo. Se os fatores de risco não fazem com que o comportamento delincente se desenvolva, os fatores de proteção podem não o evitar. Mas nos dois casos, eles estão ligados a outros fatores e se influenciam mutuamente, podendo gerar efeitos cumulativos. Sendo assim, a proteção, caso não evite a delinquência, poderia ao menos reduzir a probabilidade de que ela se desenvolva.

O problema é que as respostas políticas a essa questão, diante das transformações e das novas configurações na modernidade tardia, são impostas mais como meio de controle e autoridade do que tentativas de incidência sobre o potencial de expressão e de mudança da juventude. As repostas do mercado, por seu turno, fazem parte de estratégias distintas: suas ações, longe de se concentrarem na redução da excitação com relação ao consumo, se concentram na mercantilização e na celebração dessa sensação.

Em sendo assim, não seria incoerente considerar que a maioria dos desafios que o jovem de baixo status socioeconômico em conflito com a lei enfrenta na construção de sua autoidentidade, e que o aproxima do comportamento delincente, esteja relacionada ao seu “pertencimento” a uma cultura que está em constante “em conflito” com ele.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira - Juventude e delinquência como problemas sociais. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 2010.
- AGNEW, Robert. A Revised Strain Theory of Delinquency. **Social Forces**, volume 64:1, 1985.
- AGNEW, Robert. Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. **Criminology**, volume 30, number 01, 1992.
- AKERS, Ronald L. Is differential association/social learning cultural deviance theory? **Criminology**, volume 34, number 2, 1996.
- BARAK, Gregg. **Integrative Theories**. Encyclopedia of Crime & Punishment. Sage, 2002.
- BASSIOUNI M. C. Scientific Approaches to Juvenile Delinquency and Criminality. **Masthead Logo DePaul Law Review**, Volume 23, 1974.
- BASTOS, A. C. C. L. **Nas malhas do judiciário: menores desvalidos em autos de tutoria e contrato de órfãos em Bragança-SP (1889 - 1927)**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade do consumo**. São Paulo: Rocco, 1990.
- BECKER, Howard S. Biographie et mosaïque scientifique. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 62-63, juin 1986.
- BECKER, Howard S. Outsiders. **Estudos de Sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENAVENTE, Renata. **Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia**. Análise Psicológica, 2002.
- BERTAUX, Daniel. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Vol. LXIX, París, 1980, pp. 197-225.
- BINDER, Arnold. Juvenile Delinquency. Annu. **Rev. Psychology**, 1988.
- BLUMER, H. A natureza do Interacionismo Simbólico. In: MORTENSEN, C. D. **Teoria da comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980.
- BONNIE, Richard J. *Et al.* **Reforming Juvenile Justice: A Developmental Approach**. Editors; Committee on Assessing Juvenile Justice Reform; Committee on Law and Justice; Division of Behavioral and Social Sciences and Education; National Research Council, 2013. ISBN 978-0-309-27890-4.

BOSICK, S; FOMBY, P. **Family Instability in Childhood and Criminal Offending during the Transition into Adulthood**. Am Behav Sci. 2018 Oct;62(11):1483-1504. doi: 10.1177/0002764218787000. Epub 2018 Jul 30. PMID: 31798181; PMCID: PMC6889959.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. Trad. Luiz Alberto Monjardim, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **La juventud no es más que una palabra**. Sociología y cultura: colección los noventa. México: CNCA-Grijalbo, 2002.

BRAITHWAITE, John. Merton's theory of crime and differential class symbols of success. **Crime and Justice**. Vol. 7/8, no 2, 1980.

BRAITHWAITE, John; BRAITHWAITE, Valerie. Delinquency and the Question of Values. **Internacional Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**. Australian National University, 2015.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Reentradas e reinterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros/** Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento anual do Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE) 2020**. Brasília, 2021.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Presidência da República – Casa Civil. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BRIDGES, K. M. Banham. Factors Contributing to Juvenile Delinquency. **Journal of Criminal Law and Criminology**. Volume 17, Winter: 1997.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 2, 2004, pp. 233 a 269.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cidadania Cultural. O direito à cultura**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995

DESALAURIES, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michele. O delineamento da pesquisa qualitativa. In. POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DEUTSCH, Nancy L.; THEODOROU, Eleni. Aspiring, Consuming, Becoming: Youth Identity in a Culture of Consumption. **Youth & Society**, 2010.

DUBET, François. Conduites marginales des jeunes et classes sociales. **Revue française de sociologie**, XXVIII, 1987.

ELLIOTT, D. S. **Serious Violent Offenders: Onset, Developmental Course, and Termination**. The American Society of Criminology. Presidential Address, Criminology, 1994.

ERIKSON, E. H. **Identidade, Juventude e Crise**. Nova York: Norton, 1968.

FAETHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FEIXA, Carles. **De jóvenes, bandas y tribus - Antropología de la juventude**. Editorial Ariel, S. A. Córcega, 1999. Editorial Ariel, S. A. Córcega

FULLER, John Randolph. **Juvenile Delinquency: Mainstream and Crosscurrents**. Third Edition, University of West Georgia, 2015.

GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**. New York University. Nº 13, 1999.

GASTALDO, Édison. Esporte, violência e civilização: uma entrevista com Eric Dunning. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 223-231, jul./dez. 2008.

GELSTHORPE, Loraine. The Jack-Roller Telling a story? **Theoretical Criminology: SAGE Publications**, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São. Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOODSON, Ivor. The Story of Life History: Origins of the Life History Method in Sociology. **Identity**, 1:2, 2001. P. 129-142.

GREENWALD, Mark A. Predicting Delinquency in Adolescence and Young Adulthood: A Longitudinal Analysis of Early Risk Factors *in* **Youth Violence and Juvenile Justice**. Florida State University, 2008.

GUBA, Egon. Criteria for assessing the trustworthiness of naturalistic inquiry. *Education, Communication and Technology Journal*, n.29, v.2, 1981.

HALL, Steve; WINLOW, Simon; ANCRUM, Craig. **Criminal Identities and Consumer Culture Crime, exclusion and the new culture of narcissism**. British Library, 2012.

HAYWARD, Keith. The vilification and pleasures of youthful transgression. In: HUGHES, J., Mclaughlin, G. **Youth Justice: Critical Readings**. Edited by Muncie, 2002.

HEIMER, Karn. Socioeconomic Status, Subcultural Definitions, and Violent Delinquency. **Social Forces**, Vol. 75, No. 3, 1997.

HIRSCHI, T. **Causes of Delinquency**. Berkeley: University of California Press, 1969.

HOULE, Gilles. A Sociologia como ciência da vida: a abordagem científica. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

IPEA. **Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 1990.

KAHN, Tulio. Delinquência juvenil se resolve aumentando oportunidades e não reduzindo idade penal. *Boletim IBCCRIM*, v. 9, nº 104. São Paulo, pp. 11-12, jul., 2000.

KING, Peter. **The Rise of Juvenile Delinquency in England 1780-1840: Changing Patterns of Perception and Prosecution**. Past and Present 160 (1998).

KVARACEUS, William C. **Juvenile delinquency a problem for the modern world**. Unesco: França, 1964.

LAUB, John H., SAMPSON, Robert J. The Sutherland-Glueck debate: On the sociology of criminological knowledge. **American Journal of Sociology**, 1996, no. 6: 1402-1440.

LEGRAND, Michel. L'Approche Biographique: Théorie, Méthode, Pratiques. **Análise Psicológica**, 1992, p. 499-514.

MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In Margulis, M. (org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARINHO, Frederico Couto; VARGAS, Joana Domingues. Permanências e resistências: Legislação, gestão e tratamento da delinquência juvenil no Brasil e na França. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Edição Especial n^o1 – 2015.

MARSHAL, T. H. **Cidadania, Classe Social e status**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.

MCCORD, Joan; WIDOM, Cathy Spatz, CROWELL, Nancy. **A Juvenile Crime, Juvenile Justice**. Washington, DC: National Academy Press, 2001.

MCCRINDLE, M. WOLFINGER, E. **The ABC of XYZ: understanding the global generations**. Sydney: University of New South Wales Press Ltd., 2009.

MCMURTRY, Roy; CURLING, Alvin. **Literature reviews – the review of the roots of youth violence**. Ontario, Toronto: 2008.

MERTON, Robert. **Sociologia – Teoria e Estrutura**. São Paulo: Editora Mestre Jou, São Paulo, 1970.

MINAYO, MCS. A condição juvenil no século XXI. In: MINAYO, MCS., ASSIS, SG., and NJAINE, K., orgs. **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 17-43. ISBN: 978-85-7541-385.

MINOR. KEVIN I. Juvenile Delinquency and the Transition to Monopoly Capitalism. **Journal of Sociology & Social Welfare**, vol 20, 1993.

MURRELL, Mary e LESTER, David. **Introduction to juvenile delinquency**. Macmillan Publishing CO. New York, 1981.

OLIVEIRA, Edmundo. **Os fatores socioculturais e a cultura delinquente**. Revista Legisl. Brasília, n. 69, 1981.

OLIVEIRA, NHD. **Recomeçar: família, filhos e desafios** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra; OMS; 2002.

OZANNE, Julie L.; HILL, Ronald Paul; WRIGHT, Newell D. Juvenile Delinquents' Use of Consumption as Cultural Resistance: Implications for Juvenile Reform Programs and Public Policy. **Journal of Public Policy & Marketing**, Vol. 17, 1998.

PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. **Revue Française de Sociologie**, 1990, 31-1. pp. 3-22.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. In: **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007 (Coleção Educação para Todos).

PEREIRA, Miguel Basto; MAIA, Ângela da Costa. **Juvenile delinquency, Crime and Social Marginalization - Social and Political Implications**. Emerald Publishing Limited: Casa Howard - Reino Unido, 2017.

REGUILLO, Rossana. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. In **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patricia; SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na Sociologia brasileira. Revisão e perspectivas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, vol. 14, núm. 2.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n.58, p.27-45, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SHAW, C. **The Jack-Roller: A delinquent boy's own story**. University of Chicago Press, 1966.

SHOEMAKER, Donald J. **Juvenile Delinquency**. Rowman & Littlefield Publishers, Inc. Reino Unido, 2009.

SHORE, H. Artful Dodgers: **You thand Crime in Early Nineteenth-Century London**. Royal Historical Society/Boydell Press, 1999.

SHRADER, Elizabeth. **Methodologie stomeasure the gender dimensions of crime and violence**. The World Bank July 2001.

SILVERSTONE, R. **Television and everyday life**. New York: Routledge, 1994.

SOARES, C.H. Novo conceito de trânsito em julgado. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XIV, n. 51, p. 85-88, out./dez. 2010.

STEARNS, P. N. **Consumerism in world history: The global transformation of desire**. New York: Routledge, 2006.

STEPHENS, Debra Lynn; HILL, Ronald Paul. Coming of Age in a Material World: Juvenile Delinquency and Adolescent Angst. NA - **Advances in Consumer Research** Volume 21, eds, 1994.

THORNBERRY, Terence P. Towardan interactional theory of delinquency. **Criminology**, volume 25, number 4, 1987.

TITTLE, Charles; BURKE, Maryjean; JACKSON, Elton. Modeling Sutherland's Theory of Differential Association: Towardan Empirical Clarification. **Social Forces**, Volume 65:2, December 1986.

VARALDA, Renato Barão. Saída responsável e liberdade assistida no Estatuto da Criança e do Adolescente. **Revista de Informação Legislativa**. Ano 50 Número 199 jul./set. 2013.

VEBLEN, T. B. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.

WAKEFIELD, Alison. City Limits: **Crime, Consumer Culture and the Urban Experience**. *British Journal of Sociology* , 2005.

WARDER, John; WILSON, Reg. British Borstal Training System, The. **Journal of Criminal Law and Criminology**. Volume 64, 1973.

WEATHERBURNT, Don. On the quest for a general theory of crime. *Aust&Nz Journal Of Criminology*, March: 1993.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WORTLEY, Scot. **The Root Causes of Youth Violence - A Review of Major Theoretical Perspectives**. Queen's Printer for Ontario: Toronto, 2008.

ZALUAR, Alba. Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, no 2, 2012.

Apêndices

QUADRO DE SISTEMATIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Fatores	Aspectos	Dinâmicas	Elementos	Resultados	
Status socioeconômico	Composição – Provisão Renda familiar / Trabalho	1. Infância 2. Família e história familiar 3. Figura paterna e materna	Acesso aos recursos materiais Supervisão parental Cuidados		Ausência de estímulos positivos
Estrutura reguladora	Composição – Socialização Comportamento parental				
Ponto de ruptura com a família:					
Contexto comunitário	Influências comunitárias	1. Estrutura do bairro 2. Vizinhaça e Relações de vizinhaça	Níveis de Pobreza e Desigualdade Violência/criminalidade		
Escola	Integração Aspirações/trabalho	1. Experiências escolares 2. Sentido de Estudar 3. Visões sobre o futuro / profissão	Laços e relações Desempenho escolar		
Ponto de ruptura com a escola:					
Metas culturais	Integração e Reconhecimento	1. Meios de integração 2. Percepção/ experiências de consumo 3. Assimilação das metas 4. Importância atribuída ao consumo	Identidade Pertencimento Visibilidade		
Oportunidades bloqueadas	Acesso aos meios legítimos	1. Percepção da falta de dinheiro 2. Não ter o que os outros tem 3. Consideração das outras pessoas	Autoimagem Autoestima		
Dissolução do peso das normas:					
Grupo de pares	Inserção no grupo	1. Aproximação com o grupo 2. Tempo gasto com o grupo 3. Vantagens do pertencimento	Acordos e Recompensas Aprovação dos pares Lealdade		
	Assimilação dos valores do grupo	1. Encontros e assuntos 2. Percepção das coisas erradas 3. Experiência com álcool/drogas	Incorporação dos valores desviantes		
	Desenvolvimento de habilidades	1. Armas de fogo 2. Técnicas de roubo e fuga 3. Apoio do grupo	Incorporação das técnicas desviantes		
Ponto de virada para a delinquência: Reações agregadas					
Comportamento delinquente	Histórico de infrações	1. Infrações 2. Conflito com a lei 3. Medidas Socioeducativas	Padrão de delinquência		Presença de estímulos negativos

DIRECIONAMENTO DAS ENTREVISTAS E PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DO QUADRO INTERPRETATIVO

	DIRECIONAMENTO	JOVEM 1	JOVEM 2	JOVEM 3
FAMÍLIA	1. Qual é a configuração da sua família? Quantos membros? Quais fazem parte do núcleo?			
	2. Quais são as condições socioeconômicas da sua família? Escolaridade dos responsáveis. Profissão e renda. Provisão material.			
	3. Como se dava a divisão de papéis desde a infância? Quem era responsável pelos cuidados? Como se dava a divisão das responsabilidades?			
	4. Situações de violência eram comuns em sua família? Envolvimento com o crime por algum membro? Tinha medo? Sentia-se seguro?			
	5. Como você define a sua família? E a sua história familiar? O que os pais deveriam fazer?			
	Você acha que pode contar com a sua família?			
	O que esperar da sua família?			
COMUNIDADE	Como é o seu bairro e a sua rua em termos de estrutura e condições de vida?			
	Como são os moradores mais próximos? Como eles vivem?			
	Como é o cotidiano do seu bairro e da sua rua?			
	Como você enxerga a presença da violência e da criminalidade em seu bairro?			
ESCOLA	Qual é o sentimento que você tem em relação à escola? Como foi o início de sua vida escolar?			
	Como eram as suas relações com colegas e professores?			
	Com relação aos conteúdos e tarefas, como você se saía? Como era o seu desempenho ?			
	O que significa estudar? Qual é o sentido da escola? Infância/juventude.			
	Qual profissão você pensa seguir? Em que pretende trabalhar?			
	Como você define a sua vida?			
METAS CULTURAIS E OPORTUNIDADES BLOQUEADAS	Como você se vê em relação aos estilos de vida daqueles que tem boas condições de vida?			
	Pra você o que significa ter um celular de ultima geração, tênis e roupas de marca?			
	Como imagina que seria a sua vida se você pudesse comprar tudo o que precisa?			
	Como você sente que os outros te veem? Você se sente querido?			
	Quando percebeu que não tinha recursos para comprar o que precisa e que deseja? Como foi?			
	Como é não ter o que os outros têm? O que sente e pensa sobre isso?			
	É possível viver bem e feliz sem ter os recursos necessários? O que você pensa disso?			
GRUPO DE PARES	Como você define a sua turma? Quem são os membros do grupo?			
	Como você se aproximou do grupo? Como se deu a sua inserção?			
	Quanto tempo você passa com o grupo?			
	O que fazem? Sobre o que conversam?			
	Porque você continua no grupo? O que ele tem a oferecer?			
	Como o grupo vê as coisas erradas? O que pensam e dizem sobre isso?			
	Como foi a sua primeira experiência com álcool / outras substâncias? Em com armas de fogo?			
	Qual foi a sua primeira infração? Como aconteceu? Qual a influência do grupo?			
Como você lida com os riscos e os perigos? Tem medo?				
CONFLITO COM A LEI	Jovem em conflito com a lei. O que você pensa disso? Como se vê diante desse rótulo?			
	O que tem a dizer sobre as Medidas Socioeducativas? Como é o processo de ressocialização?			
	O que esperar do futuro? Como você pensa em viver?			

QUADRO DE SISTEMATIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS – RESULTADO DAS ANÁLISES

Fatores	Aspectos	Dinâmicas	Elementos	Resultados	
Status socioeconômico	Composição – Provisão Renda familiar / Trabalho	1. Infância 2. Família e história familiar 3. Figura paterna e materna	Acesso aos recursos materiais Supervisão parental Cuidados	Escassez de recursos Supervisão inadequada Maus tratos Insegurança	Ausência de estímulos positivos
Estrutura reguladora	Composição – Socialização Comportamento parental				
Ponto de ruptura com a família:					
Contexto comunitário	Influências comunitárias	1. Estrutura do bairro 2. Vizinhança e Relações de vizinhança	Níveis de Pobreza e Desigualdade Violência/criminalidade	Naturalização da violência / criminalidade	
Escola	Integração Aspirações/trabalho	1. Experiências escolares 2. Sentido de Estudar 3. Visões sobre o futuro / profissão	Laços e relações Desempenho escolar	Isolamento Desconforto Fracasso escolar	
Ponto de ruptura com a escola:					
Metas culturais	Integração e Reconhecimento	1. Meios de integração 2. Percepção/ experiências de consumo 3. Assimilação das metas 4. Importância atribuída ao consumo	Identidade Pertencimento Visibilidade	Desintegração Invisibilidade Inadequação	
Oportunidades bloqueadas	Acesso aos meios legítimos	1. Percepção da falta de dinheiro 2. Não ter o que os outros tem 3. Consideração das outras pessoas	Autoimagem Autoestima	Impotência Autodepreciação Desvalorização social	
Dissolução do peso das normas:					
Grupo de pares	Inserção no grupo	1. Aproximação com o grupo 2. Tempo gasto com o grupo 3. Vantagens do pertencimento	Acordos e Recompensas Aprovação dos pares Lealdade	Integração e pertencimento intragrupo	
	Assimilação dos valores do grupo	1. Encontros e assuntos 2. Percepção das coisas erradas 3. Experiência com álcool/drogas	Incorporação dos valores desviantes	Adequação Apoio Oportunidades	
	Desenvolvimento de habilidades	1. Armas de fogo 2. Técnicas de roubo e fuga 3. Apoio do grupo	Incorporação das técnicas desviantes	Meios de acesso aos recursos de integração extragrupo	
Ponto de virada para a delinquência: Reações agregadas					
Comportamento delincente	Histórico de infrações	1. Infrações e Conflito com a lei 3. Medidas Socioeducativas	Padrão de delinquência	Desafios da ressocialização	Presença de estímulos negativos



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE
PARA PARTICIPANTES DE PESQUISA MENIRES DE 18 ANOS

Título da pesquisa JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI, SOCIEDADE EM CONFLITO COM A JUVENTUDE: uma análise do comportamento delinquente entre jovens de baixo status socioeconômico

Instituição promotora: UNIMONTES

Patrocinador: Não se aplica

Coordenador(a): Sheyla Borges Martins

Atenção:

Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que você leia e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos. Esta declaração descreve o objetivo, metodologia/procedimentos, benefícios, riscos, desconfortos e precauções do estudo. Também descreve os procedimentos alternativos que estão disponíveis a você e o seu direito de sair do estudo a qualquer momento. Nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

1. Objetivo: compreender o desenvolvimento da delinquência entre jovens de baixo status socioeconômico a partir da relação entre restrições materiais, pressões culturais e interações sociais.

2. Metodologia/procedimentos: A investigação empírica dessas relações será baseada no método biográfico, com relatos autobiográficos resultantes de entrevistas em profundidade com três jovens em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto na cidade de Montes Claros-MG

3. Justificativa: A relevância deste estudo está assentada na necessidade de conhecer como se manifesta o comportamento delinquente e como isso pode impactar a conduta do jovem na direção do ato infracional. Esse é um segmento populacional que protagoniza considerável parcela das estatísticas criminais no Brasil e, quadro que se agravou nas últimas décadas, impulsionado pelas mudanças na estrutura social, crises econômicas e debilitação dos mecanismos tradicionais de integração social. Nesse contexto, adquirem centralidade os questionamentos acerca do destino social de jovens, sobretudo aqueles expostos à situação de privação e vulnerabilidade social.

3. Benefícios: Não previstos

4. Desconfortos e riscos: Não há riscos

6- Danos: Não se aplica

7. Metodologia/procedimentos alternativos disponíveis: Não se aplica

8. Confidencialidade das informações: Garantida

9. Compensação/indenização: Não prevista

10. Outras informações pertinentes: Não se aplica

11- Consentimento:

Li e entendi as informações precedentes. Tive oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para participar nesta pesquisa, até que eu decida o contrário. Receberei uma cópia assinada deste consentimento.

Responsável pelo participante	Data	Assinatura
Testemunha	Data	Assinatura
Sheyla Borges Martins		
Coordenadora da pesquisa	Data	Assinatura

Endereço completo da pesquisadora: Rua Gentil Pereira Soares, 07 – Jardim Panorama – Montes Claros/MG.

Telefone: (38) 98407-5113

Email: sheyla.martins@unimontes.br